

# “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I”

CNPJ nº 08.839.259/0001-32

no montante de até

## R\$ 350.000.000,00

Cedente dos Direitos Creditórios



# PanAmericano

Classificação de Risco das Cotas Seniores – Fitch Ratings Brasil Ltda.: AA(bra)

Código ISIN nº BRPNMVCTF000

Classificação de Risco das Cotas Subordinadas Classe A – Fitch Ratings Brasil Ltda.: BBB+(bra)

Código ISIN nº BRPNMVCTF018

### Oferta de cotas deliberada pela Instituição Administradora do Fundo em 21 de maio de 2007.

O Fundo foi registrado na CVM em 21 de maio de 2007, sob o código 206-2. A distribuição de suas Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A foi registrada na CVM na mesma data, sob os nºs CVM/SRE/RFD/2007/034 e CVM/SRE/RFD/2007/035, respectivamente.

Emissão pública de 300.000.000 (trezentos milhões) de cotas seniores (“Cotas Seniores”) e 50.000.000 (cinquenta milhões) de Cotas subordinadas classe A (“Cotas Subordinadas Classe A”), com valor inicial de R\$ 1,00 (um real) para cada cota, totalizando o montante de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) do “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PANAMERICANO VEÍCULOS I”, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.839.259/0001-32 (“Fundo”). Serão emitidas também para subscrição privada 60.000.000 (sessenta milhões) de Cotas subordinadas classe B (“Cotas Subordinadas Classe B”) e, em conjunto com as Cotas Subordinadas Classe A, as Cotas Subordinadas, totalizando o montante de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) (Cotas Subordinadas em conjunto com as Cotas Seniores, as “Cotas”). As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, sendo este constituído sob a forma de condomínio fechado. Os direitos e demais características das Cotas estão dispostos no regulamento consolidado do Fundo (“Regulamento”), que integra este prospecto como Anexo I.

O Fundo é administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar fundos de investimentos e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.418.140/0001-31.

“O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM OU DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO EMISSOR, BEM COMO SOBRE AS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.”

“OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, NAS PÁGINAS 27 A 40.”

Somente Investidores Autorizados, conforme definidos no Regulamento, podem adquirir cotas do Fundo.



Prospecto de acordo com o Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimento.

Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda de cotas deste Fundo não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Instituição Administradora e demais instituições prestadoras de serviços.

Veja outros avisos importantes na página 1 deste prospecto.

Coordenador Líder



Instituição Administradora e Gestora

**IntragDTVM**  
Administração Fiduciária

Auditoria



Agência Classificadora de Risco

**FitchRatings**  
KNOW YOUR RISK

Consultores Legais do Cedente

**LEVY & SALOMÃO**  
ADVOGADOS

Custodiante



Consultores Legais do Coordenador Líder

**PINHEIRO NETO ADVOGADOS**

## **AVISOS - ANBID**

*O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Instituição Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.*

*O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia da Instituição Administradora do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.*

*As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objeto e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.*

*Este fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.*

*O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.*

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

# ÍNDICE

GLOSSÁRIO	7
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DO COORDENADOR LÍDER, DE CONSULTORES, AUDITORES E AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	15
Instituição Administradora	15
Coordenador Líder	15
Consultores Legais do Cedente	15
Consultores Legais do Coordenador Líder	15
Auditores Contratados	16
Agência Classificadora de Risco	16
SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO	17
Emissor das Cotas	17
CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	17
Publicações	21
Coordenador Líder	21
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	21
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO	22
Fluxograma da Securitização	22
Objeto	22
Público Alvo e Inadequação do Investimento	23
Forma de Constituição	23
Prazo de Duração	24
Amortizações	24
Assembléia Geral de Cotistas	25
Eventos de Avaliação e de Liquidação Antecipada	26
FATORES DE RISCO	27
Riscos de Mercado	27
Descasamento de Taxas	27
Baixa Valorização dos Ativos pós-fixados	27
Flutuação de Preços dos Ativos	27
Sujeição dos Ativos a Oscilações Diversas	28
Efeitos da Política Econômica do Governo Federal	28
Riscos de Crédito	28
Inexistência de Garantia das Aplicações do Fundo	28
Inadimplência dos Emissores dos Ativos	28
Fatores Macroeconômicos	29
Cobrança Judicial e Extrajudicial	29
Veículos garantidos por alienação fiduciária	29
Riscos de Liquidez	29
Inexistência de Mercado Secundário para Negociação de Direitos Creditórios	29
Falta de Liquidez dos Ativos Financeiros	29
Fundo Fechado e Mercado Secundário	30
Liquidação Antecipada e Amortização Compulsória	30
Reserva de Liquidez não Constitui Garantia de Pagamento	30
Reserva de Pagamento não Constitui Garantia de Pagamento	30
Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação Antecipada	31
Modalidade de investimento diferenciada	31
Agravamento do Risco de Descasamento de Taxas	31
Riscos Específicos	31
Riscos Operacionais	31
Irregularidades dos Documentos Comprobatórios	31
Verificação do Lastro dos Direitos Creditórios Cedidos por Amostragem	32
Forma de Pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos	32
Falhas do Agente de Recebimento	32
Verificação do Registro do Gravame Prévia à Cessão	32



Risco de Descontinuidade	33
Liquidação Antecipada	33
Observância da Alocação Mínima	33
Fluxos de Cessão	33
Riscos da Originadora	33
Rescisão do Contrato de Cessão	33
Diminuição da Quantidade de Direitos Creditórios Elegíveis	34
Acionistas Controladores	34
Política de Dividendos	34
Vulnerabilidade do Portfolio de Empréstimos do Cedente	34
Operações com Títulos Públicos e Atividades no Mercado Aberto	35
Outros fundos	35
Outros Riscos	36
Invalidade ou Ineficácia da Cessão de Direitos Creditórios	36
Concentração em Modalidade de Investimento	36
Intervenção ou Liquidação do Agente de Cobrança	36
Intervenção ou Liquidação do Custodiante	37
Guarda dos Documentos Comprobatórios pelo Banco Panamericano	37
Sub-contratação de Terceiros para Serviços de Guarda de Documentos	37
Alteração do Regulamento	37
Ausência de Notificação aos Devedores	37
Modalidade Recente de Investimento	37
Dação em Pagamento de Direitos Creditórios	38
Inexistência de Rendimento Predeterminado	38
Risco da Cobrança Extrajudicial e Judicial pelo Cedente	38
Risco da Não Notificação da Substituição de Agente de Cobrança	38
Aprovação de Matérias pelos Cotistas Subordinados	38
Quorum de Aprovação de 90%	39
Redução das Cotas Subordinadas	39
Ausência de Coobrigação do Cedente	39
Exercício Facultativo da Recompra	39
Veículos Garantidos por Alienação Fiduciária	39
Perecimento ou roubo do veículo objeto do Contrato de Abertura de Crédito	40
Questionamento dos Direitos Creditórios Cedidos em Âmbito Judicial	40
Existência de Vícios na Originação de Contratos de Abertura de Crédito	40
Despesas com a Defesa dos Direitos dos Cotistas	40
GERENCIAMENTO DE RISCOS	41
Sistema de Gerenciamento de Riscos e Compliance	41
PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO	42
Cronograma de Etapas da Oferta	42
Informações sobre Coleta de Intenções	42
Início e Encerramento da Distribuição	43
Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição	43
Manifestação de Aceitação ou de Revogação da Aceitação	43
Suspensão, Cancelamento e Prorrogação da Oferta	43
Devolução e Reembolso aos Investidores	44
Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A	44
Demonstrativo do Custo da Distribuição	45
Custo Unitário de Distribuição	46
OBJETIVO DE INVESTIMENTO	47
POLÍTICA DE INVESTIMENTO	48
Carteira do Fundo	48
Requisitos de Diversificação	48
Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo	48
Reserva de Liquidez	48
Demais Informações sobre a Política de Investimento	49

DIREITOS CREDITÓRIOS	50
Aspectos Legais e Regulamentares do Empréstimo a Pessoas Físicas para Aquisição de Veículos	50
Cessão da Alienação Fiduciária em Garantia	50
Eficácia do Contrato contra Terceiros	51
Regulamentos Editados pelo CONTRAN	51
Efeitos do Adimplemento e Inadimplemento do Contrato	52
Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios	53
Condições Adicionais dos Direitos Creditórios	53
Características dos Direitos Creditórios	54
Natureza	54
Processo de Origem	54
Documentos da Operação	55
Política de Concessão de Crédito a Pessoas Físicas para Aquisição de Veículos	55
Cobrança dos Direitos Creditórios	55
Cobrança Ordinária dos Direitos Creditórios Cedidos	55
Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Inadimplentes	56
Perfil da Carteira de Direitos Creditórios do Banco Panamericano	57
Introdução	57
Objetivo e Alcance do Trabalho	57
COTAS DO FUNDO	59
Características Gerais	59
Primeira Emissão	60
Classes de Cotas	60
Razão Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o Valor das Cotas Seniores	61
AMORTIZAÇÃO DAS COTAS	62
Amortização das Cotas Seniores	62
Amortização das Cotas Subordinadas Classe A	63
Amortização das Cotas Subordinadas Classe B	64
Amortização Compulsória	65
RESERVA DE PAGAMENTO	67
REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO	69
DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO	70
TAXAS	71
PRESTADORES DE SERVIÇOS	72
Instituição Administradora e Gestora	72
Histórico e Atividades	72
Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora	72
Remuneração da Instituição Administradora	75
Substituição da Instituição Administradora	75
Contratação de Terceiros	75
Custodiante e Escriturador de Cotas	76
Histórico	76
Tecnologia e sistemas	76
Sistemas de back-up	77
Políticas de compliance e controles internos	77
Responsabilidades do Custodiante	77
Verificação dos Direitos Creditórios por Amostragem	78
Substituição do Custodiante	78
Fiel Depositário	78
Agente de Cobrança	79
Banco Bradesco	79
Banco Panamericano	79
Substituição do(s) Agente(s) de Cobrança	80
Coordenador Líder	80
Auditor	80
Verificação das Condições Adicionais	80

Agência Classificadora de Risco	81
CONFLITOS DE INTERESSE	82
SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES	83
Contrato de Custódia	83
Contrato de Cessão	85
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE	92
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo	92
Metodologia de Avaliação das Cotas de cada Classe	93
ASSEMBLÉIA GERAL	94
Competência	94
Procedimento de Convocação	95
Nomeação de Representante dos Condôminos	96
Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações	96
Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembléia Geral	98
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	99
Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo	99
Eventos de Avaliação	99
Eventos de Liquidação Antecipada	102
Procedimentos de Liquidação Antecipada	103
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	106
Despesas e Encargos do Fundo	106
Direitos Creditórios inadimplentes, recompra facultativa e aporte adicional de recursos para fazer frente a despesas de cobrança	107
Informações Obrigatórias e Periódicas	108
PUBLICAÇÕES	111
BASE LEGAL RELATIVA AOS FIDCS	112
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS COTISTAS	113
Tributação do Fundo	113
Tributação dos Cotistas	113
ATENDIMENTO AO COTISTA	115
INFORMAÇÕES RELATIVAS AO BANCO PANAMERICANO	116
Histórico	116
Grupo Sílvio Santos (GSS)	117
Divisão Financeira	117
Divisão de Comunicação	117
Divisão de Comércio e Serviços	118
Negócios do Banco Panamericano	118
Crédito direto ao consumidor e Crédito Pessoal	119
Cartões de Crédito	119
Crédito Consignado	120
Demonstrações Financeiras	120
ANEXO I	121
ANEXO II	223
ANEXO III	233
ANEXO IV	285
ANEXO V	325
ANEXO VI	351
ANEXO VII	355

## GLOSSÁRIO

Principais termos e expressões utilizados neste prospecto:

Agência Classificadora de Risco	Fitch Ratings Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 1470, cj. 511, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.813.375/0001-33, ou quem vier a lhe suceder.
Agente de Recebimento	O Banco Bradesco, contratado pelo Banco Panamericano por meio de “Convênio de Recebimento e Outras Avenças” ao qual o Fundo, representado pela Instituição Administradora, deverá aderir, respondendo pela prestação dos serviços de recebimento e repasse de valores relativos ao pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos.
Alocação Mínima	Percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo a ser mantido em Direitos Creditórios, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades.
Amortização Compulsória	Amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios	A soma de todas as aquisições de direitos creditórios realizadas pelo Fundo até se perfazer o montante de R\$400.000.000,00.
Assembléia Geral	Assembléia geral de cotistas do Fundo.
Auditor	KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 57.755.217/0001-29.
Aviso de Desenquadramento	Correspondência a ser enviada pela Instituição Administradora ao Banco Panamericano na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por 2 dias úteis consecutivos, na forma do Anexo V do Regulamento.

Banco Bradesco	Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Yara, S/N, no Núcleo Administrativo “Cidade de Deus”, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001/12.
Banco Itaú	Banco Itaú S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Egydio de Souza Aranha, n.º 100 - Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04.
Banco Panamericano ou Cedente	Banco Panamericano S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.240, inscrita no CNPJ/MF sob nº 59.285.411/0001-13, (i) cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo, (ii) contratado pelo Fundo, com a anuência do Custodiante, como fiel depositário dos Documentos Comprobatórios e (iii) contratado pelo Custodiante, com interveniência da Instituição Administradora, como agente cobrador dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos. Comprobatórios.
CETIP	Câmara de Custódia e de Liquidação.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Coleta de Intenções	Procedimento adotado pelo Coordenador Líder para a definição da remuneração das Cotas Seniores.
Condições Adicionais	São as características dos Direitos Creditórios que, adicionalmente aos Critérios de Elegibilidade, são necessárias para sua aquisição pelo Fundo, cuja observância deverá ser verificada pelo Auditor.
Contratos de Abertura de Crédito	Contratos de empréstimo do Banco Panamericano a pessoas físicas para aquisição de automóveis, motocicletas, ônibus, vans e caminhões e que originarão os direitos de crédito que poderão ser ofertados ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.
Contrato de Cessão	Contrato de promessa de cessão de direitos creditórios por meio do qual o Banco Panamericano

	(Cedente) prometerá ceder Direitos Creditórios originários dos Contratos de Abertura de Crédito ao Fundo (cessionário).
Contrato de Colocação	Contrato de Colocação Pública de Cotas Seniores do Fundo, sob regime de garantia firme de subscrição, celebrado entre o Coordenador Líder, o Fundo e o Banco Panamericano.
Contrato de Custódia	Contrato firmado entre a Instituição Administradora e o Banco Itaú, como custodiante, com a interveniência do Banco Panamericano, que contém descrição dos serviços a serem prestados pelo custodiante ao Fundo.
Convênio de Recebimento	“Convênio de Recebimento e Outras Avenças” mediante o qual o Banco Panamericano contratou o Banco Bradesco para a prestação de serviços de recebimento e transferência de valores, e ao qual o Fundo, representado pela Instituição Administradora, deverá aderir.
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil.
Cotas	Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e não são resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral. As cotas do Fundo são divididas em três classes, sejam elas: sênior, subordinada classe A e subordinada classe B.
Cotas Seniores	São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotas Seniores em Circulação	A totalidade das Cotas Seniores emitidas, excetuadas as Cotas Seniores que eventualmente, por qualquer motivo, se encontrem em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao cedente e/ou a qualquer das Partes Relacionadas ao Cedente, bem como pertencentes aos respectivos diretores, conselheiros ou acionistas do Cedente e/ou das Partes relacionadas ao Cedente.

Cotas Subordinadas	São as Cotas Subordinadas Classe A em conjunto com as Cotas Subordinadas Classe B.
Cotas Subordinadas Classe A	São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotas Subordinadas Classe B	São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Classe A para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotas Subordinadas Classe A em Circulação	A totalidade das Cotas Subordinadas Classe A emitidas, excetuadas as Cotas Subordinadas Classe A que eventualmente, por qualquer motivo, se encontrem em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao cedente e/ou a qualquer das Partes Relacionadas ao Cedente, bem como pertencentes aos respectivos diretores, conselheiros ou acionistas do Cedente e/ou das Partes relacionadas ao Cedente.
Cotistas Dissidentes	Os Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão da Assembléia Geral de deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, a quem será concedido o resgate antecipado de suas cotas, conforme regras a serem definidas na Assembléia Geral.
Crítérios de Elegibilidade	São as características dos Direitos Creditórios que são necessárias para sua aquisição pelo Fundo, cuja observância deverá ser verificada pelo Custodiante nos termos da cláusula 10 do Regulamento, e conforme determinação do artigo 38, II, da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001.
Custodiante	Banco Itaú ou quem vier a lhe suceder.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Subscrição Inicial	Data da primeira subscrição e integralização de cotas do Fundo.
Datas de Amortização de Cotas Seniores	Datas das amortizações programadas das Cotas Seniores, sempre no dia 15 de cada mês.

Datas de Amortização de Cotas Subordinadas Classe A	Datas das amortizações programadas das Cotas Subordinadas Classe A, sempre no dia 15 de cada mês.
Datas de Amortização de Cotas Subordinadas Classe B	Datas das amortizações programadas das Cotas Subordinadas Classe B, sempre no dia 15 de cada mês.
Devedores	Pessoas físicas, devedoras dos Contratos de Abertura de Crédito cujos Direitos Creditórios serão ofertados ao Fundo.
Direitos Creditórios	São direitos de crédito de titularidade legítima e exclusiva do Banco Panamericano, advindos de Contratos de Abertura de Crédito que poderão ser ofertados ao Fundo.
Direitos Creditórios Cedidos	São os Direitos Creditórios cedidos pelo Banco Panamericano ao Fundo por meio da celebração do Termo de Cessão.
Disponibilidades	Compreendem (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata.
Documentos Comprobatórios	São os Contratos de Abertura de Crédito cedidos ao Fundo e as respectivas notas promissórias.
Eventos de Avaliação	Aqueles definidos no capítulo “Liquidação do Fundo” seção “Eventos de Avaliação” deste Prospecto, cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios bem como convocação imediata de Assembléia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como Evento de Liquidação.
Eventos de Liquidação	Aqueles definidos no capítulo “Liquidação do Fundo” seção “Eventos de Liquidação” deste Prospecto, cuja ocorrência enseja a convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos cotistas e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios.
FIDC	Fundo de investimento em direitos creditórios.
Fundo	“Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I”.



Instituição Administradora	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob o n.º 62.418.140/0001-31, ou quem vier a lhe suceder.
Instituição Líder	Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira com sede na Praça Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 9º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30.
Instituições Autorizadas	(i) União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco, (ii) Banco Bradesco S.A., (iii) Banco Itaú S.A., (iv) Banco Itaú BBA S.A., (v) Banco Santander Brasil S.A., (vi) Banco do Brasil S.A., (vii) HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo, (viii) Banco ABN Amro Real S.A., e (ix) Caixa Econômica Federal S.A., ou (xi) outras instituições de primeira linha que venham a ser aprovadas pela Agência Classificadora de Risco e pelos titulares da maioria das Cotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral.
Investidores Autorizados	Investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, bem como fundos de investimento em cotas classificados como "Renda Fixa" e "Multimercado", de acordo com o artigo 112, parágrafo 5º, da Instrução CVM nº 409/04.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira com sede na Praça Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 9º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30.
Lista de Veículos Financiados	Relação fornecida pelo Banco Panamericano ao Custodiante, que deve conter (i) a identificação (número do chassi) de todos os veículos financiados por meio dos Contratos de Abertura de Crédito que originarão os Direitos Creditórios que se pretende ofertar ao Fundo, e (ii) o número de identificação de cada Contrato de Abertura de Crédito.

Partes Relacionadas	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica.
Período de Verificação	Período de tempo correspondente a um mês-calendário, ao final do qual será apurada a inadimplência da carteira de Direitos Creditórios do Fundo para fins do disposto no capítulo “Liquidação do Fundo” seção “Eventos de Avaliação” deste Prospecto.
Primeira Emissão	Primeira emissão de cotas do Fundo.
Prospecto	É o presente prospecto definitivo da Primeira Emissão.
Razão Mínima	Relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores em Circulação, que será equivalente a 136,66%.
Regulamento	Regulamento do Fundo, registrado no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 21 de maio de 2007 e cuja primeira alteração foi averbada em 28 de maio de 2007.
Relatório do Custodiante	Relatório do qual devem constar as conclusões do Custodiante acerca da adequação dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade, bem como a identificação de todos os Contratos de Abertura de Crédito que originarão os Direitos Creditórios Cedidos.
Reserva de Liquidez	Soma, equivalente a no mínimo 1% do patrimônio líquido do Fundo, que deverá ser mantida em Disponibilidades.
Reserva de Pagamento	Reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A.
Série	Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos do Regulamento e do respectivo Suplemento.

Suplemento

Documento, cujo modelo consta do Anexo VII do Regulamento, que contém a definição do *spread* ou sobretaxa incidente sobre a remuneração das Cotas Seniores e que, uma vez assinado e averbado pela Instituição Administradora no registro do Regulamento em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, constituirá parte integrante do Regulamento.

Termo de Cessão

Instrumento mediante o qual os Direitos Creditórios advindos dos Contratos de Abertura de Crédito são cedidos ao Fundo pelo Banco Panamericano, devendo ser elaborado de acordo com o modelo do Anexo IV do Contrato de Cessão.

**IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DO COORDENADOR LÍDER, DE CONSULTORES,  
AUDITORES E AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO**

**Instituição Administradora**

Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa  
São Paulo – SP  
At.: Sr. Rogério Aoki / Sr. Marcelo D. Barbosa  
Telefone: (11) 5029-4693 / 5029-1428  
Fax: (11) 5029-1394

**Coordenador Líder**

Banco Itaú BBA S.A.  
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Conceição, 9º andar  
São Paulo – SP  
At.: Sr. Eduardo Prado Santos  
Telefone: (11) 3708-8717  
Fax: (11) 3708-8107

**Consultores Legais do Cedente**

Levy & Salomão Advogados  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2601, 12º andar  
São Paulo - SP  
At.: Dr. Erik Frederico Oioli  
Telefone: (11) 3365-5050  
Fax: (11) 3365-5048

**Consultores Legais do Coordenador Líder**

Pinheiro Neto Advogados  
R. Hungria, 1100 Jd. Europa  
São Paulo - SP  
At.: Dr. José Carlos Meirelles  
Telefone: (11) 3247-8400  
Fax: (11) 3247-8600

**Auditores Contratados**

KPMG Auditores Independentes S/C Ltda.  
Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar  
São Paulo – SP  
At.: Sr. Pedro Zago  
Telefone: (11) 3067-3000  
Fax: (11) 3079-3752

**Agência Classificadora de Risco**

Fitch Ratings Brasil Ltda.  
Alameda Santos, nº 1470, cj. 511  
São Paulo – SP  
At.: Sr. Jayme Bartling  
Telefone: (11) 4504-2602  
Fax: (11) 4504-2600

## SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO

Seguem abaixo os principais termos e condições do “**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I**”, bem como as principais condições da oferta das Cotas do Fundo. O potencial investidor deve ler todo o conteúdo do presente Prospecto e do Regulamento antes de tomar decisão de investimento.

<b>Emissor das Cotas</b>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I.
<b>Cedente dos Direitos Creditórios</b>	Banco Panamericano S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.240, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob nº 59.285.411/0001-13.
<b>Forma de Constituição</b>	O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, sendo também admitida a amortização das Cotas nos termos do Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas.
<b>Prazo de Duração do Fundo</b>	O Fundo tem prazo de duração de 60 meses, contados a partir da data da primeira subscrição e integralização de Cotas.
<b>Valor Unitário das Cotas na Primeira Emissão</b>	Na Primeira Emissão de Cotas serão emitidas cotas com valor de R\$1,00 cada na Data de Subscrição Inicial, independentemente da classe.
<b>Regime de Colocação</b>	As Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A da primeira emissão serão colocadas publicamente pelo Coordenador Líder sob regime de garantia firme, de tal forma que no prazo de até 5 dias úteis, a contar da publicação do anúncio de início de distribuição, as Cotas Seniores não colocadas junto a investidores deverão ser subscritas pelo Coordenador Líder até o limite do respectivo lote de garantia firme.
<b>Razão Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o Valor das Cotas Seniores</b>	A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores é de 136,66%.
<b>Prazo para Encerramento da Distribuição das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A da Primeira Emissão</b>	6 meses, a contar da publicação do Anúncio de Início de Distribuição.

## **Classes de Cotas**

As Cotas poderão ser seniores, subordinadas classe A ou subordinadas classe B. Todas as Cotas de mesma classe terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto no capítulo “Assembléia Geral” deste Prospecto. As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. O critério para distribuição dos rendimentos e a amortização para as Cotas Seniores estão previstos respectivamente nos capítulos “Amortização das Cotas” e “Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo” deste Prospecto.. As Cotas Subordinadas Classe A são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. As Cotas Subordinadas Classe B são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Classe A para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas Classe A após a amortização das Cotas Seniores, e somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas Classe B após a amortização das Cotas Subordinadas Classe A, ou conforme descrito no capítulo “Amortização das Cotas” deste Prospecto. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas Classe A após o resgate das Cotas Seniores, e somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas Classe B após o resgate das Cotas Subordinadas Classe A. A distribuição dos rendimentos e a possibilidade de amortização para as Cotas Subordinadas estão previstas respectivamente nos capítulos “Amortização das Cotas” e “Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo” deste Prospecto.

## **Valorização das Cotas e Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo**

Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento: (i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior, o valor equivalente à 100% da variação percentual acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, calculada conforme o Anexo VI do Regulamento, no respectivo período, acrescida de *spread* ou sobretaxa de 0,75% ao ano, definida através de procedimento de coleta de intenções (*bookbuilding*) e informada no respectivo Suplemento; (ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, e havendo excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período, será incorporado ao valor de cada Cota Subordinada Classe A, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil

imediatamente anterior, o valor equivalente à 100% da variação percentual acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, calculada conforme o Anexo VII do Regulamento, no respectivo período, acrescida de *spread* ou sobretaxa de 2,25% ao ano, base 252 dias úteis; e (iii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores e para as Cotas Subordinadas Classe A, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas Classe B. A metodologia acima descrita não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

#### **Remuneração Alvo das Cotas Seniores**

Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores será correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, base 252 dias úteis, acrescido de *spread* ou sobretaxa de 0,75% ao ano, definida em procedimento de coleta de intenções (*bookbuilding*) e indicada no respectivo Suplemento, incidente sobre o valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, a partir da data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, e incorporados ao valor de cada Cota Sênior ao final de cada Período de Capitalização (Vide Anexo VI do Regulamento).

.

#### **Amortizações**

A partir do 13º mês, contado da Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas em 24 pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula especificada no capítulo “Amortização das Cotas” seção “Amortização das Cotas Seniores” deste Prospecto. As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 15 de cada mês. As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de cotistas. A partir do 13º mês, contado da Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Subordinadas Classe A serão amortizadas em 24 pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula especificada no capítulo “Amortização das Cotas” seção “Amortização das Cotas Subordinadas Classe A” deste Prospecto. As amortizações das Cotas Subordinadas Classe A ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 15 de



cada mês. A partir do 13º mês, contado a partir do mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos e seja observada a Razão Mínima, as Cotas Subordinadas Classe B também serão amortizadas, parcialmente, em 24 pagamentos mensais e sucessivos. As amortizações das Cotas Subordinadas Classe B ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 15 de cada mês, sempre realizadas após a amortização da totalidade das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A prevista para aquele mês, nos termos do Regulamento. Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas Classe A caso (i) não ocorra a amortização programada das Cotas Seniores no mês em questão; e/ou (ii) tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e/ou (iii) esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo. Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas Classe B caso (i) não ocorra a amortização programada das Cotas Seniores e/ou das Cotas Subordinadas Classe A no mês em questão; e/ou (ii) em decorrência direta da sua concretização, ocorra a inobservância da Razão Mínima; e/ou (iii) tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e/ou (iv) esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo; e/ou (v) após notificado pela Instituição Administradora, o Cedente informe, em até 1 dia útil do recebimento de tal notificação, que não deverá ocorrer a amortização do mês em questão. As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de condôminos.

**Resgate**

As Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação antecipada.

**Procedimento da Distribuição Pública**

A distribuição das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A será pública, destinada exclusivamente a Investidores Autorizados. As Cotas serão colocadas pelo Itaú BBA. As Cotas Subordinadas Classe B não são objeto de distribuição pública e serão destinadas exclusivamente ao Banco Panamericano.

**Mercado onde as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Classe A serão negociadas**

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Classe A do Fundo poderão ser negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, desde que registradas na CETIP.

**Valor Mínimo de Aplicação**

R\$ 25.000,00.

**Destinação dos Recursos**

Os recursos decorrentes da subscrição e integralização das Cotas serão destinados preponderantemente à aquisição de Direitos Creditórios oriundos de Contratos de Abertura de Crédito celebrados entre o Banco

Panamericano e os Devedores, desde que aqueles atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade, às Condições Adicionais e à Política de Investimento previstos nos capítulos “Direitos Creditórios” e “Política de Investimento” deste Prospecto. Para maiores informações acerca da política de investimento do Fundo, vide o capítulo “Política de Investimento” deste Prospecto.

**Classificação de Risco das Cotas Seniores**

AA(bra).

**Classificação de Risco das Cotas Subordinadas Classe A**

BBB+(bra).

**Publicações**

As publicações a cargo do Fundo serão realizadas no jornal Diário Comércio, Indústria & Serviços, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

**Coordenador Líder**

Banco Itaú BBA S.A.

**Instituição Administradora**

Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

**Custodiante**

Banco Itaú S.A.

**Auditor**

KPMG Auditores Independentes S/C Ltda.

**Agência Classificadora de Risco**

Fitch Ratings Brasil Ltda., ou quem vier a lhe suceder.

**Consultores Legais do Cedente**

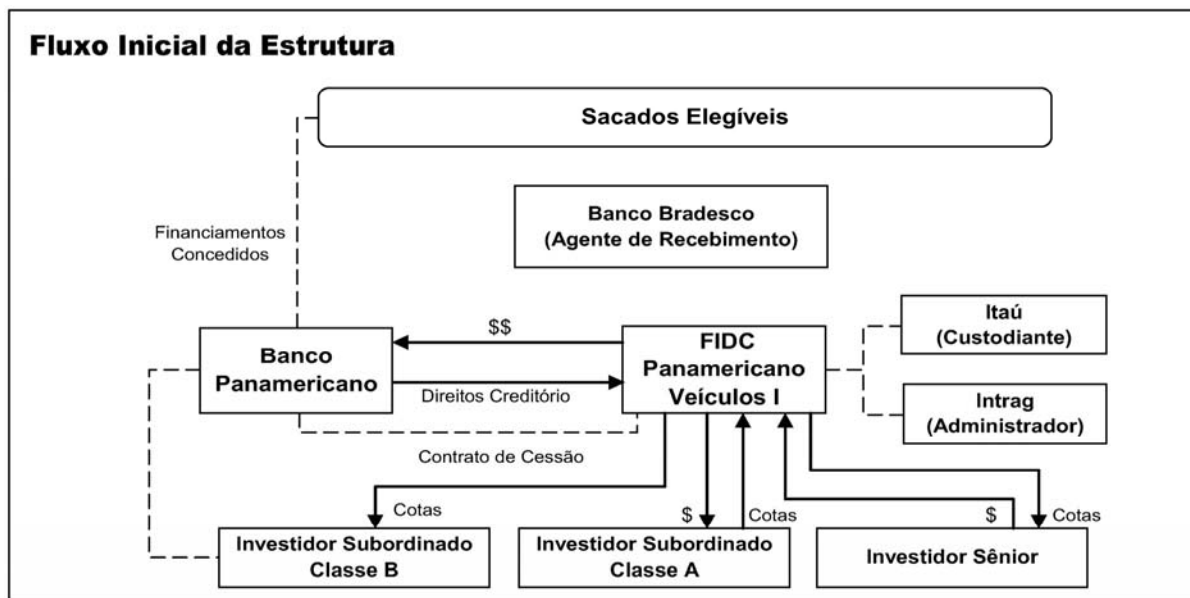
Levy & Salomão Advogados

**Consultores Legais do Coordenador Líder**

Pinheiro Neto Advogados

## CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

### Fluxograma da Securitização



1. O Banco Panamericano concede empréstimos a pessoas físicas (Devedores) para aquisição de veículos, constituindo Direitos Creditórios de sua titularidade.
2. Desde que atendidos os Critérios de Elegibilidade e as Condições Adicionais previstos no Regulamento do FIDC, este adquirirá os Direitos Creditórios oferecidos à cessão pelo Banco Panamericano. O preço de cessão dos Direitos Creditórios é definido conforme fórmula descrita no capítulo “Sumário dos Contratos Relevantes” seção “Contrato de Cessão” abaixo.
3. O FIDC emite Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A para subscrição por Investidores Qualificados e Cotas Subordinadas Classe B destinadas, exclusivamente, ao Banco Panamericano.
4. Com os recursos obtidos pela integralização das Cotas Seniores e pelas Cotas Subordinadas Classe A, o FIDC paga ao Banco Panamericano pela cessão de Direitos Creditórios, podendo, ainda, adquirir outros ativos previstos no capítulo “Política de Investimento” seção “Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” deste Prospecto.

### Objeto

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos do Banco Panamericano a pessoas físicas para aquisição de automóveis, motocicletas, ônibus, vans e caminhões, desde que atendidos os Critérios de Elegibilidades, as Condições Adicionais e a Política de Investimento.

## **Público Alvo e Inadequação do Investimento**

Somente poderão adquirir Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A, os Investidores Autorizados, nos termos da legislação aplicável, que almejam rentabilidade a longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo e que aceitam os riscos inerentes a tal investimento.

Para fins deste Prospecto, são considerados Investidores Autorizados os investidores qualificados, assim definidos pelo artigo 109 da Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM:

- i) instituições financeiras;
- ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio;
- v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e
- vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

São também considerados Investidores Autorizados os fundos de investimento em cotas classificados como "Renda Fixa" e "Multimercado", conforme previsto no artigo 112, § 5º, da Instrução CVM nº 409/04.

O Fundo visa atingir Investidores Autorizados, quer seja pessoa natural, jurídica e/ou investidores institucionais que tenham por objetivo retorno no médio e longo prazos, de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas Seniores e nas Cotas Subordinadas Classe A, bem como prazo de maturação de investimento. O investimento em Cotas Seniores e nas Cotas Subordinadas Classe A é inadequado para investidores que não tenham os objetivos acima descritos.

Os investidores devem analisar cuidadosamente os “Fatores de Risco” do Prospecto antes de tomar uma decisão de investimento relativa à oferta.

## **Forma de Constituição**

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, ou ainda quando de sua amortização integral, nos termos do capítulo “Amortização das Cotas” deste Prospecto. É admitida a amortização das Cotas nos termos do capítulo “Amortização das Cotas” deste Prospecto ou por decisão da Assembléia Geral.

## **Prazo de Duração**

O prazo de duração do Fundo será de 60 meses, contado da Data da Subscrição Inicial.

## **Amortizações**

Os valores e prazos de amortização e carência aplicáveis às Cotas Seniores de cada uma das Séries a serem emitidas pelo Fundo deverão constar do Suplemento da respectiva Série.

A partir do 13º mês, contado da Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas em 24 pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula especificada no capítulo “Amortização das Cotas” seção “Amortização das Cotas Seniores” deste Prospecto.

As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 15 de cada mês. Na hipótese de qualquer das Datas de Amortização de Cotas Seniores coincidir com dia que seja feriado nacional, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente durante o qual haja expediente bancário, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da Assembléia Geral.

A última parcela de amortização das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A corresponderá ao resgate de tais cotas.

A partir do 13º mês, contado a partir do mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Subordinadas Classe A serão amortizadas em 24 pagamentos mensais e sucessivos.

As amortizações das Cotas Subordinadas Classe A ocorrerão, mensalmente, todo dia 15 de cada mês.

Na hipótese de qualquer das datas de amortização de Cotas Subordinadas Classe A coincidir com dia que seja feriado nacional, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente durante o qual haja expediente bancário, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas Classe A caso (i) não ocorra a amortização programada das Cotas Seniores no mês em questão; e/ou (ii) tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e/ou (iii) esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo.

A não ocorrência de determinada amortização de Cotas Subordinadas Classe A em razão do disposto no parágrafo anterior não prejudicará as outras amortizações de Cotas Subordinadas Classe A programadas.

A partir do 13º mês, contado a partir do mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Subordinadas Classe B também serão amortizadas, em 24 pagamentos mensais e sucessivos, até o valor necessário para a observância da Razão Mínima.

As amortizações das Cotas Subordinadas Classe B ocorrerão, mensalmente, todo dia 15 de cada mês, desde que a amortização das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A tenha sido efetuada e desde que observada a Razão Mínima. Na hipótese de qualquer das datas de amortização de Cotas Subordinadas Classe B coincidir com dia que seja feriado nacional, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente durante o qual haja expediente bancário, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

Até 2 dias úteis antes da data de amortização de Cotas Subordinadas Classe B, a Instituição Administradora notificará o Cedente informando a futura ocorrência ou não de tal evento.

Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas Classe B caso (i) não ocorra a amortização programada das Cotas Seniores e/ou das Cotas Subordinadas Classe A no mês em questão; e/ou (ii) em decorrência direta da sua concretização ocorra a inobservância da Razão Mínima; e/ou (iii) tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, e/ou (iv) esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo, e/ou (v) após notificado pela Instituição Administradora, o Cedente informe que não deverá ocorrer a amortização do mês em questão. Caso o Cedente não se manifeste no prazo previsto no subitem “v”, a Instituição Administradora procederá à amortização das Cotas Subordinadas Classe B na forma prevista no capítulo “Amortização das Cotas” abaixo.

A não ocorrência de determinada amortização de Cotas Subordinadas Classe B em razão do disposto no parágrafo anterior não prejudicará as outras amortizações de Cotas Subordinadas Classe B programadas, desde que observada a Razão Mínima ao tempo de cada amortização.

As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da Assembléia Geral.

### **Assembléia Geral de Cotistas**

Os titulares de Cotas poderão se reunir em assembléia geral de cotistas para deliberar sobre assuntos de interesse do Fundo e dos cotistas, nos termos do Regulamento e da Instrução CVM nº 356/01.

A assembléia geral de cotistas poderá reunir-se por convocação da Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação à Instituição Administradora por cotistas que representem, no mínimo, 5% do total das Cotas emitidas.

A convocação da assembléia geral de cotistas deverá ser feita com 10 dias de antecedência, no mínimo, contados da data de envio da carta ou da correspondência eletrônica. Não se realizando a assembléia geral de cotistas, será novamente providenciada a expedição aos cotistas de correspondência eletrônica ou de carta com aviso de recebimento, com antecedência mínima de 5 dias. Admite-se que a segunda convocação da assembléia geral de cotistas seja providenciada juntamente com a primeira convocação. Independentemente das formalidades previstas no Regulamento, será considerada regular a assembléia geral de cotistas a que comparecerem todos os cotistas.

As assembléias gerais de cotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um cotista.

Deliberações sobre (i) substituição da Instituição Administradora; (ii) elevação da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e (iii) fusão, incorporação, cisão e liquidação do Fundo dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, a maioria das Cotas dos presentes.

Todas as demais deliberações para as quais não haja previsão expressa no Regulamento dependerão da aprovação da maioria das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A em Circulação

Para maiores informações, veja o capítulo “Assembléia Geral de Cotistas” abaixo.

### **Eventos de Avaliação e de Liquidação Antecipada**

Na ocorrência de algum dos eventos considerados como Evento de Avaliação, a Instituição Administradora convocará imediatamente uma assembléia geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação do Fundo.

Caso ocorra em Evento de Liquidação, a Instituição Administradora convocará assembléia para deliberar sobre a liquidação do Fundo, ocasionando o resgate antecipado das Cotas. Referido resgate também será iniciado caso a assembléia decida que um Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação (veja o capítulo “Liquidação do Fundo” abaixo).

## FATORES DE RISCO

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados abaixo. O investidor, antes de adquirir Cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

### Riscos de Mercado

#### *Descasamento de Taxas*

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia conforme previsto no capítulo “Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo”. Ademais, a Instituição Administradora não pode contratar operações de swap de taxas prefixadas por CDI over. Caso a taxa de remuneração do CDI se eleve substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas Classe A, sendo que nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos cotistas.

#### *Baixa Valorização dos Ativos pós-fixados*

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no capítulo “Política de Investimento” deste Prospecto seção “Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo”, desde que pós-fixados. No entanto, tais ativos podem apresentar valorização efetiva inferior às taxas médias diárias dos DI, o que pode fazer com que os recursos do Fundo se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade da meta de rentabilidade prevista para as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Classe A (uma vez que a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Classe A tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI), e nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos cotistas.

#### *Flutuação de Preços dos Ativos*

Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas.



### *Sujeição dos Ativos a Oscilações Diversas*

Os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos ativos financeiros poderão ocorrer também em função das alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Como decorrência de tais oscilações, poderão ocorrer variações negativas no valor do patrimônio líquido do Fundo.

### *Efeitos da Política Econômica do Governo Federal*

O Fundo, seus ativos e o Cedente estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente o interesse de investidores na aquisição de Cotas e na liquidação dos Direitos Creditórios pelos Devedores.

### **Riscos de Crédito**

#### *Inexistência de Garantia das Aplicações do Fundo*

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, ou do FGC. Igualmente, nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram aos cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.

#### *Inadimplência dos Emissores dos Ativos*

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no capítulo “Política de Investimento” seção “Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” deste Prospecto, desde que pós-fixados. Tais títulos e ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas.

### *Fatores Macroeconômicos*

Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, etc. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos afetando negativamente seus resultados e/ou provocando perdas patrimoniais.

### *Cobrança Judicial e Extrajudicial*

No caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios Cedidos, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.

### *Veículos garantidos por alienação fiduciária*

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Contratos de Mútuo CDC Veículos, que são garantidos por alienação fiduciária de veículos. Contudo, é possível que, em eventual execução de Devedor inadimplente, o veículo objeto de alienação fiduciária não seja encontrado, ou o seu valor de venda seja insuficiente para o pagamento integral da dívida. Se isso ocorrer e o Devedor não tiver patrimônio suficiente para o pagamento do saldo devedor, ocorreria a redução da rentabilidade do Fundo, ou até perda patrimonial.

## **Riscos de Liquidez**

### *Inexistência de Mercado Secundário para Negociação de Direitos Creditórios*

O Fundo se enquadra em modalidade de investimento diferenciada, devendo os potenciais investidores avaliar minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer consequências negativas para o patrimônio do Fundo, ou que podem tornar o investimento ilíquido. Assim, por exemplo, o Fundo aplica seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de direitos creditórios. Portanto, caso por qualquer motivo seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao patrimônio do Fundo.

### *Falta de Liquidez dos Ativos Financeiros*

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no capítulo “Política de Investimento” seção “Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” deste Prospecto, desde que pós-fixados. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no

pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a cotistas, afetando a liquidez esperada de suas Cotas.

#### *Fundo Fechado e Mercado Secundário*

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação. Assim, o cotista não terá liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (i) por ocasião das amortizações programadas ou eventuais, ou (ii) por meio da alienação de suas Cotas no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao investidor. Não há qualquer garantia da Instituição Administradora, do Cedente, do Custodiante, ou de qualquer outra Parte Relacionada, em relação à possibilidade de venda das Cotas no mercado secundário, preço obtido pelas Cotas, ou mesmo garantia de saída ao investidor. Esta última hipótese pode trazer ao investidor perda de patrimônio, se o preço praticado na alienação for inferior ao valor das Cotas.

#### *Liquidação Antecipada e Amortização Compulsória*

As Cotas serão amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no capítulo “Amortização das Cotas” deste Prospecto. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, bem como amortização compulsória de Cotas. Assim, há a possibilidade de os titulares de Cotas receberem valores antecipadamente e eventualmente inferiores aos esperados.

#### *Reserva de Liquidez não Constitui Garantia de Pagamento*

Será constituída Reserva de Liquidez conforme o capítulo “Política de Investimento” seção “Reserva de Liquidez” deste Prospecto. No entanto, eventualmente o Fundo poderá não ter recursos sequer para a constituição da Reserva de Liquidez, como em caso de inadimplência maciça combinada com iliquidez do mercado secundário de direitos creditórios. Ademais, a soma a ser mantida em Disponibilidades para formação da Reserva de Liquidez pode ser insuficiente para fazer quaisquer pagamentos de responsabilidade do Fundo. Desse modo, a existência da Reserva de Liquidez não constitui garantia de pagamento, pelo Fundo, de amortizações, resgates ou despesas.

#### *Reserva de Pagamento não Constitui Garantia de Pagamento*

Será constituída Reserva de Pagamento conforme o capítulo “Reserva de Pagamento” deste Prospecto, destinada ao pagamento das amortizações das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A. No entanto, eventualmente o Fundo poderá não ter recursos sequer para a constituição da Reserva de Pagamento, como em caso de inadimplência maciça combinada com iliquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. É também possível que, não obstante a devida constituição da Reserva de Pagamento, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações. Isso ocorreria, por exemplo, em caso de súbita elevação substancial das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, o que faria com que houvesse um aumento substancial do valor a ser amortizado aos titulares de Cotas Seniores. Desse modo, a

existência da Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A.

#### *Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação Antecipada*

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente, conforme o disposto no capítulo “Liquidação do Fundo” deste Prospecto. Ocorrendo tal liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios Cedidos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios Cedidos; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos cotistas.

#### *Modalidade de investimento diferenciada*

O Fundo se enquadra em modalidade de investimento diferenciada, devendo os potenciais investidores avaliar minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer consequências negativas para o patrimônio do Fundo, ou que podem tornar o investimento ilíquido. Assim, por exemplo, o Fundo aplica seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de Direitos Creditórios. Portanto, caso, por qualquer motivo seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao patrimônio do Fundo.

### **Riscos Provenientes da Não Utilização de Derivativos**

#### **Agravamento do Risco de Descasamento de Taxas**

Os derivativos são um dos instrumentos que podem ser utilizados para diminuir o risco de descasamento de taxas, descrito na seção “*Risco de Mercado – Descasamento de Taxas*” acima. No entanto, é vedada a realização de operações em mercado de derivativos pelo Fundo. Assim sendo, caso a taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia (Taxa DI) eleve-se substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores, e nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos cotistas.

### **Riscos Específicos**

#### *Riscos Operacionais*

#### Irregularidades dos Documentos Comprobatórios

Os Documentos Comprobatórios podem eventualmente conter irregularidades, como falhas na sua elaboração e erros materiais. Por esse motivo, eventual cobrança em juízo dos Devedores poderá ser menos célere do que o usual, podendo ser necessária a adoção de processo monitório ou processo de conhecimento.

Assim, o Fundo poderá permanecer longo tempo sem receber os recursos oriundos dos Direitos Creditórios Cedidos discutidos judicialmente, o que pode lhe causar prejuízo patrimonial. Ainda, o procedimento de cobrança judicial dos Direitos Creditórios Cedidos pode se delongar, ou ser inviabilizado, caso o fiel depositário dos Documentos Comprobatórios demore a restituir ou não restitua os documentos do Fundo em seu poder. Nestas hipóteses, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo poderiam ser prejudicados.

#### Verificação do Lastro dos Direitos Creditórios Cedidos por Amostragem

A verificação documental (física) da regularidade da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos é realizada apenas por meio de auditoria trimestral e por amostragem, de acordo com os critérios definidos no Anexo IX do Regulamento. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos documentos comprobatórios apresentem irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.

#### Forma de Pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos

O pagamento referente aos Direitos Creditórios Cedidos será efetuado junto ao Agente de Recebimento ou em qualquer instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional. Posteriormente, tais recursos devem ser repassados ao Fundo. Tais repasses podem atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como problemas operacionais internos do Agente de Recebimento ou das instituições financeiras. Nessas hipóteses, em que poderá ser necessária a via judicial para se obterem os recursos, a rentabilidade do Fundo poderá ser reduzida.

#### *Falhas do Agente de Recebimento*

O recebimento e o repasse dos valores relativos aos Direitos Creditórios Cedidos dependem, respectivamente, da atuação diligente do Agente de Recebimento e do Banco Panamericano, no caso de Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos. Cabe-lhes aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência. Assim, qualquer falha de procedimento do Agente de Recebimento e/ou do Banco Panamericano poderá acarretar em menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores. Isto levaria a queda da rentabilidade do Fundo, ou até a perda patrimonial.

#### Verificação do Registro do Gravame Prévia à Cessão

De acordo com o item 2.1 do Contrato de Cessão, o Custodiante procederá à verificação da existência do registro da garantia de alienação fiduciária de todos os veículos garantidores dos Direitos Creditórios oferecidos pelo Cedente ao Fundo, junto aos órgãos competentes. Ocorre que essa checagem é feita previamente ao procedimento de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e, entre a oferta e a cessão dos Direitos Creditórios, o Cedente poderá transferir a propriedade fiduciária do bem gravado, de tal forma que a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios que não sejam garantidos por alienação fiduciária de veículo.

### *Risco de Descontinuidade*

#### Liquidação Antecipada

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões, conforme o disposto no capítulo “Liquidação do Fundo” seção “Eventos de Liquidação Antecipada” deste Prospecto. A liquidação antecipada pode trazer prejuízos para o Fundo e seus cotistas, decorrentes, por exemplo, de desvalorização de seus ativos relacionada à conjuntura econômica desfavorável. Ademais, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios Cedidos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios Cedidos; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios Cedidos; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos cotistas. Ademais, por ocasião da eventual liquidação antecipada do Fundo, é possível que não haja, disponíveis no mercado, aplicações com mesmas características de prazo, risco e rentabilidade.

#### Observância da Alocação Mínima

O Fundo deve observar a Alocação Mínima capítulo “Política de Investimento” deste Prospecto. Entretanto, não há garantia de que o Banco Panamericano conseguirá (ou desejará) originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente a tal exigência da Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima pode inclusive levar à Amortização Compulsória de Cotas Seniores (veja capítulo “Amortização das Cotas” seção “Amortização Compulsória” neste Prospecto).

#### Fluxos de Cessão

A existência do Fundo depende da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios pelo Banco Panamericano. Em caso de diminuição do nível de atividades do Cedente a ponto de comprometer tais fluxos de cessão de Direitos Creditórios, não será observado qualquer tipo de prioridade ou preferência na cessão de Direitos Creditórios, tanto para o Fundo em tela quanto para quaisquer outros fundos de investimento em direitos creditórios que tenham por objeto a aquisição de direitos creditórios do Cedente (vide ainda o item “Riscos da Originadora” abaixo).

### *Riscos da Originadora*

#### Rescisão do Contrato de Cessão

O Banco Panamericano, sem prejuízo das penalidades previstas no Contrato de Cessão, pode, a qualquer momento, deixar de ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, a existência do Fundo está condicionada à continuidade das operações do Banco Panamericano com Direitos Creditórios elegíveis nos

termos do Regulamento, inclusive em volume suficiente para alcançar a meta de rentabilidade das Cotas Seniores, bem como à vontade unilateral do Banco Panamericano em ceder Direitos Creditórios ao Fundo.

#### Diminuição da Quantidade de Direitos Creditórios Elegíveis

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Contratos de Abertura de Crédito, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita no capítulo “Política de Investimento” deste Prospecto. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais empréstimos; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação do Fundo, ou ainda Amortização Compulsória ( veja capítulo “Amortização das Cotas” seção “Amortização Compulsória” neste Prospecto). Ressalte-se que alterações da política econômica do governo e aumento da concorrência no setor de crédito direto ao consumidor para aquisição de bens duráveis também podem levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos Creditórios elegíveis.

#### Acionistas Controladores

O Cedente é controlado indiretamente pelo senhor Senor Abravanel, conhecido por seu nome artístico Sílvia Santos, que detém aproximadamente 98% das ações do Banco Panamericano. Em consequência disto, Sílvia Santos tem o poder de decidir o resultado de todas as matérias sujeitas à apreciação dos acionistas do Banco Panamericano, incluindo a eleição da diretoria do banco, a declaração e pagamento de dividendos e quaisquer outros aspectos operacionais e gerenciais do Cedente. Os interesses dos acionistas controladores podem não coincidir com os interesses do Fundo.

#### Política de Dividendos

O Estatuto Social do Cedente determina que um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual deve ser pago aos acionistas após deduções estatutárias. O saldo é alocado conforme definido pelos acionistas. A atual política de dividendos para este saldo, proposta pela diretoria do Cedente e aprovada pela maioria dos acionistas do Banco é de não pagar quaisquer dividendos. Esta política de dividendos pode ser alterada de tempos em tempos pela maioria dos acionistas. Não é possível garantir que, no futuro, os acionistas não decidam alterar a política de dividendos do Cedente e que qualquer aumento na distribuição de dividendos não terá um efeito material adverso na posição financeira do Cedente e nos resultados de suas operações.

#### Vulnerabilidade do Portfolio de Empréstimos do Cedente

Parcela significativa da receita bruta do Cedente depende do pagamento de juros sobre empréstimos oferecidos a aposentados, pensionistas, servidores públicos e empregados da iniciativa privada, cujas parcelas são descontadas diretamente de suas pensões ou folhas de pagamento. Empréstimos consignados são sujeitos a legislações estaduais, sendo cada estado responsável pela forma como reconhece e autoriza esse tipo de financiamento. Em junho de 2004, a 3ª. Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu a favor de um servidor público do Rio Grande do Sul cancelando um empréstimo contratado com o Banco Sudameris Brasil S.A. em 2001. Não é possível garantir que tais decisões serão seguidas por outros órgãos. A base legal para o

oferecimento de empréstimos com desconto em folha de pagamento também pode ser afetada por quaisquer mudanças em leis ou regras sancionadas pelo governo federal ou outros órgãos do governo brasileiro, que podem restringir ou impedir o Cedente de realizar tais empréstimos. Caso isso ocorra e o Cedente não puder mais descontar os valores diretamente da folha de pagamento dos tomadores, o Cedente teria de utilizar-se de métodos alternativos para a cobrança dos empréstimos. Estes riscos legais provavelmente resultariam em um aumento do perfil de risco do portfolio de empréstimos do Banco Panamericano e podem resultar em um percentual maior de perdas e em um aumento nos gastos com as áreas administrativas e de cobrança.

A exposição de crédito do Banco é essencialmente transferida dos tomadores para seus empregadores públicos ou privados ou o INSS, e a qualidade de tais créditos poderia ser afetada por uma crise econômica no Brasil ou em determinadas regiões, resultando na suspensão dos descontos em folha ou em benefícios. Os descontos em folha também podem ser interrompidos se um empregado do setor privado ou servidor público pedir demissão for exonerado ou demitido, ou mesmo no caso de falecimento do tomador. Nesses casos, o pagamento do empréstimo consignado pode depender exclusivamente da capacidade financeira do tomador ou seus sucessores, e não é possível afirmar que o Banco recuperará seu crédito sob tais circunstâncias. Tais riscos possivelmente ocasionariam também um aumento no perfil de risco do portfolio de empréstimos do Banco Panamericano e poderiam resultar em um maior percentual de perdas e em um aumento nos gastos com as áreas administrativas e de cobrança.

#### Operações com Títulos Públicos e Atividades no Mercado Aberto

Em anos recentes, parcela da receita bruta e do lucro operacional do Banco Panamericano teve sua origem em operações no mercado conduzidas pela Divisão do Tesouro e envolvendo a negociação em uma variedade de títulos do governo e instrumentos financeiros. A maior parte destes proventos resultou de operações de crédito. Há vários riscos para o Banco Panamericano associados com tais atividades, incluindo riscos de mercado e de contraparte. Neste sentido, a condição financeira do Banco e sua renda líquida são expostos a riscos inerentes a tais atividades. Uma porção significativa dos títulos de dívida negociados *overnight* pelo Banco Panamericano é emitida pelo governo. Não é possível garantir que o governo brasileiro continuará a implementar políticas econômicas e monetárias que requeiram a emissão de tais títulos ou que o Banco Panamericano continuará a obter lucro através de negociação na ausência de tais títulos.

#### Funcionários-chave

Dado seu porte relativamente pequeno para o setor bancário brasileiro, o Banco conta significativamente com cerca de 120 funcionários-chave e altos gerentes na condução de suas operações. Os resultados das operações do Banco podem ser materialmente afetados se qualquer destes funcionários-chave deixasse o Banco ou suas subsidiárias.

#### Outros fundos

Existem outros fundos de investimento em direitos creditórios registrados na CVM que têm por objeto a aquisição de direitos creditórios do Banco Panamericano. Contudo, o Banco Panamericano não oferece quaisquer garantias referentes à porcentagem de Direitos Creditórios que deverá ser cedida para cada fundo em



particular ou referentes à qualquer forma de prioridade ou preferência de cessão de Direitos Creditórios entre os fundos em que figura como Cedente. Em caso de diminuição da origemação de Direitos Creditórios pelo Banco Panamericano, não há garantias de que este possuirá Direitos Creditórios em montante suficiente para oferecer à cessão a todos os referidos fundos de investimento ou mesmo em atendimento a eventuais acordos celebrados com outras instituições financeiras para aquisição de Direitos Creditórios. Assim, poderá não haver Direitos Creditórios disponíveis para aquisição pelo Fundo o que afetará seus resultados e colocará em risco sua continuidade.

## **Outros Riscos**

### *Invalidade ou Ineficácia da Cessão de Direitos Creditórios*

Com relação ao Banco Panamericano, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso fosse realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Banco Panamericano estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o Banco Panamericano fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios Cedidos pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- iii) fraude à execução fiscal, se o Banco Panamericano, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

### *Concentração em Modalidade de Investimento*

O Fundo aplicará em Direitos Creditórios exclusivamente originados de contratos de empréstimo a pessoas físicas para aquisição de veículos (“CDC – Veículos”). Nesse contexto, não será possível ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). A possibilidade de perda de patrimônio do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações em um ou em poucos tipos de investimento.

### *Intervenção ou Liquidação do Agente de Recebimento*

Por meio do Convênio de Recebimento, ao qual o Fundo deverá aderir, o Banco Panamericano contratou o recebimento e o repasse dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos com o Agente de Recebimento. Na hipótese de intervenção do Agente de Recebimento, o repasse dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos poderia ser interrompido, e permaneceria inexigível enquanto perdurasse a intervenção (cujo prazo máximo é de 1 ano). Em caso de liquidação extrajudicial do Agente de Recebimento, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente serem recuperados por meio de

pedido de restituição, ou mesmo por via judicial. Em ambos os casos, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo poderiam ser afetados.

#### *Intervenção ou Liquidação do Custodiante*

O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

#### *Guarda dos Documentos Comprobatórios pelo Banco Panamericano*

O Banco Panamericano é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda física dos documentos comprobatórios dos Direitos Creditórios Cedidos. Embora o Banco Panamericano tenha a obrigação de permitir ao Fundo e ao Custodiante, livre acesso à referida documentação, a guarda de tais documentos pelo Banco Panamericano poderá representar dificuldade à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios Cedidos, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

#### *Sub-contratação de Terceiros para Serviços de Guarda de Documentos*

Nos termos do Contrato de Custódia, o Banco Panamericano tem a faculdade de sub-contratar terceiros para a prestação de serviços de guarda e processamento dos Documentos Comprobatórios. Ainda que o Banco Panamericano continue responsável pela guarda física dos documentos comprobatórios, a sub-contratação de terceiros para a prestação de tais serviços poderá representar dificuldade adicional à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios Cedidos, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

#### *Alteração do Regulamento*

O Regulamento pode ser alterado em consequência de normas legais ou regulamentares, por determinação da CVM ou por deliberação da assembleia geral de condôminos, conforme o disposto no item 21 do Regulamento. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

#### *Ausência de Notificação aos Devedores*

A cessão de Direitos Creditórios objeto do Contrato de Cessão não será precedida pela notificação dos Devedores, pois os procedimentos de cobrança permanecerão os mesmos. No entanto, os Devedores não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios Cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão, podendo afetar negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas.

#### *Modalidade Recente de Investimento*

De acordo com a política de investimentos (veja capítulo “Política de Investimento” deste Prospecto), o Fundo investirá seus recursos, preponderantemente, em modalidade de investimentos recentemente instituída no Brasil, consistente em direitos creditórios, sobre os quais inexistem dados históricos e estatísticos que possibilitem estimativa de retorno e previsão de desempenho do Fundo a médio e longo prazo para os investidores.

#### *Dação em Pagamento de Direitos Creditórios*

No caso de liquidação do Fundo, ordinária ou antecipada, em que a Assembléia Geral deliberar o resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios Cedidos, os titulares de Cotas Seniores poderão encontrar dificuldades para (i) negociar os Direitos Creditórios Cedidos recebidos; e/ou (ii) cobrar os Direitos Creditórios Cedidos inadimplentes.

#### *Inexistência de Rendimento Predeterminado*

As Cotas Seniores serão valorizadas todo dia útil, conforme os critérios de distribuição de rendimentos da carteira do Fundo, previstos no capítulo “Distribuição de Rendimentos da Carteira do Fundo” deste Prospecto. Tais critérios visam definir qual parcela do patrimônio líquido do Fundo deve ser prioritariamente alocada aos titulares de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Classe A na hipótese de amortização ou resgate de suas Cotas e não representa nem deverá ser considerado promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

#### *Risco da Cobrança Extrajudicial e Judicial pelo Cedente*

A titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos é do Fundo e, portanto, somente o Fundo detém os direitos de cobrança dos Devedores inadimplentes. Todavia, o Banco Panamericano foi nomeado pelo Fundo, como agente cobrador dos Devedores inadimplentes, tanto em âmbito judicial, quanto extrajudicial. Não há garantias de que o Banco Panamericano consiga receber a totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos poderá acarretar perdas para o Fundo e, conseqüentemente, a seus Cotistas.

#### *Risco da Não Notificação da Substituição de Agente de Recebimento*

Caso o Agente de Recebimento seja substituído ou deixe de prestar os serviços de recebimento e repasse dos pagamentos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos e os respectivos Devedores não sejam notificados de tal fato, poderá haver diminuição do fluxo de recursos pagos ao Fundo até o momento da ciência dos Devedores sobre tal fato.

#### *Aprovação de Matérias pelos Cotistas Subordinados*

As deliberações relativas às matérias previstas no capítulo “Assembléia Geral” seção “Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações” deste Prospecto estão necessariamente sujeitas à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas. Dessa forma, determinadas matérias de interesse dos Cotistas Seniores previstas no Regulamento dependerão da aprovação em separado dos Cotistas Subordinados.

### *Quorum de Aprovação de 90%*

As deliberações relativas às matérias previstas no capítulo “Assembleia Geral” seção “Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações” deste Prospecto, sejam elas (i) alteração da remuneração das Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas Classe A; (ii) substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 dias consecutivos ou por imposição legal; e (iii) aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos relativos à cobrança de Direitos Creditórios Cedidos inadimplentes, dependerão de aprovação em Assembleia Geral de cotistas mediante quorum qualificado, ou seja, 90% das Cotas Seniores em Circulação e das Cotas Subordinadas Classe A em Circulação com direito a voto.

### *Redução das Cotas Subordinadas*

O Fundo terá relação mínima admitida entre o seu patrimônio líquido e o valor das Cotas Seniores de 136,66%. A diferença do patrimônio do Fundo é representada por duas classes de Cotas Subordinadas que arcarão com os prejuízos do Fundo antes das Cotas Seniores. Por diversos motivos, tais como inadimplência dos Devedores e problemas de repasse de recursos ao Fundo pelo Agente de Recebimento, as Cotas Subordinadas poderão ter seu patrimônio reduzido. Caso as Cotas Subordinadas tenham seu patrimônio reduzido a zero, as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores.

### *Ausência de Coobrigação do Cedente*

O Cedente não responde pela solvência dos Devedores dos Direitos Creditórios Cedidos, cabendo exclusivamente ao Fundo suportar o risco de inadimplência dos Devedores. Caso a inadimplência ocorra, o Fundo deverá cobrar os Devedores, sendo que o atraso nos pagamentos dos Direitos Creditórios e o resultado incerto dos procedimentos de cobrança podem afetar negativamente os resultados do Fundo.

### *Exercício Facultativo da Recompra*

A recompra, total ou parcial, dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos é uma faculdade do Cedente conforme capítulo “Informações Complementares” seção “Direitos Creditórios Inadimplentes, Recompra Facultativa e Aporte Adicional de Recursos para fazer frente a Despesas de Cobrança” deste Prospecto. Caso a faculdade de recompra não seja exercida ou seja apenas parcial, o Fundo terá de suportar, na hipótese de inadimplência dos Devedores, parte ou a totalidade dos eventuais prejuízos decorrentes de tal inadimplência, o que poderia comprometer sua rentabilidade ou levá-lo, até, a perda de patrimônio.

### *Veículos Garantidos por Alienação Fiduciária*

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Contratos de Abertura de Crédito, que são garantidos por alienação fiduciária de veículos. Contudo, é possível que, em eventual execução de Devedor inadimplente, o veículo objeto de alienação fiduciária não seja encontrado, ou o seu valor de venda seja insuficiente para o pagamento integral da dívida. Se isso ocorrer e o Devedor não tiver patrimônio suficiente para o pagamento do saldo devedor, ocorreria a redução da rentabilidade do Fundo, ou até perda patrimonial.

### *Perecimento ou roubo do veículo objeto do Contrato de Abertura de Crédito*

Os Contratos de Abertura de Crédito celebrados entre o Banco Panamericano e os Devedores não exigem que o veículo, objeto do financiamento e dado em garantia do empréstimo concedido pelo Banco Panamericano, tenha seguro contra roubo ou acidentes. As chances de recuperação de valores inadimplidos em processos de execução de dívidas garantidas por alienação fiduciária estão diretamente relacionadas à localização e ao valor do bem dado em garantia. Sendo assim, o roubo, furto ou perecimento de veículos dados em garantia de Direitos Creditórios Cedidos cujos Devedores estejam inadimplentes poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

### *Questionamento dos Direitos Creditórios Cedidos em Âmbito Judicial*

Os Devedores podem eventualmente questionar judicialmente os Contratos de Abertura de Crédito que originam os Direitos Creditórios (incluindo, eventualmente, a taxa de juros praticada). Nesse caso, é possível que o Fundo somente receba os valores relativos ao direito creditório questionado judicialmente uma vez concedida decisão judicial definitiva favorável. Em face disso, poderá ocorrer perda patrimonial para os investidores.

### *Existência de Vícios na Originação de Contratos de Abertura de Crédito*

Os Direitos Creditórios Cedidos são originados de contratos celebrados entre o Banco Panamericano e os Devedores. Esses contratos e demais documentos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos podem apresentar vícios juridicamente questionáveis, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos Creditórios Cedidos pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos, seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

### *Despesas com a Defesa dos Direitos dos Cotistas*

Caso o Fundo não possua recursos disponíveis suficientes para a adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas, reunidos em assembléia geral de cotistas, poderá aprovar aporte de recursos ao Fundo para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Nesses casos, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Instituição Administradora antes do recebimento integral de tal adiantamento e da assunção pelos titulares das Cotas do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. Na hipótese de a maioria dos cotistas não aprovar referido aporte de recursos, o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente. A Instituição Administradora, o Custodiante, o Banco Panamericano, seus administradores, empregados e demais prepostos não se responsabilizarão por danos ou prejuízos sofridos em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de direitos, garantias e prerrogativas do Fundo.

### *Possibilidade de Ocorrência de Patrimônio Líquido Negativo*

As eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor das Cotas subscritas. Na hipótese de ocorrência de patrimônio líquido negativo, os cotistas poderão ser obrigados a aportar recursos adicionais ao Fundo.

## **GERENCIAMENTO DE RISCOS**

### **Sistema de Gerenciamento de Riscos e Compliance**

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A Política de Investimento, bem como o nível desejável de exposição a risco, são determinados em comitês dos quais participam os principais executivos da diretoria de administração de recursos de terceiros da Instituição Administradora.

A Instituição Administradora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas por diferentes comitês, que traçam os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo e o cumprimento de suas políticas de investimento são monitorados por área de gerenciamento de risco completamente separada da área de gestão, que utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

**A utilização desses mecanismos de controle de riscos não elimina a possibilidade de perdas pelo cotista.**

## PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

### Cronograma de Etapas da Oferta

A divulgação da oferta de distribuição das Cotas ocorreu por meio da publicação do aviso aos investidores no jornal “Diário Comércio, Indústria & Serviços”, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 30 de maio de 2007, nos termos do art. 53 da Instrução nº400/03, da CVM.

Encontra-se abaixo cronograma indicativo das etapas da distribuição, informando seus principais eventos a partir da publicação do aviso ao mercado:

Ordem dos Eventos	Eventos	Data <sup>(1)</sup>
1.	Protocolo do pedido de registro na CVM	29.5.2007
2.	Publicação do aviso aos investidores	30.5.2007
3.	Apresentação sobre a oferta para potenciais investidores ( <i>roadshow</i> )	1.6.2007 a 6.6.2007
4.	Coleta de Intenções de investimento nas Cotas Seniores ( <i>bookbuilding</i> )	20.6.2007
5.	Disponibilização do Prospecto Definitivo	21.6.2007
6.	Data de registro na CVM	25.6.2007
7.	Publicação do anúncio de início	26.6.2007
8.	Data de liquidação	27.6.2007
9.	Data máxima para publicação do anúncio de encerramento da oferta pública	21.12.2007

(1) Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério do Coordenador Líder e da Instituição Administradora.

Na hipótese de modificação significativa das condições da oferta, os investidores que já tiverem aderido à oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação do Coordenador Líder. A manutenção da aceitação será presumida em caso de silêncio.

### Informações sobre Coleta de Intenções

Foi realizada Coleta de Intenções de investimento para definição do *spread* ou sobretaxa que compõe a fórmula de distribuição de rendimentos do Fundo para as Cotas Seniores.

O *spread* ou sobretaxa foi apurado pelo Coordenador Líder de forma a se atingir a menor remuneração para a quantidade de Cotas Seniores emitidas.

## **Início e Encerramento da Distribuição**

A colocação e subscrição das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A somente terá início após: (i) o registro do Fundo e da distribuição de suas cotas na CVM; e (ii) a publicação do anúncio de início de distribuição relativo ao Fundo. O início da distribuição das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A está previsto para 2 de julho de 2007.

A distribuição das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A será encerrada no máximo em 2 de janeiro de 2008, prazo esse que não será prorrogado sob nenhuma circunstância.

Frise-se que o Coordenador Líder poderá suspender a qualquer momento a oferta caso verifique qualquer incorreção, imprecisão ou omissão em qualquer das informações prestadas pelo Banco Panamericano em qualquer documento da oferta, incluindo as informações relativas ao Banco Panamericano, aos Direitos Creditórios Cedidos e aos procedimentos de cobrança de tais Direitos Creditórios Cedidos.

### *Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição*

Todos os anúncios, avisos, atos e decisões decorrentes desta Distribuição que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos investidores, serão publicados no jornal “Diário Comércio, Indústria & Serviços”, da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

### *Manifestação de Aceitação ou de Revogação da Aceitação*

A aceitação dos investidores deverá se dar de acordo com os procedimentos da CETIP no prazo de até 4 (quatro) dias úteis contado da data de publicação do Anúncio de Início. A revogação da aceitação pelo investidor, por sua vez, somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente previstas na Instrução nº 400/03, da CVM, e deverá se dar mediante carta protocolada na sede do Coordenador Líder até o quinto dia útil posterior à publicação do aviso ou após ser informando sobre a suspensão da oferta.

### *Suspensão e Cancelamento da Oferta*

A presente oferta poderá ter seus termos modificados, nos termos previstos pela Instrução nº 400/03, da CVM.

A presente oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, caso esteja se processando em condições diversas das constantes na legislação aplicável ou no registro concedido pela CVM ou caso seja considerada ilegal ou fraudulenta, ainda que obtido o respectivo registro. A oferta poderá, ainda, ser cancelada em caso de rescisão do Contrato de Colocação.

O Coordenador Líder deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a oferta mediante publicação de aviso na forma prevista acima, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar sua aceitação no prazo previsto acima. A revogação deverá se dar mediante carta protocolada na sede do Coordenador Líder.



### *Devolução e Reembolso aos Investidores*

Observado o disposto no parágrafo subsequente, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A subscritas: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão. Para a restituição referida acima, serão utilizados os procedimentos adotados pela CETIP. A restituição dos valores devidos aos investidores deverá ocorrer em até 5 dias úteis contados da publicação do aviso ao mercado informando sobre a suspensão ou cancelamento da oferta, e que deverá conter o procedimento de restituição.

Caso a Distribuição não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Classe A deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, ficando, porém, estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária e deduzida a quantia relativa à CPMF. O aqui disposto se aplica, também, se for o caso, aos investidores que condicionarem sua adesão à distribuição quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, caso essa condição não seja satisfeita quando do encerramento da distribuição.

### **Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A**

Os investidores interessados em adquirir Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas Classe A do Fundo devem contatar o Coordenador Líder, por telefone ou mediante correspondência, indicando a quantidade de Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas Classe A que pretendem adquirir.

No ato de subscrição das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A, o investidor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Coordenador Líder; e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

A integralização das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição. Ademais, a integralização das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A somente poderá ser efetuada por crédito em conta corrente mantida pelo Fundo no Custodiante ou em outra conta corrente indicada pelo Fundo ou, ainda, por Transferência Eletrônica Disponível – TED.

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Classe A poderão ser negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, desde que sejam registradas na CETIP, cabendo ao Coordenador Líder assegurar a condição de Investidor Autorizado do adquirente das Cotas, e a adesão desse aos termos do Regulamento.

A totalidade das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A será colocada publicamente pelo Coordenador Líder sob o regime de garantia firme, de modo que o Coordenador Líder estará obrigado a

subscrever o volume total das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A emitidas, no prazo de 5 dias úteis após o início da distribuição das Cotas Seniores Cotas Subordinadas Classe A.

Informamos, ademais, que os custos envolvidos na distribuição pública das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A são os seguintes:

*Demonstrativo do Custo da Distribuição*

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores:

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)	% EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
Comissão de Colocação e de Garantia Firme – Cotas Seniores*	2.550.000,00	0,73%
Comissão de Colocação e de Garantia Firme – Cotas Subordinadas Classe A	425.000,00	0,12%
Despesas de registro CVM	165.740,00	0,04
Despesas de registro CETIP	5.000,00	0,0014%
Assessoria jurídica	120.000,00	0,03%
Auditores	50.000,00	0,014%
Agência de rating	40.000,00	0,011%
Apresentações a investidores	40.000,00	0,011%
Publicações	150.000,00	0,042%
Total	3.545.740,00	1,00%

(\*) Será também paga uma remuneração variável equivalente a 30% (trinta por cento) da diferença entre (i) o valor presente do fluxo projetado das Cotas Seniores considerando a taxa inicial do *bookbuilding* (109% da variação do CDI) e (ii) o valor presente do fluxo projetado das Cotas Seniores considerando a taxa final efetiva do *bookbuilding*.

### *Custo Unitário de Distribuição*

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A:

<b>Nº DE COTAS SENIORES</b>	<b>CUSTO DO LANÇAMENTO (R\$)</b>	<b>CUSTO POR COTA SENIOR (R\$)</b>	<b>% EM RELAÇÃO AO PREÇO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO</b>
300.000.000	3.037.870,00	0,010	125,0%

<b>Nº DE COTAS SUBORDINADAS A</b>	<b>CUSTO DO LANÇAMENTO (R\$)</b>	<b>CUSTO POR COTA SUBORDINADA A (R\$)</b>	<b>% EM RELAÇÃO AO PREÇO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO</b>
50.000.000	912.870,00	0,018	225,0%

Ressalte-se que o Coordenador Líder foi contratado para realizar a distribuição pública das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A por meio de um contrato de distribuição, celebrado com o Fundo e com o Banco Panamericano. Mais informações sobre o referido contrato encontram-se no item “Contrato de Colocação”, do Capítulo “Sumário dos Contratos Relevantes” deste Prospecto. Cópia do contrato de distribuição encontra-se disponível para consulta na sede da Instituição Administradora.

Informações sobre o relacionamento entre as partes envolvidas na distribuição de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Classe A encontram-se no Capítulo “Operações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse” deste Prospecto.

## OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O Fundo tem por principal objetivo a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de contratos de empréstimo celebrados entre o Banco Panamericano e seus clientes pessoas físicas, para aquisição de automóveis, motocicletas, ônibus, vans e caminhões, de acordo com as disposições previstas no Regulamento, no Contrato de Cessão e na legislação aplicável em vigor.

Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, o Fundo terá como meta a distribuição diária de rendimentos às Cotas Seniores, correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI, base 252 dias úteis, acrescido de *spread* ou sobretaxa a ser indicada no respectivo Suplemento, incidente sobre o valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, a partir da data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, e incorporados ao valor de cada Cota Sênior ao final de cada Período de Capitalização (Vide Anexo VI do Regulamento). Após a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no respectivo período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

Havendo excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período, será incorporado ao valor de cada Cota Subordinada Classe A, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à 100% da variação percentual acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, calculada conforme o Anexo VII do Regulamento, no respectivo período, acrescida de *spread* ou sobretaxa de 2,25% ao ano, base 252 dias úteis.

A Instituição Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Direitos Creditórios não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

## **POLÍTICA DE INVESTIMENTO**

### **Carteira do Fundo**

O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios originários de empréstimos concedidos pelo Banco Panamericano a pessoas físicas para aquisição de automóveis, motocicletas, ônibus, vans e caminhões, que atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade, às Condições Adicionais e à política de investimento previstos nos capítulos “Direitos Creditórios” e “Política de Investimento” deste Prospecto.

Sem prejuízo das outras modalidades de investimentos para aplicação do remanescente de seu patrimônio líquido, conforme descritas no item “Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” abaixo, o Fundo deverá manter, após 90 dias do início de suas atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios (“Alocação Mínima”).

### **Requisitos de Diversificação**

A composição da carteira do Fundo não apresentará requisitos de diversificação além dos descritos abaixo.

O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de um mesmo devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, no limite de 0,25% de seu patrimônio líquido. O Fundo poderá aplicar em outras modalidades de ativos financeiros de um mesmo devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, até o limite de 50% de seu patrimônio líquido.

### **Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo**

O Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido nos seguintes títulos e ativos, desde que pós-fixados:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e
- iii) cotas de fundos de investimentos lastreados em títulos públicos, até a abertura de conta específica do Fundo no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic.

### **Reserva de Liquidez**

O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a no mínimo 1% de seu patrimônio líquido para atendimento da Reserva de Liquidez.

As Disponibilidades abrangem: (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata.

#### **Demais Informações sobre a Política de Investimento**

O Fundo poderá realizar operações compromissadas com as Instituições Autorizadas, desde que lastreadas nos títulos e ativos especificados na seção “Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” acima.

É vedado ao Fundo realizar operações de day trade ou realizar operação de renda variável ou ainda em mercados de derivativos.

O Fundo pode eventualmente realizar operações nas quais a Instituição Administradora e/ou Partes Relacionadas a ela atue(m) na condição de contraparte do Fundo.

## **DIREITOS CREDITÓRIOS**

### **Aspectos Legais e Regulamentares do Empréstimo a Pessoas Físicas para Aquisição de Veículos**

Os principais aspectos legais e regulamentares do empréstimo a pessoas físicas para aquisição de veículos estão relacionados à alienação fiduciária em garantia do veículo.

A garantia representada pela alienação fiduciária de veículos é regulada pelos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, pela Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, em seu art. 66-B, pelos art. 2º e seguintes do Decreto-lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, e pela Resolução nº 159, de 22 de abril de 2004, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

Por intermédio do contrato de alienação fiduciária em garantia, o devedor transmite a propriedade resolúvel de um bem de sua propriedade ao credor, com o objetivo de garantir a dívida existente entre o credor e o devedor. Apesar da transmissão da propriedade e da posse indireta para o credor, o devedor permanece com a posse direta do bem, podendo, até o vencimento da dívida, às suas expensas e risco, usar a coisa de acordo com a sua destinação natural, conforme determina o art. 1.363 do Código Civil. Neste caso, o devedor será depositário da coisa, devendo empregar em sua guarda a diligência exigida pela natureza do bem, assim como entregá-lo ao credor caso a dívida não seja adimplida no vencimento. Se a dívida for inteiramente quitada, a propriedade se resolve e o bem retorna ao patrimônio do devedor.

Como requisito de constituição da garantia, no caso de alienação fiduciária de veículos, estabelece o parágrafo 1º do art. 1.361 do Código Civil a necessidade de registro do respectivo contrato na repartição competente para o licenciamento do veículo, fazendo-se a anotação no seu certificado de registro.

#### *Cessão da Alienação Fiduciária em Garantia*

Mesmo não sendo entidade integrante do Sistema Financeiro Nacional, o Fundo está autorizado a ser cessionário dos Direitos Creditórios, já que as disposições do Código Civil relativas à alienação fiduciária autorizam sua utilização como forma de garantia por qualquer pessoa. Assim, não há qualquer impedimento legal para que sejam cedidos créditos ao Fundo garantidos por alienação fiduciária.

A cessão dos Direitos Creditórios também implica na cessão da alienação fiduciária que os garante por disposições legais e regulamentares expressas. A resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, que autoriza a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios, indica em seu art. 2º, I, que, nas operações de crédito realizadas entre instituições financeiras e fundos de investimento em direitos creditórios, deve ser observada a Resolução nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, também do CMN.

Esta resolução dispõe, em seu art. 2º, III, que as cessões de crédito realizadas entre instituições financeiras e sociedades anônimas que tenham por objeto exclusivo a aquisição de tais créditos implicam na transferência, à cessionária, de todos os contratos, títulos, instrumentos e garantias necessários a sua execução.

Por fim, o próprio Código Civil impõe, em seu artigo 287, que, salvo disposição em contrário, a cessão de crédito abrange todos os seus acessórios.

#### *Eficácia do Contrato contra Terceiros*

Como já mencionado, o parágrafo 1º do artigo 1.361 do Código Civil impõe que, para constituição da alienação fiduciária em garantia de veículo, deverá haver o registro no órgão competente para o licenciamento do veículo, que seria o órgão executivo de trânsito do Estado, ou Distrito Federal, no qual o veículo esteja registrado, conforme o art. 130 do Código de Trânsito Brasileiro. Tal órgão deve ser o do domicílio ou residência do seu proprietário, conforme o art. 120 do Código de Trânsito Brasileiro.

Com o fim de conferir publicidade ao registro, protegendo terceiros que venham adquirir o bem e, ao mesmo tempo, como requisito de eficácia da garantia contra terceiros, o registro da alienação fiduciária em garantia de veículos deve seguir não apenas os requisitos legais já mencionados, como também os procedimentos regulados pela Resolução nº 159/04 do CONTRAN.

Até a promulgação do Código Civil e da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, era necessário também o registro do contrato no Cartório de Títulos e Documentos do domicílio do credor, conforme dispunha o parágrafo 1º do revogado artigo 66 da Lei nº 4.728/65. O parágrafo 10º desse mesmo dispositivo previa também que a alienação fiduciária em garantia de veículo deveria, para fins probatórios, constar do certificado de registro do veículo.

Porém, com a promulgação da Lei nº 10.931/04, foram revogados os artigos 66 e 66-A da Lei nº 4.728/65, tendo sido introduzido o artigo 66-B, que passou a prever regras específicas para alienação fiduciária de veículos no âmbito do mercado financeiro, não fazendo mais menção à exigência de registro no Cartório de Títulos e Documentos.

Assim, e tendo em vista o disposto no já mencionado parágrafo 1º do art. 1.361 do Código Civil, para que a garantia seja constituída e produza efeitos perante as partes e terceiros, basta o registro do contrato no órgão executivo de trânsito do Estado, ou Distrito Federal, competente para o licenciamento do veículo.

#### *Regulamentos Editados pelo CONTRAN*

Como dito acima, o CONTRAN, órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito, conforme o art. 7º, I, do Código de Trânsito Brasileiro, com o objetivo de padronizar os procedimentos para registro dos contratos de alienação fiduciária de veículos perante os órgãos executivos (DETRANs), expediu a Resolução nº 159/04. Esta Resolução define o registro de contrato de alienação fiduciária de veículo como o arquivamento de seu instrumento, público ou particular, por cópia, microfilme ou qualquer outro meio eletrônico, magnético ou óptico, precedido do devido assentamento em livro próprio, podendo os dados desse registro serem arquivados em qualquer forma de banco de dados magnético ou eletrônico, desde que esta garanta requisitos de segurança quanto à adulteração e manutenção do seu conteúdo.



A referida Resolução também define gravame, como sendo a anotação, no campo de observações do certificado de registro de veículos, de garantia real de veículo automotor, decorrente de contratos com cláusula de alienação fiduciária, reserva de domínio ou penhor. Os órgãos executivos de trânsito, após o registro do contrato a que se referem, farão constar em favor da empresa credora da garantia real, no campo de observações do certificado de registro de veículos, a existência do gravame com a identificação do respectivo credor da garantia real.

A inserção e liberação dos gravames pode ser feita eletronicamente, mediante sistemas ou meios eletrônicos compatíveis com os dos órgãos ou entidades executivos de trânsito, a integral expensas dos credores. A veracidade das informações para a inclusão e liberação do gravame de que tratam os artigos anteriores será da inteira e exclusiva responsabilidade dos credores, inexistindo aos órgãos ou entidades executivos de trânsito obrigações sobre a imposição de quaisquer exigências legais, junto aos usuários, referentes aos contratos com cláusula de garantia real de veículos, conforme o art. 8º da referida Resolução.

Após o cumprimento das obrigações por parte do devedor, o credor da garantia real de veículo providenciará, eletronicamente, a informação da baixa do gravame junto aos órgãos executivos de trânsito.

#### *Efeitos do Adimplemento e Inadimplemento do Contrato*

A principal consequência do adimplemento do contrato, por parte do devedor, é a extinção da propriedade resolúvel do credor sobre o bem, que retorna à propriedade do devedor. Já no caso de inadimplemento, e tendo em vista que os Direitos Creditórios Cédidos tiveram suas alienações fiduciárias constituídas no âmbito do mercado financeiro, os procedimentos adotados pelo credor para cobrança dos créditos deverão seguir o disposto no Decreto-lei nº 911/69.

O referido decreto dispõe que no caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, o credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de qualquer medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver.

Por sua vez, uma vez comprovada a mora, o credor poderá requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente. No prazo de cinco dias após executada a medida liminar de busca e apreensão do bem, a propriedade do bem será consolidada no patrimônio do credor, cabendo, no caso, aos órgãos executivos de trânsito expedir novo certificado de registro de registro do veículo em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.

Nesse prazo de 5 dias, o devedor poderá pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus. Já no prazo de 15 dias do cumprimento da liminar, o devedor poderá apresentar resposta impugnando o valor cobrado pelo credor, mesmo que tenha purgado a mora. Caso o venha ser decretada a improcedência da ação de busca e apreensão, o juiz poderá condenar o credor ao pagamento de multa em favor do devedor, equivalente a 50% do valor originalmente financiado se o bem já tiver sido alienado.

Caso o bem alienado fiduciariamente não seja encontrado ou não se ache na posse do devedor, o credor poderá requerer a conversão do pedido de busca e apreensão. A critério do credor, poderá se proceder à execução diretamente, hipótese em que poderão ser penhorados tantos os bens do devedor quanto bastem para assegurar a execução.

Já em caso de falência do devedor, fica assegurado ao credor o direito de pedir a restituição do bem alienado fiduciariamente, vez que o bem não integra a massa falida do devedor.

### **Crítérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios**

Os Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente:

- i) os Direitos Creditórios devem ser:
  - a) cedidos pelo Banco Panamericano ao Fundo;
  - b) a taxas de juros pré-fixadas;
  - c) com prazo de até 48 meses;
  - d) que possuam garantia de alienação fiduciária do veículo que corresponde ao bem financiado pelo respectivo Contrato de Abertura de Crédito;
  - e) relativos a Devedores cujos Direitos Creditórios Cedidos não representem mais de 0,25% do patrimônio líquido do Fundo, *pro forma*, após a respectiva aquisição;
- ii) os Direitos Creditórios devem ser referentes a Devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos Creditórios vencidos e não pagos ao Fundo; e
- iii) os Direitos Creditórios devem ser referentes a Devedores cujo cadastro junto às entidades que compõem o sistema de proteção ao crédito não apresente qualquer registro de inadimplência, tais como Serasa e CCF (Cadastro de Emitente de Cheques sem Fundo).

O atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade será verificado pelo Custodiante previamente a qualquer cessão ao Fundo.

### **Condições Adicionais dos Direitos Creditórios**

As Condições Adicionais dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente:

- i) os Direitos Creditórios devem ser originários de Contratos de Abertura de Crédito celebrados entre o Banco Panamericano e os Devedores;

- ii) os Direitos Creditórios devem ser originários de Contratos de Abertura de Crédito:
  - a) que tenha financiado até 90% do valor do veículo;
  - b) para aquisição de automóveis, motocicletas, ônibus, vans ou caminhões, novos ou usados, cujos Direitos Creditórios, no momento da cessão ao Fundo, tenham o seguinte grau de concentração:
    - 1) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de motocicletas, não superior a 50%;
    - 2) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de vans e caminhões, não superior a 20%; e
    - 3) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de automóveis, até 75%; e
- iii) os Direitos Creditórios devem decorrer da totalidades das parcelas vincendas de cada Contrato de Abertura de Crédito, não se admitindo a cessão parcial de Direitos Creditórios.

As Condições Adicionais serão verificadas, nos termos do capítulo “Prestadores de Serviços” seção “Auditor” deste Prospecto.

### **Características dos Direitos Creditórios**

#### *Natureza*

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio dos Contratos de Abertura de Crédito, acompanhados, se assim previr o respectivo instrumento particular, de notas promissórias representativas da dívida, cujo modelo foi reproduzido no Anexo III do Regulamento.

#### *Processo de Origem*

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de Contratos de Abertura de Crédito celebrados entre o Banco Panamericano e os Devedores. Tais empréstimos são concedidos pelo Banco Panamericano por meio de seus correspondentes, contratados nos termos da Resolução nº 3.110, de 31 de julho de 2003, do CMN, que detêm aproximadamente nove mil pontos de venda e de atendimento em todo país.

Os pontos de venda e atendimento recebem fichas cadastrais padronizadas, contendo informações básicas relativas às pessoas interessadas em contratar empréstimos para financiarem a compra de seus veículos. Tais fichas cadastrais são enviadas aos pontos de venda e atendimento diretamente pelos interessados ou por intermédio de lojas de venda de veículos existentes em todo país. Após o recebimento das fichas cadastrais e transferência dos respectivos dados ao sistema de informações de rede, cada ponto de venda e atendimento envia as fichas, sob forma física ou por meio eletrônico, a uma das centrais de crédito do Banco Panamericano.

### *Documentos da Operação*

O “Contrato de Abertura de Crédito – Veículo” e a respectiva nota promissória são os únicos documentos representativos dos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo.

### **Política de Concessão de Crédito a Pessoas Físicas para Aquisição de Veículos**

As centrais de crédito são responsáveis pela análise e aprovação dos créditos a serem conferidos aos potenciais Devedores por meio dos Contratos de Abertura de Crédito. A aprovação do crédito é realizada após a análise conjunta dos seguintes critérios, que compõem a política de concessão de crédito:

- i) checagem do perfil cadastral - análise de informações pessoais, tais como idade, documentação (documento de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF), profissão, rendimentos, residência, bens próprios etc., sempre tendo em vista o valor do empréstimo solicitado;
- ii) valor do empréstimo versus garantia prestada - análise ponderada do montante que se pretende emprestar em relação ao valor da garantia prestada;
- iii) “credit scoring” – aplicação da fórmula de natureza estatística que atribui posição na escala de inadimplência a, por exemplo, pessoa física, de acordo com perfil cadastral contido em banco de dados do setor financeiro; e
- iv) referências bancárias, pessoais e comerciais - pesquisa perante pessoas e/ou instituições relacionadas a aspirantes a Devedores (bancos, familiares, superiores de trabalho), cuja principal finalidade é a comprovação de informações fornecidas pelos próprios interessados.

### **Recebimento e Cobrança dos Direitos Creditórios**

#### *Cobrança Ordinária dos Direitos Creditórios Cedidos*

Os pagamentos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos serão creditados em conta transitória mantida pelo Agente de Recebimento que, nos termos do Convênio de Recebimento, efetuará a segregação dos recursos recebidos para repassá-los ao Fundo e ao Banco Panamericano.

As etapas da cobrança efetuada pelo Banco Panamericano são a seguir descritas:

- i) em até 5 dias após a celebração do Contrato de Abertura de Crédito, o Devedor recebe, pelo correio, boletos de pagamento relativos a todas as parcelas devidas até a quitação do financiamento;
- ii) o Devedor recebe um telefonema contendo uma mensagem gravada para confirmação do recebimento dos boletos de pagamento;

- iii) até a data de vencimento, o boleto de pagamento pode ser pago em qualquer banco comercial;
- iv) após a data de vencimento do respectivo título e até 15 após tal data, os boletos de pagamento somente poderão ser pagos nas agências do Banco Bradesco ou nas agências e estabelecimentos de correspondentes bancários do Banco Panamericano; e
- v) após o prazo de 15 dias, contado da data de vencimento do título, a cobrança do título passará a ser conduzida pelo Banco Panamericano, contratado pelo Fundo para os serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplentes.

#### *Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Inadimplentes*

O Banco Panamericano foi contratado pelo Fundo para efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos junto aos Devedores inadimplentes.

O procedimento adotado pelo Banco Panamericano para cobrança dos Devedores inadimplentes é o descrito a seguir, sendo as eventuais despesas de cobrança suportadas pelo Fundo:

- i) verificado atraso de até 10/15 dias no pagamento das parcelas do empréstimo, os Devedores são cientificados da irregularidade por meio de contato telefônico efetuada pelo setor de cobrança do Banco Panamericano;
- ii) verificado atraso superior a 15 dias no pagamento das parcelas do empréstimo, os Devedores são contatados por serviço terceirizado de cobrança ou “contact center”, que visa a renegociação do empréstimo e/ou a cobrança amigável da dívida;
- iii) em caso de inércia dos Devedores até o final do prazo de 45 dias, contado da data de vencimento do pagamento das parcelas do empréstimo, a conduta adotada é a de informar o fato aos órgãos de proteção ao crédito, tais como SPC e SERASA, para inscrição do Devedor inadimplente;
- iv) em caso de inércia dos Devedores, a conduta adotada é a de informar o fato ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do inadimplente;
- v) após a inscrição dos nomes dos Devedores inadimplentes no referido sistema, uma empresa de cobrança contratada pelo Banco Panamericano empreende nova tentativa de negociação com tais Devedores, com o fim de obtenção dos valores em atraso, extrajudicialmente; e
- vi) caso não se obtenha êxito na cobrança extrajudicial, os valores em atraso são cobrados judicialmente, por meio de escritório de advocacia contratado pelo Banco Panamericano.

## **Perfil da Carteira de Direitos Creditórios do Banco Panamericano**

### *Introdução*

No contexto da presente operação de securitização, a KPMG foi contratada para realizar uma compilação de dados estatísticos sobre as características da carteira de créditos do Banco Panamericano quanto ao seu perfil e inadimplência, para as operações originadas no período de 1º de maio de 2004 a 30 de abril de 2007, para operações de empréstimo a pessoas físicas para aquisição de veículos, bem como o entendimento do sistema de concessão e cobrança relacionado a estas operações. A íntegra do relatório da KPMG relativo à carteira de direitos creditórios do Banco Panamericano integra o presente prospecto como seu Anexo IV.

Para a apresentação do comportamento de inadimplência e dos prazos de pagamento dos clientes foram consideradas as datas do efetivo recebimento das parcelas.

### *Objetivo e Alcance do Trabalho*

O trabalho desenvolvido pela KPMG teve por objeto:

- i) revisão dos procedimentos relativos à verificação de dados demográficos, compreendendo:
  - a) distribuição do volume mensal de contratos originados;
  - b) distribuição do volume mensal de contratos originados por região geográfica e por categoria de veículo;
  - c) distribuição do volume financeiro e da quantidade de contratos por prazo médio das operações; e
  - d) distribuição dos recebíveis por faixas de valor, para fins de apuração de concentração de operações.
- ii) verificação da pontualidade e de *performance* de crédito, compreendendo:
  - a) cálculo do prazo médio de atraso e dos respectivos desvios-padrão;
  - b) distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos na data-base dos trabalhos;
  - c) distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos, segregados pelos respectivos meses de origem; e

- iii) levantamento dos procedimentos para contratação, monitoramento, arrecadação e cobrança dos direitos creditórios por parte do Banco Panamericano e teste de sua eficácia por meio de procedimentos de simulação, efetuados com base em testes por amostragem; e
- iv) reconciliação dos arquivos fornecidos pela Área de Tecnologia do Banco Panamericano, com os respectivos saldos contábeis, na data dos trabalhos.

Faz-se necessário enfatizar, também, que o trabalho não representou uma auditoria conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Caso outros procedimentos adicionais previstos conforme as referidas normas de auditoria tivessem sido executados, outros assuntos poderiam ter sido objeto de análise.

O relatório é de uso exclusivo da administração do Banco Panamericano e de seus parceiros estratégicos e não deve ser utilizado por terceiros que não tenham responsabilidade sobre a suficiência dos procedimentos acima descritos.

Os trabalhos foram executados no período de 30 de maio a 12 de junho de 2007 e basearam-se na situação da carteira de direitos creditórios e no sistema de controles internos relacionados à concessão e cobrança da carteira de recebíveis entre 1º de maio de 2004 a 30 de abril de 2007, bem como a estrutura das áreas de Crédito e Cobrança e Tecnologia vigente em junho de 2007. Conforme acordado, não foi necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data do relatório.

## **COTAS DO FUNDO**

### **Características Gerais**

As Cotas correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral. As Cotas serão divididas em classes, conforme descrito no item “Classes de Cotas” abaixo.

As cotas serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.

A qualidade de condômino caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do cotista.

É indispensável, por ocasião do ingresso do condômino no Fundo, quando da subscrição de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas, sua adesão aos termos do Regulamento, através da assinatura do respectivo Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, o boletim de subscrição de Cotas e a declaração atestando a condição de Investidor Autorizado, se for o caso.

Para o cálculo do número de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas Classe A a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Instituição Administradora quaisquer taxas ou despesas.

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Classe A do Fundo só podem ser colocadas por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Classe A do Fundo serão colocadas pelo Itaú BBA, bem como por outras instituições eventualmente contratadas por ele, integrantes do sistema de distribuição.

O valor mínimo de aplicação no Fundo na subscrição primária de Cotas será de R\$ 25.000,00.

Somente poderão adquirir as Cotas Seniores ou as Cotas Subordinadas Classe A do Fundo os Investidores Autorizados, nos termos da legislação aplicável, que almejam rentabilidade a longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo e que aceitam os riscos inerentes a tal investimento.

A integralização de Cotas pode ser efetuada por crédito em conta corrente em conta mantida no Custodiante ou por Transferência Eletrônica Disponível – TED. A amortização e o resgate de Cotas podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Admite-se o resgate de Cotas em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação do Fundo conforme o capítulo “Liquidação do Fundo” deste Prospecto.

Para fins do disposto no item anterior, durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, os resgates em Direitos Creditórios Cedidos serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos



autorizado pelo Banco Central do Brasil, simultaneamente à compra, pelo cotista, de Direitos Creditórios Cedidos, em valor correspondente ao líquido resgatado.

Para negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Classe A serão registradas na CETIP. Nas negociações no mercado secundário, caberá ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas Seniores ou das Cotas Subordinadas Classe A.

O prazo máximo para efetivação de resgate das Cotas será o do item “Prazo de Duração” acima.

As Cotas não colocadas dentro do prazo de 180 dias, contado da data do protocolo dos documentos relativos à constituição do Fundo junto à CVM, serão canceladas pela Instituição Administradora

### **Primeira Emissão**

Na Primeira Emissão de Cotas serão emitidas cotas com valor de R\$1,00 cada na Data de Subscrição Inicial, independentemente da classe. Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade de Cotas objeto da Primeira Emissão.

As Cotas objeto da Primeira Emissão serão subscritas e integralizadas a partir da Data de Subscrição Inicial, que será determinada pela Instituição Administradora. Na subscrição de Cotas da Primeira Emissão que ocorrer em dia diferente da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

### **Classes de Cotas**

As Cotas do Fundo poderão ser Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Classe A ou Cotas Subordinadas Classe B.

Todas as Cotas de mesma classe terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto no capítulo “Assembléia Geral” deste Prospecto.

As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. O critério para distribuição dos rendimentos e a amortização para as Cotas Seniores estão previstos respectivamente nos capítulos “Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo” e “Amortização das Cotas” deste Prospecto.

As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou por decisão da Assembléia Geral. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores. A distribuição dos rendimentos e a possibilidade de amortização para as Cotas Subordinadas estão previstas respectivamente nos capítulos “Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo” e “Amortização das Cotas” deste Prospecto.

### **Razão Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o Valor das Cotas Seniores**

A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores é de 136,66% e corresponderá à Razão Mínima. Essa relação deve ser observada desde a Data de Subscrição Inicial, devendo ser apurada todo dia útil, e informada aos cotistas trimestralmente.

Na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por 2 dias úteis consecutivos, o Cedente será imediatamente informado de tal fato pela Instituição Administradora, na forma do Anexo V do Regulamento.

O Cedente deverá responder o Aviso de Desenquadramento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 1º dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja, a seu exclusivo critério, integralizar ou não novas Cotas Subordinadas Classe B. Caso deseje integralizar novas Cotas Subordinadas Classe B, deverá se comprometer de modo irrevogável e irretroatável a prontamente subscrever Cotas Subordinadas Classe B em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para reenquadramento da Razão Mínima, integralizando-as em moeda corrente nacional.

Na hipótese de o Cedente desejar subscrever novas Cotas Subordinadas Classe B, a Instituição Administradora poderá deliberar pela sua emissão sem necessidade de autorização de quaisquer cotistas do Fundo ou de realização de Assembléia Geral.

Na hipótese de o Cedente não informar tempestivamente a Instituição Administradora, ou ainda na hipótese de o Cedente não desejar subscrever novas Cotas Subordinadas Classe B, será observado o disposto no capítulo “Liquidação do Fundo” seção “Eventos de Liquidação Antecipada” deste Prospecto, se for o caso.

## AMORTIZAÇÃO DAS COTAS

O previsto neste capítulo não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

### Amortização das Cotas Seniores

A partir do 13º mês, contado da Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas em 24 pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula abaixo:

$$PMT = \left( \frac{1}{N - (M - 1)} \right) * VQS_n$$

onde:

PMT é o valor de amortização de cada Cota Sênior a ser efetuada em cada mês após o término do prazo de carência de amortização da respectiva Série;

M é o número do mês (após o término do prazo de carência da respectiva Série) em que a amortização será feita, sendo que M variará entre o mês da primeira amortização e o mês da última amortização;

N é o número de meses que correspondem ao prazo de amortização da respectiva Série; e

VQS<sub>n</sub> é o valor unitário da Cota Sênior na Data de Amortização de Cotas Seniores “n”, calculado na forma do capítulo “Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de cada Classe” deste Prospecto.

As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 15 de cada mês (“Datas de Amortização de Cotas Seniores”). Tais amortizações compreenderão a amortização de parte do capital investido (“A<sub>PRINCIPAL</sub>”), conforme as fórmulas abaixo:

$$A_{PRINCIPAL_n} = \frac{Vsubs - \left( A_{COMPULSÓRIA_{n-1}} + A_{PRINCIPAL_{n-a}} \right)}{[N - (M - 1)]}$$

Onde:

A<sub>PRINCIPAL<sub>n-a</sub></sub> são os valores efetivamente pagos a título de amortização do capital investido, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores “n”; e

Vsubs – valor de subscrição de cada Cota Sênior;

$A_{COMPULSÓRIA_{n-1}}$  são os valores efetivamente pagos a título de Amortização Compulsória, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores “n”;

M é o número do mês, conforme definido no capítulo “Amortização das Cotas deste Prospecto; e

N é o número de meses que correspondem ao prazo de amortização da respectiva Série.

Para efeito tributário o rendimento deve ser calculado mediante o valor obtido do cálculo do valor da amortização subtraído do valor efetivamente pago a título do capital investido.

Na hipótese de qualquer das Datas de Amortização de Cotas Seniores coincidir com dia que seja feriado nacional, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente durante o qual haja expediente bancário, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da Assembléia Geral.

A última parcela de amortização das Cotas Seniores corresponderá ao resgate de tais Cotas.

#### **Amortização das Cotas Subordinadas Classe A**

A partir do 13º mês, contado a partir do mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Subordinadas Classe A serão amortizadas em 24 pagamentos mensais e sucessivos.

As amortizações das Cotas Subordinadas Classe A ocorrerão, mensalmente, todo dia 15 de cada mês , mediante a aplicação da fórmula abaixo:

$$PMT = \left( \frac{1}{N - (M - 1)} \right) * VQSn$$

onde:

PMT é o valor de amortização de cada Cota Subordinada Classe A a ser efetuada em cada mês após o término do prazo de carência de amortização da respectiva Série;

M é o número do mês (após o término do prazo de carência) em que a amortização será feita, sendo que M variará entre o mês da primeira amortização e o mês da última amortização;

N é o número de meses que correspondem ao prazo de amortização da Cota Subordinada Classe A; e

VQSn é o valor unitário da Cota Subordinada Classe A, calculado na forma do capítulo “Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de cada Classe” deste Prospecto.

As amortizações das Cotas Subordinadas Classe A compreenderão a amortização de parte do capital investido (“ $A_{PRINCIPAL}$ ”), conforme as fórmulas abaixo:

$$A_{PRINCIPAL_n} = \frac{V_{subs} - (A_{PRINCIPAL_{n-a}})}{[N - (M - 1)]}$$

Onde:

$A_{PRINCIPAL_{n-a}}$  são os valores efetivamente pagos a título de amortização do capital investido, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Subordinadas Classe A “n”; e

$V_{subs}$  – valor de subscrição de cada Cota Subordinada Classe A;

M é o número do mês, conforme definido acima; e

N é o número de meses que correspondem ao prazo de amortização da Cota Subordinada Classe A.

Na hipótese de qualquer das datas de amortização de Cotas Subordinadas Classe A coincidir com dia que seja feriado nacional, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente durante o qual haja expediente bancário, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas Classe A caso (i) não ocorra a amortização programada das Cotas Seniores no mês em questão; e/ou (ii) tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e/ou (iii) esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo.

A não ocorrência de determinada amortização de Cotas Subordinadas Classe A em razão do disposto no item anterior não prejudicará as outras amortizações de Cotas Subordinadas Classe A programadas.

As Cotas Subordinadas Classe A também poderão ser amortizadas por decisão da Assembléia Geral.

### **Amortização das Cotas Subordinadas Classe B**

A partir do 13º mês, contado a partir do mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Subordinadas Classe B também serão amortizadas, em 24 pagamentos mensais e sucessivos, até o valor necessário para a observância da Razão Mínima.

As amortizações das Cotas Subordinadas Classe B ocorrerão, mensalmente, todo dia 15 de cada mês, desde que as amortizações das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A tenham sido efetuadas, observada a Razão Mínima. Na hipótese de qualquer das datas de amortização de Cotas Subordinadas Classe B coincidir com dia que seja feriado nacional, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente durante o qual haja expediente bancário, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

Até 2 dias úteis antes da data de amortização de Cotas Subordinadas Classe B, a Instituição Administradora notificará o Cedente informando a futura ocorrência ou não de tal evento.

Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas caso (i) não ocorra a amortização programada das Cotas Seniores e/ou das Cotas Subordinadas Classe A no mês em questão; e/ou (ii) em decorrência direta da sua concretização, ocorra a inobservância da Razão Mínima; e/ou (iii) tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, e/ou (iv) esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo, e/ou (v) após notificado pela Instituição Administradora, todos os titulares de Cotas Subordinadas informem que não deverá ocorrer a amortização do mês em questão.

A não ocorrência de determinada amortização de Cotas Subordinadas Classe B em razão do disposto no parágrafo anterior não prejudicará as outras amortizações de Cotas Subordinadas Classe B programadas, desde que observada a Razão Mínima ao tempo de cada amortização.

As Cotas Subordinadas Classe B também poderão ser amortizadas por decisão da Assembléia Geral.

### **Amortização Compulsória**

A Instituição Administradora poderá realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios estabelecida no capítulo “Política de Investimento” deste Prospecto.

Na hipótese de a Amortização Compulsória ser decorrente da necessidade de re-enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão Mínima, a Instituição Administradora deve, tão logo decida realizar a Amortização Compulsória, convocar Assembléia Geral.

Na hipótese de a Instituição Administradora decidir pela realização da Amortização Compulsória nos termos dos itens anteriores, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida no item capítulo “Amortização das Cotas” deste Prospecto, mas sim pelo valor necessário de enquadramento do Fundo, conforme previsto no capítulo “Amortização das Cotas” deste Prospecto. Os cotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Compulsória, em até 5 dias úteis da data em que se verificou a necessidade de realização da Amortização Compulsória.

Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional às suas respectivas Cotas.

## RESERVA DE PAGAMENTO

Adicionalmente à Reserva de Liquidez, a Instituição Administradora deverá constituir reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores e das amortizações das Cotas Subordinadas Classe A (“Reserva de Pagamento”), priorizando a constituição de reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores em relação às Cotas Subordinadas Classe A. Para tanto, a Instituição Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios, de modo que:

- i) a partir de 60 dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores e de cada Data de Amortização de Cotas Subordinadas Classe A, e até 31 dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores e de cada Data de Amortização de Cotas Subordinadas Classe A, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50% do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez; e
- ii) a partir de 30 dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores e de cada Data de Amortização de Cotas Subordinadas Classe A, e até a data da efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.

Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, a Instituição Administradora poderá adquirir novos Direitos Creditórios.

Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto neste item, a Instituição Administradora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento, sem prejuízo do disposto no capítulo “Liquidação do Fundo” seção “Eventos de Liquidação Antecipada” deste Prospecto, se for o caso.

Quando da execução dos procedimentos definidos neste item, a Instituição Administradora deverá priorizar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações, sempre observada a política de investimento definida no Regulamento.

Os procedimentos descritos neste item não constituem promessa ou garantia, por parte da Instituição Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela mesma.

O restabelecimento da Reserva de Pagamento e da Reserva de Liquidez será efetivado através da subscrição de novas Cotas Subordinadas Classe B pelo Banco Panamericano, conforme procedimento descrito abaixo.

O Banco Panamericano, nos termos previstos no Contrato de Cessão, deverá subscrever Cotas Subordinadas Classe B, sempre que solicitado pela Instituição Administradora, na hipótese de a Reserva de Pagamento ou a Reserva de Liquidez deixarem de atender aos limites de enquadramento descritos no Regulamento.

O Banco Panamericano deverá subscrever e integralizar Cotas Subordinadas Classe B no prazo de até 5 dias úteis contados do recebimento de notificação por escrito, da Instituição Administradora, relatando a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo anterior.

As Cotas Subordinadas Classe B subscritas pelo Banco Panamericano poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional ou Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade e às Condições Adicionais. A forma de integralização deverá ser definida a critério da Instituição Administradora e informada na notificação referida no parágrafo anterior.

A cessão de Direitos Creditórios realizada como contrapartida pela subscrição e integralização de Cotas Subordinadas Classe B será considerada perfeita e acabada quando do recebimento pela Instituição Administradora do Termo de Cessão assinado pelos representantes legais do Banco Panamericano e do lançamento, pela Instituição Administradora, das respectivas Cotas Subordinadas Classe B na conta de depósito de titularidade do Banco Panamericano.

A subscrição e integralização de Cotas Subordinadas Classe B pelo Banco Panamericano, em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo será realizada sempre considerando o valor das Cotas Subordinadas Classe B, apurado nos termos do capítulo “Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de cada Classe” seção “Metodologia de Avaliação das Cotas de cada Classe” deste Prospecto, para o dia útil imediatamente anterior à respectiva data de integralização das respectivas Cotas.



## **REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO**

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$25.000,00. Além disso, somente Investidores Autorizados poderão adquirir Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A.

Para negociação em mercado de balcão organizado, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Classe A do Fundo serão registradas na CETIP. Caberá ao intermediário assegurar a condição de Investidor Autorizado do adquirente das Cotas.

Na Primeira Emissão de Cotas serão emitidas cotas com valor de R\$1,00 cada na Data de Subscrição Inicial, independentemente da classe. As Cotas objeto da Primeira Emissão serão subscritas e integralizadas a partir da Data de Subscrição Inicial a ser determinada pela Instituição Administradora, com valor da cota do próprio dia (D+0). Na subscrição de Cotas da Primeira Emissão que ocorrer em dia diferente da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma classe em vigor no próprio dia (D+0) da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

A integralização, a amortização e o resgate de Cotas podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente mantida no Custodiante, documento de ordem de crédito, Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Admite-se o resgate de Cotas em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no capítulo “Liquidação do Fundo” deste Prospecto. Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, os resgates em Direitos Creditórios serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, simultaneamente à compra, pelo cotista, de Direitos Creditórios, em valor correspondente ao líquido resgatado.

O prazo máximo para efetivação de resgate das Cotas será o prazo de duração do Fundo. Se o resgate for efetivado em feriado nacional, os valores correspondentes serão pagos ao(s) cotista(s) no primeiro dia útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

As aplicações no Fundo serão convertidas em Cotas pelo seu valor no próprio dia da efetiva disponibilização dos recursos pelo investidor. As amortizações e o resgate de Cotas serão efetuados com base no valor da cota da mesma classe ou série do dia útil imediatamente anterior, quando houver.

## DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO

As Cotas, independentemente da classe, serão valorizadas todo dia útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo assim permita:

- i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à 100% da variação percentual acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, calculada conforme o Anexo VI do Regulamento, no respectivo período, acrescida de *spread* ou sobretaxa de 0,75% ao ano;
- ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores e havendo excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período, será incorporado ao valor de cada Cota Subordinada Classe A, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à remuneração calculada conforme o Anexo VII do Regulamento ; e
- iii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores e para as Cotas Subordinadas Classe A, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas Classe B.

As fórmulas de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, têm como parâmetro percentual da variação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, e constam, respectivamente, dos Anexos VI e VII do Regulamento.

O presente item tem como finalidade definir qual parcela do patrimônio líquido do Fundo deve ser alocada aos titulares de cada classe de Cotas na hipótese de amortização ou resgate de suas Cotas e não representa nem deverá ser considerado promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

## TAXAS

Pela administração e gestão do Fundo, a Instituição Administradora receberá, mensalmente, taxa de administração que será calculada com base na tabela abaixo:

VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO (EM MILHÕES DE REAIS)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, CALCULADA SOBRE O SOBRE O PL DO FUNDO (EM PERCENTUAL AO ANO)
Até R\$100	0,3320
De 100 até R\$ 200	0,2970
De 200 até R\$300	0,2590
Acima de R\$300	0,2222

Independentemente do valor obtido com base na tabela acima, a taxa de administração mensal não será inferior a R\$ 15.000,00.

A taxa de administração será calculada e provisionada diariamente, e paga mensalmente à Instituição Administradora, por período vencido, até o 5º dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

A taxa de administração devida à Instituição Administradora será calculada sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo do dia anterior à realização do referido cálculo, à taxa de “1/252” de forma linear, da porcentagem referida acima

A remuneração acima não inclui as despesas previstas no capítulo “Despesas e Encargos do Fundo” deste Prospecto, a serem debitadas ao Fundo pela Instituição Administradora.

A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

Não poderão ser cobradas dos cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

## **PRESTADORES DE SERVIÇOS**

### **Instituição Administradora e Gestora**

#### *Histórico e Atividades*

A Intrag é uma instituição validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a administrar carteira de títulos e valores mobiliários.

A Intrag é controlada diretamente pelo Banco Itaú S.A., que detém 99,99% das quotas representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos na administração de fundos de investimento no país. Em 31 de dezembro de 2006, a Intrag administrava cerca de R\$ 10,4 bilhões de recursos de terceiros, dos quais cerca de R\$ 4,6 bilhões referiam-se à administração de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

#### *Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora*

A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas no presente item, no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração e à gestão do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios Cedidos que integrem a carteira do Fundo.

Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- i) registrar, as expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo, o Regulamento e seus anexos, bem como futuras alterações e respectivas consolidações do Regulamento, e de seus anexos, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- ii) manter atualizados e em perfeita ordem:
  - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - b) o registro dos condôminos;
  - c) o livro de atas de assembléias gerais;
  - d) o livro de presença de condôminos;
  - e) este prospecto;
  - f) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 4º, da Instrução nº 356/01, da CVM;

- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
- h) os relatórios do auditor independente;
- iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;
- iv) entregar ao condômino, mediante recibo, gratuitamente, exemplar do Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;
- v) divulgar, trimestralmente, no periódico utilizado pelo Fundo, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão Mínima, e o relatório da Agência Classificadora de Risco;
- vi) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou pelo Regulamento;
- vii) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- viii) fornecer anualmente aos condôminos documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- ix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução nº 356/01, da CVM, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;
- x) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco relativa à(s) classe(s) de Cotas de emissão do Fundo destinada(s) à colocação pública;
- xi) informar os cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas, no prazo máximo de 3 Dias Úteis contados da sua ciência de tal fato; e
- xii) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, ou ainda de regimes similares, do Agente de Recebimento, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos Creditórios Cedidos para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo.

A divulgação das informações previstas no item “v” acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla

veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do artigo 8º da Instrução nº 356/01, da CVM, pela regularidade na prestação dessas informações.

É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

As vedações de que tratam os itens “i” a “iii” acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Excetuam-se do disposto no item acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento;
- iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- iv) adquirir Cotas do próprio Fundo;
- v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vi) vender Cotas a prestação;
- vii) vender Cotas a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de Cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- viii) prometer rendimento predeterminado aos condôminos;

- ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- x) delegar poderes de gestão da carteira desse, ressalvado o disposto no item 7 do Regulamento;
- xi) obter ou conceder empréstimos; e
- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

#### *Remuneração da Instituição Administradora*

A Instituição Administradora terá direito a receber a remuneração descrita na seção “Taxas” acima.

#### *Substituição da Instituição Administradora*

A Instituição Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada condômino, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, assembléia geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução nº 356/01, da CVM, e do capítulo “Despesas e Encargos do Fundo” deste Prospecto.

Na hipótese de a Instituição Administradora renunciar às suas funções e a assembléia geral, por qualquer motivo, não deliberar sobre a nomeação de instituição administradora habilitada para substituir a Instituição Administradora, o Fundo será liquidado no prazo máximo de 15 dias.

Na hipótese de renúncia da Instituição Administradora e nomeação de nova instituição administradora em assembléia geral, a Instituição Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 15 dias corridos, contados da data de realização da respectiva assembléia geral.

Caso a nova instituição administradora não substitua a Instituição Administradora dentro do prazo de 15 dias corridos estabelecido acima, a Instituição Administradora procederá à liquidação do Fundo até o 20º dia corrido contado da data de realização da assembléia geral que nomear a nova instituição administradora.

Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

#### *Contratação de Terceiros*

A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor ou sócio-gerente designado, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução nº 356/01, da CVM; e
- iii) custódia.

### **Custodiante e Escriturador de Cotas**

O Banco Itaú S.A. presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 anos e controla atualmente mais de R\$ 1,35 trilhões em ativos. É o maior custodiante do país, conforme dados da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (dados de fevereiro de 2007).

O Banco Itaú obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos *offshore*. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

#### *Histórico*

O Custodiante tem uma tradição de mais 30 anos na prestação de serviços para o mercado de capitais. No serviço de custódia e controladoria para fundos e carteiras (serviços para terceiros) o Custodiante atua há mais de 10 anos, sendo um dos pioneiros no desenvolvimento deste segmento.

O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais.

Atualmente, o Custodiante controla mais de R\$ 1,35 trilhões em ativos de terceiros com mais de 1.300 contratos firmados, e é líder na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos de investimento e fundações, com cerca de 7.000 fundos/carteiras patrimoniais de clientes processadas diariamente. Na prestação de serviços relacionados à operações com direitos creditórios (servicer), o Custodiante tem sob sua responsabilidade mais de R\$ 10 bilhões em ativos.

#### *Tecnologia e sistemas*

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas.



A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais. A interação com os clientes processa-se tanto pela digitação em seus sistemas quanto pela integração em tempo real.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais subcontrata a área de tecnologia do Grupo Itaú, representada pelo Centro Técnico e Operacional (“CTO”), para alguns processos e desenvolvimento de sistemas. O CTO mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras sob a gestão do Banco Itaú S.A. e/ou suas Partes Relacionadas e vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente trabalham em estrutura de servidores de banco de dados independentes.

#### *Sistemas de back-up*

O Custodiante utiliza-se de recursos de back-up baseados em softwares empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos existe estrutura de disaster recovery on-line, utilizando duplicidade de hardware e software e replicação online de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de hardware e software dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de back-up como a de disaster recovery estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de disaster recovery consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do site normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

#### *Políticas de compliance e controles internos*

A Área de Mercado de Capitais possui uma superintendência de compliance própria para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas, bem como as normas aplicáveis definidas pelo Bacen.

Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente re-certificados pela norma ISO9000. Os processos de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral.

#### *Responsabilidades do Custodiante*

O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- i) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios representados por operações financeiras;
- ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade;
- iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Cedidos, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;
- iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios Cedidos, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores; e
- vi) cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.

#### *Verificação dos Direitos Creditórios por Amostragem*

Em decorrência do expressivo número de Devedores, a verificação da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos referida no capítulo “Prestadores de Serviço” deste Prospecto será realizada pelo Custodiante por meio de auditoria periódica, no mínimo trimestral (ou em periodicidade menor, a seu exclusivo critério), por amostragem e de acordo com os critérios definidos no Anexo IX do Regulamento. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora e à Agência Classificadora de Risco. Independentemente desta auditoria, o Custodiante não é responsável pela autenticidade dos Documentos Comprobatórios e pela existência dos Direitos Creditórios Cedidos, sendo, no entanto, responsável pela pronta informação caso venha a ter conhecimento de eventuais irregularidades.

#### *Substituição do Custodiante*

A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

#### **Fiel Depositário**

O Banco Panamericano será o fiel depositário de todos os Documentos Comprobatórios, nos termos e conforme a metodologia estabelecidos no Contrato de Custódia.

O Banco Panamericano poderá subcontratar, sob sua responsabilidade e permanecendo na qualidade de fiel depositário, empresas especializadas na guarda de documentos.

Os Documentos Comprobatórios ficarão na posse do Banco Panamericano, para que este os guarde na qualidade de fiel depositário, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de liquidação dos respectivos Contratos de Abertura de Crédito.

Uma vez decorrido o prazo referido no item acima em relação a determinado documento, o Banco Panamericano deixará de ser responsável pela sua guarda e conservação e observará as instruções que lhe der o Custodiante e/ou a Instituição Administradora quanto à destinação do referido documento.

A Instituição Administradora e o Custodiante poderão, a qualquer tempo, verificar e analisar, por amostragem ou não, os Documentos Comprobatórios.

### **Agente de Recebimento**

O Banco Bradesco foi contratado como Agente de Recebimento dos valores relativos aos Direitos Creditórios Cedidos, conforme descrito no Anexo IV do Regulamento.

Sem prejuízo do disposto acima, o Banco Panamericano S.A. foi contratado para prestar o serviços de cobrança exclusivamente dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos, conforme descrito no Anexo IV do Regulamento.

#### *Banco Bradesco*

O Banco Bradesco foi fundado em 1943, como um banco comercial, sob o nome “Banco Brasileiro de Descontos S.A.”. Em 1948, iniciou um período de expansão, assumindo o posto de maior banco comercial do setor privado no Brasil no final da década de 60. Em 1988, incorporou suas subsidiárias de financiamento imobiliário, banco de investimento e financiadora, tornando-se um banco múltiplo, e mudou sua denominação para Banco Bradesco S.A. É, hoje, o maior banco privado brasileiro, de acordo com a pesquisa “The Forbes Global 2000”, divulgada pela Revista Forbes em março de 2006, e com o ranking do Banco Central de dezembro de 2005. É, também, o líder em processamento de pagamentos e cobrança no Brasil, com uma participação de mercado de 30,0%, de acordo com a Câmara de Compensação do Banco Central.

#### *Banco Panamericano*

Em 1969, o Grupo Silvio Santos assumiu o controle acionário da Real Sul S/A - Crédito, Financiamento e Investimento, uma empresa que atuava no mercado desde 1963 em São Caetano do Sul, e mudou a razão social para Baú Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento. Em 1990, autorizado para atuar como banco múltiplo, iniciou operação com as carteiras comerciais e crédito, financiamento e investimento, passando a ser denominado Banco Panamericano S/A. Ao longo dos 14 anos de sua existência, o Banco Panamericano ampliou significativamente sua atuação, tendo presença marcante em todo o território nacional.

### *Substituição do Agente de Recebimento e do Banco Panamericano como agente cobrador*

O Custodiante pode, a qualquer tempo, contratar outras instituições para prestação dos serviços de recebimento, repasse e cobrança referidos no item acima, agindo sempre no interesse de seus cotistas, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

### **Coordenador Líder**

As Cotas serão colocadas pelo Banco Itaú BBA S.A., bem como por outras instituições eventualmente contratadas por ela, integrantes do sistema de distribuição.

O Itaú BBA é o maior banco de atacado do Brasil, com ativos de R\$ 54,8 bilhões em dezembro de 2006. O banco faz parte do grupo Itaú, que possui 95,8% do total de ações e 50,0% das ações ordinárias de emissão do Itaú BBA, sendo o restante detido por executivos do próprio banco. O Itaú BBA se caracteriza pelo foco no atendimento aos clientes corporativos, com ênfase em crédito e operações estruturadas, atuando, assim, como banco corporativo e banco de investimento.

De acordo com o ranking ANBID, o Itaú BBA é um dos líderes de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, ocupando o primeiro lugar em 2004, 2005, 2006 e 2007 (até março) com participações de mercado de 26,0%, 20,0%, 19,2% e 32,0% respectivamente.

Em 2006, entre as operações coordenadas pelo Itaú BBA destacam-se as debêntures da Telemar Norte Leste S.A., no valor R\$ 2,1 bilhões; Itaúseg Participações S.A., no valor de R\$ 1,5 bilhão; Vivax S.A., no valor de R\$ 220 milhões; Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, no valor de R\$ 350 milhões; Brasil Telecom, no valor de R\$ 1,1 bilhão; Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. - Autoban, no valor de R\$ 510 milhões, ALL - América Latina Logística - S.A., no valor de R\$ 700 milhões; TAM S.A., no valor de R\$ 500 milhões; Ampla Energia e Serviços S.A., no valor de R\$ 370 milhões; Gafisa S.A., no valor de R\$ 240 milhões; Lupatech S.A., no valor de R\$ 227 milhões; Energisa S.A. no valor de R\$350 milhões; Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R\$ 5,5 bilhões; Light Serviços de Eletricidade S.A., no valor de R\$ 1,0 bilhão; NET Serviços de Comunicação S.A., no valor de R\$ 580 milhões; e o FIDC CESP III, no valor de R\$ 650 milhões.

### **Auditor**

Como auditor independente do Fundo, foi contratada a KPMG Auditores Independentes S/C Ltda.

Formada em 1º de julho de 1987, a KPMG está presente em nove cidades do Brasil, e conta com mais de 1.000 funcionários.

### *Verificação das Condições Adicionais*

O Auditor será responsável pela validação dos Direitos Creditórios em relação às Condições Adicionais.

Nas Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios, o Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que constem de relatório de verificação elaborado, por amostragem, pelo Auditor que ateste a observância das Condições Adicionais.

O relatório de verificação referido no parágrafo anterior deverá ser enviado ao Custodiante por meio eletrônico previamente a cada uma das Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios. Tal relatório de verificação deverá ser preparado com base no modelo constante do Anexo X do Regulamento.

O Auditor realizará, trimestralmente, como contratado da Instituição Administradora, análise dos Direitos Creditórios Cedidos, por amostragem, com o objetivo de verificar a observância das Condições Adicionais relativas aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo após as Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios, com base no arquivo disponibilizado pelo Custodiante. O Auditor deverá solicitar o arquivo dos Direitos Creditórios Cedidos ao Custodiante com 5 dias de antecedência. O resultado dessa análise deverá ser encaminhado à Instituição Administradora na mesma forma do relatório de verificação referido nos parágrafos anteriores.

Sendo constatada, pela Instituição Administradora, qualquer inexatidão das informações fornecidas pelo Banco Panamericano relativas aos Direitos Creditórios Cedidos, deverão ser prontamente requeridos ao Banco Panamericano esclarecimentos a respeito, a serem apresentados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo de eventual aplicação do disposto no capítulo “Liquidação do Fundo” seção “Eventos de Liquidação Antecipada” deste Prospecto.

#### **Agência Classificadora de Risco**

Foi contratada como agência classificadora de risco das Cotas a Fitch Ratings Brasil Ltda.

A Fitch Ratings Brasil Ltda. é resultado de fusão promovida em abril de 2000, entre a Fitch IBCA (oriunda da fusão promovida em dezembro de 1997 entre a Fitch Investor Services de Nova York e a IBCA Limited de Londres) e a Duff & Phelps Credit Rating Co., de Chicago, EUA.

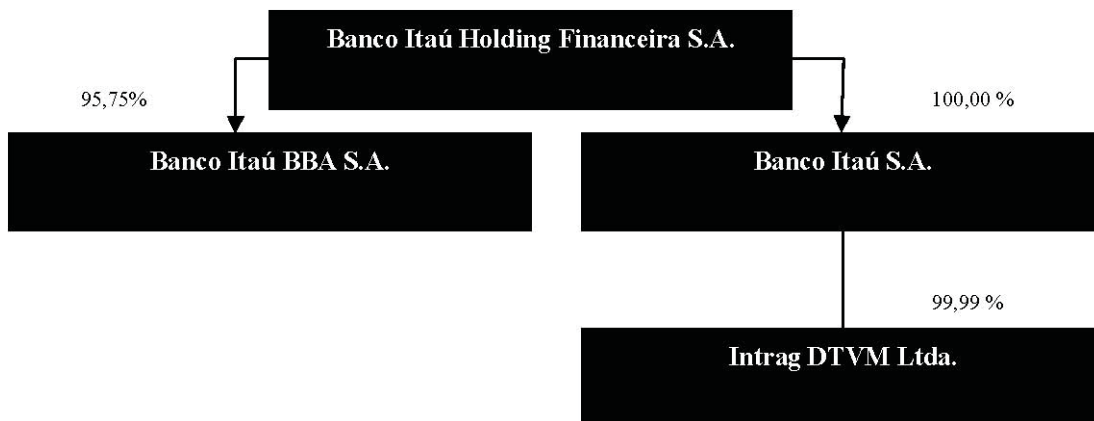
A Fitch Ratings Brasil Ltda. começou operar no mercado brasileiro no início da década de 80, tendo estabelecido uma subsidiária local em 1997, quando passou a atribuir classificações de risco para bancos e empresas brasileiras. Em abril de 2003, a Fitch Ratings Brasil Ltda. adquiriu a Atlantic Rating, maior agência de classificação de risco do Brasil, atuante no país desde 1992.

## CONFLITOS DE INTERESSE

O Custodiante é o controlador da Instituição Administradora.

Ademais, o Coordenador Líder também faz parte do conglomerado financeiro do Custodiante, uma vez que o Banco Itaú Holding Financeira S.A. é controlador da Instituição Administradora e do Coordenador Líder.

O organograma abaixo mostra a composição do Grupo Itaú com relação à Instituição Administradora, ao Custodiante e ao Coordenador Líder:



A Instituição Administradora, até a data deste Prospecto, não presta nenhum serviço ou mantém relacionamento comercial com a Cedente além daqueles descritos neste Prospecto.

## SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

### Contrato de Custódia

O Contrato de Custódia, a ser formalizado entre o Fundo, representado pela Instituição Administradora, e o Custodiante, com a interveniência anuência do Banco Panamericano, terá por objeto a prestação, pelo Custodiante ao Fundo, dos serviços de custódia, controladoria e controle relativos aos Direitos Creditórios, valores mobiliários e ativos financeiros pertencentes ao Fundo (“Ativos”). Ao realizar os serviços de controladoria, custódia e controle dos Ativos do Fundo, o Custodiante deverá, dentre outras atribuições:

- i) providenciar abertura e movimentação, no Custodiante, em nome do Fundo, de conta corrente de depósito e, eventualmente, de conta corrente de investimento (“Contas Correntes”) e de uma conta de custódia para os Direitos Creditórios Cedidos e para cada sistema em que venham a ser registrados os Ativos do Fundo (“Contas de Custódia”);
- ii) efetuar o recebimento de recursos, para a emissão ou integralização de Cotas, sempre através das Contas Correntes do Fundo;
- iii) arquivar e manter atualizados e em perfeita ordem: (a) os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do Fundo; (b) a documentação relativa às operações do Fundo, que ficará com o Custodiante até que seja auditada, quando será encaminhada à Instituição Administradora, juntamente com o parecer da auditoria; (c) os balanços e demonstrativos exigidos pela lei;
- iv) informar à Instituição Administradora, diariamente, através do site [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br), o valor dos Ativos, discriminando o valor atualizado e composição da carteira do Fundo, contendo quantidade, espécie e cotação dos Ativos que a integram, com os respectivos valores a pagar e receber e o valor de cada aplicação;
- v) divulgar diariamente ao mercado, à CVM e à Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID o valor da cota e do patrimônio líquido do Fundo e, mensalmente, a rentabilidade auferida no período;
- vi) remeter à Instituição Administradora e à CVM, conforme o caso, dentro dos prazos regulamentares vigentes, sem prejuízo de outros que sejam ou venham a ser exigidos, as seguintes informações: (a) o valor líquido das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas; (b) o patrimônio líquido e a relação das emissões, amortizações e resgates de Cotas efetuadas no mês; e (c) demonstrações financeiras do Fundo com os demonstrativos da composição e diversificação da carteira;
- vii) efetuar a liquidação física e financeira de todas as operações do Fundo;
- viii) manter custodiados junto à CETIP e SELIC, conforme o caso, os Ativos do Fundo, observado que: (a) somente poderão ser acatadas pelo Custodiante as ordens enviadas pela Instituição Administradora, ou por seu(s) representante(s) legal(is), ou por mandatário(s), devidamente credenciado(s); e (b) o Custodiante está proibido de executar ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações de administração da carteira do Fundo;

- ix) elaborar demonstrativo do rendimento anual a ser fornecido aos cotistas do Fundo;
- x) cobrar e receber pagamentos, resgates de títulos ou qualquer renda relativos aos Ativos, depositando os valores recebidos nas respectivas Contas Correntes;
- xi) debitar das respectivas Contas Correntes os valores correspondentes às despesas realizadas para escriturar, controlar e custodiar os Ativos e valores sob responsabilidade do Custodiante, de acordo com o Contrato de Custódia ou com as instruções recebidas;
- xii) efetuar o pagamento de tributos, taxas de administração e supervisão, honorários de agentes e outros profissionais especialmente contratados, despesas de distribuição e operacionais necessárias ao cumprimento do Contrato de Custódia;
- xiii) informar imediatamente à Instituição Administradora o teor de toda notificação ou informação referente aos Ativos que tenha sido endereçada ao Custodiante;
- xiv) manter em arquivo a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação do Fundo pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Instituição Administradora, que ocorrerá no máximo a cada ano;
- xv) dar cumprimento às instruções específicas remetidas pela Instituição Administradora ao Custodiante, conforme previsto no Contrato de Custódia;
- xvi) dar cumprimento à lista de “Normas e Procedimentos Operacionais” que faz parte do Contrato de Custódia como seu Anexo IV;
- xvii) verificar e validar os Créditos que compõem ou que venham a compor a carteira do Fundo, em relação aos Critérios de Elegibilidade, previstos no Regulamento e transcritos na seção “Direitos Creditórios” acima;
- xviii) realizar, por conta e ordem da Instituição Administradora, o pagamento ao Banco Panamericano, do preço de aquisição dos Créditos;
- xix) divulgar à Instituição Administradora por meio do site [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br) a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas subordinadas do Fundo; e
- xx) realizar a verificação por amostragem e de acordo com os critérios definidos no Anexo IX do Regulamento, trimestralmente ou em periodicidade menor, a seu exclusivo critério, após a ocorrência de cada cessão, da existência e formalização dos Documentos Comprobatórios, indicados no item 3.6.4 do Contrato de Custódia, bem como o cumprimento por parte do Banco Panamericano com relação à guarda e organização dos referidos documentos, comunicando o resultado dessa verificação à Instituição Administradora e à agência classificadora de risco do Fundo.

Ao realizar os serviços de controladoria, custódia, e controle dos Ativos do Fundo, o Custodiante observará o que segue:



- i) os registros das Contas de Custódia e das Contas Correntes indicarão de modo separado e, na medida do possível segregado, os Ativos e recursos financeiros pertencentes ao Fundo;
- ii) os Ativos e recursos financeiros do Fundo deverão estar sempre segregados dos valores mobiliários e recursos financeiros pertencentes ao próprio Custodiante ou a outros clientes deste;
- iii) o Custodiante colocará à disposição, por meio eletrônico, arquivos e relatórios discriminando os Ativos mantidos nas Contas de Custódia e os recursos movimentados nas Contas Correntes; e
- iv) o Custodiante deverá cumprir com todos os procedimentos pertinentes descritos no Contrato de Cessão.

O Banco Panamericano será contratado pelo Custodiante para a prestação dos serviços de fiel depositário de todos os documentos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos, sendo-lhe facultada a possibilidade de sub-contratar os serviços de guarda de documentos junto à terceira empresa.

Por fim, o Contrato de Custódia tornar-se-á eficaz na data de sua assinatura, permanecendo em vigor até a liquidação do Fundo.

#### **Contrato de Cessão**

Por meio do Contrato de Cessão, a ser celebrado entre o Banco Panamericano e o Fundo, com a interveniência e anuência do Custodiante, o Banco Panamericano prometerá ceder e transferir Direitos Creditórios ao Fundo, incluindo seus acessórios, todos os instrumentos que os representam, respectivos anexos e garantias constituídas.

O Contrato de Cessão não obriga as partes a ofertar, ceder, ou adquirir quaisquer Direitos Creditórios.

A contraprestação e a fórmula de cálculo do preço da cessão dos Direitos Creditórios Cedidos, devida pelo Fundo, estão definidas na cláusula 3 do Contrato de Cessão e especificadas nos respectivos Termos de Cessão, a saber:

$$PA = \sum_{i=1}^n \frac{VNi}{FDi}$$

$$FDi = \left[ \left( (1 + TDI \cdot i)^{\frac{dui}{252}} \right) \times \left( 1 + \frac{2,3\%}{100} \right)^{\frac{dui}{252}} \right]$$

PA é o Preço de Aquisição de cada contrato de financiamento a ser cedido;

*VN i* é o valor nominal de cada uma das parcelas do contrato de financiamento a ser cedido;

*FD i* é o Fator de Desconto de cada parcela do financiamento a ser cedida;

*Dui* é o número de dias úteis compreendido entre a Data de Aquisição e Pagamento, inclusive, e a data de vencimento da parcela do contrato de financiamento a ser cedida, exclusive;

*TDI* cotação da Taxa DI futura na respectiva Data de Aquisição, referente a Contratos de Abertura de Crédito com prazo de vencimento mais próximo à Faixa de Vencimento, constante do Anexo IV ao Contrato de Cessão, a que pertence o respectivo *dui*, negociada e divulgada pela Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F.

O pedido de aquisição de Direitos Creditórios poderá ser realizado a qualquer tempo, ao longo do prazo de duração do Fundo, devendo ser observado o seguinte procedimento:

- i) a Instituição Administradora deverá notificar o Banco Panamericano, com cópia ao Custodiante, da intenção de adquirir Direitos Creditórios, indicando o respectivo montante a ser adquirido pelo Fundo;
- ii) o Banco Panamericano deverá enviar à Instituição Administradora e ao Custodiante, em até 2 Dias Úteis contados do recebimento da notificação supra e, no mínimo, 3 Dias Úteis antes da celebração do respectivo Termo de Cessão, relação contendo (i) a identificação (número do chassi) de todos os veículos financiados por meio dos Contratos de Abertura de Crédito que originarão os Direitos Creditórios que se pretende ofertar ao Fundo, e (ii) o número de identificação de cada Contrato de Abertura de Crédito (“Lista de Veículos Financiados”);
- iii) uma vez recebida a Lista de Veículos Financiados, o Custodiante procederá à verificação junto aos órgãos competentes, da existência do registro da garantia de alienação fiduciária de todos os veículos listados;
- iv) em até 2 Dias Úteis a contar do envio da Lista de Veículos ao Custodiante, o Banco Panamericano deverá enviar à Instituição Administradora e ao Custodiante, lista dos Direitos Creditórios oferecidos a cessão, (“Lista de Direitos Creditórios”), em arquivo eletrônico, na forma da tabela constante do Anexo III deste Contrato;
- v) nos termos do Contrato de Custódia, a Lista de Direitos Creditórios será submetida à nova análise pelo Custodiante que deverá verificar o atendimento dos Direitos Creditórios ali arrolados aos demais Critérios de Elegibilidade previstos no item 10 do Regulamento e o resultado dessa análise constará do Relatório do Custodiante a ser entregue à Instituição Administradora em até 2 (dois) Dias Úteis a contar do envio da Lista de Direitos Creditórios pelo Banco Panamericano;
- vi) em caso de identificação, pelo Custodiante, de Direitos Creditórios na Lista de Direitos Creditórios que não se enquadrem nos Critérios de Elegibilidade, a Instituição Administradora deverá solicitar ao Banco Panamericano a elaboração de nova Lista de Direitos Creditórios excluindo os Direitos

Creditórios não elegíveis ou substituindo-os por outros elegíveis; a nova Lista de Direitos Creditórios deverá ser enviada pelo Banco Panamericano à Instituição Administradora e ao Custodiante em até 1 dia útil de sua solicitação, devendo o Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, proceder à nova verificação dos Direitos Creditórios na forma aqui prevista; e

vii) de posse do Relatório do Custodiante, proceder-se-á à celebração do Termo de Cessão.

Uma vez celebrado o Termo de Cessão, este e seu anexo serão considerados parte integrante do Contrato de Cessão, e o Fundo pagará ao Banco Panamericano o valor dos Direitos Creditórios Cedidos.

O Banco Panamericano se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, até a amortização e/ou o resgate integral das Cotas Seniores a:

- i) comunicar em até 5 dias úteis à Instituição Administradora o início de qualquer procedimento administrativo ou judicial contra si, em montante superior a R\$15.000.000,00;
- ii) comunicar em até 5 dias úteis à Instituição Administradora caso venha a inadimplir obrigação em montante superior a R\$15.000.000,00;
- iii) comunicar em até 5 dias úteis à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer protesto de títulos de crédito de sua responsabilidade, em valor superior a R\$15.000.000,00;
- iv) diligenciar e tomar todas as medidas necessárias para que seus diretores, funcionários, prepostos, agentes e correspondentes cumpram a política de concessão de crédito descrita no Anexo II do Regulamento, bem como na Seção “Política de Concessão de Crédito a Pessoas Físicas para Aquisição de Veículos” deste Prospecto;
- v) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão ou Eventos de Resilição, conforme definidos abaixo.

Sob o Contrato de Cessão, o Banco Panamericano terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito Creditório inadimplido, a partir de 5 dias corridos contados da data de vencimento do título, pelo seu valor contábil registrado pelo Fundo no dia da recompra do Direito Creditório pelo Banco Panamericano.

Caso o Fundo tenha a intenção de vender Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, deverá oferecer primeiramente ao Banco Panamericano, para que este possa exercer seu direito de preferência na aquisição dos Direitos Creditórios Cedidos.

O Banco Panamericano, ainda, obriga-se de forma irrevogável e irretratável a subscrever Cotas Subordinadas Classe B, sempre que solicitado pela Instituição Administradora, na hipótese de a Reserva de Liquidez e/ou a Reserva de Pagamentos deixarem de atender aos limites de enquadramento descritos no Regulamento.

São considerados eventos de revisão do Contrato de Cessão (“Eventos de Revisão”) quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) modificação do controle acionário do Banco Panamericano;
- ii) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Banco Panamericano conforme o item 9.1 do Contrato de Cessão, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- iii) comprovação de que o Banco Panamericano tenha dolosamente oferecido ao Fundo Direitos Creditórios em desacordo com os critérios definidos no item 4.1 do Contrato de Cessão;
- iv) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- v) caso o Banco Panamericano, ou qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas, se encontre inadimplente no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios acima referidos, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- vi) caso tenham sido apresentados para protesto ou tenham sido protestados títulos emitidos pelo Banco Panamericano ou sacados contra o Banco Panamericano, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- vii) caso o Banco Panamericano deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;
- viii) caso seja ajuizada contra o Banco Panamericano, suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$15.000.000,00;
- ix) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens do Banco Panamericano, de suas controladoras ou controladas, de valor superior a R\$15.000.000,00, considerados individualmente ou em conjunto;
- x) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Direitos Creditórios de titularidade do Banco Panamericano; ou

- xi) descumprimento pelo Banco Panamericano de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Revisão ou um Evento de Resilição, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 5 dias úteis contado do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará os procedimentos definidos no capítulo “Liquidação do Fundo” deste Prospecto.

São considerados eventos de resilição quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária com relação ao Banco Panamericano ou a qualquer de suas sociedades controladoras diretas por qualquer pessoa ligada; e
- iii) realização de qualquer negócio ou ato jurídico descrito no item 4.6 do Contrato de Cessão sem a expressa autorização prévia, por escrito, da Instituição Administradora, ressalvadas as hipóteses dos itens 4.6.1 e 5.4 do Contrato de Cessão.

Desde que o Banco Panamericano se encontre adimplente em relação a todas as suas obrigações, nos termos do Contrato de Cessão e dos demais documentos relacionados ao Fundo de que seja parte, poderá ele, a qualquer tempo, resilir o Contrato de Cessão, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificar sua decisão, por meio de comunicação enviada à Instituição Administradora e ao Custodiante, com antecedência mínima de 30 dias corridos.

Na hipótese de resilição do Contrato de Cessão, deverão permanecer válidas, existentes e eficazes suas disposições até a amortização ou resgate integral das Cotas Seniores, em especial as que estabelecem obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas pelo Banco Panamericano relacionadas aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Resilição, deverão ser observados os procedimentos definidos no capítulo “Liquidação do Fundo” deste Prospecto.

Por fim, o Contrato de Cessão tornar-se-á eficaz na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo necessário ao cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes.

### **Contrato de Colocação**

Por meio do Contrato de Colocação, celebrado entre o Fundo, o Coordenador Líder e o Cedente em 29 de maio de 2007, o Fundo contrata o Coordenador Líder, na qualidade de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, para atuar como distribuidor das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A de sua emissão.

Serão colocadas 300 milhões de Cotas Seniores, sob o regime de garantia firme de subscrição, totalizando o valor de R\$ 300 milhões na Data de Subscrição Inicial e mais 50 milhões de Cotas Subordinadas Classe A, sob o regime de garantia firme, totalizando R\$ 50 milhões na Data de Subscrição Inicial.

No prazo de até 5 dias úteis, a contar da publicação do anúncio de início de distribuição, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Classe A não colocadas junto a investidores deverão ser subscritas pelo Coordenador Líder até o limite do respectivo lote de garantia firme.

Uma vez exercida a garantia firme no prazo referido no item acima, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Classe A subscritas poderão ser negociadas pelo Coordenador Líder.

O preço de revenda das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A pelo Coordenador Líder será o seu valor no dia da revenda, divulgado pela Instituição Administradora.

A garantia firme prestada terá validade até 16 de agosto de 2007.

Na hipótese de exercício da garantia firme pelo Coordenador Líder, a subscrição das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A será realizada pela taxa correspondentes a 100% da “Taxa Inicial do *Bookbuilding*”, conforme definido na alínea “ii” da Cláusula 8.1. do referido contrato.

Sem prejuízo das condições suspensivas e resolutivas previstas nos itens 5.1 e 5.2 do Contrato de Colocação, a colocação pública será realizada na forma e condições seguintes:

- i) a colocação e subscrição das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A somente terá início após (a) o registro do Fundo e da distribuição de suas cotas na CVM; (b) a disponibilização do prospecto definitivo ao público; (c) a publicação do anúncio de início de distribuição; e (d) a subscrição e integralização das cotas subordinadas por parte do Banco Panamericano;
- ii) a colocação será pública, realizada em mercado de balcão organizado, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da oferta pública de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Classe A;
- iii) a colocação visará exclusivamente a Investidores Autorizados, conforme definido no Regulamento;
- iv) a integralização das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição; e
- v) o prazo de colocação pública das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A será de até 180 dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos que compõem o processo de registro do Fundo; e
- vi) não serão constituídos fundos de liquidez nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas Seniores e para as Cotas Subordinadas Classe A.

O Fundo autoriza o Coordenador Líder a organizar plano de distribuição, que poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, devendo o Coordenador Líder assegurar que o tratamento aos destinatários e aceitantes da oferta seja justo e equitativo e a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes.

Pela realização dos trabalhos descritos no Contrato de Colocação relativos à estruturação do Fundo, colocação das Cotas Seniores, das Cotas Subordinadas Classe A e prestação de garantia firme de subscrição, o Coordenador Líder fará jus à remuneração composta de duas partes, conforme disposto abaixo, a ser paga pelo Cedente:

- i) Remuneração Fixa: comissão de 0,85% incidente sobre o montante total de emissão de Cotas Seniores do Fundo, efetivamente subscrita e integralizada, dividida da seguinte forma:
  - a) Comissão de Estruturação/Coordenação: no montante de 0,35%, a ser calculada sobre o montante total de emissão de Cotas Seniores do Fundo, efetivamente subscrita e integralizada;
  - b) Comissão de Distribuição: no montante de 0,25%, a ser calculada sobre o montante total de emissão de Cotas Seniores do Fundo, efetivamente subscrita e integralizada;
  - c) Prêmio de Prestação de Garantia Firme: no montante de 0,25%, a ser calculado sobre o montante total de emissão de Cotas Seniores do Fundo, efetivamente subscrita e integralizada;
- ii) Remuneração de Sucesso: prêmio, em função do processo de coleta de intenções, equivalente a 30% incidente sobre a diferença entre (i) o valor presente do fluxo projetado das Cotas Seniores, considerada a taxa inicial do *bookbuilding* (variação da taxa DI capitalizada de spread de 1,00% - CDI + 1,0% a.a.), doravante denominada “Taxa Inicial do *Bookbuilding*”) e (ii) o valor presente do fluxo projetado das Cotas Seniores, considerada a taxa final obtida no *bookbuilding*.

Para fins de cálculo da taxa inicial e final prevista no item (ii) acima, será utilizada a fórmula prevista no Anexo I do Regulamento.

Tanto a remuneração fixa quanto a remuneração de sucesso deverão ser pagas em uma única parcela, na Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A.

Fica o Coordenador Líder autorizada a contratar, por conta e ordem do Banco Panamericano e do Fundo, sociedade pertencente ao Grupo Itaú ("Contratada") para prestar parte dos serviços descritos no Contrato de Colocação.

Não será concedido pelo Coordenador Líder nenhum desconto ou repasse de comissão aos investidores que subscreverem as Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas Classe A.

O Contrato de Colocação deixará de vigorar com o cumprimento de todas as obrigações nele contidas, principais e acessórias, por parte do Fundo, do Coordenador Líder e do Banco Panamericano.

## **METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE**

### **Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo**

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de apreçamento de ativos do Custodiante, cuja versão atualizada poderá ser obtida, por quaisquer Cotistas, na sede da Instituição Administradora ou no sítio do Custodiante, [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br).

O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo;
- ii) o Fundo é fechado;
- iii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- iv) o Fundo é destinado exclusivamente para investidores qualificados; e
- v) todos os cotistas, ao aderirem aos termos do Regulamento, concordaram com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito no capítulo “Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de cada Classe” deste Prospecto.



São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com outros ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e dos procedimentos definidos na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN.

### **Metodologia de Avaliação das Cotas de cada Classe**

As Cotas de cada classe do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil.

O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Cotas Seniores; ou
- ii) o valor apurado conforme a fórmula de cálculo descrita no Anexo VI do Regulamento.

O valor unitário das Cotas Subordinadas de Classe A será o menor dos seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do saldo apurado mediante subtração do valor das Cotas Seniores, apurado na forma do parágrafo acima, do patrimônio líquido do Fundo, pelo número de Cotas Subordinadas de Classe A; ou
- ii) o valor apurado conforme o disposto no capítulo “Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo” deste Prospecto.

O valor unitário das Cotas Subordinadas Classe B será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A, pelo número total de Cotas Subordinadas Classe B.

## ASSEMBLÉIA GERAL

### Competência

É da competência da Assembléia Geral:

- i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Instituição Administradora, em até 4 meses contados do encerramento do exercício social;
- ii) alterar o disposto no Regulamento, sem prejuízo de outras deliberações previstas no capítulo “Assembléia Geral” deste Prospecto que acarretam na alteração do Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora;
- iv) deliberar sobre a contratação de terceiro autorizado para exercer atividade de gestão da carteira do Fundo;
- v) eleger e destituir o(s) representante(s) dos cotistas;
- vi) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, ressalvadas as hipóteses dos itens “x” e “xi” abaixo;
- ix) deliberar sobre a alteração dos termos e condições do Contrato de Cessão;
- x) resolver se Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação;
- xi) resolver se Eventos de Liquidação devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- xii) alterar a remuneração das Cotas Seniores;
- xiii) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 dias consecutivos ou por imposição legal;
- xiv) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos referidos no capítulo “Direitos Creditórios” deste Prospecto, na forma ali estabelecida;

- xv) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, de acordo com o disposto no capítulo “Assembléia Geral” deste Prospecto;
- xvi) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco;
- xvii) deliberar sobre a substituição do Custodiante, do Banco Bradesco, na qualidade Agente de Recebimento e do Banco Panamericano, na qualidade de agente cobrador dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos e de fiel depositário dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios Cedidos; e
- xviii) deliberar sobre novas emissões de Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas de classe diversa da Cota Subordinada Classe B.

### **Procedimento de Convocação**

A convocação de Assembléia Geral será feita pela Instituição Administradora, por meio eletrônico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista ou pela publicação de edital no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo.

As cartas de convocação ou correspondências eletrônicas indicarão dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral e os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita com 10 dias de antecedência, no mínimo, contados da data de envio da carta ou da correspondência eletrônica.

Não se realizando a Assembléia Geral, será novamente providenciada a expedição aos Cotistas de correspondência eletrônica ou de carta com aviso de recebimento, com antecedência mínima de 5 dias.

Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com a primeira convocação.

Para os fins dos procedimentos de convocação estabelecidos no capítulo “Assembléia Geral” deste Prospecto, investidores que adquiram Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A por meio de negociação no mercado secundário e eventualmente mantenham tais Cotas custodiadas junto a outra entidade que não o Custodiante, na qualidade de prestador de serviços de agente escriturador, não serão convocados diretamente pela Instituição Administradora, mas sim por meio da entidade junto à qual estiverem custodiadas as suas Cotas Seniores. Para tanto, a Instituição Administradora informará tempestivamente, a cada uma das entidades junto às quais estejam custodiadas Cotas Seniores do Fundo, sobre a convocação de Assembléia Geral.

Na hipótese de Cotistas do Fundo contratarem a custódia fungível de suas Cotas junto a entidade diversa daquela contratada pela Instituição Administradora e caso aquela não forneça a relação dos titulares das Cotas por ela custodiadas à Instituição Administradora, esta deverá convocar Assembléia Geral por meio de publicação de edital.

Independentemente das formalidades previstas no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os cotistas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral será realizada na sede da Instituição Administradora. Quando a Assembléia Geral não for realizada na sede da Instituição Administradora, as comunicações enviadas aos cotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede da Instituição Administradora.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral poderá reunir-se por convocação da Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação à Instituição Administradora por cotistas que representem, no mínimo, 5% do total das Cotas emitidas.

As Assembléias Gerais de Cotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um cotista.

#### **Nomeação de Representante dos Condôminos**

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante dos cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;
- ii) não ser titular de Cotas Subordinadas;
- iii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- iv) não exercer cargo da administração ou ser empregado do cedente de direitos creditórios ao Fundo; e
- v) não exercer cargo de administração ou ser empregado dos controladores, diretos ou indiretos, do Cedente.

#### **Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações**

Estarão necessariamente sujeitas à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas as deliberações que se refiram a:

- i) alteração do item 9 do Regulamento, ou que afete a política de investimento do Fundo, inclusive alteração da Alocação Mínima;

- ii) alteração do item 10 do Regulamento, que prevê os Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios;
- iii) alteração da Razão Mínima;
- iv) alteração do item 16 do Regulamento, ou qualquer outro destinado a alterar a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ou o Anexo VI ou VII do Regulamento;
- v) alteração dos cronogramas de amortização das Cotas Seniores e Subordinadas;
- vi) alteração do item 18 do Regulamento, ou qualquer outro destinado a alterar as características da Reserva de Pagamento;
- vii) alteração dos subitens 19.1.2 e seguintes do item 19 do Regulamento;
- vii) alteração do item 20 do Regulamento, bem como criação ou aumento de despesas e encargos ordinários do Fundo;
- ix) alteração do item 21 do Regulamento, inclusive no que concerne a direito de voto de cada classe e alterações de quoruns;
- x) criação de novos Eventos de Avaliação e de Liquidação Antecipada do Fundo;
- xi) assuntos descritos nos subitens (iv), (xii), (xiii) e (xvi) do item 21.1 do Regulamento; e
- xii) alteração de vantagens ou criação de obrigações e deveres para as Cotas Subordinadas.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (v), (ix), (xv) e (xvii) do item 21.1 do Regulamento dependerão de aprovação em Assembléia Geral de cotistas que representem 75% das Cotas Seniores em Circulação e das Cotas Subordinadas Classe A em Circulação com direito a voto.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (xii), (xiii) e (xiv) do item 21.1 do Regulamento dependerão de aprovação em Assembléia Geral de cotistas que representem 90% das Cotas Seniores em Circulação com direito a voto.

A deliberação relativa às matérias previstas nos subitens (i), (iii) e (vi) a (viii) do item 21.1 do Regulamento será tomada em primeira convocação pela maioria das Cotas em circulação e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes à Assembléia Geral.

Todas as demais deliberações para as quais não haja previsão expressa no Regulamento dependerão da aprovação da maioria das Cotas Seniores em Circulação.

Somente podem votar nas Assembléias Gerais os cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano. A presidência das Assembléias Gerais de Cotistas caberá sempre à Instituição Administradora.

Será sempre assegurada a participação da Instituição Administradora em qualquer Assembléia Geral.

Não terão direito a voto na Assembléia Geral a Instituição Administradora e seus empregados.

### **Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembléia Geral**

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 dias de sua realização.

As deliberações tomadas pelos cotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos no Regulamento, bem como, se for o caso, observado o procedimento descrito no item 21.2.1 do Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Cotas Seniores quanto os titulares das Cotas Subordinadas, quer tenham comparecido à Assembléia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

## LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O Fundo será liquidado, ordinariamente, no último dia do 60º mês, contado a partir da Data de Subscrição Inicial. Em tal caso, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o capítulo “Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de cada Classe” deste Prospecto, em vigor na própria data de liquidação. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a quantidade de Cotas respectiva.

Caso no último dia útil do prazo de duração do Fundo, a totalidade das Cotas em circulação ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo, de acordo com o procedimento descrito abaixo.

### Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo

#### *Eventos de Avaliação*

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) rebaixamento da classificação de risco inicial das Cotas Seniores, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- ii) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo, nos termos do capítulo “Prestadores de Serviço” seção “Substituição da Instituição Administradora” deste Prospecto;
- iii) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Condôminos, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 2 dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- iv) inobservância pelo Banco Bradesco dos deveres e das obrigações previstas no Convênio de Recebimento, desde que, se notificado pelo Custodiante, pela Instituição Administradora ou pelo Banco Panamericano para sanar ou justificar o descumprimento, o Banco Bradesco não o fizer no prazo de 2 dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- v) inobservância pelo Banco Panamericano de seus deveres e obrigações como responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos, nos termos previstos no Contrato de Cessão, desde que, se notificado pelo o Custodiante ou pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Banco Panamericano não o fizer no prazo de 2 dias úteis contado do recebimento da referida notificação;

- vi) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade;
- vii) não pagamento, em até 2 dias, contados de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, do valor integral da amortização programada de qualquer Cota Sênior;
- viii) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- ix) resilição do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios Cedidos, se houver;
- x) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A por prazo igual ou superior a 60 dias do término do respectivo período;
- xi) renúncia do Custodiante;
- xii) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- xiii) ocorrência dos eventos previstos nos subitens (i) a (x), do item 11.1, do Contrato de Cessão, a seguir relacionados:
  - a) modificação do controle acionário do Banco Panamericano;
  - b) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente no item 10.1 do Contrato de Cessão, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
  - c) comprovação de que o Banco Panamericano tenha reiterada e/ou dolosamente oferecido ao Fundo, Direitos Creditórios em desacordo com os critérios definidos no item 4.1 do Contrato de Cessão;
  - d) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
  - e) caso o Banco Panamericano, qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas se encontre inadimplente no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios acima referidos, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;



- f) caso tenham sido apresentados para protesto ou tenham sido protestados títulos emitidos pelo Banco Panamericano ou sacados contra o Banco Panamericano, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
  - g) caso o Banco Panamericano deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;
  - h) caso seja ajuizada contra o Banco Panamericano, suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$15.000.000,00;
  - i) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens do Banco Panamericano, de suas controladoras ou controladas, de valor superior a R\$15.000.000,00, considerados individualmente ou em conjunto; ou
- xiv) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Direitos Creditórios de titularidade do Banco Panamericano;
  - xv) não constituição da Reserva de Pagamento nos termos deste Regulamento ou caso os limites estabelecidos para Reserva de Pagamento não sejam atendidos pelo prazo de 5 dias úteis consecutivos e/ou 10 dias alternados em um período de 30 dias consecutivos;
  - xvi) caso, no relatório de verificação a ser elaborado pelo Auditor, constem inexatidões ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Banco Panamericano com relação a 5% ou mais dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo desde a última verificação;
  - xvii) caso, em cada Período de Verificação, os Direitos Creditórios Cedidos vencidos e não pagos até o prazo de 60 dias atinjam percentual superior a 20%; e
  - xviii) caso a Instituição Administradora entenda que há uma situação de risco relevante em potencial para o Fundo não prevista no Regulamento.

Sem prejuízo do disposto no capítulo “Liquidação do Fundo” deste Prospecto, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Instituição Administradora convocará imediatamente uma Assembléia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação do Fundo.

Caso a Assembléia Geral de que trata o parágrafo acima delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação do Fundo, a Instituição Administradora observará os procedimentos de que trata o capítulo “Assembléia Geral” deste Prospecto, devendo a Assembléia Geral deliberar sobre os procedimentos envolvendo a liquidação do Fundo.

Caso o Evento de Avaliação não dê causa à liquidação antecipada do Fundo, o Fundo reiniciará o processo de aquisição de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão, sem prejuízo da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos cotistas na Assembléia Geral de que trata o capítulo “Liquidação do Fundo” deste Prospecto.

O direito ao recebimento de qualquer pagamento de amortização para os titulares das Cotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até (i) a data da deliberação, pela Assembléia Geral, de que o referido Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos cotistas na referida Assembléia Geral ou (ii) a data em que todos os valores devidos aos cotistas titulares de Cotas Seniores tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo, caso se decida na referida Assembléia Geral pela liquidação antecipada do Fundo.

#### *Eventos de Liquidação Antecipada*

Será convocada Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas:

- i) inobservância, por 5 dias úteis consecutivos, da Razão Mínima, caso o Cedente não informe tempestivamente a Instituição Administradora, ou ainda na hipótese de o Cedente não desejar subscrever novas Cotas Subordinadas Classe B;
- ii) impossibilidade de aquisição de Direitos Creditórios que preencham os Critérios de Elegibilidade, a fim de atender a Política de Investimento do Fundo;
- iii) pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação (a) ao Cedente; e/ou (b) ao Agente de Recebimento; e/ou (c) à Instituição Administradora; e/ou (d) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
- iv) rescisão do Contrato de Custódia sem a conseqüente substituição por nova instituição prestadora desse serviço no prazo de 30 dias;
- v) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação;
- vi) na hipótese de o processo de substituição da Instituição Administradora não observar o disposto no item 8.4 do Regulamento;
- vii) na hipótese de a assembléia geral de condôminos não chegar a acordo comum referente à substituição da Taxa DI, na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 dias corrido ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal;
- viii) rescisão do Contrato de Cessão; e
- ix) comprovação de que o Banco Panamericano tenha reiterada e/ou dolosamente oferecido ao Fundo, Direitos Creditórios sem lastro.

Sem prejuízo do item acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a Instituição Administradora imediatamente (i) notificará tal fato aos cotistas e (ii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

Na hipótese de (i) não instalação da Assembléia Geral por falta de *quorum*, ou (ii) aprovação pelos cotistas sobre a liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

Na hipótese de a Assembléia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão, o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na Assembléia Geral. Em qualquer hipótese, os Cotistas Dissidentes deverão, desde que o Fundo tenha recursos disponíveis, ter suas Cotas resgatadas em, no máximo, 15 dias contados da data da Assembléia Geral e as respectivas Cotas não serão resgatadas em Direitos Creditórios. O resgate dos Cotistas Dissidentes será pelo valor da Cota Sênior do dia útil do pagamento, calculado na forma do item 19.4.1 do Regulamento.

#### **Procedimentos de Liquidação Antecipada**

Caso a Assembléia Geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as Cotas serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:

- i) a Instituição Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e outros ativos para o Fundo; todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das Cotas;
- ii) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e
- iii) as Cotas Subordinadas Classe A somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores, sendo então pago a cada Cota Subordinada Classe A, observado o disposto no item 25.7.2.1 do Regulamento, o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo até o limite do valor das Cotas Subordinadas de Classe A, calculado conforme o item 19.4.2 do Regulamento; e
- iv) as Cotas Subordinadas Classe B somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A, sendo então pago a cada Cota Subordinada Classe B, observado o disposto no item 25.7.2.1 do Regulamento, o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo.

Com o intuito de racionalização do procedimento de resgate de Cotas descrito no item anterior, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$ 500.000,00, exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o integral resgate das Cotas Seniores e/ou Subordinadas.

Caso no último dia útil do prazo definido na assembléia geral de condôminos para resgate antecipado, a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Qualquer entrega de Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Cotas detido por cada cotista na ocasião e observados os procedimentos definidos no capítulo “Liquidação do Fundo” deste Prospecto.

As Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas, sendo que as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Cotas Seniores.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, as Cotas Subordinadas Classe A terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas Classe B, sendo que as Cotas Subordinadas Classe B somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Cotas Subordinadas Classe A.

Antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos Creditórios aos cotistas do Fundo, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, no 3º dia útil imediatamente anterior ao término do prazo para resgate antecipado, por preço no mínimo equivalente ao valor presente dos Direitos Creditórios Cedidos.

Na hipótese de o Cedente decidir não exercer a faculdade de que trata o parágrafo anterior, deverá ser convocada nova assembléia geral de condôminos para deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das Cotas ainda em circulação.

Na hipótese de a assembléia geral de condôminos referida no item anterior não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos Creditórios serão dados em pagamento aos titulares das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Classe A será calculada de acordo com a proporção de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Classe A detida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Classe A em circulação à época. Os eventuais Direitos Creditórios remanescentes, não entregues ao condomínio dos titulares de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Classe A, serão entregues aos titulares de Cotas Subordinadas, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo. Feitos tais procedimentos, a Instituição Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

A Instituição Administradora deverá notificar os titulares das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A, (i) para que elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Classe A fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Instituição Administradora perante os cotistas após a constituição do condomínio de que trata o item anterior.

Caso os titulares das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A não procedam à eleição do administrador do condomínio referido no capítulo “Liquidação do Fundo” deste Prospecto, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em circulação.

O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos Direitos Creditórios Cedidos e dos respectivos Documentos Comprobatórios pelo prazo improrrogável de 10 dias (contado da notificação referida no capítulo “Liquidação do Fundo” deste Prospecto), dentro do qual o administrador do condomínio indicará à Instituição Administradora e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos Creditórios e Documentos Comprobatórios ao mesmo. Expirado este prazo, a Instituição Administradora poderá promover a consignação da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observado o que dispõe o Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral.

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

### Despesas e Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração prevista acima:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de assembléia geral de condôminos;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das Cotas nesses mercados;
- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos.

Quaisquer despesas não previstas nos itens acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

### **Direitos Creditórios inadimplentes, recompra facultativa e aporte adicional de recursos para fazer frente a despesas de cobrança**

Os Direitos Creditórios Cedidos inadimplentes que não sejam pagos ao final de 15 dias contados da data de vencimento do respectivo título, serão objeto de cobrança pelo Banco Panamericano, contratado pelo Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, para prestar tais serviços de cobrança.

O Banco Panamericano terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Contrato de Abertura de Crédito que tenha ao menos duas parcelas de Direito Creditório Cedido inadimplentes, a partir de 5 dias corridos contados da data de vencimento da última parcela inadimplida, pelo seu valor contábil registrado no Fundo no dia da respectiva aquisição pelo Banco Panamericano.

O Banco Panamericano somente poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos e não recomprados junto aos respectivos Devedores, bem como promover a cobrança judicial de qualquer Contrato de Abertura de Crédito, após o 15º dia corrido contado do vencimento do Direito Creditório inadimplido em questão.

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos ativos financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos cotistas do Fundo, não estando o Banco Bradesco, o Banco Panamericano, a Instituição Administradora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de Direitos Creditórios Cedidos e ativos financeiros.

O Banco Panamericano, o Banco Bradesco, a Instituição Administradora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou do Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos cotistas do Fundo.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e dos ativos financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite de seu patrimônio líquido. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos cotistas do Fundo em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de novas Cotas. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das Cotas serão reembolsados por meio de resgate ou amortização, de acordo com os procedimentos previstos no Regulamento ou na referida Assembléia Geral.

Na hipótese de necessidade de aporte adicional de recursos e observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o item 12.4 do Regulamento; e (ii) da assunção, pelos cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Instituição Administradora, o Banco Bradesco, o Banco Panamericano e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas

judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os cotistas não aporem os recursos suficientes para tanto.

Os aportes deverão ser feitos em dinheiro, em valor suficiente para que o Fundo disponha dos recursos necessários para cobrir todos os custos e despesas necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos seus Direitos Creditórios e ativos financeiros.

### **Informações Obrigatórias e Periódicas**

A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes do presente item, sem prejuízo de outras previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente.

A Instituição Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência a data da primeira integralização de Cotas.

A Instituição Administradora deverá informar à CVM a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado.

Os demonstrativos referidos no item anterior devem ser enviados à CVM, no prazo de 45 dias contado do encerramento do respectivo período, e permanecer à disposição dos condôminos do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da auditoria independente.

A Instituição Administradora deve divulgar, trimestralmente, no periódico referido no item 23 do Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão Mínima, e o último relatório da(s) agência(s) classificadora(s) de risco contratada(s) pelo Fundo.

A divulgação das informações previstas acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do artigo 8º da Instrução nº 356/01, da CVM, pela regularidade na prestação dessas informações.

A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os condôminos acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.



Os exemplares de qualquer comunicação relativa ao Fundo divulgada a terceiros ou condôminos deverão ser enviados simultaneamente à CVM.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Cotas ou dos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da respectiva carteira.

A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e mantida disponível para os condôminos na sede e agência(s) da Instituição Administradora e nas instituições que coloquem Cotas.

A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos condôminos, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

O Fundo terá escrituração contábil própria.

O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 30 de abril de 2007 de cada ano.

A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) de 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) de 60 dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

A Instituição Administradora deve enviar informe mensal à CVM, observando o prazo de 15 dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- i) saldo das aplicações;

- ii) valor do patrimônio líquido;
- iii) rentabilidade apurada no período;
- iv) valor das Cotas de cada classe e quantidade de Cotas de cada classe em circulação;
- v) valores totais das captações e, se for o caso, dos resgates no mês referentes a cada classe de Cotas, considerados os valores efetivamente ingressados e retirados;
- vi) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado; e
- vii) número de cotistas.

No prazo máximo de 10 dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração do Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;
- iii) incorporação;
- iv) fusão;
- v) cisão; e
- vi) liquidação.

## **PUBLICAÇÕES**

Todas as publicações mencionadas no Regulamento serão feitas inicialmente no jornal “Diário Comércio, Indústria & Serviços”, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de assembléia geral e alteração do Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os cotistas sobre essa alteração.

## **BASE LEGAL RELATIVA AOS FIDCs**

Os fundos de investimento em direitos creditórios foram criados pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, a qual foi regulamentada pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM (com as alterações trazidas pelas Instruções nº 393, de 22 de julho de 2003, nº 435, de 05 de julho de 2006, nº 442, de 8 de dezembro de 2006, e nº 446, de 19 de dezembro de 2006, todas da CVM) e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

## REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS COTISTAS

### Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Além disso, a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF e o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incidem sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

### Tributação dos Cotistas

Os cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de imposto de renda retido na fonte. Por ser o Fundo um condomínio fechado, tal tributo incidirá (i) quando da amortização das Cotas; (ii) em caso de alienação de Cotas a terceiros; e (iii) no momento do resgate das Cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo. Somente haverá incidência de imposto de renda se as Cotas tiverem gerado rendimentos ao cotista.

A alíquota do imposto de renda será determinada de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento. Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá a seguinte tabela:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

A Instituição Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Créditos não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

Ademais, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate das Cotas antes de 30 dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% do valor do resgate, limitada a 96% do rendimento da aplicação. Deve-se notar que o Fundo é fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação.

#### **ATENDIMENTO AO COTISTA**

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a distribuição de suas cotas em questão poderão ser obtidas junto à Instituição Administradora, em sua respectiva sede. Eventuais reclamações, dúvidas e sugestões podem ser endereçadas para a sede da Instituição Administradora, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eng.º Armando de Arruda Pereira, nº 707, Torre Eudoro Villela, 12º andar, Cep. 04344-902.

## INFORMAÇÕES RELATIVAS AO BANCO PANAMERICANO

### Histórico

Desde 1991 o Banco Panamericano opera como banco múltiplo e oferece serviços bancários e financeiros. O Banco Panamericano pertence ao Grupo Sílvia Santos (“GSS”) e, através de suas subsidiárias diretas e indiretas, oferece crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, cartões de crédito, gerenciamento de cartões de crédito, empréstimos consignados em folha de pagamento, seguros e consórcios.

Em 21 de fevereiro de 1969, o GSS adquiriu a “Real Sul S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento”, que havia sido constituída em 1963. Após a aquisição, a “Real Sul S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento” teve sua razão social alterada para “Baú Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento”, bem como sua sede transferida de São Caetano do Sul para a Capital do Estado de São Paulo. Em 1989, a “Baú Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento” passou a denominar-se “Panamericano S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento”.

Em 1991, o “Panamericano S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento” foi autorizado pelo Banco Central a operar como banco múltiplo e conduzir operações bancárias e de crédito, financiamentos e investimentos, tendo sua razão social alterada para “Banco Panamericano S.A.”. Desde 1969, sob as denominações anteriores, o Banco tem auxiliado no desenvolvimento do GSS ao gerenciar os recursos relacionados aos negócios do grupo e fornecer crédito direto ao consumidor ao público em geral, incluindo clientes em potencial do GSS.

Segue, abaixo, a composição do quadro acionário do Banco Panamericano:

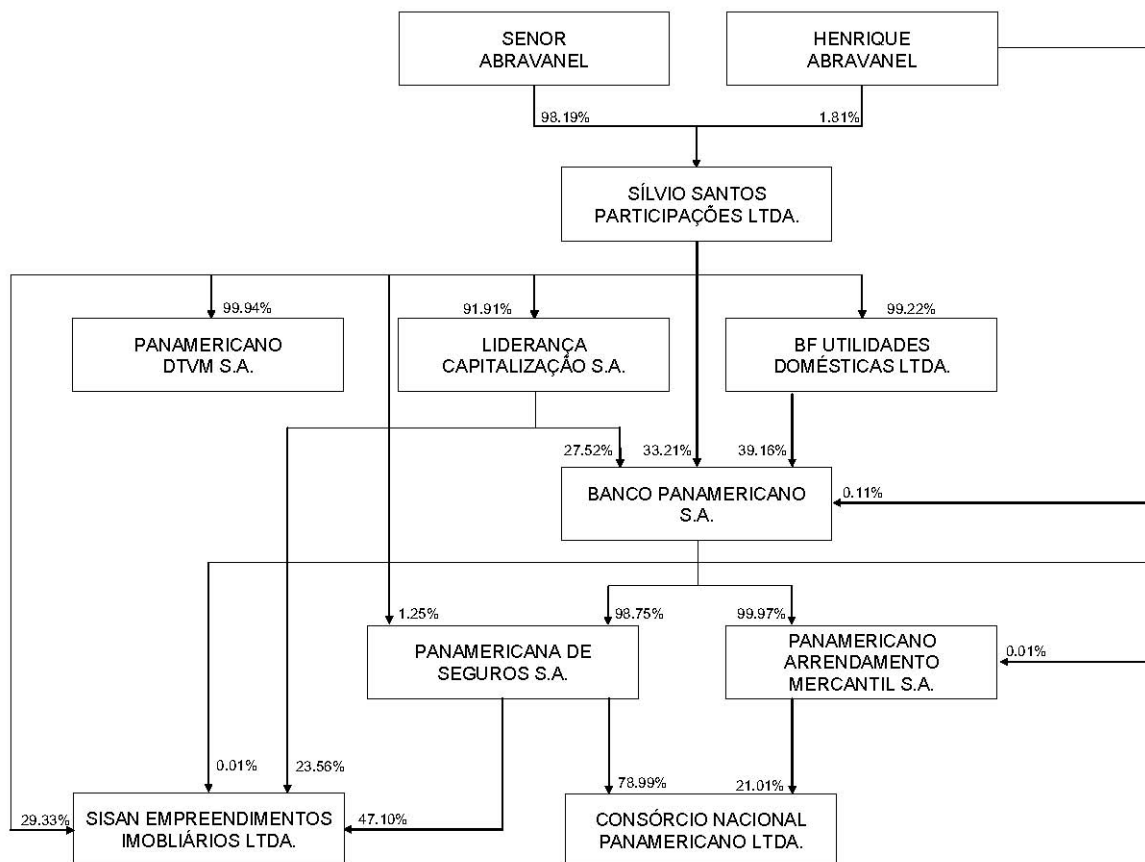
Acionistas	Número de ações	Valor da ação	Participação	%
BF Utilidades Domésticas LTDA	16.797	7.602,29	127.695.655,13	41,51
Silvia Santos Part. S/C LTDA	13.441	7.602,29	102.182.379,89	33,21
Liderança Capitalização S/A	10.186	7.602,29	77.436.925,94	25,17
Henrique Abravanel	46	7.602,29	349.705,34	0,11
TOTAL	40.740	7.602,29	307.664.676,30	100,00

Tanto a BF Utilidades Domésticas Ltda. quanto a Liderança Capitalização S.A. são controladas pela *holding* do GSS, Silvia Santos Participações Ltda. O acionista majoritário da *holding* é o Sr. Senhor Abravanel, notoriamente conhecido como Silvia Santos, detentor de 98,19% das ações.

A diretoria do Banco é composta por diretores divididos em dois grupos: (i) Luiz Sebastião Sandoval, Henrique Abravanel e Rafael Palladino, como diretores conselheiros; e (ii) Rafael Palladino, como diretor administrativo, Vilmar Bernardes da Costa, como diretor de investimentos, Wilson de Aro, como diretor operacional, Adalberto Savioli, como diretor de risco, e Luiz Augusto Teixeira de Carvalho Bruno, como diretor jurídico.



A estrutura acionária do Banco Panamericano e das empresas por ele direta ou indiretamente controladas, em março de 2007, pode ser representada da seguinte forma:



### Grupo Sílvia Santos (GSS)

O GSS foi criado em 1963 e é, atualmente, composto por 33 companhias, divididas em três segmentos distintos, a saber: (i) divisão financeira; (ii) divisão de comunicação; e (iii) divisão de comércio e serviços. Cada divisão opera de forma independente, sem prejuízo do aproveitamento da sinergia existente entre as companhias do GSS.

#### *Divisão Financeira*

O Banco Panamericano e as empresas por ele controladas, direta ou indiretamente, formam a divisão financeira do GSS.

#### *Divisão de Comunicação*

O Grupo Sílvia Santos entrou no mercado de mídia em 1981, quando o canal TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. adquiriu uma concessão de televisão. Desde então, os produtos e serviços oferecidos pelas companhias que compõem o Grupo Sílvia Santos tem sido amplamente divulgados em rede nacional, atingindo

o grande público. Atualmente, o SBT é a segunda maior rede de televisão do Brasil, e a divisão de comunicação do Grupo Sílvia Santos é proprietária de 8 estações televisivas e tem estreito relacionamento com 99 afiliadas independentes, transmitindo sua programação para todo o Brasil.

O Grupo Sílvia Santos também opera no mercado de televisão a cabo em 36 cidades brasileiras através da companhia denominada TV Cidade, bem como através de *join venture* que reúne “Hicks, Muse, Tate & Furst”, “AIG/GE Capital – Latin América Infrastructure Fund”, “Rede Bandeirantes de Televisão” e “Diários Associados”.

#### *Divisão de Comércio e Serviços*

A divisão de comércio e serviços é composta por BF Utilidades Domésticas Ltda. e Liderança Capitalização S.A.

A BF Utilidades Domésticas Ltda. foi criada nos anos 50 e é popularmente conhecida como “Baú da Felicidade”. Seu principal produto é o chamado “Carnê de Mercadorias do Baú”, que permite ao cliente o pagamento antecipado de prestações de qualquer produto disponível nas 36 lojas do “Baú da Felicidade” detidas pela BF Utilidades Domésticas ou nas 105 franquias do “Baú da Felicidade”. O pagamento das prestações mensais até a data de vencimento permite aos clientes participarem de sorteio semanal para concorrer a prêmios. Uma vez quitadas todas as prestações do Carnê de Mercadorias do Baú, os clientes podem utilizar o crédito para adquirir produtos disponíveis em qualquer loja do “Baú da Felicidade” ou, alternativamente, podem encomendar o produto desejado de um catálogo disponível nas agências dos Correios, recebendo a mercadoria pelo correio.

A Liderança Capitalização S.A. foi criada em 1945 e pertence ao Grupo Sílvia Santos desde 1975. Em 1991, a Liderança Capitalização S.A. criou um produto denominado “Tele Sena”, consistente em título de capitalização que pode ser resgatado ao final do período de um ano. Durante esse período, o titular da “Tele Sena” concorre a prêmios em sorteio semanal transmitido pelo SBT. Há, aproximadamente, 16.500 pontos de vendas de Tele Sena, incluindo agências dos correios, casas lotéricas e lojas do “Baú da Felicidade”.

#### **Negócios do Banco Panamericano**

O principal negócio do Banco Panamericano é a concessão de empréstimos pessoais para indivíduos das classes média e baixa, que demandam, em sua maioria, financiamentos de curto ou médio prazo para aquisição de bens de consumo duráveis. Em 31 de dezembro de 2006, o Banco Panamericano tinha aproximadamente 2.600.000 contratos de empréstimo com tais características.

Dentre as modalidades de empréstimo oferecidas pelo Banco destacam-se o crédito direto ao consumidor, empréstimos em cartões de crédito, gerenciamento de cartão de crédito e crédito pessoal consignado – INSS para aposentados, pensionistas e servidores públicos que recebem seus pagamentos do INSS, sob os termos de convênio firmado entre o Banco e o INSS, e crédito consignado para servidores públicos federais, estaduais e municipais. O Banco segue uma política de crédito conservadora, e continuamente revê o risco de crédito de seus clientes.

A tabela a seguir indica a diversificação do *portfolio* de empréstimos do Banco Panamericano, com base no tipo de operação, em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004.

	Em 31 de dezembro								
	2006			2005			2004		
	Atual	Longo prazo	Total	Atual	Longo prazo	Total	Atual	Longo prazo	Total
	<i>(em milhares de reais)</i>								
Empréstimos pessoais e crédito	340,768	205,857	546,625	313,541	109,700	423,241	416,616	133,349	549,965
Cartões de Crédito	435,323	159,979	595,302	425,563	131,707	557,270	444,279	111,476	556,355
Cartões de Crédito Visa e Mastercard	371,721	-	371,721	385,978	1,401	387,379	153,115	—	153,115
Crédito Pessoal Consignado	107,589	149,049	256,638	69,235	5,785	120,020	82,149	38,739	120,888
Outros	32,805	4,663	37,468	33,014	3,138	36,143	27,702	6,851	34,553
<b>Total Operações</b>	<b>1,288,206</b>	<b>519,548</b>	<b>1,807,754</b>	<b>1,227,331</b>	<b>296,721</b>	<b>1,524,052</b>	<b>1,124,461</b>	<b>290,415</b>	<b>1,414,876</b>

#### *Crédito direto ao consumidor e Crédito Pessoal*

O crédito direto ao consumidor e crédito pessoal são modalidades semelhantes de empréstimos, diferindo à medida que o crédito direto ao consumidor visa à aquisição de bens de consumo duráveis, com valor relativamente alto, tais como veículos, materiais de construção, computadores, móveis, eletrodomésticos, celulares e viagens, enquanto o crédito pessoal pode ser usado para propósitos genéricos. As operações de crédito pessoal não são geralmente seguradas, mas tem o suporte de garantias de terceiros.

Conforme pode ser extraído da tabela acima, em 31 de dezembro de 2006, as operações de crédito ao consumidor e crédito pessoal representavam o montante de R\$ 546,6 milhões, o que correspondia a 30,24% do total do *portfolio* de empréstimos do Banco Panamericano. Já, em 31 de dezembro de 2005, estas operações eram responsáveis por um total de R\$ 423,2 milhões, equivalentes a 27,77% do *portfolio* do Banco Panamericano. Por sua vez, em 31 de dezembro de 2004, estas operações de crédito somavam o montante de R\$ 549,9 milhões, correspondentes a 38,87% do *portfolio* do Banco Panamericano.

#### *Cartões de Crédito*

O Banco Panamericano oferece cartões de crédito com sua bandeira própria, o PanClub Jet Card, bem como com as bandeiras Visa e Mastercard. O Banco Panamericano distribui o cartão básico do PanClub, denominado PanClub Vale-Desconto, a todos seus clientes. Com esse cartão, o cliente pode gozar de numerosas vantagens, tais como descontos em redes credenciadas. Em contrapartida, ao usar o cartão PanClub Vale-Desconto, é requisitado ao cliente que registre os detalhes pessoais de sua compra, permitindo o direcionamento de ações de telemarketing. A partir dessa pesquisa, clientes com um nível suficiente de crédito qualificam-se para receber um cartão de crédito PanClub Jet Card com crédito pré-aprovado para uso em todos os pontos de venda do Banco Panamericano ou um cartão com as bandeiras Visa ou Mastercard.

### *Crédito Consignado*

Desde novembro de 2003, o Banco Panamericano concede empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS e a servidores públicos federais, estaduais e municipais, cujas prestações são descontadas diretamente da folha de pagamento. Em 31 de dezembro de 2006, este tipo de financiamento somava R\$ 256,6 milhões, equivalente a 14,20% do total de crédito do Banco Panamericano. Em 2005 e 2004, o crédito pessoal consignado foi responsável por, respectivamente, R\$ 102,0 milhões, e R\$ 120,8 milhões, quantias que representavam, respectivamente, 7,87% e 8,54% do *portfolio* de créditos do Banco Panamericano.

### **Experiência prévia em outras operações de securitização**

O Banco Panamericano possui experiência prévia em outras operações de securitização de recebíveis, tendo atuado como Cedente em outros fundos de investimento em direitos creditórios.

Na data de elaboração deste Prospecto, o Banco Panamericano figurava como Cedente em 4 fundos de investimento em direitos creditórios oriundos de contratos de financiamento de veículos, registrados na CVM e em atividade, quais sejam: Master Panamericano FIDC Originários de CDC Veículos, Autopan FIDC Originários de CDC Veículos, Panamericano FIDC Originários de CDC Veículos e Fator Autopan FIDC CDC Veículos.

### **Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras do Banco Panamericano relativas aos exercícios sociais encerrados em 30 de junho de 2006, 31 de dezembro de 2005, 20 de junho de 2005 e em 31 de dezembro de 2004, inclusive com Notas Explicativas, Parecer e Relatório dos Auditores Independentes, encontram-se no Anexo V deste Prospecto.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## **ANEXO I**

*Este Anexo é parte integrante do “Prospecto da Distribuição de Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I”*

### **REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO**

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

**CNPJ/MF nº 62.418.140/0001-31**

**QUARTA DELIBERAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO  
DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PANAMERICANO  
VEÍCULOS I**

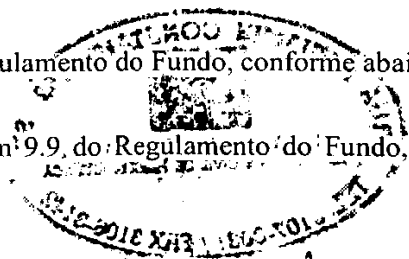
**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Itaúsa, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob nº 62.418.140/0001-31, na qualidade de instituição administradora (“Instituição Administradora”) do “**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PANAMERICANO VEÍCULOS I**” (“Fundo”), fundo de investimento em direitos creditórios com regulamento (“Regulamento”) e ato constitutivo registrados no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 21 de maio de 2007;

**CONSIDERANDO QUE:**

- i) a CVM, por meio do Ofício/CVM/SRE/GER-1/Nº 1199/2007, de 4 de julho de 2007, determinou alterações ao Regulamento;
- ii) nos termos do parágrafo único do artigo 26 da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, o Regulamento, em consequência de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de assembléia geral, fato este que deverá ser divulgado aos condôminos no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

**RESOLVE:**

- I. Alterar o Regulamento do Fundo, conforme abaixo descrito.
- I.1 Alterar o item 9.9. do Regulamento do Fundo, que passa a vigorar com a seguinte redação:





"9.9 O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de um mesmo devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, no limite de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) de seu patrimônio líquido. O Fundo poderá aplicar em outras modalidades de ativos financeiros de um mesmo devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, até o limite de 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido."

1.2 Alterar o item 10.1 "i" "e" do Regulamento do Fundo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"e) relativos a Devedores cujos Direitos Creditórios Cedidos não representem mais de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo, pro forma, após a respectiva aquisição;"

1.3 Inserir o item 13.6.4.23 ao Regulamento do Fundo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"13.6.4.23 Possibilidade de Ocorrência de Patrimônio Líquido Negativo. As eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor das Cotas subscritas. Na hipótese de ocorrência de patrimônio líquido negativo, os cotistas poderão ser obrigados a aportar recursos adicionais ao Fundo."

1.4 Suprimir o item 21.2.1 "i" do Regulamento do Fundo e alterar a numeração dos subitens subsequentes.

1.5 Alterar o antigo item 21.2.1 "xii" do Regulamento do Fundo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"xi) assuntos descritos nos itens (iv), (xii), (xiii) e (xvi) do item 21.1 acima; e"

1.6 Alterar o item 21.2.2 do Regulamento do Fundo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"21.2.2 Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (v), (ix), (xv) e (xvii) do item 21.1 acima dependerão de aprovação em Assembléia

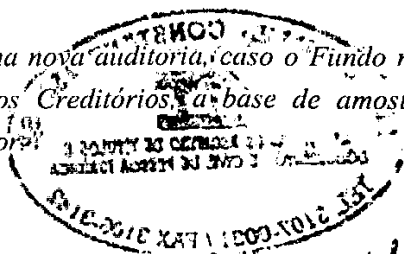
*Geral de cotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas Seniores em Circulação com direito a voto."*

1.7 Alterar o item 21.2.4 do Regulamento do Fundo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"21.2.4 A deliberação relativa às matérias previstas no subitens (i), (iii) e (vi) a (viii) do item 21.1 acima será tomada em primeira convocação pela maioria das Cotas em circulação e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes à Assembléia Geral."*

1.8 Incluir os subitens "iv" a "vii" ao item 1 do Anexo IX do Regulamento do Fundo, com a seguinte redação:

- "iv) a amostra irá refletir 1% (um por cento) da população, limitado ao máximo de 70 (setenta) contratos. Por exemplo, para um universo de 5.000 (cinco mil) contratos, o auditor verificará 50 (cinquenta) contratos (amostra correspondente a 1% (um por cento) da população);*
- v) a amostra é determinada pela auditoria, nos termos do item 1 "iv" acima, considerando como critérios:*
  - a) a seleção dos dez maiores valores que compõem a carteira de recebíveis do Fundo, no período selecionado; e*
  - b) a seleção aleatória dos demais contratos que comporão a amostra.*
- vi) na primeira auditoria, a base da amostragem compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Para as demais, a base da amostragem abrangerá os Direitos Creditórios adquiridos após a última avaliação;*
- vii) em uma nova auditoria, caso o Fundo não tenha feito novas aquisições de Direitos Creditórios, a base de amostragem será a mesma do período anterior;*



1.9 Incluir o Anexo XI ao Regulamento do Fundo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“CONTRAPRESTAÇÃO E FÓRMULA DE CÁLCULO DO PREÇO DE CESSÃO**

*A contraprestação pelos Direitos Creditórios Cedidos, devida pelo Fundo, será calculada de acordo com a fórmula abaixo e especificada nos respectivos Termos de Cessão:*

$$PA = \sum_{i=1}^n \frac{VN_i}{FD_i}$$

onde:

*PA* Preço de cessão do Direito Creditório “i”;

*VN<sub>i</sub>* Valor nominal do Direito Creditório “i” objeto de cessão; e

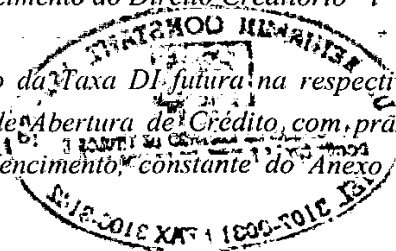
*FD<sub>i</sub>* Fator de Desconto do Direito Creditório “i”, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$FD_i = \left[ \left( 1 + TDI \cdot i \right)^{\frac{dui}{252}} \times \left( 1 + \frac{2,3\%}{100} \right)^{\frac{dui}{252}} \right]$$

onde:

*dui* Número de dias úteis compreendido entre a data de aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório “i”, exclusive; e

*TDI* cotação da Taxa DI futura na respectiva Data de Aquisição, referente a Contratos de Abertura de Crédito, com prazo de vencimento mais próximo à Faixa de Vencimento, constante do Anexo IV ao Contrato de Cessão, a que



*pertence o respectivo dui, negociada e divulgada pela Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F.”*

2. Todas as demais disposições do Regulamento não expressamente alteradas pela presente deliberação são ora ratificadas pela Instituição Administradora.

3. Esta deliberação, com o regulamento consolidado do Fundo e seus anexos, deverá ser registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 23 de agosto de 2007.

*João Salomonde*  
Por: *João Salomonde*  
Cargo: *INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*  
*INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*  
Por: *João Salomonde*  
Cargo: *INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*

**6º** Oficial de Registro de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica  
Rua Benjamin Constant, 152 - Tel: (11) 3107-0031 - São Paulo

Dr. Radislau Lamotta 09926325

Apresentado hoje, protocolado e registrado em microfilme  
sob nº **1498448** e averbado à margem do registro nº 1469866  
São Paulo, **27 AGO 2007** Escrevente Autorizado

Selos e taxas recolhidos por verba

Emol R\$:	Estado R\$:	lpsp R\$:	R.C. R\$:	T.J. R\$:	TOTAL R\$:
319,96	91,83	67,48	16,33	16,33	511,93

## **REGULAMENTO DO “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PANAMERICANO VEÍCULOS I”**

O “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I”, disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução nº 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução nº 435, de 5 de julho de 2006, pela Instrução nº 442, de 8 de dezembro de 2006, e pela Instrução nº 446, de 19 de dezembro de 2006, todas da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido pelo presente regulamento, conforme o disposto abaixo.

Os principais termos e expressões utilizados neste Regulamento estão definidos no glossário e são iniciados por letra maiúscula.

### **1. OBJETO**

1.1 O “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I” tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios, nos termos da política de investimento descrita no item 9 abaixo.

### **2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO**

2.1 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, ou ainda quando de sua amortização integral (item 17.1.4). É admitida a amortização das Cotas do Fundo, conforme disposto no presente Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral.

### **3. PRAZO DE DURAÇÃO**

3.1 O prazo de duração do Fundo será de 60 (sessenta) meses, contado da Data da Subscrição Inicial. O prazo das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A é definido, respectivamente, no Suplemento das Cotas Seniores e no item 17.3 do Regulamento.

**ANEXO À QUARTA DELIBERAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO “FUNDO DE  
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PANAMERICANO VEÍCULOS I”**

**REGULAMENTO CONSOLIDADO DO “FUNDO DE INVESTIMENTO EM  
DIREITOS CREDITÓRIOS PANAMERICANO VEÍCULOS I”**

SECRETARIA DE REGISTRO E  
TÍTULOS E DOCUMENTOS

4

20

## SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO

*Seguem abaixo os principais termos e condições do Regulamento do "FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PANAMERICANO VEÍCULOS I", que tem por objetivo proporcionar visão geral das principais características do Fundo. Ressalte-se, no entanto, que o conteúdo do presente Sumário não é parte integrante do Regulamento e não se sobrepõe ou substitui qualquer item ou definição previstos neste Regulamento.*

<b>Instituição Administradora</b>	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
<b>Forma de Constituição</b>	O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado.
<b>Prazo de Duração</b>	O Fundo tem prazo de duração de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da primeira subscrição e integralização de cotas do Fundo.
<b>Cedente dos Direitos Creditórios</b>	Banco Panamericano S.A.
<b>Direitos Creditórios</b>	Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são advindos de Contratos de Abertura de Crédito para financiamento da aquisição de veículos por pessoas físicas.
<b>Razão Mínima</b>	A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores em Circulação é de 136,66% (cento e trinta e seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento).
<b>Remuneração das Cotas Seniores</b>	Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores será correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, base 252 dias úteis, acrescido de <i>spread</i> ou sobretaxa a ser indicada no respectivo Suplemento, incidente sobre o valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, a partir da data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, e

incorporados ao valor de cada Cota Sênior ao final de cada Período de Capitalização (Vide Anexo VI do Regulamento).

**Remuneração das Cotas Subordinadas Classe A** Após a distribuição dos rendimentos para as Cotas Seniores, e havendo excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período, será incorporado ao valor de cada Cota Subordinada Classe A, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à 100% da variação percentual acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, calculada conforme o Anexo VII do Regulamento, no respectivo período, acrescida de *spread* ou sobretaxa de 2,25% ao ano, base 252 dias úteis.

**Amortização de Cotas Seniores** A amortização das Cotas Seniores ocorrerá sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, de acordo com os prazos definidos no respectivo Suplemento e na cláusula 17 do Regulamento.

**Amortização de Cotas Subordinadas Classe A** A amortização das Cotas Subordinadas Classe A ocorrerá sempre no mesmo dia que ocorrer a Amortização das Cotas Seniores, a partir do 13º (décimo terceiro) mês, a contar da subscrição inicial de cotas do Fundo em 24 (vinte e quatro) pagamentos mensais e sucessivos, desde que após a amortização integral das respectivas Cotas Seniores.

**Amortização de Cotas Subordinadas Classe B** A amortização das Cotas Subordinadas Classe B ocorrerá sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, a partir do 13º (décimo terceiro) mês, após a amortização integral das respectivas Cotas Seniores e das respectivas Cotas Subordinadas Classe A, até o valor necessário para a observância da Razão Mínima.

**Fatores de Risco** As aplicações no Fundo estão sujeitas a diversos riscos. O investidor, antes de adquirir cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente os fatores de risco descritos no item 13 deste Regulamento, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.



**Custodiante**

Banco Itaú S.A.

## ÍNDICE

1.	OBJETO .....	6
2.	FORMA DE CONSTITUIÇÃO .....	6
3.	PRAZO DE DURAÇÃO .....	6
4.	INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA .....	7
5.	OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA .....	7
6.	REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA .....	11
7.	CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS .....	12
8.	SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA .....	14
9.	POLÍTICA DE INVESTIMENTO .....	15
10.	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES ADICIONAIS .....	17
11.	DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS .....	19
12.	DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLENTES, RECOMPRA FACULTATIVA E APOORTE ADICIONAL DE RECURSOS PARA FAZER FRENTE A DESPESAS DE COBRANÇA .....	19
13.	FATORES DE RISCO .....	21
14.	COTAS DO FUNDO .....	35
15.	CLASSES DE COTAS .....	37
16.	DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO .....	38
17.	AMORTIZAÇÃO DAS COTAS .....	39
18.	RESERVA DE PAGAMENTO .....	45
19.	METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE .....	47
20.	DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO .....	49
21.	ASSEMBLÉIA GERAL .....	50
22.	INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS .....	56
23.	PUBLICAÇÕES .....	59
24.	LIQUIDAÇÃO DO FUNDO .....	59
25.	EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA .....	60
26.	DISPOSIÇÕES GERAIS .....	68
	ANEXO I .....	70
	GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS TERMOS E EXPRESSÕES UTILIZADOS NO REGULAMENTO DO "FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PANAMERICANO VEÍCULOS I" .....	70
	ANEXO II .....	80
	ANEXO III .....	82
	ANEXO IV .....	85
	ANEXO V .....	87
	ANEXO VI .....	88
	ANEXO VII .....	91
	ANEXO VIII .....	94
	ANEXO IX .....	96
	ANEXO X .....	99
	ANEXO XI .....	101

#### **4. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**

4.1 O Fundo é administrado por **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**, sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itaúsa, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob nº 62.418.140/0001-31.

#### **5. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**

5.1 A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas no presente item, neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integrem a carteira do Fundo.

5.2 Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- i) registrar, a expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e o presente Regulamento e seu(s) anexo(s), bem como futuras alterações e respectivas consolidações do Regulamento, e de seu(s) anexo(s), em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- ii) manter atualizados e em perfeita ordem:
  - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - b) o registro dos condôminos;
  - c) o livro de atas de assembleias gerais;
  - d) o livro de presença de condôminos;
  - e) o prospecto de que trata o artigo 23 da Instrução nº 356/01, da CVM;

- f) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 4º, da Instrução nº 356/01, da CVM;
  - g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
  - h) os relatórios do auditor independente;
- iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;
  - iv) entregar ao condômino, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;
  - v) divulgar, na periodicidade prevista no item 22.5 abaixo, no periódico utilizado pelo Fundo, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, nos termos do item 15.3.1 abaixo, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
  - vi) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou por este Regulamento, em especial as discriminadas no item 22 abaixo;
  - vii) custear as despesas de propaganda do Fundo;
  - viii) fornecer anualmente aos condôminos, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;
  - ix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução nº 356/01, da CVM, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;

- x) providenciar, no mínimo trimestralmente, a atualização da classificação de risco relativa à(s) classe(s) de cotas de emissão do Fundo destinada(s) à colocação pública;
- xi) informar os cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das cotas do Fundo, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis contado da sua ciência de tal fato; e
- xii) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, ou ainda de regimes similares, do Agente de Recebimento (item 7.4 abaixo), requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos Creditórios Cedidos para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo.

5.2.1 A divulgação das informações previstas no item “v” acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do artigo 8º da Instrução nº 356/01, da CVM, pela regularidade na prestação dessas informações.

5.3 É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

5.3.1 As vedações de que tratam os itens “i” a “iii” acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

5.3.2 Excetua-se do disposto no item acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

5.4 É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- iv) adquirir cotas do próprio Fundo;
- v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vi) vender cotas do Fundo a prestação;
- vii) vender cotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- viii) prometer rendimento predeterminado aos condôminos;
- ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- x) delegar poderes de gestão da carteira desse, ressalvado o disposto no item 7 abaixo;
- xi) obter ou conceder empréstimos; e

- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

## 6. REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

6.1 Pela administração e gestão do Fundo, a Instituição Administradora receberá, mensalmente, taxa de administração que será calculada com base na tabela abaixo:

Valor do Patrimônio Líquido do Fundo (em milhões de Reais)	Taxa de Administração, calculada sobre o sobre o PL do Fundo (em percentual ao ano)
Até R\$100	0,3320
De 100 até R\$ 200	0,2970
De 200 até R\$300	0,2590
Acima de R\$300	0,2222

6.1.1 Independentemente do valor obtido com base na tabela acima, a taxa de administração mensal não será inferior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

6.1.2 A taxa de administração será calculada e provisionada diariamente, e paga mensalmente à Instituição Administradora, por período vencido, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

6.1.3 A taxa de administração devida à Instituição Administradora será calculada sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo do dia anterior à realização do referido cálculo, à taxa de “1/252” (um duzentos e cinquenta e dois avos) de forma linear, da porcentagem referida acima.

6.2 A remuneração acima não inclui as despesas previstas no item 20 abaixo, a serem debitadas do Fundo pela Instituição Administradora.

6.3 A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

6.4 Não poderão ser cobradas dos cotistas do Fundo quaisquer outras taxas,

tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

## 7. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

7.1 A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor ou sócio-gerente designado, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução nº 356/01, da CVM; e
- iii) custódia.

7.2 O Custodiante contratado para realizar o serviço de custódia tratado no item “iii” acima será responsável pelas seguintes atividades:

- i) receber e analisar, por amostragem, a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos representados por operações financeiras;
- ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no presente Regulamento;
- iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Cedidos, evidenciados pelo Termo de Cessão e pelos Documentos Comprobatórios;
- iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativas aos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores; e



- vi) cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.

7.2.1 Os Documentos Comprobatórios cedidos ficarão sob a guarda do Banco Panamericano, na qualidade de fiel depositário, conforme estabelecido no Contrato de Custódia.

7.2.2 Em decorrência do expressivo número de Devedores e significativo volume de Direitos Creditórios Cedidos, a verificação da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos referida no item 7.2 “i” será realizada pelo Custodiante por meio de auditoria periódica, no mínimo trimestral (ou em periodicidade menor, a seu exclusivo critério), por amostragem e de acordo com os critérios definidos no Anexo IX deste Regulamento. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora e à Agência Classificadora de Risco. Independentemente desta auditoria, o Custodiante não é responsável pela autenticidade dos Documentos Comprobatórios e pela existência dos Direitos Creditórios Cedidos, sendo, no entanto, responsável pela pronta informação caso venha a ter conhecimento de eventuais irregularidades.

7.3 O Banco Itaú foi contratado pela Instituição Administradora, para realizar o serviço de custódia tratado no item 7.1 “iii” acima.

7.4 O Banco Bradesco S.A. foi contratado como agente cobrador dos Direitos Creditórios Cedidos, conforme descrito no Anexo IV deste Regulamento.

7.4.1 Sem prejuízo do disposto acima, o Banco Panamericano S.A. foi contratado para prestar os serviços de cobrança exclusivamente dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos, conforme descrito no Anexo IV a este Regulamento.

7.5 O Custodiante pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para prestação dos serviços de cobrança referidos no item acima, agindo sempre no interesse de seus cotistas, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

7.6 A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

7.7 O Auditor contratado para realizar o serviço de consultoria especializada referido no item 7.1 “i” acima será responsável pela validação dos Direitos Creditórios em relação às Condições Adicionais estabelecidas no item 10.2 deste Regulamento.

7.7.1 Nas Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios, o Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que constem de relatório de verificação elaborado, por amostragem, pelo Auditor que ateste a observância das Condições Adicionais.

7.7.1.1 O relatório de verificação referido no item anterior deverá ser enviado ao Custodiante por meio eletrônico previamente a cada uma das Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios.

7.7.2 O Auditor realizará, trimestralmente, como contratado da Instituição Administradora, análise dos Direitos Creditórios Cedidos, por amostragem, com o objetivo de verificar a observância das Condições Adicionais relativas aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo após as Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios, com base no arquivo disponibilizado pelo Custodiante. O Auditor deverá solicitar o arquivo dos Direitos Creditórios Cedidos ao Custodiante com 5 (cinco) dias de antecedência. O resultado dessa análise deverá ser encaminhado à Instituição Administradora na mesma forma do relatório de verificação referido no item 7.7.1.

7.7.3 Os relatórios de verificação referidos nos itens anteriores seguirão o modelo constante do Anexo X ao presente Regulamento.

7.7.4 Sendo constatada, pela Instituição Administradora, qualquer inexatidão das informações fornecidas pelo Banco Panamericano relativas aos Direitos Creditórios Cedidos, deverão ser prontamente requeridos ao Banco Panamericano esclarecimentos a respeito, a serem apresentados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo de eventual aplicação do disposto no item 25.1 “xv” abaixo.

## 8. SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

8.1 A Instituição Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada condômino, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre sua

substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução nº 356/01, da CVM, e do item 21 abaixo.

8.2 Na hipótese de a Instituição Administradora renunciar às suas funções e a Assembléia Geral de que trata o item 8.1 acima, por qualquer motivo, não deliberar sobre a nomeação de instituição administradora habilitada para substituir a Instituição Administradora, o Fundo será liquidado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

8.3 Na hipótese de renúncia da Instituição Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, a Instituição Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral.

8.4 Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do item 8.3 acima não substitua a Instituição Administradora dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos estabelecido no item 8.2 acima, a Instituição Administradora procederá à liquidação do Fundo até o 20º (vigésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembléia Geral que nomear a nova instituição administradora.

8.5 Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

## 9. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

9.1 O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios, os quais serão originários de mútuos, representados por Contratos de Abertura de Crédito celebrados entre o Banco Panamericano e os Devedores, para aquisição de automóveis, motocicletas, ônibus e caminhões.

9.2 Alocação Mínima - O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios.

9.3 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os Critérios de Elegibilidade especificados no item 10 abaixo.

9.4 O Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido nos seguintes títulos e ativos, desde que pós-fixados:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e
- iii) cotas de fundos de investimentos lastreados em títulos públicos até a abertura de conta específica do Fundo no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic.

9.4.1 O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a no mínimo 1% (um por cento) de seu patrimônio líquido para atendimento da Reserva de Liquidez. Tal soma não será considerada para fins de apuração da Reserva de Pagamento.

9.4.1.1 As Disponibilidades abrangem: (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata.

9.5 Os Direitos Creditórios e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

9.6 O Fundo poderá realizar operações compromissadas com as Instituições Autorizadas, desde que lastreadas nos títulos e ativos especificados no item 9.4 acima.

9.6.1 É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade* ou realizar operação de renda variável ou ainda em mercados de derivativos.

9.7 O Fundo pode eventualmente realizar operações nas quais a Instituição Administradora e/ou Partes Relacionadas a ela atue(m) na condição de contraparte do Fundo.

9.8 A composição da carteira do Fundo não apresentará requisitos de diversificação além dos previstos nesta cláusula.

9.9 O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de um mesmo devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, no limite de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) de seu patrimônio líquido. O Fundo poderá aplicar em outras modalidades de ativos financeiros de um mesmo devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, até o limite de 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido.

9.10 O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no item 13 abaixo. O investidor, antes de adquirir cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente tal item, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

9.11 As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

## **10. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES ADICIONAIS**

10.1 Os Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente:

- i) os Direitos Creditórios devem ser:
  - a) cedidos pelo Banco Panamericano ao Fundo;
  - b) a taxas de juros pré-fixadas;
  - c) com prazo de até 48 (quarenta e oito) meses;
  - d) que possuam garantia de alienação fiduciária do veículo que corresponde ao bem financiado pelo respectivo Contrato de Abertura de Crédito;

- e) relativos a Devedores cujos Direitos Creditórios Cedidos não representem mais de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo, *pro forma*, após a respectiva aquisição;
- ii) os Direitos Creditórios devem ser referentes a Devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos Creditórios vencidos e não pagos ao Fundo; e
- iii) os Direitos Creditórios devem ser referentes a Devedores cujo cadastro junto às entidades que compõem o sistema de proteção ao crédito não apresente qualquer registro de inadimplência, tais como Serasa e CCF (Cadastro de Emitentes de Cheque sem Fundo).

10.2 As Condições Adicionais dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente:

- i) os Direitos Creditórios devem ser originários de Contratos de Abertura de Crédito celebrados entre o Banco Panamericano e os Devedores;
- ii) os Direitos Creditórios devem ser originários de Contratos de Abertura de Crédito:
  - a) que tenha financiado até 90 (noventa por cento) do valor do veículo;
  - b) para aquisição de automóveis, motocicletas, ônibus, vans ou caminhões, novos ou usados, cujos Direitos Creditórios, no momento da cessão ao Fundo, tenham o seguinte grau de concentração:
    - 1) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de motocicletas, não superior a 50% (cinquenta por cento);
    - 2) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de vans e caminhões, não superior a 20% (vinte por cento); e
    - 3) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de automóveis, até 75% (setenta e cinco por

cento); e

- iii) os Direitos Creditórios devem decorrer da totalidade das parcelas vincendas de cada Contrato de Abertura de Crédito, não se admitindo a cessão parcial de Direitos Creditórios.

10.3 Os Critérios de Elegibilidade serão verificados pelo Custodiante e as Condições Adicionais serão verificadas, nos termos do item 7.7.2 acima, pelo Auditor.

10.4 A contraprestação e a fórmula de cálculo do preço da cessão dos Direitos Creditórios Cedidos, devida pelo Fundo, estão definidas na cláusula 3 do Contrato de Cessão e especificadas no respectivo Termo de Cessão.

## **11. DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

11.1 Nos termos do inciso X do artigo 24 da Instrução nº 356/01, da CVM, e não consubstanciando Critérios de Elegibilidade, são descritas e apresentadas características inerentes aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, divididas da seguinte forma:

- i) no Anexo II deste Regulamento, descrição dos processos de origem dos Direitos Creditórios, da natureza dos Direitos Creditórios e dos instrumentos jurídicos, contratos ou outros documentos representativos do crédito, bem como da política de concessão de crédito adotada pelo Banco Panamericano;
- ii) no Anexo III deste Regulamento, reprodução dos modelos dos Documentos Comprobatórios, sejam eles o Contrato de Abertura de Crédito e a nota promissória; e
- iii) no Anexo IV deste Regulamento, descrição dos mecanismos e procedimentos adotados para cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, inclusive inadimplentes.

## **12. DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLENTES, RECOMPRA FACULTATIVA E APOORTE ADICIONAL DE RECURSOS PARA FAZER FRENTE A DESPESAS DE COBRANÇA**

12.1 Os Direitos Creditórios Cedidos inadimplentes que não sejam pagos ao final de 15 (quinze) dias contados da data de vencimento do respectivo título, serão objeto de cobrança pelo Banco Panamericano, contratado pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão para prestar tais serviços de cobrança.

12.2 O Banco Panamericano terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Contrato de Abertura de Crédito que tenha ao menos duas parcelas de Direito Creditório Cedido inadimplidas, a partir de 5 (cinco) dias corridos contados da data de vencimento da segunda parcela inadimplida, pelo seu valor contábil registrado no Fundo no dia da respectiva aquisição pelo Banco Panamericano.

12.2.1 O Banco Panamericano somente poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos e não recomprados junto aos respectivos Devedores, bem como promover a cobrança judicial de qualquer Contrato de Abertura de Crédito, após o 15º (décimo quinto) dia corrido contado do vencimento do Direito Creditório inadimplido em questão.

12.3 Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e dos ativos financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos cotistas do Fundo, não estando o Banco Bradesco, o Banco Panamericano, a Instituição Administradora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de Direitos Creditórios Cedidos e ativos financeiros.

12.3.1 O Banco Panamericano, o Banco Bradesco, a Instituição Administradora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou do Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos cotistas do Fundo.

12.4 As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e dos ativos financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite de seu patrimônio líquido. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos cotistas do Fundo em



Assembléia Geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de novas cotas. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das cotas serão reembolsados por meio de resgate ou amortização, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento ou na referida Assembléia Geral.

12.4.1 Na hipótese de necessidade de aporte adicional de recursos, fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o item 12.4; e (ii) da assunção, pelos cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Instituição Administradora, o Banco Bradesco, o Banco Panamericano e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os cotistas não aporem os recursos suficientes para tanto na forma desta cláusula.

12.5 Os aportes deverão ser feitos em dinheiro, em valor suficiente para que o Fundo disponha dos recursos necessários para cobrir todos os custos e despesas necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos seus Direitos Creditórios e ativos financeiros.

### 13. FATORES DE RISCO

13.1 O investidor, antes de adquirir cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

#### 13.2 Riscos de Mercado

13.2.1 *Descasamento de Taxas.* Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, conforme previsto no item 16 do Regulamento. Ademais, a Instituição Administradora não pode contratar operações de swap de taxas prefixadas por CDI over. Caso a taxa de remuneração do

CDI se eleve substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas Classe A, sendo que nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos cotistas.

13.2.2 *Baixa Valorização dos Ativos pós-fixados.* A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 9.4 do Regulamento, desde que pós-fixados. No entanto, tais ativos podem apresentar valorização efetiva inferior às taxas médias diárias dos DI, o que pode fazer com que os recursos do Fundo se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade da meta de rentabilidade prevista para as Cotas Seniores ou para as Cotas Subordinadas Classe A (uma vez que a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores e para as Cotas Subordinadas Classe A tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI), e nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos cotistas.

13.2.3 *Flutuação de Preços dos Ativos.* Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas.

13.2.4 *Sujeição dos Ativos a Oscilações Diversas.* Os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos ativos financeiros poderão ocorrer também em função das alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Como decorrência de tais oscilações, poderão ocorrer variações negativas no valor do patrimônio líquido do Fundo.

13.2.5 *Efeitos da Política Econômica do Governo Federal.* O Fundo, seus ativos e o Cedente estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo

Governo Federal. O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente o interesse de investidores na aquisição de Cotas e na liquidação dos Direitos Creditórios pelos Devedores.

### 13.3 Riscos de Crédito

13.3.1 *Inexistência de Garantia das Aplicações do Fundo.* As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, ou do FGC. Igualmente, nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram aos cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas do Fundo. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.

13.3.2 *Inadimplência dos Emissores dos Ativos.* A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 9.4 deste Regulamento, desde que pós-fixados. Tais títulos e ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das cotas.

13.3.3 *Fatores Macroeconômicos.* Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, etc. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos afetando negativamente seus resultados e/ou provocando perdas patrimoniais.

13.3.4 *Cobrança Judicial e Extrajudicial.* No caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios Cedidos, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.

#### 13.4 Riscos de Liquidez

13.4.1 *Inexistência de Mercado Secundário para Negociação de Direitos Creditórios.* O Fundo se enquadra em modalidade de investimento diferenciada, devendo os potenciais investidores avaliar minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer conseqüências negativas para o patrimônio do Fundo, ou que podem tornar o investimento ilíquido. Assim, por exemplo, o Fundo aplica seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de direitos creditórios. Portanto, caso por qualquer motivo seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao patrimônio do Fundo.

13.4.2 *Falta de Liquidez dos Ativos Financeiros.* A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 9.4 do Regulamento, desde que pós-fixados. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a cotistas, afetando a liquidez esperada de suas cotas.

13.4.3 *Fundo Fechado e Mercado Secundário.* O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação. Assim, o cotista não terá liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (i) por ocasião das amortizações programadas ou eventuais, ou (ii) por meio da alienação de suas cotas no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao investidor. Não há qualquer garantia da Instituição Administradora, do Cedente, do Custodiante, ou de qualquer outra Parte Relacionada, em relação à possibilidade de venda das Cotas no mercado secundário, preço obtido pelas Cotas, ou mesmo garantia

de saída ao investidor. Esta última hipótese pode trazer ao investidor perda de patrimônio, se o preço praticado na alienação for inferior ao valor das cotas.

13.4.4 *Liquidação Antecipada e Amortização Compulsória.* As cotas do Fundo serão amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no item 17 deste Regulamento. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, bem como amortização compulsória de cotas. Assim, há a possibilidade de os titulares de cotas do Fundo receberem valores antecipadamente, e eventualmente inferiores aos esperados.

13.4.5 *Reserva de Liquidez não Constitui Garantia de Pagamento.* Será constituída Reserva de Liquidez conforme o item 9.4.1 deste Regulamento. No entanto, eventualmente o Fundo poderá não ter recursos sequer para a constituição da Reserva de Liquidez, como em caso de inadimplência maciça combinada com iliquidez do mercado secundário de direitos creditórios. Ademais, a soma a ser mantida em Disponibilidades para formação da Reserva de Liquidez pode ser insuficiente para fazer quaisquer pagamentos de responsabilidade do Fundo. Desse modo, a existência da Reserva de Liquidez não constitui garantia de pagamento, pelo Fundo, de amortizações, resgates ou despesas.

13.4.6 *Reserva de Pagamento não Constitui Garantia de Pagamento.* Será constituída Reserva de Pagamento conforme o item 18 deste Regulamento, destinada ao pagamento das amortizações das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A. No entanto, eventualmente o Fundo poderá não ter recursos sequer para a constituição da Reserva de Pagamento, como em caso de inadimplência maciça combinada com iliquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. É também possível que, não obstante a devida constituição da Reserva de Pagamento, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações. Isso ocorreria, por exemplo, em caso de súbita elevação substancial das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, o que faria com que houvesse um aumento substancial do valor a ser amortizado aos titulares de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas Classe A. Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Classe A.

13.4.7 *Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação Antecipada.* O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente, conforme o disposto no item 25 deste Regulamento. Ocorrendo tal liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de

recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios Cedidos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os cotistas teriam suas cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios Cedidos; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos cotistas.

### 13.5 Riscos Provenientes da Não Utilização de Derivativos

13.5.1 *Agravamento do Risco de Descasamento de Taxas.* Os derivativos são um dos instrumentos que podem ser utilizados para diminuir o risco de descasamento de taxas, descrito no item 13.2.1 acima. No entanto, é vedada a realização de operações em mercado de derivativos pelo Fundo. Assim sendo, caso a taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia (Taxa DI) eleve-se substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores ou Subordinadas Classe A, e nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos cotistas.

### 13.6 Riscos Específicos

#### 13.6.1 Riscos Operacionais

13.6.1.1 *Irregularidades dos Documentos Comprobatórios.* Os Documentos Comprobatórios podem eventualmente conter irregularidades, como falhas na sua elaboração e erros materiais. Por esse motivo, eventual cobrança em juízo dos Devedores poderá ser menos célere do que o usual, podendo ser necessária a adoção de processo monitório ou processo de conhecimento. Assim, o Fundo poderá permanecer longo tempo sem receber os recursos oriundos dos Direitos Creditórios Cedidos discutidos judicialmente, o que pode lhe causar prejuízo patrimonial. Ainda, o procedimento de cobrança judicial dos Direitos Creditórios Cedidos pode se delongar, ou ser inviabilizado, caso o fiel depositário dos Documentos Comprobatórios, referido no item 7.2.1 deste Regulamento demore a restituir ou não restitua os documentos do Fundo em seu poder. Nestas hipóteses, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo poderiam ser prejudicados.

13.6.1.2 *Verificação do Lastro dos Direitos Creditórios Cedidos por Amostragem.* A verificação documental (física) da regularidade dos Documentos

Comprobatórios Cedidos é realizada pelo Custodiante por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos documentos comprobatórios apresentem irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.

13.6.1.3 *Forma de Pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos.* O pagamento referente aos Direitos Creditórios Cedidos será efetuado junto ao Agente de Recebimento ou em qualquer instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional. Posteriormente, tais recursos devem ser repassados ao Fundo. Tais repasses podem atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como problemas operacionais internos do Agente de Recebimento ou das instituições financeiras. Nessas hipóteses, em que poderá ser necessária a via judicial para se obterem os recursos, a rentabilidade do Fundo poderá ser reduzida.

13.6.1.4 *Falhas do Agente de Recebimento.* A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos depende da atuação diligente do Agente de Recebimento e do Banco Panamericano, no caso de Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos. Cabe-lhes aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência. Assim, qualquer falha de procedimento do Agente de Recebimento e/ou do Banco Panamericano poderá acarretar em menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores. Isto levaria a queda da rentabilidade do Fundo, ou até a perda patrimonial.

13.6.1.5 *Verificação do Registro do Gravame Prévia à Cessão.* De acordo com o item 2.1 do Contrato de Cessão, o Custodiante procederá à verificação da existência do registro da garantia de alienação fiduciária de todos os veículos garantidores dos Direitos Creditórios oferecidos pelo Cedente ao Fundo, junto aos órgãos competentes. Ocorre que essa checagem é feita previamente ao procedimento de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e, entre a oferta e a cessão dos Direitos Creditórios, o Cedente poderá transferir a propriedade fiduciária do bem gravado, de tal forma que a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios que não sejam garantidos por alienação fiduciária de veículo.

#### 13.6.2 Risco de Descontinuidade

13.6.2.1 *Liquidação Antecipada.* O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões, conforme o disposto no item 25 deste Regulamento. A liquidação



antecipada pode trazer prejuízos para o Fundo e seus cotistas, decorrentes, por exemplo, de desvalorização de seus ativos relacionada à conjuntura econômica desfavorável. Ademais, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios Cedidos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os cotistas teriam suas cotas resgatadas em Direitos Creditórios Cedidos; ou (ii) o pagamento do resgate das cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios Cedidos; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos cotistas. Ademais, por ocasião da eventual liquidação antecipada do Fundo, é possível que não haja, disponíveis no mercado, aplicações com mesmas características de prazo, risco e rentabilidade.

13.6.2.2 *Observância da Alocação Mínima.* O Fundo deve observar a Alocação Mínima (item 9.2 deste Regulamento). Entretanto, não há garantia de que o Banco Panamericano conseguirá (ou desejará) originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente a tal exigência da Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima pode inclusive levar à Amortização Compulsória de Cotas Seniores (item 17.6 deste Regulamento).

13.6.2.3 *Fluxos de Cessão.* A existência do Fundo depende da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios pelo Banco Panamericano. Em caso de diminuição do nível de atividades do Cedente a ponto de comprometer tais fluxos de cessão de Direitos Creditórios, não será observado qualquer tipo de prioridade ou preferência na cessão de Direitos Creditórios, tanto para o Fundo quanto para quaisquer outros fundos de investimento em direitos creditórios que tenham por objeto a aquisição de direitos creditórios do Cedente.

### 13.6.3 Riscos da Originadora

13.6.3.1 *Rescisão do Contrato de Cessão.* O Banco Panamericano, sem prejuízo das penalidades previstas no Contrato de Cessão, pode, a qualquer momento, deixar de ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, a existência do Fundo está condicionada à continuidade das operações do Banco Panamericano com Direitos Creditórios elegíveis nos termos do Regulamento, inclusive em volume suficiente para alcançar a meta de



rentabilidade das Cotas Seniores, bem como à vontade unilateral do Banco Panamericano em ceder Direitos Creditórios ao Fundo.

13.6.3.2 *Diminuição da Quantidade de Direitos Creditórios Elegíveis.* Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Contratos de Abertura de Crédito, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita no item 9 deste Regulamento. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais empréstimos; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação do Fundo, conforme descrito no item 25 deste Regulamento, ou ainda Amortização Compulsória (item 17.6 deste Regulamento). Ressalte-se que alterações da política econômica do governo e aumento da concorrência no setor de crédito direto ao consumidor para aquisição de bens duráveis também podem levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos Creditórios elegíveis.

13.6.3.3 *Outros fundos.* Existem outros fundos de investimento em direitos creditórios registrados na CVM que têm por objeto a aquisição de direitos creditórios do Banco Panamericano. Contudo, o Banco Panamericano não oferece quaisquer garantias referentes à porcentagem de Direitos Creditórios que deverá ser cedida para cada fundo em particular ou referentes à qualquer forma de prioridade ou preferência de cessão de Direitos Creditórios entre os fundos em que figura como Cedente. Em caso de diminuição da originação de Direitos Creditórios pelo Banco Panamericano, não há garantias de que este possuirá Direitos Creditórios em montante suficiente para oferecer à cessão a todos os referidos fundos de investimento ou mesmo em atendimento a eventuais acordos celebrados com outras instituições financeiras para aquisição de Direitos Creditórios. Assim, poderá não haver Direitos Creditórios disponíveis para aquisição pelo Fundo o que afetará seus resultados e colocará em risco sua continuidade.

#### 13.6.4 Outros Riscos

13.6.4.1 *Invalidade ou Ineficácia da Cessão de Direitos Creditórios.* Com relação ao Banco Panamericano, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso fosse realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Banco Panamericano estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o Banco Panamericano fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios Cedidos pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- iii) fraude à execução fiscal, se o Banco Panamericano, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

13.6.4.2 *Concentração em Modalidade de Investimento.* O Fundo aplicará em Direitos Creditórios exclusivamente originados de contratos de empréstimo a pessoas físicas para aquisição de veículos (“CDC – Veículos”). Nesse contexto, não será possível ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). A possibilidade de perda de patrimônio do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações em um ou em poucos tipos de investimento.

13.6.4.3 *Intervenção ou Liquidação do Agente de Recebimento.* Por meio do Convênio de Recebimento, ao qual o Fundo deverá aderir, o Banco Panamericano contratou o recebimento e o repasse dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos com o Agente de Recebimento. Na hipótese de intervenção do Agente de Recebimento, o repasse dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos poderia ser interrompido, e permaneceria inexigível enquanto perdurasse a intervenção (cujo prazo máximo é de 1 (um) ano). Em caso de liquidação extrajudicial do Agente de Recebimento, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente serem recuperados por meio de pedido de restituição, ou mesmo por via judicial. Em ambos os casos, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo poderiam ser afetados.

13.6.4.4 *Intervenção ou Liquidação do Custodiante.* O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial

serem recuperados para o Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

13.6.4.5 *Guarda dos Documentos Comprobatórios pelo Banco Panamericano.* O Banco Panamericano é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda física dos documentos comprobatórios dos Direitos Creditórios Cedidos. Embora o Banco Panamericano tenha a obrigação de permitir ao Fundo e à Custodiante, livre acesso à referida documentação, a guarda de tais documentos pelo Banco Panamericano poderá representar dificuldade à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios Cedidos, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

13.6.4.6 *Sub-contratação de Terceiros para Serviços de Guarda de Documentos.* Nos termos do Contrato de Custódia, o Banco Panamericano tem a faculdade de sub-contratar terceiros para a prestação de serviços de guarda e processamento dos Documentos Comprobatórios. Ainda que o Banco Panamericano continue responsável pela guarda física dos documentos comprobatórios, a sub-contratação de terceiros para a prestação de tais serviços poderá representar dificuldade adicional à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios Cedidos, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

13.6.4.7 *Alteração do Regulamento.* O Regulamento pode ser alterado em conseqüência de normas legais ou regulamentares, por determinação da CVM ou por deliberação da assembléia geral de condôminos, conforme o disposto no item 21 deste Regulamento. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

13.6.4.8 *Ausência de Notificação aos Devedores.* A cessão de Direitos Creditórios objeto do Contrato de Cessão não será precedida pela notificação dos Devedores, pois os procedimentos de cobrança permanecerão os mesmos. No entanto, os Devedores não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios Cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão, podendo afetar negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas.

13.6.4.9 *Modalidade Recente de Investimento.* De acordo com a política de investimentos estabelecida no item 9.4 deste Regulamento, o Fundo investirá seus recursos, preponderantemente, em modalidade de investimentos recentemente instituída

no Brasil, consistente em direitos creditórios, sobre os quais inexistem dados históricos e estatísticos que possibilitem estimativa de retorno e previsão de desempenho do Fundo a médio e longo prazo para os investidores.

13.6.4.10 *Dação em Pagamento de Direitos Creditórios.* No caso de liquidação do Fundo, ordinária ou antecipada, em que a Assembléia Geral deliberar o resgate das Cotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios Cedidos, os titulares de Cotas Seniores poderão encontrar dificuldades para (i) negociar os Direitos Creditórios Cedidos recebidos; e/ou (ii) cobrar os Direitos Creditórios Cedidos inadimplentes.

13.6.4.11 *Inexistência de Rendimento Predeterminado.* As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Classe A serão valorizadas todo dia útil, conforme os critérios de distribuição de rendimentos da carteira do Fundo, previstos no item 16 deste Regulamento. Tais critérios visam definir qual parcela do patrimônio líquido do Fundo deve ser prioritariamente alocada aos titulares de Cotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas Cotas e não representa nem deverá ser considerado promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

13.6.4.12 *Risco da Cobrança Extrajudicial e Judicial pelo Cedente.* A titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos é do Fundo e, portanto, somente o Fundo detém os direitos de cobrança dos Devedores inadimplentes. Todavia, o Banco Panamericano foi nomeado pelo Fundo, como agente cobrador dos Devedores inadimplentes, tanto em âmbito judicial, quanto extrajudicial. Não há garantias de que o Banco Panamericano consiga receber a totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos poderá acarretar perdas para o Fundo e, conseqüentemente, a seus Cotistas.

13.6.4.13 *Risco da Não Notificação da Substituição de Agente de Recebimento.* Caso o Agente de Recebimento seja substituído ou deixe de prestar os serviços de recebimento e repasse dos pagamentos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos e os respectivos Devedores não sejam notificados de tal fato, poderá haver diminuição do fluxo de recursos pagos ao Fundo até o momento da ciência dos Devedores sobre tal fato.

13.6.4.14 *Aprovação de Matérias pelos Cotistas Subordinados.* As deliberações relativas às matérias previstas no item 21.2.1 deste Regulamento estão necessariamente

sujeitas à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas. Dessa forma, determinadas matérias de interesse dos Cotistas Seniores previstas no Regulamento dependerão da aprovação em separado dos Cotistas Subordinados.

13.6.4.15 *Quorum de Aprovação de 90%.* As deliberações relativas às matérias previstas no item 21.2.3 deste Regulamento, sejam elas (i) alteração da remuneração das Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas Classe A; (ii) substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou por imposição legal; e (iii) aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos relativos à cobrança de Direitos Creditórios Cedidos inadimplentes, na forma estabelecida no item 12 deste Regulamento, dependerão de aprovação em Assembléia Geral de cotistas mediante quorum qualificado, ou seja, 90% (noventa por cento) das Cotas Seniores em Circulação com direito a voto.

13.6.4.16 *Redução das Cotas Subordinadas.* O Fundo terá relação mínima admitida entre o seu patrimônio líquido e o valor das Cotas Seniores de 136,66% (cento e trinta e seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento). A diferença do patrimônio do Fundo é representada por duas classes de Cotas Subordinadas que arcarão com os prejuízos do Fundo antes das Cotas Seniores. Por diversos motivos, tais como inadimplência dos Devedores e problemas de repasse de recursos ao Fundo pelo Agente de Recebimento, as Cotas Subordinadas poderão ter seu patrimônio reduzido. Caso as Cotas Subordinadas tenham seu patrimônio reduzido a zero, as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores.

13.6.4.17 *Ausência de Coobrigação do Cedente.* O Cedente não responde pela solvência dos Devedores dos Direitos Creditórios Cedidos, cabendo exclusivamente ao Fundo suportar o risco de inadimplência dos Devedores. Caso a inadimplência ocorra, o Fundo deverá cobrar os Devedores, sendo que o atraso nos pagamentos dos Direitos Creditórios e o resultado incerto dos procedimentos de cobrança podem afetar negativamente os resultados do Fundo.

13.6.4.18 *Exercício Facultativo da Recompra.* A recompra, total ou parcial, dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos é uma faculdade do Cedente, prevista no item 12 deste Regulamento. Caso a faculdade de recompra não seja exercida ou seja apenas parcial, o Fundo terá de suportar, na hipótese de inadimplência dos Devedores, parte ou a totalidade dos eventuais prejuízos decorrentes de tal inadimplência, o que poderia comprometer sua rentabilidade ou levá-lo, até, a perda de patrimônio.

13.6.4.19 *Veículos Garantidos por Alienação Fiduciária.* Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Contratos de Abertura de Crédito, que são garantidos por alienação fiduciária de veículos. Contudo, é possível que, em eventual execução de Devedor inadimplente, o veículo objeto de alienação fiduciária não seja encontrado, ou o seu valor de venda seja insuficiente para o pagamento integral da dívida. Se isso ocorrer e o Devedor não tiver patrimônio suficiente para o pagamento do saldo devedor, ocorreria a redução da rentabilidade do Fundo, ou até perda patrimonial.

13.6.4.20 *Perecimento ou roubo do veículo objeto do Contrato de Abertura de Crédito.* Os Contratos de Abertura de Crédito celebrados entre o Banco Panamericano e os Devedores não exigem que o veículo, objeto do financiamento e dado em garantia do empréstimo concedido pelo Banco Panamericano, tenha seguro contra roubo ou acidentes. As chances de recuperação de valores inadimplidos em processos de execução de dívidas garantidas por alienação fiduciária estão diretamente relacionadas à localização e ao valor do bem dado em garantia. Sendo assim, o roubo, furto ou perecimento de veículos dados em garantia de Direitos Creditórios Cedidos cujos Devedores estejam inadimplentes poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

13.6.4.21 *Questionamento dos Direitos Creditórios Cedidos em Âmbito Judicial.* Os Devedores podem eventualmente questionar judicialmente os Contratos de Abertura de Crédito que originam os Direitos Creditórios (incluindo, eventualmente, a taxa de juros praticada). Nesse caso, é possível que o Fundo somente receba os valores relativos ao direito creditório questionado judicialmente uma vez concedida decisão judicial definitiva favorável. Em face disso, poderá ocorrer perda patrimonial para os investidores.

13.6.4.22 *Existência de Vícios na Originação de Contratos de Abertura de Crédito.* Os Direitos Creditórios Cedidos são originados de contratos celebrados entre o Banco Panamericano e os Devedores. Esses contratos e demais documentos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos podem apresentar vícios juridicamente questionáveis, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos Creditórios Cedidos pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos, seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

13.6.4.23 Possibilidade de Ocorrência de Patrimônio Líquido Negativo. As eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor das Cotas subscritas. Na hipótese de ocorrência de patrimônio líquido negativo, os cotistas poderão ser obrigados a aportar recursos adicionais ao Fundo.

#### 14. COTAS DO FUNDO

14.1 As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, ou ainda quando de sua amortização integral, realizada conforme o disposto no presente Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral. As Cotas do Fundo serão divididas em classes, conforme descrito no item 15 abaixo.

14.2 A emissão de cotas do Fundo obedecerá aos parâmetros e requisitos abaixo referidos.

14.2.1 As Cotas Seniores serão emitidas em valor nominal unitário a ser definido no respectivo Suplemento. As Cotas Subordinadas serão emitidas inicialmente com valor de R\$1,00 (um real) cada na Data de Subscrição Inicial, independentemente da classe. As Cotas serão subscritas e integralizadas a partir da respectiva Data de Subscrição Inicial, que será determinada pela Instituição Administradora. Na subscrição de Cotas que ocorrer em dia diferente da respectiva Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

14.3 As cotas serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.

14.3.1 A qualidade de condômino caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do cotista.

14.3.2 É indispensável, por ocasião do ingresso do condômino no Fundo, quando da subscrição de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas, sua adesão aos termos do presente Regulamento, através da assinatura do respectivo Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, o boletim de subscrição de Cotas e a declaração atestando a condição de Investidor Qualificado, se for o caso.



14.3.3 Para o cálculo do número de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas Classe A a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Instituição Administradora quaisquer taxas ou despesas.

14.4 As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Classe A do Fundo só podem ser colocadas por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Classe A do Fundo serão colocadas pelo Itaú BBA, bem como por outras instituições eventualmente contratadas por ele, integrantes do sistema de distribuição.

14.5 O valor mínimo de aplicação no Fundo na subscrição primária de Cotas será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

14.6 Somente poderão adquirir as Cotas do Fundo os Investidores Autorizados, nos termos da legislação aplicável, que almejam rentabilidade a longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo e que aceitam os riscos inerentes a tal investimento.

14.7 A integralização de Cotas do Fundo pode ser efetuada por crédito em conta corrente em conta mantida no Custodiante ou por Transferência Eletrônica Disponível – TED. A amortização e o resgate de Cotas do Fundo podem ser efetuados por crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

14.7.1 Admite-se o resgate de Cotas do Fundo em Direitos Creditórios Cedidos na hipótese de liquidação do Fundo, conforme especificado no item 25 abaixo.

14.7.2 Para fins do disposto no item anterior, durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, os resgates em Direitos Creditórios Cedidos serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, simultaneamente à compra, pelo cotista, de Direitos Creditórios Cedidos, em valor correspondente ao líquido resgatado.

14.8 Para negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, as Cotas Seniores serão registradas na CETIP. Nas negociações realizadas no mercado secundário, caberá ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.



14.9 O prazo máximo para efetivação de resgate das Cotas do Fundo será o do item 3.1 acima.

14.10 As Cotas do Fundo não colocadas dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do protocolo dos documentos relativos à constituição do Fundo junto à CVM, serão canceladas pela Instituição Administradora.

## 15. CLASSES DE COTAS

15.1 As Cotas do Fundo poderão ser Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Classe A ou Cotas Subordinadas Classe B.

15.2 Todas as Cotas de mesma classe terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto no item 21 abaixo.

15.3 As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento. O critério para distribuição dos rendimentos e a amortização para as Cotas Seniores estão previstos respectivamente nos itens 16 e 17 abaixo.

15.3.1 A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores é de 136,66% (cento e trinta e seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) e corresponderá à Razão Mínima. Essa relação deve ser observada desde a Data de Subscrição Inicial, devendo ser apurada todo dia útil, e informada aos cotistas trimestralmente.

15.3.2 Na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por 2 (dois) dias úteis consecutivos, o Cedente será imediatamente informado de tal fato pela Instituição Administradora, na forma do Anexo V deste Regulamento.

15.3.2.1 O Cedente deverá responder o Aviso de Desenquadramento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja, a seu exclusivo critério, integralizar ou não novas Cotas Subordinadas Classe B. Caso deseje integralizar novas Cotas Subordinadas Classe B, deverá se comprometer de modo irrevogável e irrevogável a prontamente subscrever Cotas Subordinadas Classe B em valor equivalente a, no

mínimo, o necessário para reenquadramento da Razão Mínima, integralizando-as em moeda corrente nacional.

15.3.3 Na hipótese de o Cedente desejar subscrever novas Cotas Subordinadas Classe B, a Instituição Administradora poderá deliberar pela sua emissão sem necessidade de autorização de quaisquer cotistas do Fundo ou de realização de Assembléia Geral.

15.3.4 Na hipótese de o Cedente não informar tempestivamente a Instituição Administradora, ou ainda na hipótese de o Cedente não desejar subscrever novas Cotas Subordinadas Classe B (item 15.3.2.1 acima), será observado o disposto no item 25.2 "i" abaixo, se for o caso.

15.4 As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou por decisão da Assembléia Geral, conforme previsto no item 17.2.4 abaixo. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores. A distribuição dos rendimentos e a possibilidade de amortização para as Cotas Subordinadas estão previstas respectivamente nos itens 16 e 17 abaixo.

15.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 15.4 acima, as Cotas Subordinadas Classe B são aquelas que se subordinam às Cotas Subordinadas Classe A para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas Classe B após a amortização das Cotas Subordinadas Classe A. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas Classe B após o resgate das Cotas Subordinadas Classe A. A distribuição dos rendimentos e a amortização das Cotas Subordinadas Classe A e Classe B estão previstas respectivamente nos itens 16 e 17 abaixo.

## **16. DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO**

16.1 As cotas do Fundo, independentemente da classe, serão valorizadas todo dia útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

16.2 A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo assim permita:

- i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à remuneração indicada no respectivo Suplemento e calculada conforme o Anexo VI deste Regulamento, no respectivo período;
- ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, e havendo excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período, será incorporado ao valor de cada Cota Subordinada Classe A, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à remuneração calculada conforme o Anexo VII deste Regulamento; e
- iii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores e para as Cotas Subordinadas Classe A, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas Classe B.

16.3 A fórmula de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas de Classe A, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, e consta dos Anexo VI e VII deste Regulamento respectivamente.

16.4 O presente item tem como finalidade definir qual parcela do patrimônio líquido do Fundo deve ser alocada aos titulares de cada classe de Cotas na hipótese de amortização ou resgate de suas cotas e não representa nem deverá ser considerado promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

## 17. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS

17.1 Os valores e prazos de amortização e carência aplicáveis às Cotas Seniores de cada uma das Séries a serem emitidas pelo Fundo deverão constar do Suplemento da respectiva Série.

17.2 Terminado o prazo de carência para pagamento da amortização das Cotas Seniores de determinada Série, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas de acordo com a fórmula abaixo:

$$PMT = \left( \frac{1}{N - (M - 1)} \right) * VQS_n$$

onde:

$PMT$  é o valor de amortização de cada Cota Sênior a ser efetuada em cada mês após o término do prazo de carência de amortização da respectiva Série;

$M$  é o número do mês (após o término do prazo de carência da respectiva Série) em que a amortização será feita, sendo que  $M$  variará entre o mês da primeira amortização e o mês da última amortização;

$N$  é o número de meses que correspondem ao prazo de amortização da respectiva Série;  
e

$VQS_n$  é o valor unitário da Cota Sênior na Data de Amortização de Cotas Seniores “n”, calculado na forma do item 19.

17.2.1 As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês (“Datas de Amortização de Cotas Seniores”). Tais amortizações compreenderão a amortização de parte do capital investido (“ $A_{PRINCIPAL}$ ”), conforme as fórmulas abaixo:

$$A_{PRINCIPAL_n} = \frac{Vsubs - (A_{COMPULSÓRIA_{n-1}} + A_{PRINCIPAL_{n-1}})}{[N - (M - 1)]}$$

Onde:

$A_{PRINCIPAL_{n-1}}$  são os valores efetivamente pagos a título de amortização do capital investido, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores “n”; e

$Vsubs$  – valor de subscrição de cada Cota Sênior;

$A_{COMPULSÓRIA_{n-1}}$  são os valores efetivamente pagos a título de Amortização Compulsória, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores “n”;

$M$  é o número do mês, conforme definido no item 17.1 acima; e

$N$  é o número de meses que correspondem ao prazo de amortização da respectiva Série.

17.2.2 Para efeito tributário, o rendimento deve ser calculado mediante o valor obtido do cálculo do valor da amortização subtraído do valor efetivamente pago a título do capital investido.

17.2.3 Na hipótese de qualquer das Datas de Amortização de Cotas Seniores coincidir com dia que seja feriado nacional, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente durante o qual haja expediente bancário, não havendo direito, por parte do(s) cõtista(s), a qualquer acréscimo.

17.2.4 As Cotas Seniores poderão ser amortizadas por decisão da Assembléia Geral, observado o item 21.2.1 abaixo.

17.3 A partir do 13º (décimo terceiro) mês, contado a partir do mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Subordinadas Classe A serão amortizadas em 24 (vinte e quatro) pagamentos mensais e sucessivos.

17.3.1 As amortizações das Cotas Subordinadas Classe A ocorrerão, mensalmente, todo dia 15 (quinze) de cada mês, mediante a aplicação da fórmula abaixo:

$$PMT = \left( \frac{1}{N - (M - 1)} \right) * VQSb$$

onde:

$PMT$  é o valor de amortização de cada Cota Subordinada Classe A a ser efetuada em cada mês após o término do prazo de carência de amortização da respectiva Série;

$M$  é o número do mês (após o término do prazo de carência) em que a amortização será feita, sendo que  $M$  variará entre o mês da primeira amortização e o mês da última amortização;

$N$  é o número de meses que correspondem ao prazo de amortização da Cota Subordinada Classe A; e

$VQSn$  é o valor unitário da Cota Subordinada Classe A, calculado na forma do item 19.

17.3.2 As amortizações das Cotas Subordinadas Classe A compreenderão a amortização de parte do capital investido (“ $A_{PRINCIPAL}$ ”), conforme as fórmulas abaixo:

$$A_{PRINCIPAL_n} = \frac{Vsubs - (A_{PRINCIPAL_{n-m}})}{[N - (M - 1)]}$$

Onde:

$A_{PRINCIPAL_{n-m}}$  são os valores efetivamente pagos a título de amortização do capital investido, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Subordinadas Classe A “n”; e

$Vsubs$  – valor de subscrição de cada Cota Subordinada Classe A;

$M$  é o número do mês, conforme definido no item 17.3.1 acima; e

$N$  é o número de meses que correspondem ao prazo de amortização da Cota Subordinada Classe A.

17.3.3 Na hipótese de qualquer das datas de amortização de Cotas Subordinadas Classe A coincidir com dia que seja feriado nacional, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente durante o qual haja expediente bancário, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

17.3.4 Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas Classe A caso (i) não ocorra a amortização programada das Cotas Seniores no mês em questão; e/ou (ii) tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e/ou (iii) esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo.

17.3.5 A não ocorrência de determinada amortização de Cotas Subordinadas Classe A em razão do disposto no item anterior não prejudicará as outras amortizações de Cotas Subordinadas Classe A programadas.

17.4 A partir do 13º (décimo terceiro) mês, contado a partir do mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Subordinadas Classe B também serão amortizadas até o valor necessário para a

observância da Razão Mínima, e observado o item 17.4.3 abaixo.

17.4.1 As amortizações das Cotas Subordinadas Classe B ocorrerão, mensalmente, todo dia 15 (quinze) de cada mês e desde haja recursos disponíveis para tanto.

17.4.2 Na hipótese de qualquer das datas de amortização de Cotas Subordinadas Classe B coincidir com dia que seja feriado nacional, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente durante o qual haja expediente bancário, não havendo direito, por parte do(s) cotista(s), a qualquer acréscimo.

17.4.3 Até 2 (dois) dias úteis antes da data de amortização de Cotas Subordinadas Classe B, a Instituição Administradora notificará o Cedente, na qualidade de único titular de Cotas Subordinadas Classe B, informando a futura ocorrência ou não de tal evento.

17.4.4 Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas Classe B caso (i) não ocorra a amortização programada das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A no mês em questão; e/ou (ii) em decorrência direta da sua concretização, ocorra a inobservância da Razão Mínima; e/ou (iii) tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, e/ou (iv) esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo, e/ou (v) após notificados pela Instituição Administradora, o Cedente informe, em até 1 dia útil do recebimento de tal notificação, que não deverá ocorrer a amortização do mês em questão. Caso o Cedente não se manifeste no prazo previsto no subitem “v”, a Instituição Administradora procederá à amortização das Cotas Subordinadas Classe B na forma prevista no item 17.4 acima.

17.4.5 A não ocorrência de determinada amortização de Cotas Subordinadas Classe B em razão do disposto no item anterior não prejudicará as outras amortizações de Cotas Subordinadas Classe B programadas, desde que observada a Razão Mínima ao tempo de cada amortização.

17.5 As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da Assembléia Geral, observado o disposto no item 21.2.1 abaixo.

17.6 A Instituição Administradora poderá realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do

patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios estabelecida no item 9 deste Regulamento.

17.6.1 Na hipótese de a Amortização Compulsória ser decorrente da necessidade de re-enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão Mínima, a Instituição Administradora deve, tão logo decida realizar a Amortização Compulsória, convocar Assembléia Geral.

17.6.2 Na hipótese de a Instituição Administradora decidir pela realização da Amortização Compulsória nos termos dos itens anteriores, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida no item 17.1 acima, mas sim pelo valor necessário ao enquadramento do Fundo, conforme previsto no item 17.5 acima. Os cotistas serão informados, inclusive sobre o valor total estimado envolvendo cada Amortização Compulsória, em até 5 (cinco) dias úteis da data em que se verificou a necessidade de realização da Amortização Compulsória. Tais Amortizações Compulsórias compreenderão tão somente a amortização de parte do capital investido pelos titulares de Cotas Seniores.

17.6.3 Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional às suas respectivas cotas.

17.7 O previsto neste item 17 não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

17.8 Toda e qualquer multa ou outra penalidade incorrida e paga pelo Cedente ao Fundo nos termos deste Regulamento e dos demais documentos relacionados ao Fundo reverterá em benefício exclusivo dos titulares das Cotas Seniores em Circulação, mediante a incorporação do valor da multa, ou de qualquer outra penalidade paga, ao valor das referidas Cotas Seniores em Circulação, independentemente da remuneração de tais Cotas Seniores. Nesse caso, o Fundo realizará uma amortização extraordinária das Cotas Seniores em circulação em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento da multa ou outra penalidade. Tais amortizações extraordinárias compreenderão tão somente a amortização do rendimento advindo do acréscimo patrimonial gerado pelo recebimento de multa ou outra penalidade pelo Fundo.



18. RESERVA DE PAGAMENTO

18.1 Adicionalmente à Reserva de Liquidez, a Instituição Administradora deverá constituir reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores e das amortizações das Cotas Subordinadas Classe A (“Reserva de Pagamento”), priorizando a constituição de reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores em relação às Cotas Subordinadas Classe A. Para tanto, a Instituição Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios, de modo que:

- i) a partir de 60 (sessenta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até 31 (trinta e um) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez; e
- ii) a partir de 30 (trinta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A, e até a data da efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.

18.2 Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, a Instituição Administradora poderá adquirir novos Direitos Creditórios.

18.3 Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto neste item, a Instituição Administradora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento, sem prejuízo do disposto no item 25.1 “xvii” abaixo, se for o caso.

18.4 Quando da execução dos procedimentos definidos neste item, a Instituição Administradora deverá priorizar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo

das amortizações, sempre observada a política de investimento definida neste Regulamento.

18.5 Os procedimentos descritos neste item não constituem promessa ou garantia, por parte da Instituição Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela mesma.

18.6 O restabelecimento da Reserva de Pagamento e da Reserva de Liquidez será efetivado através da subscrição de novas Cotas Subordinadas Classe B pelo Banco Panamericano, conforme procedimento descrito no item 18.6.1 abaixo.

18.6.1 O Banco Panamericano, nos termos previstos no Contrato de Cessão, deverá subscrever Cotas Subordinadas Classe B, sempre que solicitado pela Instituição Administradora, na hipótese de a Reserva de Pagamento ou a Reserva de Liquidez deixarem de atender aos limites de enquadramento descritos neste Regulamento.

18.6.2 O Banco Panamericano deverá subscrever e integralizar Cotas Subordinadas Classe B no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de notificação por escrito, da Instituição Administradora, relatando a ocorrência da hipótese prevista no item anterior.

18.6.3 As Cotas Subordinadas Classe B subscritas pelo Banco Panamericano poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional ou Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade e às Condições Adicionais previstos no item 10 acima. A forma de integralização deverá ser definida a critério da Instituição Administradora e informada na notificação prevista no item 18.6.1 acima.

18.6.3.1 A cessão de Direitos Creditórios realizada como contrapartida pela subscrição e integralização de Cotas Subordinadas Classe B será considerada perfeita e acabada quando do recebimento pela Instituição Administradora do Termo de Cessão assinado pelos representantes legais do Banco Panamericano e do lançamento, pela Instituição Administradora, das respectivas Cotas Subordinadas Classe B na conta de depósito de titularidade do Banco Panamericano.

18.6.4 A subscrição e integralização de Cotas Subordinadas Classe B pelo Banco Panamericano, em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo será realizada sempre considerando o valor das Cotas

Subordinadas Classe B, apurado nos termos da cláusula 19 deste Regulamento, para o dia útil imediatamente anterior à respectiva data de integralização das respectivas Cotas.

## **19. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE**

19.1 Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

19.1.1 Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de apreçamento de ativos do Custodiante, cujo teor está disponível a quaisquer Cotistas na sede da Instituição Administradora ou no sítio do Custodiante, [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br).

19.1.2 O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

19.2 Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

19.2.1 A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo;
- ii) o Fundo é fechado;
- iii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;

- iv) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Autorizados; e
- v) todos os cotistas, ao aderirem aos termos do presente Regulamento, concordaram com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

19.2.2 Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito no item 19.1.2 acima.

19.2.3 São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

19.3 As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com outros ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e dos procedimentos definidos na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN.

19.4 As Cotas de cada classe do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil.

19.4.1 O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Cotas Seniores; ou
- ii) o valor apurado conforme a fórmula de cálculo descrita no Anexo VI deste Regulamento.

19.4.2 O valor unitário das Cotas Subordinadas de Classe A será o menor dos seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do saldo apurado mediante subtração do valor das Cotas Seniores, apurado na forma do item 19.4.1 acima, do patrimônio líquido do Fundo, pelo número de Cotas Subordinadas de Classe A; ou
- ii) o valor apurado conforme a fórmula de cálculo descrita no Anexo VII deste Regulamento.

19.4.3 O valor unitário das Cotas Subordinadas Classe B será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A, pelo número total de Cotas Subordinadas Classe B.

## **20. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO**

20.1 Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração prevista no item 6 acima:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;

- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de assembléia geral de condôminos;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das cotas do Fundo nesses mercados;
- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos.

20.2 Quaisquer despesas não previstas no item acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

## **21. ASSEMBLÉIA GERAL**

21.1 É da competência da Assembléia Geral:

- i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Instituição Administradora, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social;
- ii) alterar o disposto neste Regulamento, sem prejuízo de outras deliberações previstas neste item 21 que acarretam na alteração deste Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora;
- iv) deliberar sobre a contratação de terceiro autorizado para exercer atividade de gestão da carteira do Fundo;
- v) eleger e destituir o(s) representante(s) dos cotistas, nomeado(s) conforme o 21.4 abaixo;

- vi) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, ressalvadas as hipóteses dos itens “x” e “xi” abaixo;
- ix) deliberar sobre a alteração dos termos e condições do Contrato de Cessão;
- x) resolver se Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação;
- xi) resolver se Eventos de Liquidação devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- xii) alterar a remuneração das Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas Classe A;
- xiii) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou por imposição legal;
- xiv) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos referidos no item 12, na forma ali estabelecida;
- xv) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, de acordo com o disposto nos itens 24 e 25.7 abaixo;
- xvi) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco;
- xvii) deliberar sobre a substituição do Custodiante, do Banco Bradesco, na qualidade Agente de Recebimento e do Banco Panamericano, na qualidade de agente cobrador dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos e de fiel depositário dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios Cedidos; e
- xviii) deliberar sobre novas emissões de Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas de

classe diversa da Cota Subordinada Classe B.

21.2 Os Cotistas Seniores e Subordinados terão direito a voto nas matérias indicadas no item 21.1 acima, observado o disposto abaixo.

21.2.1 Estarão necessariamente sujeitas à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas as deliberações que se refiram a:

- i) alteração do item 9 deste Regulamento, ou que afete a política de investimento do Fundo, inclusive alteração da Alocação Mínima;
- ii) alteração do item 10 deste Regulamento, que prevê os Critérios de Elegibilidade e as Condições Adicionais dos Direitos Creditórios;
- iii) alteração da Razão Mínima;
- iv) alteração do item 16 deste Regulamento, ou qualquer outro destinado a alterar a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ou os Anexo VI ou VII;
- v) alteração dos cronogramas de amortização das Cotas Seniores e Subordinadas;
- vi) alteração do item 18 deste Regulamento, ou qualquer outro destinado a alterar as características da Reserva de Pagamento;
- vii) alteração dos subitens 19.1.2 e seguintes do item 19 deste Regulamento;
- viii) alteração do item 20 deste Regulamento, bem como criação ou aumento de despesas e encargos ordinários do Fundo;
- ix) alteração do item 21 deste Regulamento, inclusive no que concerne a direito de voto de cada classe e alterações de quoruns;
- x) criação de novos Eventos de Avaliação e de Liquidação Antecipada do Fundo;
- xi) assuntos descritos nos itens (iv), (xii), (xiii) e (xvi) do item 21.1 acima; e
- xii) alteração de vantagens ou criação de obrigações e deveres para as Cotas Subordinadas.



21.2.2 Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (v), (ix), (xv) e (xvii) do item 21.1 acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral de cotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas Seniores em Circulação com direito a voto.

21.2.3 Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (xii), (xiii) e (xiv) do item 21.1 acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral de cotistas que representem 90% (noventa por cento) das Cotas Seniores em Circulação e das Cotas Subordinadas Classe A em Circulação com direito a voto.

21.2.4 A deliberação relativa às matérias previstas no subitens (i), (iii) e (vi) a (viii) do item 21.1 acima será tomada em primeira convocação pela maioria das Cotas em circulação e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes à Assembléia Geral.

21.2.5 Todas as demais deliberações para as quais não haja previsão expressa neste Regulamento dependerão da aprovação da maioria das Cotas Seniores em Circulação.

21.3 A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

21.4 Somente pode exercer as funções de representante dos cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;
- ii) não ser titular de Cotas Subordinadas;
- iii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- iv) não exercer cargo da administração ou ser empregado do Cedente; e

- v) não exercer cargo de administração ou ser empregado dos controladores, diretos ou indiretos, do Cedente.

21.4.1 Os representantes dos cotistas eventualmente nomeados não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Instituição Administradora, do Custodiante ou do Cedente para exercer tal função.

21.5 Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes ou de determinação da CVM, hipótese em que deve ser providenciada a ciência aos cotistas da referida alteração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração deste Regulamento junto à CVM.

21.6 A convocação de Assembléia Geral será feita pela Instituição Administradora, por meio eletrônico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista ou pela publicação de edital no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo.

21.7 As cartas de convocação ou correspondências eletrônicas indicarão dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral e os assuntos a serem tratados.

21.8 A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contados da data de envio da carta ou da correspondência eletrônica.

21.9 Não se realizando a Assembléia Geral, será novamente providenciada a expedição aos Cotistas de correspondência eletrônica ou de carta com aviso de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

21.10 Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com a primeira convocação.

21.11 Para os fins dos procedimentos de convocação estabelecidos neste item, investidores que adquiram Cotas Seniores por meio de negociação no mercado secundário e eventualmente mantenham tais Cotas custodiadas junto a outra entidade que não o Custodiante, na qualidade de prestador de serviços de agente escriturador, não serão convocados diretamente pela Instituição Administradora, mas sim por meio da

entidade junto à qual estiverem custodiadas as suas Cotas Seniores. Para tanto, a Instituição Administradora informará tempestivamente, a cada uma das entidades junto às quais estejam custodiadas Cotas Seniores do Fundo, sobre a convocação de Assembléia Geral.

21.12 Na hipótese de Cotistas do Fundo contratarem a custódia fungível de suas Cotas junto a entidade diversa daquela contratada pela Instituição Administradora e caso aquela não forneça a relação dos titulares das Cotas por ela custodiadas à Instituição Administradora, esta deverá convocar Assembléia Geral por meio de publicação de edital no periódico referido no item 23 abaixo.

21.13 Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os cotistas.

21.14 Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral será realizada na sede da Instituição Administradora. Quando a Assembléia Geral não for realizada na sede da Instituição Administradora, as comunicações enviadas aos cotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede da Instituição Administradora.

21.15 Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral poderá reunir-se por convocação da Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação à Instituição Administradora por cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

21.16 As Assembléias Gerais de Cotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um cotista.

21.17 Somente podem votar nas Assembléias Gerais os cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano. A presidência das Assembléias Gerais de Cotistas caberá sempre à Instituição Administradora.

21.18 Será sempre assegurada a participação da Instituição Administradora em qualquer Assembléia Geral.

21.19 Não terão direito a voto na Assembléia Geral a Instituição Administradora e seus empregados.

21.20 As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

21.21 As deliberações tomadas pelos cotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, bem como, se for o caso, observado o procedimento descrito no item 21.2.1 acima, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Cotas Seniores quanto os titulares das Cotas Subordinadas, quer tenham comparecido à Assembléia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

## **22. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS**

22.1 A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes do presente item, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente.

22.2 A Instituição Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias após a respectiva ocorrência, a data da primeira integralização de cotas do Fundo.

22.3 A Instituição Administradora deverá informar à CVM a data do encerramento de cada distribuição de cotas.

22.4 A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista neste Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado.

22.4.1 Os demonstrativos referidos no item anterior devem ser enviados à CVM, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado do encerramento do respectivo período, e permanecer à disposição dos condôminos do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da auditoria independente.

22.5 A Instituição Administradora deve divulgar, trimestralmente, no periódico referido no item 23 abaixo, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão Mínima, e o último relatório da(s) agência(s) classificadora(s) de risco contratada(s) pelo Fundo.

22.5.1 A divulgação das informações previstas acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do artigo 8º da Instrução nº 356/01, da CVM, pela regularidade na prestação dessas informações.

22.6 A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os condôminos acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

22.6.1 Os exemplares de qualquer comunicação relativa ao Fundo divulgada a terceiros ou condôminos deverão ser enviados simultaneamente à CVM.

22.6.2 Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das cotas do Fundo ou dos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da respectiva carteira.

22.6.3 A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e mantida disponível para os condôminos na sede e agência(s) da Instituição Administradora.

22.7 A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos condôminos, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e

- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

22.8 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

22.8.1 O Fundo terá escrituração contábil própria.

22.8.2 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 30 de abril de cada ano.

22.8.3 A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

22.9 A Instituição Administradora deve enviar informe mensal à CVM, observando o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- i) saldo das aplicações;
- ii) valor do patrimônio líquido;
- iii) rentabilidade apurada no período;
- iv) valor das cotas de cada classe e quantidade de cotas de cada classe em circulação;

- v) valores totais das captações e, se for o caso, dos resgates no mês referentes a cada classe de cotas, considerados os valores efetivamente ingressados e retirados;
- vi) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado; e
- vii) número de cotistas.

22.10 No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração deste Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;
- iii) incorporação;
- iv) fusão;
- v) cisão; e
- vi) liquidação.

## 23. PUBLICAÇÕES

23.1 Todas as publicações mencionadas neste Regulamento serão feitas inicialmente no jornal "Diário Comércio, Indústria & Serviços", da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

23.2 A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de assembléia geral e alteração do presente Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os cotistas sobre essa alteração.

## 24. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

24.1 O Fundo será liquidado, ordinariamente, no último dia do 60º (sexagésimo) mês, contado a partir da Data de Subscrição Inicial. Em tal caso, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o item 19.4.1 acima, em vigor na própria data de liquidação. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a quantidade de cotas respectiva, nos termos do item 25.7.2.1.

24.2 Caso no último dia útil do prazo de duração do Fundo, a totalidade das Cotas em circulação ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo, de acordo com o procedimento descrito no item 25.6 e subitens abaixo.

## **25. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA**

25.1 São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) rebaixamento da classificação de risco inicial das Cotas Seniores, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- ii) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo, nos termos do item 8 acima;
- iii) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos condôminos, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- iv) inobservância pelo Banco Bradesco dos deveres e das obrigações previstas no Convênio de Recebimento, desde que, se notificado pelo Custodiante, pela Instituição Administradora ou pelo Banco Panamericano para sanar ou justificar o descumprimento, o Banco Bradesco não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;



- v) inobservância pelo Banco Panamericano de seus deveres e obrigações como responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos, nos termos previstos no Contrato de Cessão, desde que, se notificado pelo o Custodiante ou pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Banco Panamericano não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- vi) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no item 10 acima;
- vii) não pagamento, em até 2 (dois) dias, contados de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, do valor integral da amortização programada de qualquer Cota Sênior;
- viii) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- ix) resilição do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios Cedidos, se houver;
- x) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias do término do respectivo período;
- xi) renúncia do Custodiante;
- xii) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- xiii) ocorrência dos eventos previstos nas alíneas "i" a "x", da cláusula 11.1, do Contrato de Cessão, a seguir relacionados:
  - a) modificação do controle acionário do Banco Panamericano;
  - b) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente no item 10.1 do Contrato de Cessão ao Fundo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa

e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;

- c) comprovação de que o Banco Panamericano tenha reiterada e/ou dolosamente oferecido ao Fundo, Direitos Creditórios em desacordo com os critérios definidos no item 4.1 do Contrato de Cessão;
- d) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- e) caso o Banco Panamericano, qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas se encontre inadimplente no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios acima referidos, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- f) caso tenham sido apresentados para protesto ou tenham sido protestados títulos emitidos pelo Banco Panamericano ou sacados contra o Banco Panamericano, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- g) caso o Banco Panamericano deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;
- h) caso seja ajuizada contra o Banco Panamericano, suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

- i) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens do Banco Panamericano, de suas controladoras ou controladas, de valor superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto; ou
- xiv) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Direitos Creditórios de titularidade do Banco Panamericano;
- xv) não constituição da Reserva de Pagamento nos termos deste Regulamento ou caso os limites estabelecidos no item 18.1 para Reserva de Pagamento não sejam atendidos pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis consecutivos e/ou 10 (dez) dias alternados em um período de 30 (trinta) dias consecutivos;
- xvi) caso, no relatório de verificação a ser elaborado pelo Auditor, constem inexatidões ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Banco Panamericano com relação a 5% (cinco por cento) ou mais dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo desde a última verificação;
- xvii) caso, em cada Período de Verificação, os Direitos Creditórios Cedidos vencidos e não pagos até o prazo de 60 (sessenta) dias atinjam percentual superior a 20% (vinte por cento); e
- xviii) caso a Instituição Administradora entenda que há uma situação de risco relevante em potencial para o Fundo não prevista neste Regulamento.

25.1.1 Sem prejuízo do disposto no item 25.1.2 abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Instituição Administradora convocará imediatamente uma Assembléia Geral, a qual decidirá, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o item 21 acima, se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação do Fundo.

25.1.2 Caso a Assembléia Geral de que trata o item acima delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação do Fundo, a Instituição Administradora observará os procedimentos de que trata o item 21, devendo a Assembléia Geral de que trata o item 25.1.1 acima deliberar sobre os procedimentos envolvendo a liquidação do Fundo.

25.1.3 Caso o Evento de Avaliação não dê causa à liquidação antecipada do Fundo, o Fundo reiniciará o processo de aquisição de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão, sem prejuízo da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos cotistas na Assembléia Geral de que trata o item 25.1.1 acima.

25.1.4 O direito ao recebimento de qualquer pagamento de amortização para os titulares das Cotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até (i) a data da deliberação, pela Assembléia Geral referida no item 25.1.1 acima, de que o referido Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos cotistas na referida Assembléia Geral ou (ii) a data em que todos os valores devidos aos cotistas titulares de Cotas Seniores tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo, caso se decida na referida Assembléia Geral pela liquidação antecipada do Fundo.

25.2 Será convocada Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas:

- i) inobservância, por 5 (cinco) dias úteis consecutivos, da Razão Mínima, caso o Cedente não informe tempestivamente a Instituição Administradora nos termos do item 15.3.2.1 acima, ou ainda na hipótese de o Cedente não desejar subscrever novas Cotas Subordinadas Classe B;
- ii) impossibilidade de aquisição de Direitos Creditórios que preencham os Critérios de Elegibilidade especificados no item 10.1 acima, a fim de atender a Política de Investimento do Fundo;
- iii) pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação (a) ao Cedente; e/ou (b) ao Agente de Recebimento; e/ou (c) à Instituição Administradora; e/ou (d) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
- iv) rescisão do Contrato de Custódia sem a conseqüente substituição por nova instituição prestadora desse serviço no prazo de 30 (trinta) dias;
- v) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação;

- vi) na hipótese de o processo de substituição da Instituição Administradora não observar o disposto no item 8.2 e 8.4 acima;
- vii) na hipótese de a assembléia geral de condôminos não chegar a acordo comum referente à substituição da Taxa DI, na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 (trinta) dias corrido ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal;
- viii) rescisão do Contrato de Cessão; e
- ix) comprovação de que o Banco Panamericano tenha reiterada e/ou dolosamente oferecido ao Fundo, Direitos Creditórios sem lastro.

25.3 Sem prejuízo do item acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a Instituição Administradora imediatamente (i) notificará tal fato aos cotistas e (ii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

25.4 Na hipótese de (i) não instalação da Assembléia Geral por falta de *quorum*, ou (ii) aprovação pelos cotistas sobre a liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

25.5 Na hipótese de a Assembléia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão, o resgate antecipado de suas cotas, conforme regras a serem definidas na Assembléia Geral. Em qualquer hipótese, os Cotistas Dissidentes deverão, desde que o Fundo tenha recursos disponíveis, ter suas cotas resgatadas em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data da Assembléia Geral e as respectivas cotas não serão resgatadas em Direitos Creditórios. O resgate dos Cotistas Dissidentes será pelo valor da Cota Sênior do dia útil do pagamento, calculado na forma do item 19.4.1 acima.

25.6 Caso a Assembléia Geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as cotas do Fundo serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:

- i) a Instituição Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e outros ativos para o Fundo; todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das cotas;

- ii) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores;
- iii) as Cotas Subordinadas Classe A somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores, sendo então pago a cada Cota Subordinada, observado o disposto no item 25.7.2.1, o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo até o limite do valor das Cotas Subordinadas de Classe A, calculado conforme o item 19.4.2 acima; e
- iv) as Cotas Subordinadas Classe B somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A, sendo então pago a cada Cota Subordinada Classe B, observado o disposto no item 25.7.2.1, o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo.

25.6.1 Com o intuito de racionalização do procedimento de resgate de cotas descrito no item anterior, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$500.000,00, exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o integral resgate das Cotas Seniores e/ou Subordinadas.

25.7 Caso no último dia útil do prazo definido na assembléia geral de condôminos para resgate antecipado, a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

25.7.1 Qualquer entrega de Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas do Fundo será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Cotas detido por cada cotista na ocasião e observados os procedimentos definidos neste item 25.

25.7.2 As Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas, sendo que as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Cotas Seniores.

25.7.2.1 Sem prejuízo do disposto no item anterior, as Cotas Subordinadas Classe A terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas Classe B, sendo que as Cotas Subordinadas Classe B somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Cotas Subordinadas Classe A.

25.7.3 Antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos Creditórios aos cotistas do Fundo, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, no 3º (terceiro) dia útil imediatamente anterior ao término do prazo para resgate antecipado, por preço no mínimo equivalente ao valor presente dos Direitos Creditórios Cedidos.

25.7.4 Na hipótese de o Cedente decidir não exercer a faculdade de que trata o item anterior, deverá ser convocada nova assembléia geral de condôminos para deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das Cotas do Fundo ainda em circulação.

25.7.5 Na hipótese de a assembléia geral de condôminos referida no item anterior não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos Creditórios serão dados em pagamento aos titulares das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Classe A será calculada de acordo com a proporção de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Classe A devida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Classe A em circulação à época. Os eventuais Direitos Creditórios remanescentes, não entregues ao condomínio dos titulares de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Classe A, serão entregues aos titulares de Cotas Subordinadas, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo. Feitos tais procedimentos, a Instituição Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

25.7.6 A Instituição Administradora deverá notificar os titulares das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A, (i) para que elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Classe A fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Instituição Administradora perante os cotistas após a constituição do condomínio de que trata o item anterior.

25.7.7 Caso os titulares das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A não procedam à eleição do administrador do condomínio referido no item 25.7.5, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em circulação.

25.7.8 O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos Direitos Creditórios Cedidos e dos respectivos Documentos Comprobatórios pelo prazo improrrogável de 10 (dez) dias (contado da notificação referida no item 25.7.6 acima), dentro do qual o administrador do condomínio indicará à Instituição Administradora e ao Custodiante hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos Creditórios e Documentos Comprobatórios ao mesmo. Expirado este prazo, a Instituição Administradora poderá promover a consignação da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

25.8 A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observado o que dispõe este Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral.

## **26. DISPOSIÇÕES GERAIS**

26.1 Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre a Instituição Administradora, o Custodiante, o Cedente e os cotistas.

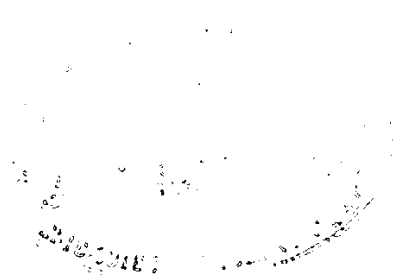
26.2 Para efeitos do disposto nesse Regulamento, entende-se por dia útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriados de âmbito nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não forem dia útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data do referido evento o dia útil imediatamente seguinte.



26.3 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

São Paulo, 23 de agosto de 2007.

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**  
Instituição Administradora



## ANEXO I

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I” constituído em 21 de maio de 2007, pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*

### **GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS TERMOS E EXPRESSÕES UTILIZADOS NO REGULAMENTO DO “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PANAMERICANO VEÍCULOS I”**

Agência Classificadora de Risco	Fitch Ratings Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 1470, cj. 511, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.813.375/0001-33, ou quem vier a lhe suceder.
Agente de Recebimento	O Banco Bradesco, contratado pelo Banco Panamericano por meio de “Convênio de Recebimento e Outras Avenças” ao qual o Fundo, representado pela Instituição Administradora, deverá aderir, respondendo pela prestação dos serviços de recebimento e repasse de valores relativos ao pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos.
Alocação Mínima	Percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo a ser mantido em Direitos Creditórios, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades.
Amortização Compulsória	Amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do

Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à  
Alocação Mínima em Direitos Creditórios.

Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios A soma de todas as aquisições de direitos creditórios realizadas pelo Fundo até se perfazer o montante de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

Assembléia Geral Assembléia geral de cotistas do Fundo.

Auditor KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 57.755.217/0001-29.

Aviso de Desenquadramento Correspondência a ser enviada pela Instituição Administradora ao Banco Panamericano na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por 2 (dois) dias úteis consecutivos, na forma do Anexo IV do Regulamento.

Banco Bradesco Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Yara, S/N, no Núcleo Administrativo "Cidade de Deus", inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12.

Banco Itaú Banco Itaú S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100 – Torre Itáusa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04.

Banco Panamericano ou Cedente

Banco Panamericano S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.240, inscrita no CNPJ/MF sob nº 59.285.411/0001-13, (i) cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo, (ii) contratado pelo Fundo, com a anuência do Custodiante, como fiel depositário dos Documentos Comprobatórios e (iii) contratado pelo Custodiante, com interveniência da Instituição Administradora, como agente cobrador dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos, bem como para recebimento de pagamentos antecipados dos Direitos Creditórios Cedidos ou de valores objeto de renegociação dos Direitos Creditórios Cedidos.

CETIP

Câmara de Custódia e de Liquidação..

CMN

Conselho Monetário Nacional.

Condições Adicionais

São as características dos Direitos Creditórios que, adicionalmente aos Critérios de Elegibilidade, são necessárias para sua aquisição pelo Fundo, cuja observância deverá ser verificada pelo Auditor.

Contratos de Abertura de Crédito

Contratos de empréstimo do Banco Panamericano a pessoas físicas para aquisição de automóveis, motocicletas, ônibus, vans e caminhões e que originarão os direitos de crédito que poderão ser ofertados ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.

Contrato de Cessão

Contrato de promessa de cessão de direitos creditórios por meio do qual o Banco Panamericano (cedente) prometerá ceder Direitos Creditórios originários dos Contratos de Abertura de Crédito ao Fundo (cessionário).

Contrato de Custódia

Contrato firmado entre a Instituição Administradora e o Banco Bradesco, como custodiante, com a interveniência do Banco Panamericano, que contém descrição dos serviços a serem prestados pelo custodiante ao Fundo.

Convênio de Recebimento

“Convênio de Recebimento e Outras Avenças” mediante o qual o Banco Panamericano contratou o Banco Bradesco para a prestação de serviços de recebimento e transferência de valores, e ao qual o Fundo, representado pela Instituição Administradora, deverá aderir.

COSIF

Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil.

Cotas

Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e não são resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral. As cotas do Fundo são divididas em três classes, sênior, subordinada classe A e subordinada classe B.

Cotas Seniores

São aquelas que não se subordinam às

demaís para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

#### Cotas Seniores em Circulação

A totalidade das Cotas Seniores emitidas, excetuadas as Cotas Seniores que eventualmente, por qualquer motivo, se encontrem em tesouraria, ou que sejam pertencentes aos diretores, conselheiros ou acionistas do Cedente e/ou das Partes relacionadas ao Cedente.

#### Cotas Subordinadas

São as Cotas Subordinadas Classe A em conjunto com as Cotas Subordinadas Classe B.

#### Cotas Subordinadas Classe A

São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

#### Cotas Subordinadas Classe B

São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Classe A para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

#### Cotistas Dissidentes

Os Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão da Assembléia Geral de deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, a quem será concedido o resgate antecipado de suas cotas, conforme regras a serem definidas na Assembléia Geral.

#### Crítérios de Elegibilidade

São as características necessárias dos Direitos Creditórios para sua aquisição pelo Fundo, cuja observância deverá ser verificada pelo Custodiante nos termos da

cláusula 10 deste Regulamento e conforme determinação do artigo 38, II, da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001.

Custodiante	Banco Itaú ou quem vier a lhe suceder.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Datas de Amortização de Cotas Seniores	Datas das amortizações programadas das Cotas Seniores, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês.
Datas de Amortização de Cotas Subordinadas Classe A	Datas das amortizações programadas das Cotas Subordinadas Classe A, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês.
Datas de Amortização de Cotas Subordinadas Classe B	Datas das amortizações programadas das Cotas Subordinadas Classe B, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês.
Data de Subscrição Inicial	Data da primeira subscrição e integralização de Cotas do Fundo.
Devedores	Pessoas físicas, devedoras dos Contratos de Abertura de Crédito cujos Direitos Creditórios serão ofertados ao Fundo.
Direitos Creditórios	São direitos de crédito de titularidade legítima e exclusiva do Banco Panamericano, advindos de Contratos de Abertura de Crédito que poderão ser ofertados ao Fundo.
Direitos Creditórios Cedidos	São os Direitos Creditórios cedidos pelo Banco Panamericano ao Fundo por meio da celebração do Termo de Cessão.
Disponibilidades	Compreendem (i) caixa; (ii) depósitos

bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata.

#### Documentos Comprobatórios

São o Contrato de Abertura de Crédito cedidos ao Fundo e a respectiva nota promissória.

#### Eventos de Avaliação

Aqueles definidos no item 25.1 deste Regulamento, cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios bem como convocação imediata de Assembléia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como Evento de Liquidação.

#### Eventos de Liquidação

Aqueles definidos no item 25.2 deste Regulamento, cuja ocorrência enseja a convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos cotistas e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios.

#### Fundo

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I.

#### Instituição Administradora

Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob o n.º 62.418.140/0001-31, ou quem vier a lhe suceder.



Instituições Autorizadas

(i) União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco, (ii) Banco Bradesco S.A., (iii) Banco Itaú S.A., (iv) Banco Itaú BBA S.A., (v) Banco Santander Brasil S.A., (vi) Banco do Brasil S.A., (vii) HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo, (viii) Banco ABN Amro Real S.A., e (ix) Caixa Econômica Federal S.A., ou (xi) outras instituições de primeira linha que venham a ser aprovadas pela Agência Classificadora de Risco e pelos titulares da maioria das Cotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral.

Investidores Autorizados

Investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, bem como fundos de investimento em cotas classificados como "Renda Fixa" e "Multimercado", de acordo com o artigo 112, parágrafo 5º, da Instrução CVM nº 409/04.

Instituição Lider

Itaú BBA.

Itaú BBA

Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Conceição – 9º andar, inscrita no CNPJ sob nº 17.298.092/001-30.

Partes Relacionadas

Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com

tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica.

Período de Verificação

Período de tempo correspondente a um mês-calendário, ao final do qual será apurada a inadimplência da carteira de Direitos Creditórios do Fundo para fins do disposto no item 25.1 "xix" deste Regulamento.

Primeira Emissão

Primeira emissão de Cotas do Fundo.

Razão Mínima

Relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores em Circulação, que será equivalente a 136,66% (cento e trinta e seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento).

Regulamento

Regulamento do Fundo.

Reserva de Liquidez

Soma, equivalente a no mínimo 1 % (um por cento) do patrimônio líquido do Fundo, que deverá ser mantida em Disponibilidades.

Reserva de Pagamento

Reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A.

Série

Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos deste Regulamento e do respectivo Suplemento.

Suplemento

Documento, cujo modelo consta do Anexo VII deste Regulamento, que contém a definição do *spread* ou sobretaxa e que,

uma vez assinado e averbado pela  
Instituição Administradora no registro do  
Regulamento em Cartório de Registro de  
Títulos e Documentos da Cidade de São  
Paulo, constituirá parte integrante deste  
Regulamento.

#### Termo de Cessão

Instrumento mediante o qual os Direitos  
Creditórios advindos dos Contratos de  
Abertura de Crédito são cedidos ao Fundo  
pelo Banco Panamericano, devendo ser  
elaborado de acordo com o modelo do  
Anexo IV do Contrato de Cessão.



## ANEXO II

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I" constituído em 21 DE MAIO de 2007, pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*

### **DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS DE ORIGEM DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DA NATUREZA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS, CONTRATOS OU OUTROS DOCUMENTOS REPRESENTATIVOS DO CRÉDITO, BEM COMO DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO ADOTADA PELO BANCO PANAMERICANO**

#### **1. Natureza**

1.1 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio dos Contratos de Abertura de Crédito, acompanhados, se assim previr o respectivo instrumento particular, de notas promissórias representativas da dívida, cujos modelos foram reproduzidos no Anexo II.

#### **2. Processo de Origem**

2.1 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de Contratos de Abertura de Crédito celebrados entre o Banco Panamericano e os Devedores. Tais empréstimos são concedidos pelo Banco Panamericano por meio de seus correspondentes, contratados nos termos da Resolução nº 3.110, de 31 de julho de 2003, do CMN, que detêm aproximadamente nove mil pontos de venda e de atendimento em todo país.

2.2 Os pontos de venda e atendimento recebem fichas cadastrais padronizadas, contendo informações básicas relativas às pessoas interessadas em contratar empréstimos para financiarem a compra de seus veículos. Tais fichas cadastrais são enviadas aos pontos de venda e atendimento diretamente pelos interessados ou por intermédio de lojas de venda de veículos existentes em todo país. Após o recebimento das fichas cadastrais e transferência dos respectivos dados ao sistema de informações de rede, cada ponto de venda e atendimento envia as fichas, sob forma física ou por meio eletrônico, a uma das centrais de crédito do Banco Panamericano.

#### **3. Política de Concessão de Crédito**

3.1 As centrais de crédito são responsáveis pela análise e aprovação dos créditos a serem conferidos aos potenciais Devedores por meio dos Contratos de Abertura de Crédito. A aprovação do crédito é realizada após a análise conjunta dos seguintes critérios, que compõem a política de concessão de crédito:

- i) checagem do perfil cadastral - análise de informações pessoais, tais como idade, documentação (documento de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF), profissão, rendimentos, residência, bens próprios etc., sempre tendo em vista o valor do empréstimo solicitado;
- ii) valor do empréstimo *versus* garantia prestada - análise ponderada do montante que se pretende emprestar em relação ao valor da garantia prestada;
- iii) “credit scoring” – aplicação da fórmula de natureza estatística que atribui posição na escala de inadimplência a, por exemplo, pessoa física, de acordo com perfil cadastral contido em banco de dados do setor financeiro; e
- iv) referências bancárias, pessoais e comerciais - pesquisa perante pessoas e/ou instituições relacionadas a aspirantes a Devedores (bancos, familiares, superiores de trabalho), cuja principal finalidade é a comprovação de informações fornecidas pelos próprios interessados.

#### 4. Responsabilidade

4.1 O Banco Panamericano é o único responsável pela originação, existência e correta formalização dos Direitos Creditórios Cedidos, bem como pela sua exigibilidade e certeza de seu valor. O Custodiante e a Instituição Administradora não respondem pela solvência, originação, existência, liquidez ou certeza dos Direitos Creditórios Cedidos.

### ANEXO III

6º OFICIAL DE REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Microfilmado sob nº 1498448

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I" constituído em 21 de maio de 2007, pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*

#### MODELO DE "CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO - VEÍCULOS"





## CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO - VEÍCULOS

Origem	Avalista	Cheque/Carnê	Contrato Nº
Credido			
CPF/CNPJ	RG	Fone	
Endereço	CEP	Cidade	UF
End. Corresp	CEP	Cidade	UF
Avalista	Telefone	CPF/CNPJ	RG
<b>DADOS DA OPERAÇÃO</b>			
Linha	Plano	Modalidade	Vr. TEC
Valor Financiado	Vr. TAC	Dívida/Ant	Vr. Parcelas
Valor Total do Contrato	Taxa Mensal	Taxa Anual	Atualização Monetária
Veículo/Modelo	Ano/Modelo	Cor	Combustível
Placa	Bem <input type="checkbox"/> Novo <input type="checkbox"/> Usado	OBS	Chassi
Seguro com cobertura Consequente	Valor do Prêmio do Seguro	Valor das Parcelas do Prêmio do Seguro	Nº Parcelas do Prêmio
Assistência Veicular não Financiada	Valor e Número das Parcelas de Assistência Veicular	Valor Total da(s) Parcela(s) Financiada(s) + Assistência Veicular	

O BANCO fica expressamente autorizado a informar os dados relativos à todas as obrigações assumidas pelo CREDITADO, junto ao BANCO, para constarem de cadastros compartilhados pelo BANCO com instituições conveniadas para tanto, administradas pela SERASA ou por outras entidades de proteção ao crédito. O BANCO e tais outras instituições ficam expressamente autorizados a disponibilizar e intercambiar entre si informações sobre obrigações contraídas pelo CREDITADO, bem como a consultar o Sistema de Central de Risco do Banco Central do Brasil o que é de utilidade aos seus interesses. ( ) Não concordo com esta cláusula. O CREDITADO declara também que está ciente que o BANCO deve fornecer ao Banco Central do Brasil, informações sobre a presente operação, ou seja, dívida a vencer, vencidas e registradas como prejuízo. Para facilitar futuras compras, solicito e autorizo a emissão, do Cartão PanClub sem anuidade, do PanAmericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda, cujo contrato está registrado no R.T.D. e/ou Cartão PanAmericano Visa e/ou PanAmericano Mastercard, do Banco PanAmericano S.A., cujo contrato está registrado no 3º R.T.D. ( ) Não desejo receber os Cartões. Caso a emissão dos cartões sejam aprovadas pela empresa emissora, será(ão) enviado(s) cópia(s) do(s) respectivo(s) contrato(s). Declaro estar ciente e de acordo com as cláusulas e condições descritas no verso, registrados no 3º R.T.D.

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CLIENTE - Grande São Paulo e Capitais de Estados Tel. 4004-8686 - Outras localidades Tel. 0800 707 8686

Local e Data:

\_\_\_\_\_  
Credido(a)

\_\_\_\_\_  
Banco PanAmericano

\_\_\_\_\_  
Avalista

\_\_\_\_\_  
Testemunha 1

\_\_\_\_\_  
Testemunha 2

02.213-6 - Bts 25x5 - Metaling 1ª via - (Branca) - Formalização/Veículos 2ª via - (Verde) - Despachante/Detran 3ª via - (Rosa) - Senasa 4ª via - (Azul) - Filial 5ª via - (Amarela) Credido

### LEIA COM ATENÇÃO

- Somente assine o presente contrato se você leu e entendeu todas as cláusulas e disposições do presente.
- Pagando sempre em dia, nos vencimentos você não incorrerá em multas, honorários e despesas referidas na cláusula 15, nem estará sujeito a procedimentos judiciais e ter seu nome incluído no SPC - Serviço de Proteção ao Crédito.
- Efetue pagamentos somente nos locais indicados pelo BANCO.

### CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

4

CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO que emite e formaliza o BANCO PANAMERICANO S/A, CNPJ nº 07.295.917/0001-12, com sede na Av. Paulista, 2240 - S.P. e o CREDITADO identificado no anverso, observadas as cláusulas e condições seguintes:

- 01 - O BANCO abre em favor do CREDITADO, um crédito certo e determinado, no valor, prazo, vencimento, finalidade e demais indicações constantes do anverso, ficando convenicionado que o BANCO fica desde logo autorizado a efetuar o pagamento do valor líquido financiado, diretamente à vendadora. Caso o CREDITADO tenha optado pelo financiamento total ou parcial do prêmio de seguro, fica o BANCO autorizado a pagar o valor líquido do prêmio de seguro financiado, diretamente à seguradora. Caso tenha ainda o CREDITADO optado pela contratação da assistência veicular, que não está sendo financiada pelo BANCO, fica o CREDITADO ciente que o BANCO repassará os valores recebidos do CREDITADO, diretamente a empresa contratada.
- 1.1. - O BANCO não se responsabiliza por vícios ou defeitos nos bens ou pela qualidade dos serviços prestados.
- 02 - Sobre o crédito aberto, incidirão as taxas e os encargos previstos no anverso.
- 2.1. Nos créditos concedidos com encargos pós fixados, incluirão, a partir desta data, juros e atualização monetária à taxa indicada no anverso, convertida em taxa diária com base nos dias úteis de cada mês, calculada dia a dia, ou atualização monetária calculada dia a dia sobre o saldo devedor atualizado do mesmo. Na hipótese dos índices adotados serem extintos será adotado o índice oficial que vier a substituir. Se não houver, serão aplicados os índices que o BANCO praticar para essa modalidade operacional.
- 2.2. Na hipótese de serem emitidos carnês para pagamento, conforme opção do CREDITADO, este estará sujeito ao pagamento da Taxa de Emissão do Carnê - TEC, discriminada no anverso, a qual será cobrada por folha de carnê emitido.
- 03 - O CREDITADO pagará o valor do crédito concedido e seus respectivos encargos, acrescido do valor referente a assistência veicular, conforme opção feita pelo CREDITADO no anverso, em parcelas, com valores, vencimentos e quantidades indicados no anverso, nas dependências do BANCO, ou em outros locais que lhe forem indicados.
- 2.3. O CREDITADO poderá a qualquer tempo, efetuar a quitação antecipada de qualquer parcela ou do saldo devedor integral do contrato. Nessa hipótese, o CREDITADO estará sujeito ao pagamento de uma tarifa de liquidação antecipada, no valor vigente à época da liquidação, conforme tabela divulgada pelo BANCO.
- 04 - Uma vez que o presente financiamento tem por objetivo a aquisição do veículo mencionado no preâmbulo e que o mesmo estará alienado fiduciariamente ao Banco Panamericano S/A, o CREDITADO concorda sem qualquer restrição que o beneficiário do seguro em caso de sinistro, seja o Banco Panamericano S/A.
- 05 - O CREDITADO declara estar ciente e de acordo com as condições do seguro contratado e previstas na Apólice de Seguro da Seguradora.
- 06 - O CREDITADO concorda expressamente que a cobrança do financiamento do veículo, do prêmio total do seguro e das parcelas da assistência veicular, caso tenha contratada, sejam feitos em um único carnê de pagamento. Caso o financiamento do prêmio do seguro seja parcial, o CREDITADO declara estar ciente que as parcelas devidas diretamente à seguradora, serão por elas cobradas através de carnê de sua própria emissão.
- 07 - Fica o CREDITADO ciente que somente poderá cancelar o seguro contratado, durante o prazo a que se referir a vigência do mesmo e que a assistência veicular poderá ser cancelada a qualquer tempo, junto a empresa contratada.
- 08 - Em caso de cancelamento da contratação do seguro, nos termos da cláusula 07 retro, o CREDITADO obriga-se a comunicar o BANCO, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, obrigando-se nessa hipótese, a comparecer ao BANCO para assinar novo contrato, com o saldo devedor somente do financiamento do veículo.
- 8.1. No caso de cancelamento da assistência veicular, o CREDITADO deverá comunicar o BANCO com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, através de correspondência devidamente protocolada no BANCO.
- 8.2. Na hipótese das cláusulas 08 e 09, fica o CREDITADO ciente que incorrerá nas despesas mencionadas na cláusula 09 abaixo.
- 09 - Na hipótese de cancelamento do seguro, durante o prazo a que se referir à vigência da parcela financiada, fica o CREDITADO ciente, que será cobrada uma taxa de cancelamento, conforme tabela vigente no BANCO, a título de despesas com a confecção de novo contrato, além da Taxa de Emissão de Carnê (TEC), então em vigor, além de arcar o CREDITADO com as despesas de liberação e alienação do veículo objeto do presente contrato.
- 9.1. - Na hipótese de cancelamento da assistência veicular, o CREDITADO fica ciente que está sujeito ao pagamento de nova Taxa de Emissão de Carnê (TEC), em vigor na ocasião.
- 10 - Em caso de cancelamento do seguro, fica o CREDITADO obrigado ao pagamento do valor correspondente ao período de cobertura do seguro.
- 11 - Em garantia do crédito concedido e do cumprimento de todas as suas obrigações aqui contraídas, o CREDITADO emite e entrega ao BANCO, uma nota promissória no valor total do seu saldo devedor, devidamente avalizada pelo INTERVENIENTE AVALISTA, com vencimento à vista, prazo de apresentação de 5 (cinco) anos, contados da data da emissão, a qual será imediatamente exigida na hipótese de inadimplemento contratual, pelo saldo devedor em aberto, com as características de liquidez e certeza para os efeitos do artigo 586 do Código do Processo Civil.
- 12 - Também comparece ao presente contrato o INTERVENIENTE, com sua assinatura no anverso, na qualidade de garantidor solidário, anuindo expressamente a todos os termos contratuais e responsabilizando-se solidariamente e de forma incondicional com o CREDITADO por todas as obrigações por este último assumidas, principais e acessórias.
- 13 - O CREDITADO declara haver recebido da vendadora o veículo descrito no anverso e para assegurar e garantir o integral cumprimento de todas as obrigações assumidas neste contrato, o CREDITADO entrega esse(s) bem(ns) ao BANCO, em alienação fiduciária nos termos do art. 66 da Lei 4.728/65, com a redação conferida pelo Decreto-Lei 911/69 e outros diplomas legais posteriores, transmitindo ao BANCO o domínio e a posse indireta, restando consigo a posse direta do(s) bem(ns), com os encargos e responsabilidades civis e penais de fiel depositário, nos termos da legislação vigente. Declara o CREDITADO estar perfeitamente ciente que deve guardar e zelar pelo(s) bem(ns) e de que não poderá vender, permutar, dar em pagamento, locação e garantia, emprestar ou a qualquer título ceder para terceiros o(s) bem(ns) alienado(s) fiduciariamente, SOB PENA DE INCORRER NAS SANÇÕES DO ART. 171, PARÁGRAFO 2º, I, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.
- 14 - Além das hipóteses previstas em lei, o presente contrato terá o seu vencimento automaticamente antecipado, independentemente de qualquer notificação de caráter judicial ou extrajudicial, englobando parcelas vencidas e vincendas que serão imediatamente exigíveis, caso o CREDITADO não venha a cumprir qualquer obrigação pactuada.
- 15 - O não cumprimento de qualquer das obrigações contratadas pelo CREDITADO, acarretará ao mesmo, as seguintes penalidades: a.) multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do saldo devedor da(s) prestação(ões) atrasada(s), corrigido e atualizado monetariamente; b.) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre os valores corrigidos; c.) comissão de permanência nas mesmas taxas cobradas pelas instituições financeiras nas mesmas operações de crédito na época; d.) despesas efetivadas com procedimento de cobrança, ou sejam, aquelas efetivamente havidas com tal procedimento, especialmente honorários de advogados à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor devido na cobrança extrajudicial, e, se na esfera judicial, 20% (vinte por cento) sobre o saldo devedor total.
- 15.1. Fica o CREDITADO ciente, que na hipótese de serem dados cheques para pagamento, e esses não forem compensados, para a devolução do(s) mesmo(s), pelo BANCO ao CREDITADO, será cobrada uma tarifa, no valor divulgado pelo BANCO.
- 16 - Fica o BANCO autorizado pelo CREDITADO e pela INTERVENIENTE, sem prévio aviso, a vender, ceder, transferir ou caucionar os direitos e garantias decorrentes do contrato.
- 17 - O CREDITADO está ciente e concorda que para abertura do crédito em seu favor, o BANCO necessita analisar seu histórico financeiro, consultar, elaborar e/ou atualizar seus dados cadastrais, bem como adotar as demais formalidades cabíveis, pelo que será devida a Tarifa de Abertura de Crédito - TAC sendo ainda, de responsabilidade do CREDITADO todas as despesas, demais despesas deste contrato, bem como todos os tributos que incidem ou venham a incidir sobre a operação de financiamento, especialmente o Imposto de Operações Crédito - IOC.
- 17.1. - O valor do IOF foi calculado com base no principal (ou valor presente) de cada prestação, conforme estabelece o decreto nº 2.219 de 02.05.97 e instrução normativa nº 47 de 20.05.97 e implica na utilização de amortizações mensais decrescentes.
- As partes elegem o foro central da Comarca e Capital de São Paulo, para dirimir as questões resultantes do presente contrato, podendo o BANCO, no entanto, optar pelo foro do domicílio do creditado.

Testemunhas

São Paulo, 03 de julho de 2006.

BANCO PANAMERICANO S/A



#### ANEXO IV

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I" constituído em 21 de maio de 2007, pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*

#### **DESCRIÇÃO DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, INCLUSIVE INADIMPLENTES**

1. Os pagamentos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos serão creditados em conta transitória mantida pelo Agente de Recebimento que, nos termos do Convênio de Recebimento, efetuará a segregação dos recursos recebidos para repassá-los ao Fundo e ao Cedente.

1.1 As etapas da cobrança efetuada pelo Banco Panamericano são a seguir descritas:

- i) em até 5 (cinco) dias após a celebração do Contrato de Abertura de Crédito, o Devedor recebe, pelo correio, boletos de pagamento relativos a todas as parcelas devidas até a quitação do financiamento;
- ii) o Devedor recebe um telefonema contendo uma mensagem gravada para confirmação do recebimento dos boletos de pagamento;
- iii) até a data de vencimento, o boleto de pagamento pode ser pago em qualquer instituição integrante do Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis;
- iv) para os Direitos Creditórios Cedidos cuja cobrança foi contratada junto ao Banco Bradesco, após a data de vencimento do respectivo título e até 15 (quinze) dias após tal data, os boletos de pagamento somente poderão ser pagos nas agências do Banco Bradesco ou nas agências e estabelecimentos de correspondentes bancários do Banco Panamericano; e
- v) após o prazo de 15 dias, contado da data de vencimento do título, a cobrança do título passará a ser conduzida pelo Banco Panamericano, contratado pelo Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, para os serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplentes.

2. O Banco Panamericano foi contratado pelo Fundo para efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos junto aos Devedores inadimplentes.

2.1 O procedimento adotado pelo Banco Panamericano para cobrança dos Devedores inadimplentes é o descrito a seguir, sendo as eventuais despesas de cobrança suportadas pelo Fundo:

- i) verificado atraso superior a 10/15 dias no pagamento das parcelas do empréstimo, os Devedores são contatados por serviço terceirizado de cobrança ou “contact center”, que visa a renegociação do empréstimo e/ou a cobrança amigável da dívida;
- ii) os Devedores que permanecem inadimplentes após os procedimentos acima descritos são notificados extrajudicialmente para que paguem as parcelas do empréstimo em atraso, sob pena de serem tomadas as medidas judiciais cabíveis;
- iii) em caso de inércia dos Devedores até o final do prazo de 45 dias, contado da data de vencimento do pagamento das parcelas do empréstimo, a conduta adotada é a de informar o fato aos órgãos de proteção ao crédito, tais como SPC e SERASA, para inscrição do Devedor inadimplente;
- iv) após a inscrição dos nomes dos Devedores inadimplentes no referido sistema, uma empresa de cobrança contratada pelo Banco Panamericano empreende nova tentativa de negociação com tais Devedores, com o fim de obtenção dos valores em atraso, extrajudicialmente; e
- v) caso não se obtenha êxito na cobrança extrajudicial, os valores em atraso são cobrados judicialmente, por meio de escritório de advocacia contratado pelo Banco Panamericano.

## ANEXO V

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I” constituído em 21 de maio de 2007, pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*

### MODELO DE AVISO DE DESENQUADRAMENTO

#### “AVISO DE DESENQUADRAMENTO

*A Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Instituição Administradora”), na qualidade de instituição administradora do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I” (“Fundo”), vem notificar o Banco Panamericano S.A. (“Banco Panamericano”) a respeito do desenquadramento, por 2 (dois) dias úteis consecutivos, da Razão Mínima (conforme definida no regulamento do Fundo), verificado em (DATAS DE DESENQUADRAMENTO).*

*O Banco Panamericano deverá responder este Aviso de Desenquadramento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja, a seu exclusivo critério, integralizar ou não novas Cotas Subordinadas Classe B. Caso deseje integralizar novas Cotas Subordinadas Classe B, deverá se comprometer de modo irretratável e irrevogável a prontamente subscrever Cotas Subordinadas Classe B em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para reenquadramento da Razão Mínima, integralizando-as à vista, em moeda corrente nacional, por meio de depósito em conta corrente de titularidade do Fundo.*

*Na hipótese de o Banco Panamericano não responder tempestivamente este Aviso de Desenquadramento na forma do parágrafo anterior, ou ainda na hipótese de o Banco Panamericano não desejar subscrever novas Cotas Subordinadas Classe B, será observado o disposto no item 25.2 “i” do regulamento do Fundo.*

*Atenciosamente,*

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.”**

## ANEXO VI

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I” constituído em 21 de maio de 2007, pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*

### FÓRMULA DE CÁLCULO DO VALOR A SER DISTRIBUÍDO PARA AS COTAS SENIORES

1. Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores será correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo (“Taxas DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa definido no processo de coleta de intenções (*bookbuilding*) e informado no Suplemento, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, a partir da data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, e incorporados ao valor de cada Cota Sênior ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

1.1 Define-se:

- i) Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para distribuição de resultados imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista da distribuição de resultados correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da cota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:
  - a) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; e

- b) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

1.2 O cálculo do valor a ser distribuído a cada Cota Sênior, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$Re = (VCse \times FatorDI)$$

onde:

Re = valor apurado a ser distribuído a cada Cota Sênior no final de cada Período de Capitalização, calculado com 7 (sete) casas decimais sem arredondamento;

VCse = valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 7 (sete) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorDI = é o fator correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, capitalizada do início do período de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, acrescido do *spread* definido no processo de coleta de intenções (*bookbuilding*) e informado no Suplemento, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$FatorDI = \left[ \left( 1 + TDI \right) \times \left( 1 + \frac{Spread}{100} \right)^{\frac{n}{252}} \right] - 1, \text{ onde:}$$

*Spread* = *spread* ou sobretaxa definido no processo de coleta de intenções (*bookbuilding*) e informado no Suplemento, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

*n* = número de dias úteis compreendidos em cada período de capitalização.

TDI é o fator calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, sendo:

$$TDI = \prod_{K=1} \left( \frac{\text{Taxa DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

k = 1, 2, ..., e

Taxa DI<sub>k</sub> é a Taxa DI expressa ao ano, utilizada com 2 (duas) casas decimais, válida para o dia “k” imediatamente anterior à data de cálculo, divulgada pela CETIP.

1.3 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista neste Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Instituição Administradora, mediante aviso aos cotistas, a Instituição Administradora deverá convocar Assembléia Geral para definir o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembléia Geral.

## ANEXO VII

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I" constituído em 21 de maio de 2007, pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*

### FÓRMULA DE CÁLCULO DO VALOR A SER DISTRIBUÍDO PARA AS COTAS SUBORDINADAS CLASSE A

1. Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam e após a distribuição dos rendimentos descritos no Anexo V deste Regulamento para as Cotas Seniores, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Subordinadas Classe A será correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, incidente sobre o valor nominal da Cota Subordinada Classe A, ou seu saldo não amortizado, a partir da data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, e incorporados ao valor de cada Cota Subordinada Classe A ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

1.1 Define-se:

- i) Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para distribuição de resultados imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista da distribuição de resultados correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da cota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:
  - a) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; e

- b) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

1.2 O cálculo do valor a ser distribuído a cada Cota Subordinada Classe A, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$Re = (VCsub \times FatorDI)$$

onde:

Re = valor apurado a ser distribuído a cada Cota Subordinada Classe A no final de cada Período de Capitalização, calculado com 7 (sete) casas decimais sem arredondamento;

VCsub = valor da Cota Subordinada Classe A, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 7 (sete) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorDI = é o fator correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, capitalizada do início do período de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, acrescido de um *spread* ou sobretaxa de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$FatorDI = \left[ (1 + TDI) \times \left( 1 + \frac{2,25\%}{100} \right)^{\frac{n}{252}} \right] - 1, \text{ onde:}$$

TDI = é o fator calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, sendo:



$$TDI = \prod_{K=1}^n \left( \frac{\text{Taxa DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

k = 1, 2, ..., e

Taxa DI<sub>k</sub> é a Taxa DI expressa ao ano, utilizada com 2 (duas) casas decimais, válida para o dia “k” imediatamente anterior à data de cálculo, divulgada pela CETIP.

n = número de dias úteis compreendidos em cada período de capitalização.

1.3 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista neste Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Subordinadas Classe A, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Instituição Administradora, mediante aviso aos cotistas, a Instituição Administradora deverá convocar Assembleia Geral para definir o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembleia Geral.

a

## ANEXO VIII

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I” constituído em 21 de maio de 2007, pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*

### MODELO DE SUPLEMENTO DE SÉRIE DE COTAS SENIORES

#### “SUPLEMENTO DA [ORDINAL POR EXTENSO] SÉRIE DE COTAS SENIORES

1. O presente documento constitui o suplemento (“Suplemento”) referente às Cotas Seniores emitidas nos termos do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I”, registrado sob o nº [COMPLETAR] no [COMPLETAR]º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, do qual este Suplemento é parte integrante (“Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº [COMPLETAR] e administrado por **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob o n.º 62.418.140/0001-31.

2. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento, Cotas Seniores da [ORDINAL POR EXTENSO] Série no valor de R\$[COMPLETAR] ([COMPLETAR]) cada, na data da primeira subscrição de Cotas Seniores da presente Série (“Data de Subscrição Inicial”). Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade de Cotas Seniores a ser inicialmente emitida, desde que observado o limite máximo de [COMPLETAR] Cotas Seniores desta Série.

3. O *spread* ou sobretaxa a ser acrescido à variação percentual acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, base 252 dias úteis será de [.], base 252 dias úteis.

4. A partir do [COMPLETAR] ([COMPLETAR]) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a respectiva Data de Subscrição Inicial, sempre no(s) dia(s) [COMPLETAR] ([COMPLETAR]) de cada mês (“Data de Amortização”) e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da [ORDINAL POR EXTENSO] Série serão amortizadas em [COMPLETAR] ([COMPLETAR]) pagamentos [PERIODICIDADE], nos

4

termos da cláusula 17 do Regulamento.

5 A data de pagamento da última parcela de amortização das Cotas Seniores corresponderá à data do resgate de tais cotas.

6. Os termos definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado a eles atribuído no Regulamento.

7. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento.

8. O presente Suplemento deverá ser averbado no registro do Regulamento no [COMPLETAR] Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo.”



*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I" constituído em 21 de maio de 2007, pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*

**CRITÉRIOS DE VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS POR  
AMOSTRAGEM**

1. A verificação do lastro por amostragem será realizada pelo Custodiante, que deverá observar os seguintes parâmetros:
  - i) em conformidade com as boas práticas nacionais (Norma Brasileira de Contabilidade nº 11, do Conselho Federal de Contabilidade) e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Comprobatórios, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;
  - ii) para seleção da amostragem, emprega-se a técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (*software* ACL), que permite ao auditor utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre toda a carteira de Direitos Creditórios, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra:
    - a) Grau de Confiança: 95%; sendo que "Grau de Confiança" é o percentual que o auditor confia de que o número de erros na carteira analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável; e
    - b) Limite de Erro Tolerável: 5%; sendo que "Limite de Erro Tolerável" é o erro máximo na carteira analisada que o auditor está disposto a tolerar e, ainda assim, concluir que o resultado da amostra atingiu o objetivo da verificação; o Limite de Erro Tolerável é considerado durante o planejamento dos trabalhos; quanto menor o erro tolerável, maior deve ser o tamanho da amostra;
  - iii) se o auditor espera que a carteira de Direitos Creditórios analisada contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior,

para concluir que o erro real da população não exceda o Limite de Erro Tolerável;

- iv) a amostra irá refletir 1% (um por cento) da população, limitado ao máximo de 70 (setenta) contratos. Por exemplo, para um universo de 5.000 (cinco mil) contratos, o auditor verificará 50 (cinquenta) contratos (amostra correspondente a 1% (um por cento) da população);
- v) a amostra é determinada pela auditoria, nos termos do item 1 “iv” acima, considerando como critérios:
  - a) a seleção dos dez maiores valores que compõem a carteira de recebíveis do Fundo, no período selecionado; e
  - b) a seleção aleatória dos demais contratos que comporão a amostra.
- vi) na primeira auditoria, a base da amostragem compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Para as demais, a base da amostragem abrangerá os Direitos Creditórios adquiridos após a última avaliação;
- vii) em uma nova auditoria, caso o Fundo não tenha feito novas aquisições de Direitos Creditórios, a base de amostragem será a mesma do período anterior.

2. Na análise física dos Contratos de Abertura de Crédito celebrados entre o Cedente e o respectivo Devedor, a análise dos Documentos Comprobatórios será feita com o objetivo de verificação dos seguintes itens:

- i) se o número do Contrato de Abertura de Crédito confere com a planilha das amostras analisadas (“Planilha de Amostra”);
- ii) se o número do CPF do Devedor no Contrato de Abertura de Crédito confere com a Planilha de Amostra;
- iii) se o nome do Devedor no Contrato de Abertura de Crédito confere com a Planilha de Amostra;

- iv) se a data de vencimento das parcelas do Contrato de Abertura de Crédito confere com a Planilha de Amostra;
- v) se o número de parcelas cedidas ao Fundo é igual ou menor que o número de parcelas do Contrato de Abertura de Crédito e confere com a Planilha de Amostra;
- vi) se o valor total cedido ao Fundo é igual ou menor ao valor do Contrato de Abertura de Crédito e confere com a Planilha de Amostra;
- vii) se consta assinatura do Devedor no Contrato de Abertura de Crédito;
- viii) se consta assinatura do representante do Cedente no Contrato de Abertura de Crédito;
- ix) se constam as assinaturas de 2 (duas) testemunhas identificadas com nome e CPF no Contrato de Abertura de Crédito;
- x) se o local e data de assinatura estão preenchidos no Contrato de Abertura de Crédito;
- xi) se existem cópias de documentos de identidade anexos; e
- xii) se existe cópia do documento do veículo que comprove a alienação do veículo ao Banco Panamericano.



## ANEXO X

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento Consolidado do “Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I” constituído em 21 de maio de 2007, pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*

### MODELO DO RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO A SER ELABORADO PELO AUDITOR

“A [DESTINATÁRIO]

[DATA DE EMISSÃO DO RELATÓRIO]

*Conforme previsto em nossa proposta de prestação de serviços datada de [DATA], realizamos revisão especial das condições adicionais relativas a cada direito creditório [CEDIDO/A SER CEDIDO] ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I, a partir da leitura de uma base de dados fornecida pelo [BANCO PANAMERICANO S.A./BANCO ITAÚ S.A.]*

*Nossa revisão especial consistiu da aplicação de determinados procedimentos pré-acordados a seguir relacionados, com o propósito de verificar a observância das condições adicionais dos direitos creditórios [A SEREM CEDIDOS/CEDIDOS] ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I pelo Banco Panamericano S.A., conforme previsto no item 7.7 do Regulamento do Fundo.*

#### **Escopo de nossos trabalhos**

*Nossos trabalhos foram realizados por meio da execução dos seguintes procedimentos pré-acordados, procedimentos estes definidos em conjunto com representantes do Banco Panamericano S.A. (“Cedente” ou “Banco Panamericano”) e do Banco Itaú S.A. (“Custodiante”):*

**[COMPLETAR COM OS PROCEDIMENTOS QUE SERÃO EFETUADOS PELA KPMG]**

#### **Outras informações**

*Enfatizamos que este trabalho de revisão especial não representa uma auditoria contábil conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Caso houvéssemos executado procedimentos adicionais*

*previstos conforme as referidas normas de auditoria, outros assuntos poderiam ter sido objeto de análise.*

*Os nossos trabalhos foram executados no período de [PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS] e basearam-se na carteira de direitos creditórios do Banco Panamericano S.A. em [DATA BASE DA REVISÃO]. Conforme acordado com V.Sas., não foi necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório, nem temos a obrigação de atualizar este relatório.*

*Este relatório é de uso exclusivo da administração do Banco Panamericano S.A. e do Banco Itaú S.A. no processo de cessão de recebíveis ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I e não deve ser utilizado para nenhum outro propósito.*

*Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.*

*Atenciosamente,*

**[NOME DO RESPONSÁVEL]**

**Sócio"**



4

2



## ANEXO XI

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento Consolidado do “Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I” constituído em 21 de maio de 2007, pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*

### CONTRAPRESTAÇÃO E FÓRMULA DE CÁLCULO DO PREÇO DE CESSÃO

A contraprestação pelos Direitos Creditórios Cedidos, devida pelo Fundo, será calculada de acordo com a fórmula abaixo e especificada nos respectivos Termos de Cessão:

$$PA = \sum_{i=1}^n \frac{VNi}{FDi}$$

onde:

PA Preço de cessão do Direito Creditório “i”;

VNi Valor nominal do Direito Creditório “i” objeto de cessão; e

FDi Fator de Desconto do Direito Creditório “i”, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$FDi = \left[ \left( 1 + TDI \cdot i \right)^{\frac{dui}{252}} \times \left( 1 + \frac{2,3\%}{100} \right)^{\frac{dui}{252}} \right]$$

onde:

dui Número de dias úteis compreendido entre a data de aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório “i”, exclusive; e

TDI cotação da Taxa DI futura na respectiva Data de Aquisição, referente a Contratos de Abertura de Crédito com prazo de vencimento mais próximo à Faixa de Vencimento, constante do Anexo IV ao Contrato de Cessão, a que pertence o respectivo *dui*, negociada e divulgada pela Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F.

✓

✓

**6º** OFICIAL DE REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Microfilmado sob nº **1498448**



(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## **ANEXO II**

*Este Anexo é parte integrante do “Prospecto da Distribuição de Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I”*

### **INFORMAÇÕES SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS COTAS SENIORES E COTAS SUBORDINADAS CLASSE A**

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

Crédito Direto ao Consumo/Brasil  
Relatório Analítico

## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I – Série 2007-1

### Ratings

Emissão Classe	Montante BRL mi	Vencimento Final	Rating Atual
Sênior 1ª Série	300,0	Jun./2010	AA(bra)
Subordinada Classe A	50,0	Jun./2010	BBB+(bra)
Subordinada Classe B	60,0	Jun./2010	NA

bra – Escala Nacional para o Brasil. NA – Não Avaliada.

### Analistas

#### Finanças Estruturadas

Jayne D. Bartling  
55 21 4504-2600  
jayne.bartling@fitchratings.com

Bernardo Costa  
55 11 4504-2600  
bernardo.costa@fitchratings.com

#### Instituições Financeiras

Pedro Gomes  
55 11 4504 2600  
pedro.gomes@fitchratings.com

### Fundamentos do Rating

Esta transação é uma securitização de direitos creditórios oriundos de Créditos Diretos ao Consumidor (CDC) concedidos pelo Banco Panamericano S.A. (BP) a pessoas físicas para aquisição de veículos novos e usados. A Fitch Ratings atribuiu o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA(bra)' à primeira série de cotas seniores a ser emitida pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Veículos I (FIDC Panamericano) em montante nominal de até BRL300,0 milhões. Em conjunto, foi atribuído o Rating Nacional de Longo Prazo 'BBB+(bra)' à primeira série de cotas subordinadas classe A em montante nominal de até BRL50,0 milhões.

O rating atribuído à primeira série de cotas seniores reflete a capacidade de pagamento integral e pontual do principal acrescido da taxa benchmark de rendimento do CDI, acrescido da taxa anual de 0,75%.

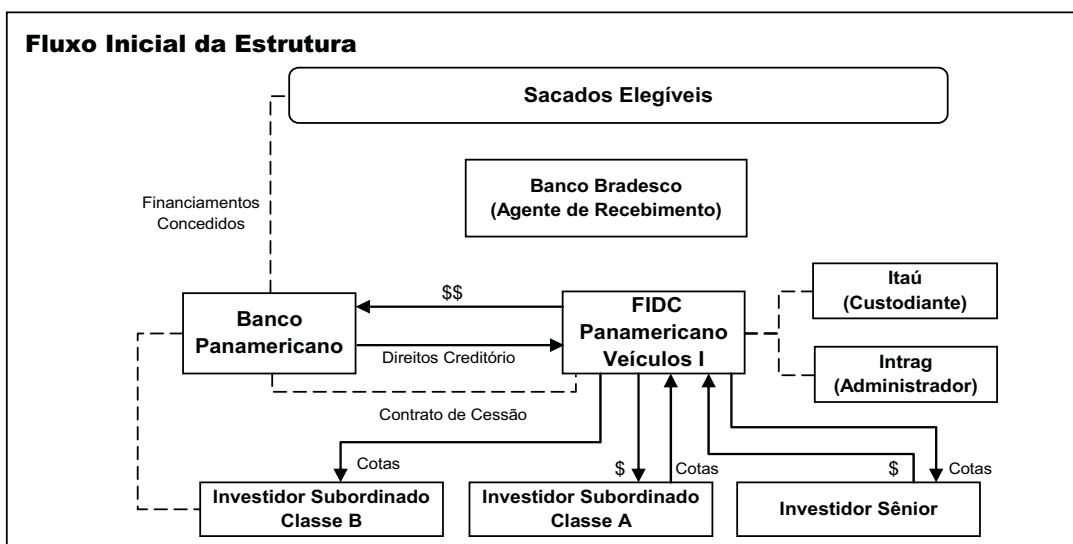
O rating atribuído à primeira série de cotas subordinadas de classe A reflete a capacidade de pagamento integral do principal acrescido da taxa benchmark de rendimento, até o seu vencimento final. A taxa benchmark de rendimento para esta classe será com base de CDI, acrescido da taxa de 2,25% ao ano.

Na escala de classificação de risco da Fitch, os ratings atribuídos a esta emissão de cotas seniores e cotas subordinadas classe A pelo FIDC Panamericano são comparáveis a qualquer rating de crédito nacional para emissões de renda fixa atribuídos pela Fitch, sejam estas emitidas por instituições financeiras, empresas ou outra emissora.

O rating atribuído baseia-se, principalmente, nos seguintes fatores:

- Para as cotas seniores, o reforço de crédito inicial consiste de 26,8% na forma de subordinação através das cotas subordinadas classes A e B, em relação ao patrimônio líquido (PL) do fundo. Adicionalmente, será gerado um spread excedente bruto de aproximadamente 4,3% ao ano, que será utilizado para absorver, em primeira instância, a inadimplência e a perda dos direitos creditórios;
- Para as cotas subordinadas classe A, o reforço de crédito inicial é de 14,6% na forma de subordinação através das cotas subordinadas classe B, não avaliadas pela Fitch. A agência estima o spread excedente bruto disponível para a classe A em 2,5% ao ano;

29 de Agosto de 2007



- Nas estimativas da Fitch, o fundo irá adquirir direitos creditórios de contratos de financiamento por BRL410,0 milhões, sendo equivalente a 117% do valor presente pela taxa contratual de, aproximadamente, BRL350,8 milhões destes direitos creditórios. Este ágio de BRL59,1 milhões é resultado de antecipação de receita financeira futura ao cedente;
- A perda bruta histórica observada até o momento, em conjunto com projeções elaboradas pela Fitch que estimam uma perda sob cenário base de 6,0%, e o nível histórico de pré-pagamento, considerado baixo;
- A segregação do fluxo de pagamentos dos direitos creditórios pertencentes ao fundo das demais cobranças do BP;

A franquia madura do BP no nicho de CDC Veículos com comportamento da inadimplência da carteira do originador permanecendo estável ao longo do histórico observado.

### ■ Resumo da Estrutura

O emissor é um Fundo de Investimento de Direitos Creditórios (FIDC) de condomínio fechado com prazo determinado de sessenta meses, a partir da primeira subscrição e integralização de cotas, que ocorreu em 27 de junho de 2007. O objetivo principal do fundo é conceder aos cotistas uma participação indivisível nos direitos creditórios, atendendo aos critérios relevantes de elegibilidade. A Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Intrag) é responsável pela administração e gestão do fundo, enquanto o Banco Itaú S.A. (Itaú) foi contratado para exercer as funções de custódia dos ativos. A cobrança dos direitos creditórios será realizada pelo Banco Bradesco S.A. (Bradesco).

Ademais, o BP fará cobrança dos direitos creditórios inadimplidos. Além desta primeira emissão de cotas seniores, o fundo está previamente autorizado a realizar emissões subsequentes de cotas seniores, possuindo taxas e prazos iguais.

Para esta primeira emissão, as cotas seniores terão prazo de 36 meses. Após um período de carência de 12 meses, serão amortizados o principal em rendimento acumulado das cotas em base mensal até seu vencimento final em 16 de junho de 2010.

As cotas subordinadas classes A e B terão prazos e cronograma de amortização de principal e rendimentos acumulados iguais aos das cotas seniores. Entretanto, as cotas subordinadas serão amortizadas, findo o período de carência, à medida que seja mantida a razão mínima de garantia (i.e. subordinação) equivalente a 26,8% do PL do fundo. No caso do somatório das cotas subordinadas classes A e B ser inferior a razão mínima de garantia por dois dias úteis consecutivos, o administrador irá notificar imediatamente o cedente de tal desenquadramento, solicitando, a seu exclusivo critério, para realizar subscrição de novas cotas subordinadas classe B, sendo integralizadas em moeda corrente ou direitos creditórios elegíveis. Caso contrário, o administrador irá tomar as medidas definidas nos eventos de avaliação, conforme descrito mais diante. Essa verificação será diária.

### Partes da Transação

**Cedente:** Banco Panamericano S.A. (F2(bra)/BBB+(bra))

**Administrador:** Intrag DTVM Ltda.

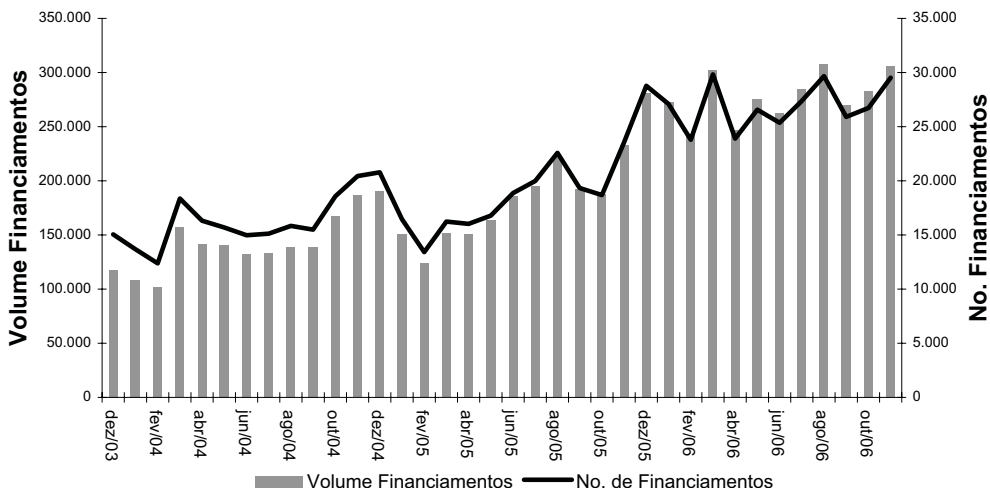
**Custodiante :** Banco Itaú S.A. (F1+(bra)/AA+(bra))

**Agente de Recebimento:** Banco Bradesco S.A.

**Agente de Cobrança dos Atrasos:** BP

**Produção de Financiamentos**

(Somatório das Parcelas)



Fonte: KPMG

**Reserva de Pagamento**

O administrador será responsável pela constituição e manutenção de reserva de pagamento, visando prover liquidez para as amortizações programadas das cotas seniores e subordinadas classe A. Portanto, deverá obedecer aos seguintes patamares de manutenção do saldo da reserva:

Dias Corridos Anteriores	% Próxima Amortização
60	50%
30	100%

A reserva de pagamento será verificada diariamente pelo administrador, podendo interromper novas aquisições de direitos creditórios no caso de desenquadramento da mesma. Os recursos desta reserva serão aplicados em ativos financeiros elegíveis, exclusivamente títulos públicos federais e de emissão do Banco Central (Bacen), portanto, consistentes com a categoria de rating atribuída às cotas seniores.

Além da reserva de pagamento, o administrador irá manter, a qualquer momento, 1% do PL do fundo em disponibilidades na forma de reserva de liquidez.

**Ordem de Prioridade de Pagamento**

A partir da primeira subscrição de cotas pelo fundo, será observada, pelo administrador e gestor, a seguinte ordem de prioridade de alocação de recursos dos recebimentos dos direitos creditórios:

- Pagamento e/ou provisionamento de encargos e despesas relativos à administração do fundo;

- Pagamento integral da amortização programada das cotas seniores;
- Constituição e reposição da reserva de pagamento;
- Pagamento da amortização de cotas subordinadas classe A, observada a razão mínima de garantia (26,8% do PL do fundo) e outras condições previstas no regulamento do fundo;
- Pagamento da amortização de cotas subordinadas classe B, observada a razão mínima de garantia (26,8% do PL do fundo) e outras condições previstas no regulamento do fundo;
- Pagamento da aquisição de novos direitos creditórios elegíveis.

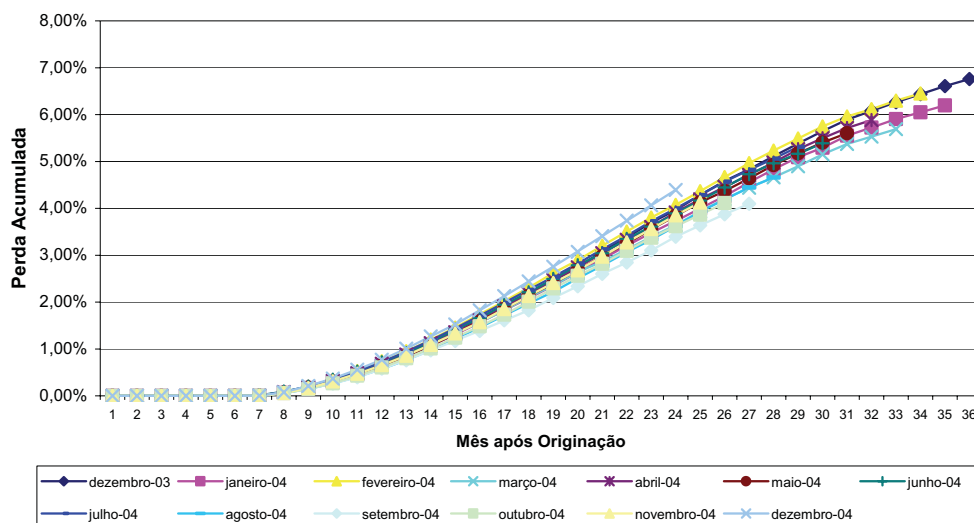
No evento de liquidação antecipada citado adiante, os recursos do fundo passarão a ser alocados na seguinte ordem de prioridade:

- Pagamento e/ou provisionamento de encargos e despesas relativos à administração do fundo;
- Pagamento/resgate integral das cotas seniores em circulação de ambas as séries emitidas;
- Pagamentos/resgate integral das cotas subordinadas classe A em circulação;
- Pagamentos/resgate integral das cotas subordinadas classe B em circulação;



**Perda Acumulada por Safra de Originação**

(Soma de Parcelas Vencidas e Não Pagas 180+ Dias)



Fonte: KPMG. Elaboração: Fitch Ratings

**■ Critérios de Elegibilidade**

O colateral a ser adquirido pelo fundo consiste de contratos de financiamento e de crédito para aquisição de veículos novos e usados. Os veículos objetos dos financiamentos poderão ser leves, pesados ou motocicletas. Estes contratos de financiamento serão submetidos aos seguintes critérios de elegibilidade, que serão verificados pelo custodiante anteriormente à sua aquisição:

- Os direitos creditórios deverão ser celebrados entre BP e devedores, com prazo de, no máximo, 48 meses e taxa de juros prefixada;
- O contrato de financiamento possui como garantia alienação fiduciária do veículo;
- Somatório dos direitos creditórios devidos por um único sacado não represente mais de 0,25% do PL do fundo;
- O sacado, não deverá apresentar qualquer registro de inadimplência no Cadastro de Cheques sem Fundos (CCF) ou na Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. (Serasa);
- O sacado não deverá apresentar outros direitos creditórios vencidos e não pagos de titularidade do fundo.

Os direitos creditórios também deverão respeitar certas condições adicionais, cuja prestação será do cedente e serão verificadas periodicamente por auditor independente:

- O financiamento deve corresponder a, no máximo, 90% do valor do veículo alienado fiduciariamente;
- Os direitos creditórios deverão decorrer da totalidade das parcelas vincendas de cada contrato de financiamento, não admitindo cessão parcial do financiamento;

O fundo também deverá manter limites máximos de concentração por tipo de veículo como segue:

Tipo Veículo	% Concentração Máximo do PL
Veículo Leve	75%
Veículo Pesado	20%
Motocicleta	50%

**■ Originação**

**Banco Panamericano S.A.**

Os Ratings Nacionais do BP refletem a longa experiência em crédito ao consumo; a aceitável qualidade de crédito, condizente com o setor de atuação; e as sinergias com o Grupo Silvio Santos (GSS), bem posicionado em seus nichos de mercado, cuja imagem e vínculo beneficiam a captação do banco, reconhecido como parte estratégica deste. Após a emissão da dívida subordinada, houve grande melhora no seu índice de capitalização, mas os ratings ainda são influenciados pela política de alta alavancagem do banco.

A Fitch atribuiu os Ratings Nacionais de Longo e Curto Prazo, respectivamente, 'BBB+(bra)' e 'F2(bra)', com Perspectiva Estável, ao BP. A Perspectiva Estável do BP reflete a expectativa da

Fitch de que o banco mantenha performance satisfatória e alavancagem e liquidez aceitáveis, compatíveis com seu perfil de risco. Após autorização do Bacen, em novembro de 2006, classificou a dívida subordinada como capital Nível 2, melhorando os índices de capitalização para 16,9% (11,05% em setembro de 2006) e de alavancagem de crédito (incluindo as cessões com coobrigação) para ainda altos 6,1 vezes o PL (10,0 vezes em setembro de 2006). Segundo o banco, a capitalização permanecerá acima de 15%, com a utilização de cessões, principalmente sem coobrigação. A Fitch continua atenta a estes índices, podendo haver ajustes nos ratings do BP caso a capitalização e a alavancagem volte aos patamares anteriores.

A forte liquidez nos mercados tem favorecido os bancos brasileiros, principalmente os pequenos e médios, desde meados de 2005. Assim como vários pares, o BP tem tido amplo acesso ao funding internacional, inclusive captando USD125mi de dívida subordinada em 2006, beneficiando fortemente sua capitalização e liquidez, anteriormente apertadas e motivos de preocupação por parte da Fitch. A agência acredita que uma abertura de capital, processo adotado por vários pares, também beneficiaria sua capitalização. Por outro lado, embora considere este projeto factível, entende que sua realização depende de um ambiente econômico saudável. Além disso, por fazer parte de um grupo com considerável volume de operações relacionadas, seriam necessários mais estudos para implementação desse processo no BP que em seus pares.

A Fitch acredita que o BP procuraria o suporte do GSS, cuja holding, Silvio Santos Participações, possui Rating Nacional de Longo Prazo 'BBB+(bra)'. No entanto, como representa cerca de 50% do PL e 60% do lucro do GSS e a empresa de capitalização, a maior geradora de caixa do grupo, não pode aplicar recursos no BP pelas regras locais, a Fitch considera o apoio do grupo possível, mas não certo. O Relatório Analítico com os detalhes em relação ao perfil de crédito do BP está disponível no site [www.fitchratings.com.br](http://www.fitchratings.com.br).

## Dados Financeiros

Banco Panamericano S.A.

	31/12/2006	31/12/2005
Total de Ativos (USD mi)	1.731,4	1.147,9
Total de Ativos (BRL mi)	3.700,4	2.686,2
Patrimônio (BRL mi)	521,5	437,7
Lucro Líquido (BRL mi)	98,3	75,3
ROA (%)	3,1	3,1
ROE (%)	20,5	19,5
Patrimônio/Ativos (%)	14,1	16,3

Fonte: Panamericano

## ■ Cobrança/Liquidação

Para os direitos creditórios oriundos de financiamentos de veículos cedidos ao fundo, os pagamentos serão feitos mediante certos procedimentos de cobrança estabelecidos. Em até cinco dias da data de concessão do crédito, o BP irá emitir e enviar, via correio, os boletos de cobrança referente às todas as parcelas devidas. Os boletos serão registrados no Bradesco, na qualidade de agente de cobrança, podendo ser pago em qualquer instituição financeira integrante do sistema de compensação de cheques e outros papéis até o seu vencimento. De um a 15 dias da data de vencimento, pode ser pago somente em agências do banco registrador do boleto ou correspondentes bancários do BP. Após este período, a cobrança dos direitos creditórios inadimplidos será da responsabilidade do BP, pelo qual irá adotar os seguintes procedimentos:

- Através de serviço terceirizado, inicia-se as tentativas de cobrança amigável da dívida e/ou renegociação;
- O devedor é notificado extrajudicialmente, por escrito;
- Com 45 dias de atraso, o inadimplimento pelo devedor é informado ao órgão de proteção de crédito;
- Empresa terceirizada de cobrança, contratada pelo BP, exerce nova tentativa de cobrança extrajudicial da dívida;
- Sem sucesso dos meios extrajudiciais de cobrança, o BP iniciará, aos custos do fundo, a cobrança judicial através de escritório de advocacia especializado.

## ■ Amortização Antecipada/Liquidação

Na ocorrência de certos eventos, o administrador convocará assembléia de cotistas para deliberar se tal evento é ou não motivo para amortização/liquidação antecipada das cotas. Caso seja decidido que sim, será providenciada pelo administrador os procedimentos de liquidação. Nestes procedimentos, a ordem de prioridade de pagamentos será alterada, suspendendo a aquisição de novos direitos creditórios e amortizações de cotas subordinadas classe A e B, direcionado os recebimentos de caixa para liquidação das cotas seniores ainda em circulação.

## Eventos de Avaliação

Os eventos de avaliação específicos incluem:

- Rebaixamento do rating inicial atribuído às cotas seniores;
- Caso o percentual de recebimento dos pagamentos dos direitos creditórios cedidos, até

a data de vencimento do respectivo título, nas agências e estabelecimentos de correspondentes bancários do BP, ultrapassar 10 %;

- Não pagamento, em até dois dias, contados de cada data de amortização de cotas seniores, do valor integral da amortização de qualquer cota sênior;
- Amortização das cotas subordinadas em desacordo com a prevista em regulamento;
- Caso a taxa DI de qualquer dia útil seja 130% superior a taxa DI do dia útil anterior;
- Ocorrência de qualquer evento de revisão, nos termos definidos no contrato de cessão;
- Não constituição da reserva de pagamento ou caso os limites estabelecidos para reserva de pagamento não sejam atendidos pelo prazo de cinco dias úteis consecutivos e/ou dez dias alternados em um período de trinta dias consecutivos;
- Caso o administrador verifique que atrasos até sessenta dias dos direitos creditórios do fundo estejam superior a 20%;

#### **Eventos de Liquidação Antecipada**

Os eventos de liquidação antecipada específicos incluem:

- A assembléia de cotistas delibere que um evento de avaliação constitui evento de liquidação;
- Pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação (a) ao BP; (b) aos agentes de recebimento; (c) ao administrador; ou (d) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
- Resilição do contrato de custódia sem a conseqüente substituição por nova instituição prestadora desse serviço no prazo de trinta dias;
- Inobservância, por cinco dias úteis consecutivos, da razão mínima de garantia.

Se for declarado evento de liquidação antecipada, o regime de amortização das cotas passará de pro rata para seqüencial. Deste modo, todos os recebimentos dos direitos creditórios serão utilizados prioritariamente para resgate integral das cotas seniores. Após o resgate integral das cotas seniores, as cotas subordinadas classe A serão resgatadas integralmente, ficando quaisquer recebimentos ou direitos creditórios remanescentes a serem direcionados para as cotas subordinadas classe B.

## **■ Análise do Fluxo de Caixa**

### **Análise do Colateral**

Para derivar uma expectativa de cenário base para a perda acumulada da carteira de direitos creditórios que lastreia esta respectiva série de cotas seniores, a Fitch analisou dados estatísticos por safra de origem do BP, entre junho de 2003 e novembro de 2006, elaborados pela KPMG Auditores Independentes (KPMG). O uso de dados estatísticos por safra de origem fornece uma estimativa mais adequada de perdas acumuladas líquidas de quaisquer recuperações, comparadas às estatísticas consolidadas de performance da carteira, visto que os efeitos diluidores de crescimento da carteira são removidos.

A respeito do período observado, o volume de produção mensal de contratos de financiamento de veículos vem crescendo de forma expressiva. O patamar de produção mensal atingiu BRL275 milhões em maio de 2006, contra BRL163 milhões em maio de 2005, com maior concentração nas regiões Sudeste e Sul, notadamente destacado o Estado de São Paulo, em linha com sua forte franquia no estado. O prazo médio ponderado da carteira é de trinta meses e indica tendência de aumento em vista o elevado crescimento da carteira nos últimos 12 meses em operações de até 36 meses.

A carteira apresenta-se historicamente pulverizada com parcela média acima de BRL300 e valor médio financiado próximo a BRL6 mil. O baixo valor dos contratos é, em parte, explicado pela elevada concentração da carteira em motos até 350 CC, responsável por 41% dos contratos originados pelo BP. A idade média da carteira é relativamente baixa, 5,5 anos. Isto segue em linha com a estratégia do banco em originar financiamentos advindo de aquisição de veículos mais novos.

A análise das safras de origem observadas nos últimos 36 meses indicam suave tendência de melhora na performance de pagamento. Todavia, pode-se incorrer em distorção em vista que as safras mais recentes, onde ocorreu maior volume de origem, ainda não completaram sua maturidade. O patamar de perda bruta, antes de qualquer recuperação, considerado pela Fitch em sua análise de fluxo de caixa, foi de 6,0% para direitos creditórios vencidos e não pagos acima de 180 dias.

### **Reforço de Crédito**

Para atingir ratings nacionais elevados é necessário um reforço de crédito para proteger os investidores seniores contra perdas realizadas em função da deterioração na performance dos direitos creditórios lastreantes. Fatores que poderão afetar a performance dos direitos creditórios lastreantes de financiamento

de veículos incluem: deterioração no processo de concessão de crédito do BP; interrupção ou transferência de serviço de cobrança; turbulências econômicas; e níveis de recuperação sobre veículos retomados abaixo do esperado.

O reforço total de crédito de 31,1% para as séries de cotas seniores consiste de uma subordinação inicial de 26,8% e spread excedente bruto de 4,3%. O spread excedente bruto é definido como a rentabilidade bruta da carteira deduzida da remuneração das cotas seniores e despesas do fundo. O spread excedente bruto é disponibilizado para assegurar que, caso ocorram inadimplências e perdas, o valor nominal das cotas subordinadas não será afetado de imediato. O valor líquido dessa margem será incorporado às cotas subordinadas e poderá retornar à cedente mensalmente na forma de amortização. Para essa transação, a Fitch considera disponível um spread excedente bruto de 4,3% a.a. Para calcular a estimativa de spread excedente bruto, os direitos creditórios serão adquiridos a uma taxa da cessão equivalente a CDI de 12,0% a.a., acrescido de 2,3%.

#### **Cota Sênior - Spread Excedente Bruto**

Taxa Média Contratual Anualizada	30,3%
(a) Taxa de Cessão Anualizada (CDI + 2,3%)	14,3%
(b) Rendimento Cota Sênior (CDI+1,0% x 73,2% do PL)	(9,5%)
(c) Despesas Operacionais	(0,5%)
(a+b+c) Spread Excedente Bruto	4,3%

O fundo irá adquirir os direitos creditórios a taxa de cessão inferior à taxa contratual, resultando em um preço de aquisição de BRL410,0 milhões, sendo equivalente a, aproximadamente, 117% do valor presente dos direitos creditórios. Entretanto, utilizando um prazo médio ponderado de 30 meses e taxa média contratual de 30,3% a.a., o saldo devedor de principal da carteira de direitos creditórios no início do fundo foi estimado em BRL350,8 milhões. A diferença destes valores, de BRL59,1 milhões, representa o ágio pago pela aquisição da carteira, ou seja, receita financeira antecipada ao cedente. Ao considerar esta antecipação em relação ao reforço de crédito disponível, o reforço de crédito inicial do fundo seria ajustada de 26,8% para 14,5%.

#### **Cota Sub. Classe A – Spread Excedente Bruto**

Taxa Média Contratual Anualizada	30,3%
(a) Taxa de Cessão Anualizada (CDI + 2,3%)	14,3%
(b) Rendimento Cota Sênior (CDI+1,0% x 73,2% do PL)	(9,5%)
(c) Rendimento Cota Sub. Classe A (CDI+2,25% x 12,2% do PL)	(1,7%)
(d) Despesas Operacionais	(0,5%)
(a+b+c+d) Spread Excedente Bruto	2,5%

#### **Fluxo de Caixa**

A Fitch desenvolve seu próprio modelo de fluxo de caixa simulado para aplicar em cada transação analisada. Diferentes cenários de estresse são incorporados ao modelo de fluxo de caixa para avaliar o efeito dos riscos inerentes da transação, tal como a deterioração da performance dos ativos poderia refletir no fluxo de caixa da carteira frente aos compromissos para os cotistas seniores. Através do modelo de fluxo de caixa, a Fitch constituiu um cenário base, simulado para a emissão desta primeira série de cotas seniores, e utilizou as seguintes premissas:

- Subscrição integral de cotas seniores e subordinadas classe A e B em montante de BRL300,0 milhões BRL50,0 milhões e BRL60,0 milhões, respectivamente, no primeiro mês vigência do fundo;
- Prazo médio de vencimento por contrato de 30 meses;
- Aquisição pelo fundo dos direitos creditórios a taxa de cessão equivalente a, aproximadamente, 50% da taxa média contratual de juros dos financiamentos ofertados. Neste caso, foi utilizada a taxa média contratual de juros de 2,23% a.m., sendo adquirido pelo fundo com ágio a taxa de cessão de 1,12% a.m.;
- Utilização de taxa benchmark de CDI de 12,0% ao ano, acrescida de 1,0% para pagamento da cota sênior, mantida constante ao longo do prazo das cotas seniores;
- Índice anualizado de pré-pagamento dos financiamentos que varia entre 2,0% e 16,0% da safra de originação;
- Com base nas informações históricas de desempenho da carteira do BP, a Fitch concluiu um cenário base de perda bruta acumulada de 6,0%, sendo o percentual do saldo original de contratos com parcelas vencidas e não pagas há mais de 180 dias em relação ao saldo original dos contratos originados.

As premissas foram submetidas aos diversos cenários de estresse e como resultado obtivemos o reforço de crédito necessário e condizente com a categoria de rating atribuída.

Estes cenários contemplaram elevações da taxa DI a níveis resultando em evento de avaliação e em cenários sem acionar este evento. Em ambos os cenários, o valor nominal das cotas subordinadas foi amortizado até o vencimento final das cotas seniores.

#### **Risco de Desvio de Pagamentos**

Nesta operação, este risco é mitigado pelas medidas estruturais de cobrança, celebradas entre as partes, que visam segregar os pagamentos pertencentes do

fundo aos do cedente. No caso desta primeira série, todas as cobranças serão realizadas via boleto bancário e centralizadas em uma conta corrente mantida no Itaú.

#### **Descasamento da Taxa de Juros**

Os direitos creditórios adquiridos são ativos financeiros que rendem uma taxa prefixada, fazendo frente ao rendimento pós-fixado das cotas seniores e cotas subordinadas classe A do fundo. Além da volatilidade da taxa de juros atrelada às cotas, esta exposição de descasamento de taxas é também influenciada pelo prazo dos direitos creditórios. Para as cotas seniores, este risco está mitigado pelo spread excedente bruto e subordinação das cotas subordinadas classes A e B, dentro da categoria de rating atribuído. Para as cotas subordinadas classe A, este risco está mitigado pelo spread excedente bruto disponível após o rendimento das cotas seniores e pela subordinação das cotas subordinadas classe B, dentro da categoria de rating atribuído.

#### **■ Considerações Legais**

A Fitch entende que a estrutura legal do fundo é sólida e que uma eventual decretação da falência da cedente dos direitos creditórios não comprometeria a titularidade dos direitos creditórios. A Fitch solicitou, e recebeu, parecer legal ressaltando que, no evento de decretação da falência ou intervenção do cedente, os direitos creditórios cedidos e transferidos da cedente para o fundo constituirão uma cessão perfeita e acabada e não um empréstimo com garantia de direitos creditórios. Portanto, ressalta que, neste caso, os direitos creditórios de titularidade do fundo não deverão ser incorporados à massa falida ou ao processo de intervenção.

#### **■ Monitoramento**

A Fitch irá monitorar o perfil creditício da transação em base regular ou conforme justificado pelos acontecimentos. Esse monitoramento garante que os ratings atribuídos permaneçam, na opinião da agência, como um reflexo apropriado do risco de crédito das cotas emitidas.

Copyright © 2007 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd., Fitch Ratings Brasil Ltda. e suas subsidiárias. One State Street Plaza, NY, NY 10004. Telefone: 1-800-753-4824, (212) 908-0500. Fax: (212) 480-4435.

Proibida a reprodução, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Todas as informações aqui contidas baseiam-se em dados obtidos de emissores, outros coobrigados, underwriters e de outras fontes que a Fitch acredita serem confiáveis. A Fitch não audita ou verifica a veracidade ou precisão de quaisquer destas informações. Em consequência, as informações prestadas neste relatório são fornecidas "no estado", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não seja o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não está envolvida na oferta ou venda de qualquer título. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações montadas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes, em conexão com a venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados, suspensos ou retirados, a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento sobre investimentos de qualquer tipo. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a um determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxação sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e underwriters para avaliar os títulos. Estes honorários geralmente variam entre US\$1.000 e US\$750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável), por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou um determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por uma determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de US\$10.000 a US\$1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercado, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

### **ANEXO III**

*Este Anexo é parte integrante do “Prospecto da Distribuição de Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I”*

#### **RELATÓRIO DA KPMG RELATIVO À CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO BANCO PANAMERICANO, ORIGINADOS DE CONTRATOS DE ABERTURA DE CRÉDITO**

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)





RISK ADVISORY SERVICES

# Banco Panamericano S.A.

Relatório Preliminar Relativo a Procedimentos Pré-acordados  
Data-base 30 de Abril de 2007

ADVISORY

AUDIT - TAX - ADVISORY





**KPMG Risk Advisory Services Ltda.**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel  
Fax Nacional  
Internacional  
Internet

55 (11) 2183-3000  
55 (11) 2183-3001  
55 (11) 2183-3034  
www.kpmg.com.br

Ao  
**Banco Panamericano S.A.**  
São Paulo - SP

12 de maio de 2007

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, apresentamos nosso trabalho de revisão especial sobre a carteira de recebíveis do Banco Panamericano S.A. ("Panamericano" ou "Cedente"), representada por operações de financiamento para aquisição de automóveis leves e pesados, envolvendo a alienação fiduciária dos bens objeto de financiamento.

**As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pelo Banco Panamericano S.A. para o período compreendido entre 1º de maio de 2004 a 30 de abril de 2007. Indicamos ainda neste relatório as fontes das demais informações apresentadas.**

Não empreendemos nenhum trabalho adicional para estabelecer a confiabilidade nos dados disponibilizados, além dos procedimentos indicados neste relatório. Tais procedimentos foram definidos com representantes do Grupo Estruturador e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados mais adequados às suas necessidades.

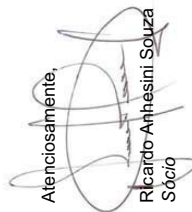
Nossos trabalhos foram realizados no período de 30 de maio a 12 de junho de 2007 e basearam-se na situação da carteira de recebíveis em 30 de abril de 2007 e no sistema de controles internos vigentes durante a execução de nossos trabalhos.

Conforme acordado com V.Sas., não foi julgada necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório.

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Os procedimentos por nós realizados foram definidos em conjunto com representantes do Banco Panamericano S.A., e foram limitados em natureza e extensão, aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às suas necessidades.

Agradecemos o apoio da gerência das empresas integrantes do Banco Panamericano S.A. no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários..

Atenciosamente,

  
Ricardo Anhesini Souza  
Sócio

  
Pedro Vitor Zago  
Diretor

KPMG Risk Advisory Services Ltda. uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça.

KPMG Risk Advisory Services Ltda. is a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International, a Swiss cooperative.

## Objetivos do Trabalho e Base para Preparação

### Objetivos do Trabalho

- Confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características demográficas e à performance da carteira de recebíveis, para um período histórico de 36 meses, compreendido entre 1º de maio de 2004 e 30 de abril de 2007; e
- Levantar e obter entendimento dos fluxos de origemação e cobrança desses recebíveis e verificar sua aderência às políticas estabelecidas pelo Banco Panamericano S.A. ("Banco" ou "Cedente") originador dos recebíveis, com base em testes por amostragem.

### Base para Preparação

- Os procedimentos pré-acordados que formaram o escopo de nossos trabalhos foram estabelecidos em conjunto com representantes do Banco e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às necessidades da operação.
- As informações contidas neste relatório, relativas às características demográficas dos recebíveis e de sua performance de pagamentos, foram executadas por meio da leitura e da compilação de uma base de dados fornecida pela área de Tecnologia do Banco Panamericano, compreendendo operações de financiamento para aquisição de automóveis leves e pesados, envolvendo a alienação fiduciária dos bens objeto de financiamento, para o período compreendido entre 1º de maio de 2004 e 30 de abril de 2007.
- Para fins de mensuração da performance de pagamentos por parte dos financiados foram definidos, de comum acordo com representantes do Banco, critérios para a apuração dos percentuais de inadimplência no pagamento de faturas por parte destes financiados, que representariam indicativos de desempenho, sendo estas:
  - Aging de pagamentos: o aging de pagamentos apresenta os recebimentos ocorridos, bem como os volumes financeiros vencidos e não liquidados, ambos segregados por faixas de prazos. Este prazo de recebimento considera a diferença entre a data de vencimento da parcela do financiamento e a data de pagamento pelo consumidor;
  - Pool Estático: Apresenta o percentual de adimplência da carteira de recebíveis, segregada por safra de origemação, considerando-se as parcelas vincendas em cada ciclo mensal e o seu efetivo pagamento dentro do respectivo ciclo;
- As informações contidas neste relatório, relativas às políticas e aos procedimentos de crédito e cobranças dos recebíveis, foram obtidas por meio de procedimentos de indagação e observação, bem como levantamento dos fluxos de origemação e cobrança desses recebíveis e verificação de sua aderência às políticas estabelecidas internamente por meio de testes por amostragem.

## Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Ricardo Anhesini Souza  
Sócio  
Tel: +55 11 2183-3141  
Fax: +55 11 2183-3001  
rsouza@kpmg.com.br

Pedro Vitor Zago  
Diretor  
Tel: +55 11 2183-3290  
Fax: +55 11 2183-3001  
pzago@kpmg.com.br

### Página

Objetivos do Trabalho e Base para Preparação	3
<b>Apresentação da Carteira de Recebíveis</b>	<b>5</b>
Descrição do Processo de Revisão	28
Sumário Executivo	30
Descrição do Processo de Crédito e Cobrança	32



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KDMS 23.645). KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis Procedimentos Realizados

Os procedimentos pré-acordados que constituiram o escopo de nossos trabalhos, seguem apresentados abaixo, bem como as referências para as devidas informações apresentadas neste relatório:

- **Análises Demográficas**
  - Distribuição do volume mensal de contratos originados;
  - Distribuição do volume mensal de contratos originados por região geográfica e por categoria de veículo;
  - Distribuição do volume financeiro e da quantidade de contratos por prazo médio das operações; e
  - Distribuição dos recebíveis por faixas de valor, para fins de apuração de concentração de operações.
- **Análises de Pontualidade e Performance de Pagamentos**
  - Cálculo do prazo médio de atraso e respectivos desvios-padrão;
  - Distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos na data-base de nossos trabalhos; e
  - Distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos, segregados pelos respectivos meses de origem (Pool estático),
- **Levantamento dos procedimentos para contratação, monitoramento, arrecadação e cobrança dos direitos creditórios por parte do Banco Panamericano S.A e teste de sua eficácia por meio de procedimentos de simulação, efetuados com base em testes por amostragem;**
- **Reconciliação dos arquivos fornecidos pela Área de Tecnologia do Banco Panamericano S.A., com os respectivos saldos contábeis, na data-se de nossos trabalhos;**



## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

### Distribuição do Volume e da Quantidade de Contratos no Período

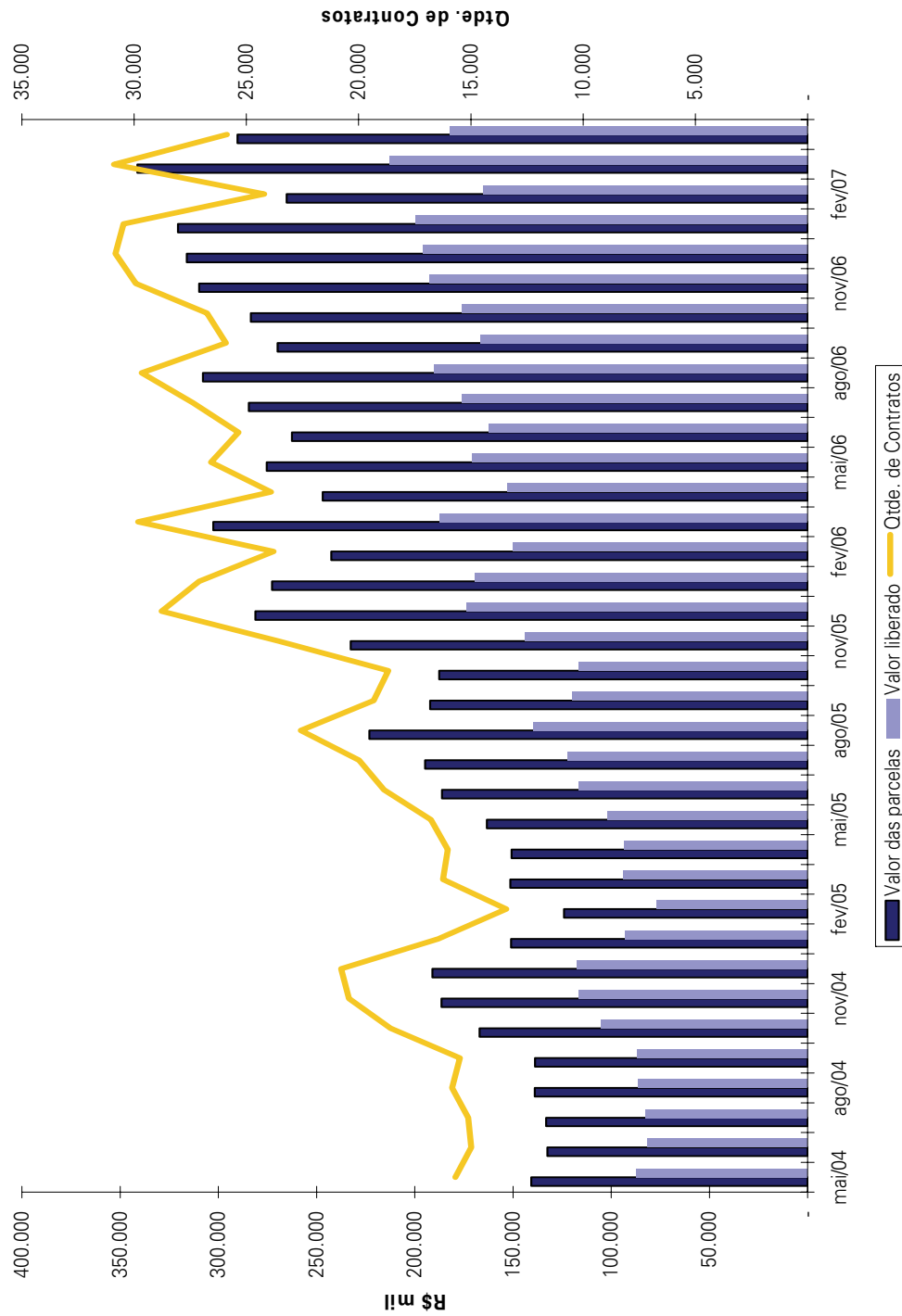
Origem	Σ do valor das parcelas - R\$(000)		%	Valor Liberado - R\$(000)		Quantidade de Contratos		%
	montante de operações de crédito em volume financeiro e quantidade de contratos							
mai/04	140.680	1,7%		87.146	1,7%	15.694	1,9%	
jun/04	132.435	1,6%		81.671	1,6%	14.979	1,9%	
jul/04	133.167	1,7%		82.355	1,6%	15.119	1,9%	
ago/04	138.844	1,7%		86.182	1,7%	15.832	2,0%	
set/04	138.750	1,7%		86.970	1,7%	15.487	1,9%	
out/04	166.977	2,1%		105.239	2,1%	18.583	2,3%	
nov/04	186.394	2,3%		116.670	2,3%	20.436	2,5%	
dez/04	190.957	2,4%		117.421	2,3%	20.784	2,6%	
jan/05	150.957	1,9%		93.006	1,9%	16.459	2,0%	
fev/05	124.056	1,5%		76.655	1,5%	13.422	1,7%	
mar/05	151.355	1,9%		93.804	1,9%	16.237	2,0%	
abr/05	150.730	1,9%		93.409	1,9%	16.028	2,0%	
mai/05	163.321	2,0%		101.725	2,0%	16.779	2,1%	
jun/05	186.196	2,3%		116.475	2,3%	18.873	2,3%	
jul/05	194.743	2,4%		122.231	2,4%	19.984	2,5%	
ago/05	223.084	2,8%		139.545	2,8%	22.576	2,8%	
set/05	192.219	2,4%		119.966	2,4%	19.330	2,4%	
out/05	187.487	2,3%		116.374	2,3%	18.685	2,3%	
nov/05	232.654	2,9%		143.837	2,9%	23.568	2,9%	
dez/05	281.137	3,5%		173.769	3,5%	28.781	3,6%	
jan/06	272.623	3,4%		169.295	3,4%	27.105	3,4%	
fev/06	242.466	3,0%		150.010	3,0%	23.787	3,0%	
mar/06	302.575	3,8%		187.275	3,7%	29.826	3,7%	
abr/06	246.890	3,1%		152.867	3,1%	23.902	3,0%	
mai/06	275.383	3,4%		170.714	3,4%	26.574	3,3%	
jun/06	262.514	3,3%		162.214	3,2%	25.354	3,1%	
jul/06	284.478	3,5%		176.154	3,5%	27.380	3,4%	
ago/06	307.800	3,8%		190.217	3,8%	29.668	3,7%	
set/06	269.850	3,3%		166.742	3,3%	25.912	3,2%	
out/06	283.441	3,5%		176.001	3,5%	26.753	3,3%	
nov/06	309.731	3,8%		192.531	3,8%	29.928	3,7%	
dez/06	315.996	3,9%		195.966	3,9%	30.829	3,8%	
jan/07	320.477	4,0%		199.647	4,0%	30.477	3,8%	
fev/07	265.272	3,3%		165.339	3,3%	24.202	3,0%	
mar/07	341.257	4,2%		213.028	4,3%	30.897	3,8%	
abr/07	290.286	3,6%		182.113	3,6%	25.868	3,2%	
Total	8.057.184	100,0%		5.004.560	100,0%	806.098	100,0%	



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KDMS 23.645). KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) Distribuição do Volume e da Quantidade de Contratos no Período (cont.)

Apresenta a evolução do montante de operações de crédito em volume financeiro e quantidade de contratos



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KDMS 23.645). KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

### Ticket Médio Mensal

Apresenta a evolução do ticket médio dos contratos em cada um dos meses sob análise

Origem	Valor futuro médio (R\$)	Valor liberado médio (R\$)	Origem	Valor futuro médio (R\$)	Valor liberado médio (R\$)
mai/04	8.964	5.553	nov/05	9.872	6.103
jun/04	8.841	5.452	dez/05	9.768	6.038
jul/04	8.808	5.447	jan/06	10.058	6.246
ago/04	8.770	5.444	fev/06	10.193	6.306
set/04	8.959	5.616	mar/06	10.145	6.279
out/04	8.985	5.663	abr/06	10.329	6.396
nov/04	9.121	5.709	mai/06	10.363	6.424
dez/04	9.188	5.650	jun/06	10.354	6.398
jan/05	9.172	5.651	jul/06	10.390	6.434
fev/05	9.243	5.711	ago/06	10.375	6.412
mar/05	9.322	5.777	set/06	10.414	6.435
abr/05	9.404	5.828	out/06	10.595	6.579
mai/05	9.734	6.063	nov/06	10.349	6.433
jun/05	9.866	6.171	dez/06	10.250	6.357
jul/05	9.745	6.116	jan/07	10.515	6.551
ago/05	9.881	6.181	fev/07	10.961	6.832
set/05	9.944	6.206	mar/07	11.045	6.895
out/05	10.034	6.228	abr/07	11.222	7.040
			<b>Média Geral</b>	<b>9.995</b>	<b>6.208</b>

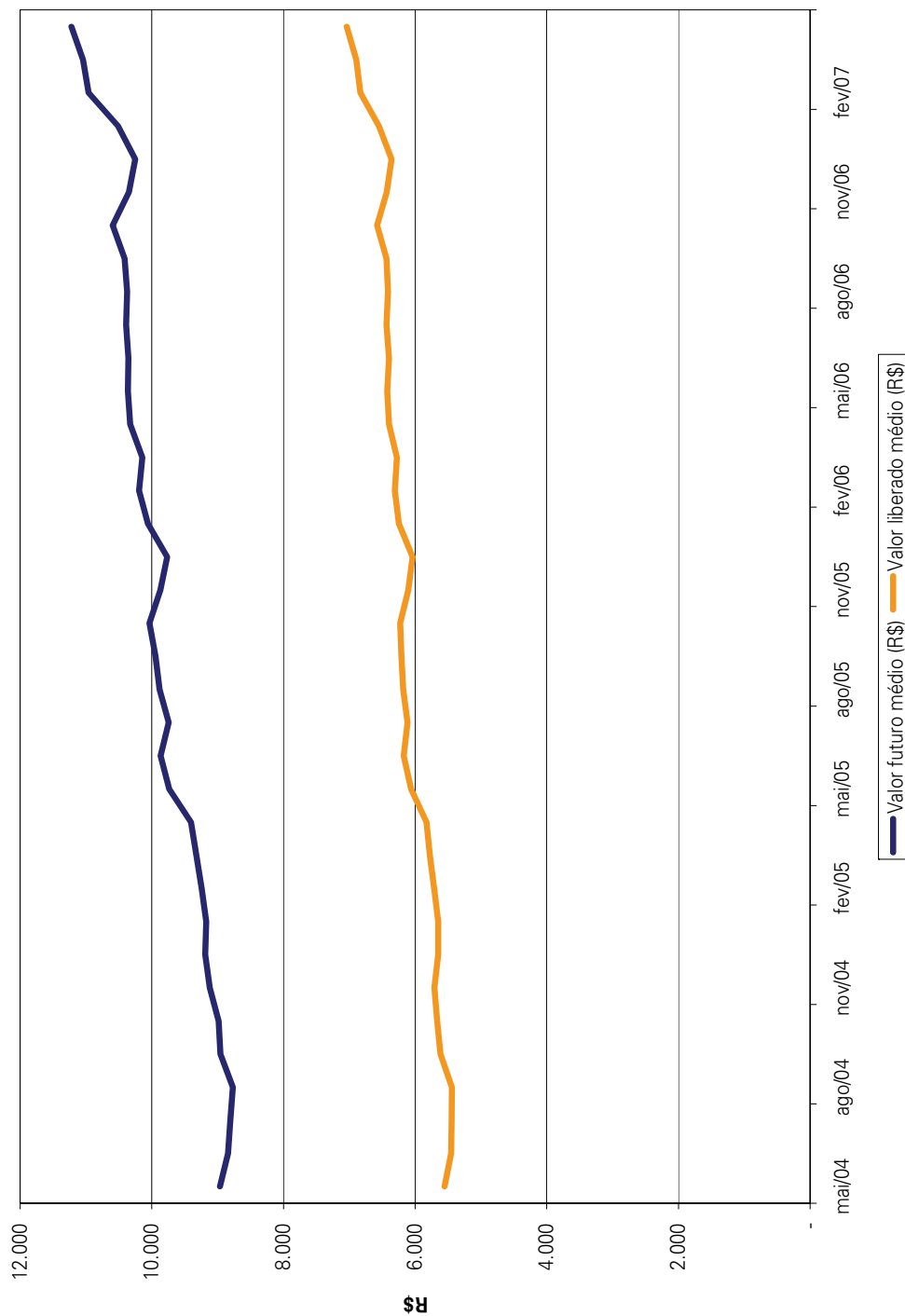


© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KDMS 23.645). KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

### Ticket Médio Mensal (cont.)

Apresenta a evolução do *ticket médio* dos contratos em cada um dos meses sob análise





## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

### Distribuição das Operações em Faixas de Valor

Demonstra a distribuição dos volumes financeiros dos contratos e a respectiva quantidade por faixas de valores.

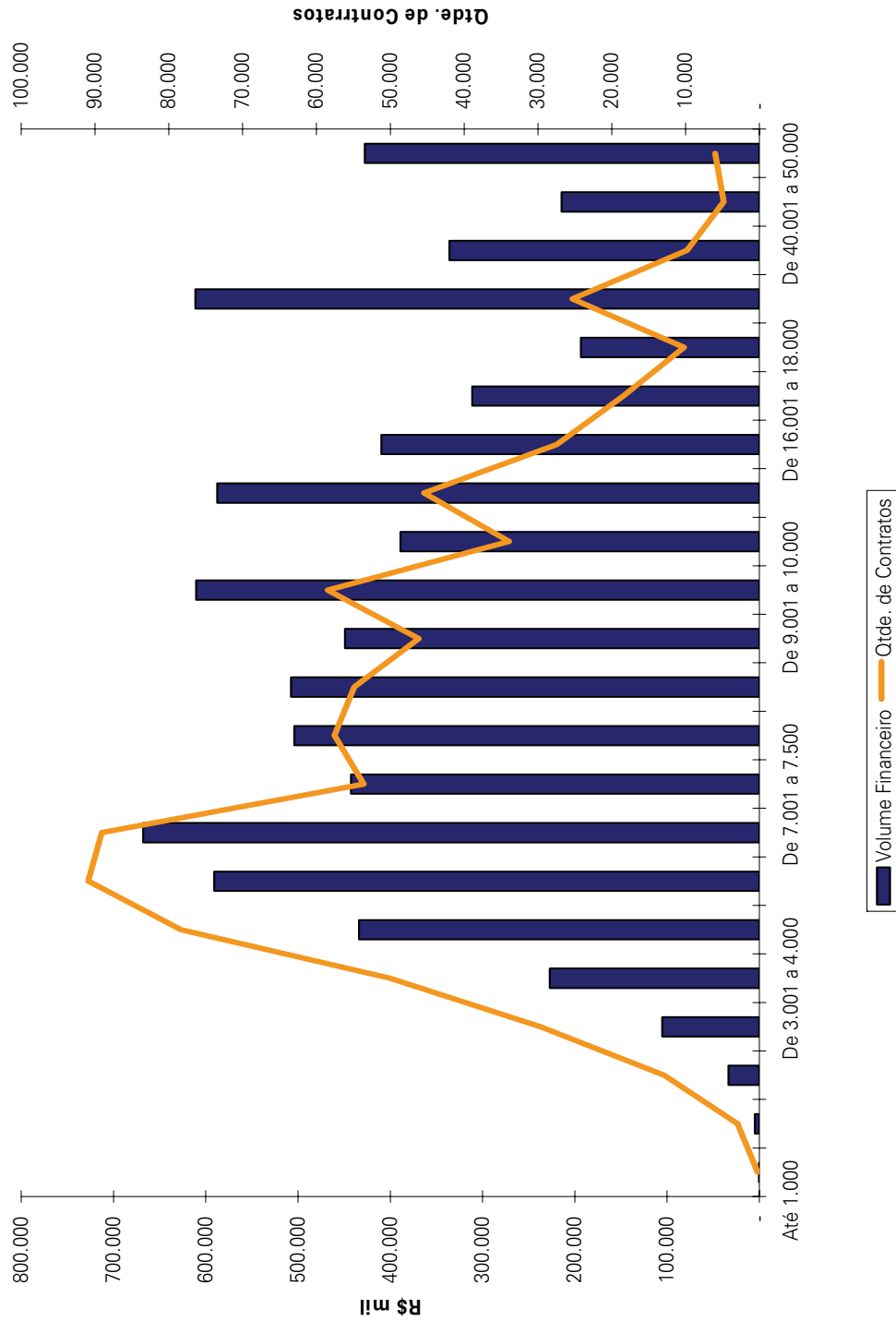
Faixas de valor - R\$	Σ do valor parcelas - R\$ mil	%	% acum.	Quantidade de contratos	%	% acum.
Até 1.000	173	0,00%	0,00%	225	0,03%	0,03%
De 1.001 a 1.500	4.963	0,06%	0,06%	2.970	0,37%	0,40%
De 1.501 a 2.000	33.358	0,41%	0,48%	12.879	1,60%	1,99%
De 2.001 a 3.000	105.343	1,31%	1,79%	29.689	3,68%	5,68%
De 3.001 a 4.000	227.142	2,82%	4,60%	50.054	6,21%	11,89%
De 4.001 a 5.000	433.874	5,38%	9,99%	78.357	9,72%	21,61%
De 5.001 a 6.000	590.897	7,33%	17,32%	90.910	11,28%	32,88%
De 6.001 a 7.000	667.717	8,29%	25,61%	89.073	11,05%	43,93%
De 7.001 a 7.500	442.554	5,49%	31,10%	53.579	6,65%	50,58%
De 7.501 a 8.000	504.032	6,26%	37,36%	57.581	7,14%	57,72%
De 8.001 a 8.500	507.668	6,30%	43,66%	54.886	6,81%	64,53%
De 8.501 a 9.000	449.137	5,57%	49,23%	46.131	5,72%	70,26%
De 9.001 a 10.000	610.494	7,58%	56,81%	58.469	7,25%	77,51%
De 10.001 a 12.000	389.065	4,83%	61,64%	33.903	4,21%	81,72%
De 12.001 a 14.000	587.503	7,29%	68,93%	45.419	5,63%	87,35%
De 14.001 a 16.000	409.687	5,08%	74,02%	27.440	3,40%	90,75%
De 16.001 a 18.000	311.220	3,86%	77,88%	18.396	2,28%	93,04%
De 18.001 a 20.000	193.539	2,40%	80,28%	10.212	1,27%	94,30%
De 20.001 a 30.000	611.094	7,58%	87,87%	25.340	3,14%	97,45%
De 30.001 a 40.000	335.857	4,17%	92,03%	9.785	1,21%	98,66%
De 40.001 a 50.000	214.302	2,66%	94,69%	4.815	0,60%	99,26%
Acima de 50.000	427.567	5,31%	100,00%	5.985	0,74%	100,00%
<b>Total</b>	<b>8.057.184</b>	<b>100,00%</b>		<b>806.098</b>	<b>100,00%</b>	



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KDMS 23.645). KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) Distribuição das Operações em Faixas de Valor (cont.)

Demonstra a distribuição dos volumes financeiros dos contratos e a respectiva quantidade por faixas de valores.



## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

### Distribuição das Operações por Quantidade de Parcelas

Quantidade de Parcelas	Σ do Valor das Parcelas - R\$ mil			%	% acum.
Até 11	36.864	0,46%	0,46%		
12	190.376	2,36%	2,82%		
13 a 17	35.698	0,44%	3,26%		
18	192.422	2,39%	5,65%		
19 a 23	12.713	0,16%	5,81%		
24	1.551.192	19,25%	25,06%		
25 a 35	100.652	1,25%	26,31%		
36	5.611.215	69,64%	95,95%		
37 a 60	326.052	4,05%	100,00%		
<b>Total</b>	<b>8.057.184</b>	<b>100,00%</b>			
<b>Prazo Médio Ponderado (em meses)</b>					
					<b>32,68</b>

Apresenta a distribuição do volume total de contratos originados no período de 36 meses sob análise por quantidade de parcelas contratuais.

Relaciona, ainda, o resultado do cálculo do prazo médio ponderado da carteira.



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KDMS 23.645). KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

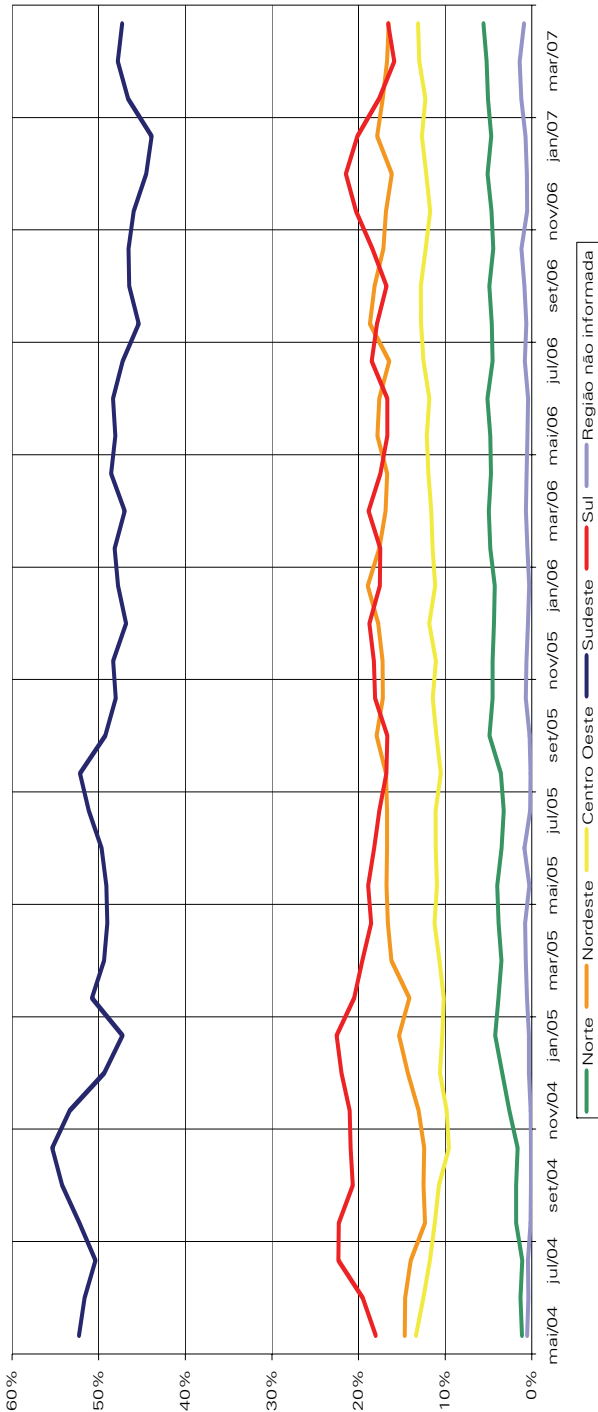


Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Distribuição das Operações por Região Geográfica

Apresenta a distribuição das operações por Região Geográfica, em volume financeiro, bem como, a representação gráfica da movimentação mensal para cada Região Geográfica observada no período sob análise.

Região	R\$ mil	%	% acum.
Sudeste	3.890.879	48,3%	48,3%
Sul	1.500.808	18,6%	66,9%
Nordeste	1.336.012	16,6%	83,5%
Centro Oeste	944.587	11,7%	95,2%
Norte	336.651	4,2%	99,4%
Região não informada	48.247	0,6%	100,0%
<b>Total</b>	<b>8.057.184</b>	<b>100,0%</b>	

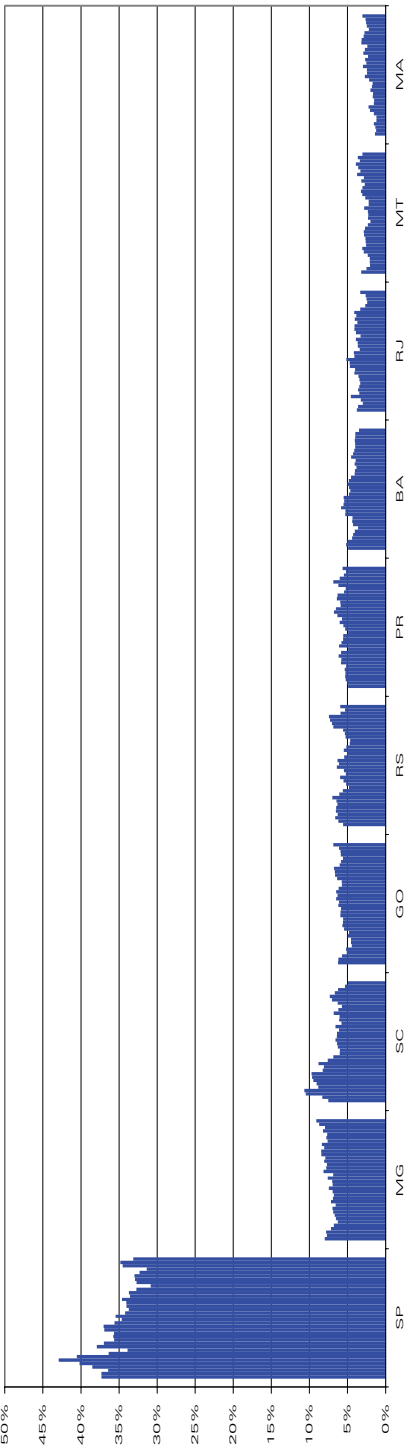


© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KDMS 23.645). KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

# Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) Distribuição das Operações por UF

Apresenta a distribuição das operações por UF, em volume financeiro, bem como, a representação gráfica da movimentação mensal para as 10 maiores UFs observadas no período sob análise.

Estado	R\$(000)	%	% acum.
SP	2.800.165	34,8%	34,8%
MG	617.400	7,7%	42,4%
SC	558.532	6,9%	49,3%
GO	477.617	5,9%	55,3%
RS	475.477	5,9%	61,2%
PR	466.799	5,8%	67,0%
BA	356.325	4,4%	71,4%
RJ	292.683	3,6%	75,0%
MT	231.924	2,9%	77,9%
MA	188.536	2,3%	80,2%
ES	180.631	2,2%	82,5%
CE	174.150	2,2%	84,6%
PE	162.864	2,0%	86,7%
MS	137.428	1,7%	88,4%
RN	128.308	1,6%	90,0%
PI	125.160	1,6%	91,5%
PA	113.629	1,4%	92,9%
AM	113.249	1,4%	94,3%
DF	97.618	1,2%	95,5%
PB	75.211	0,9%	96,5%
SE	68.680	0,8%	97,3%
TO	63.359	0,8%	98,1%
AL	56.778	0,7%	98,8%
RR	15.697	0,2%	99,0%
AP	14.511	0,2%	99,2%
RO	11.285	0,1%	99,3%
AC	4.921	0,1%	99,4%
Estado não informado	48.247	0,6%	100,0%
<b>Total</b>	<b>8.057.184</b>	<b>100,0%</b>	



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KDMS 23.645). KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

### Distribuição das Operações por Categoria de Veículo

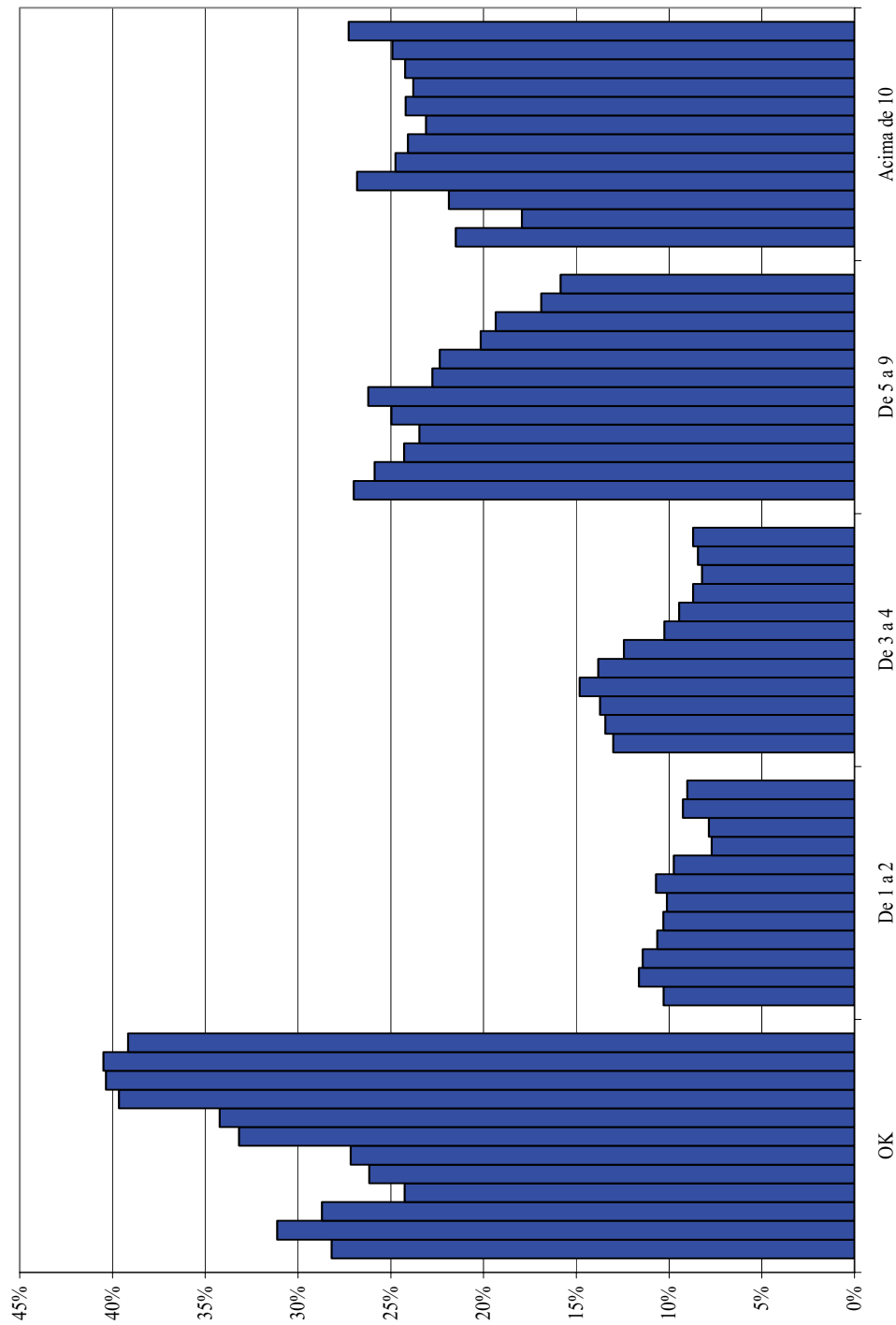
Apresenta a distribuição das operações por Categoria de Veículo, em volume financeiro e quantidade de contratos.	Descrição - Tipo Veículo	Σ valor parcelas - R\$ mil	Quantidade de contratos		
			%	% acum.	% acum.
	MOTO NAC. ATÉ 350 C.C	3.462.990	42,98%	42,98%	55,73%
	NACIONAIS DE PASSEIO	3.068.167	38,08%	81,06%	90,59%
	CAMINHÃO	835.840	10,37%	91,43%	93,97%
	UTILITARIO	165.408	2,05%	93,49%	94,89%
	MOTO IMP. ATÉ 350 C.C	111.536	1,38%	94,87%	96,82%
	MOTO NAC. ACIMA 350 C.C	101.007	1,25%	96,12%	97,98%
	IMPORTADOS	93.174	1,16%	97,28%	98,58%
	ÔNIBUS	85.099	1,06%	98,34%	98,77%
	UTILITÁRIOS LEVES	81.885	1,02%	99,35%	99,52%
	UTILITÁRIOS LUXO	27.907	0,35%	99,70%	99,67%
	MOTO IMP. ACIMA DE 350 CC	6.662	0,08%	99,78%	99,72%
	PASSEIO	1.201	0,01%	99,80%	99,72%
	IMPLEMENTOS	891	0,01%	99,81%	99,74%
	MOTO	513	0,01%	99,82%	99,74%
	NAUTICA - LANCHAS	281	0,00%	99,82%	99,74%
	TÁXI COM ISENÇÃO	214	0,00%	99,82%	99,74%
	AUTOPAN NAC.PASSEIO	135	0,00%	99,82%	99,75%
	CRÉD.AUTOM.-NACIONAIS DE PASSEIO	108	0,00%	99,82%	99,75%
	LOTACAO	59	0,00%	99,82%	99,75%
	TÁXIUSADO	44	0,00%	99,83%	99,75%
	AUTOPAN - TÁXI	28	0,00%	99,83%	99,75%
	AUTOPAN - IMPORTADOS	15	0,00%	99,83%	99,75%
	AUTOPAN - VELHINHOS	8	0,00%	99,83%	99,75%
	NAUTICA - EMBARCAÇÕES ATÉ 5 METROS	2	0,00%	99,83%	99,75%
	Tipo de Veículo não identificado	14.008	0,17%	100,00%	100,00%
Total		8.057.184	100,00%	806.098	100,00%



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KDMS 23.645). KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) Distribuição das Operações pela Idade dos Veículos

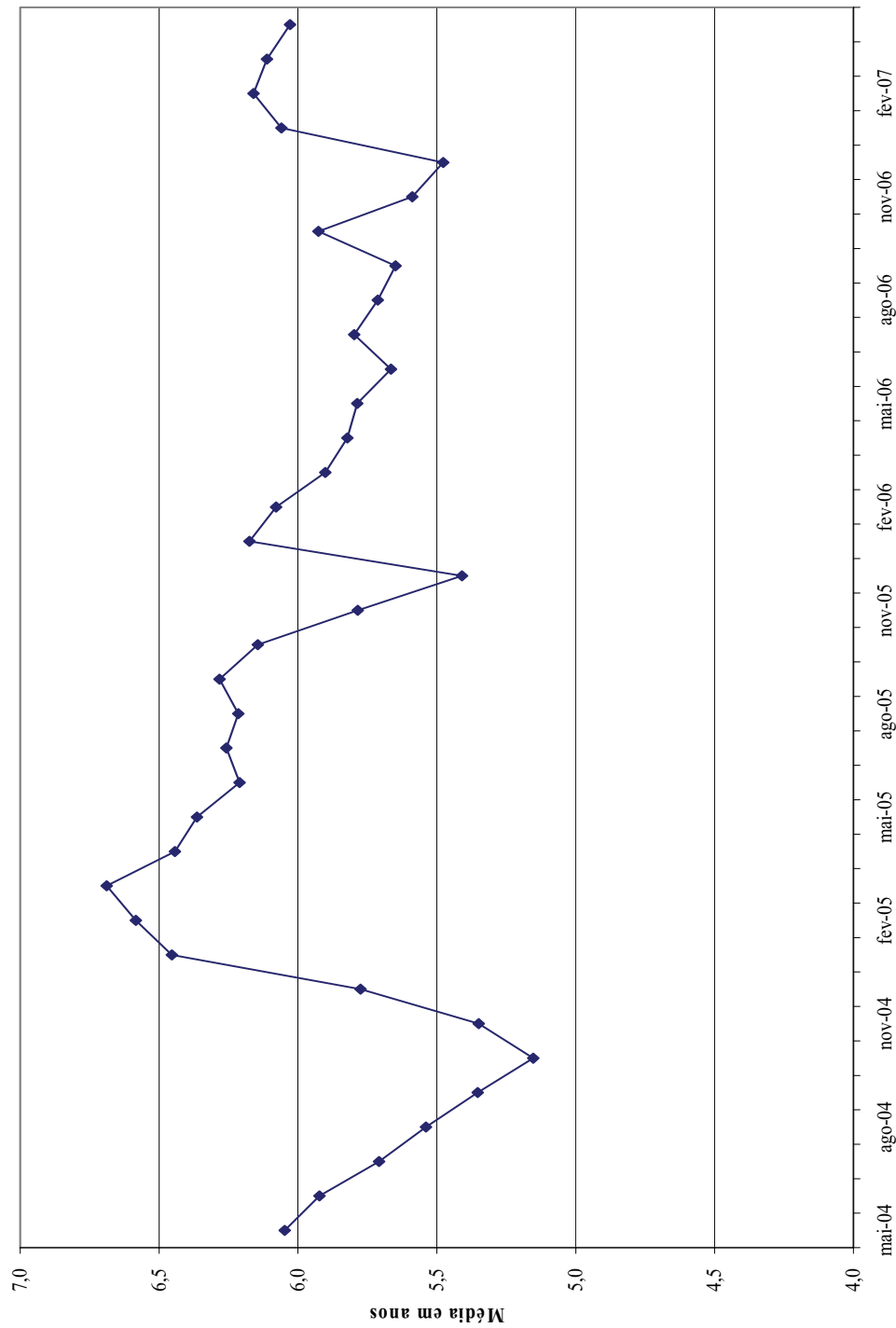
Apresenta a movimentação dos veículos por sua respectiva idade, considerando o volume financeiro, em bases trimestrais.





## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) Distribuição das Operações pela Idade dos Veículos

Apresenta a idade média ponderada da carteira de veículos financiada, em bases mensais, sendo apurada a média total do período de 36 meses sob análise, de 5,91 anos.



## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) Representatividade das garantias

Apresenta a representatividade das garantias das operações em relação ao valor liberado, por categoria de veículo.

Tipo	Categoria	Valor Liberado - R\$ mil	Valor da garantia - R\$ mil	% Valor da garantia/Valor Liberado
Veículos	Caminhão	516.529	1.136.759	220,08%
	Moto	620.392	819.111	132,03%
	Automóveis	1.845.755	3.416.033	185,08%
	Demais	332.922	635.595	190,91%
	<b>Sub-Total</b>	<b>3.315.598</b>	<b>6.007.498</b>	<b>181,19%</b>
Veículos	Caminhão	4.149	8.807	212,25%
	Moto	1.484.238	1.813.489	122,18%
	Automóveis	89.780	169.834	189,17%
	Demais	110.795	156.675	141,41%
	<b>Sub-Total</b>	<b>1.688.962</b>	<b>2.148.805</b>	<b>127,23%</b>
<b>Total</b>		<b>5.004.560</b>	<b>8.156.302</b>	<b>162,98%</b>

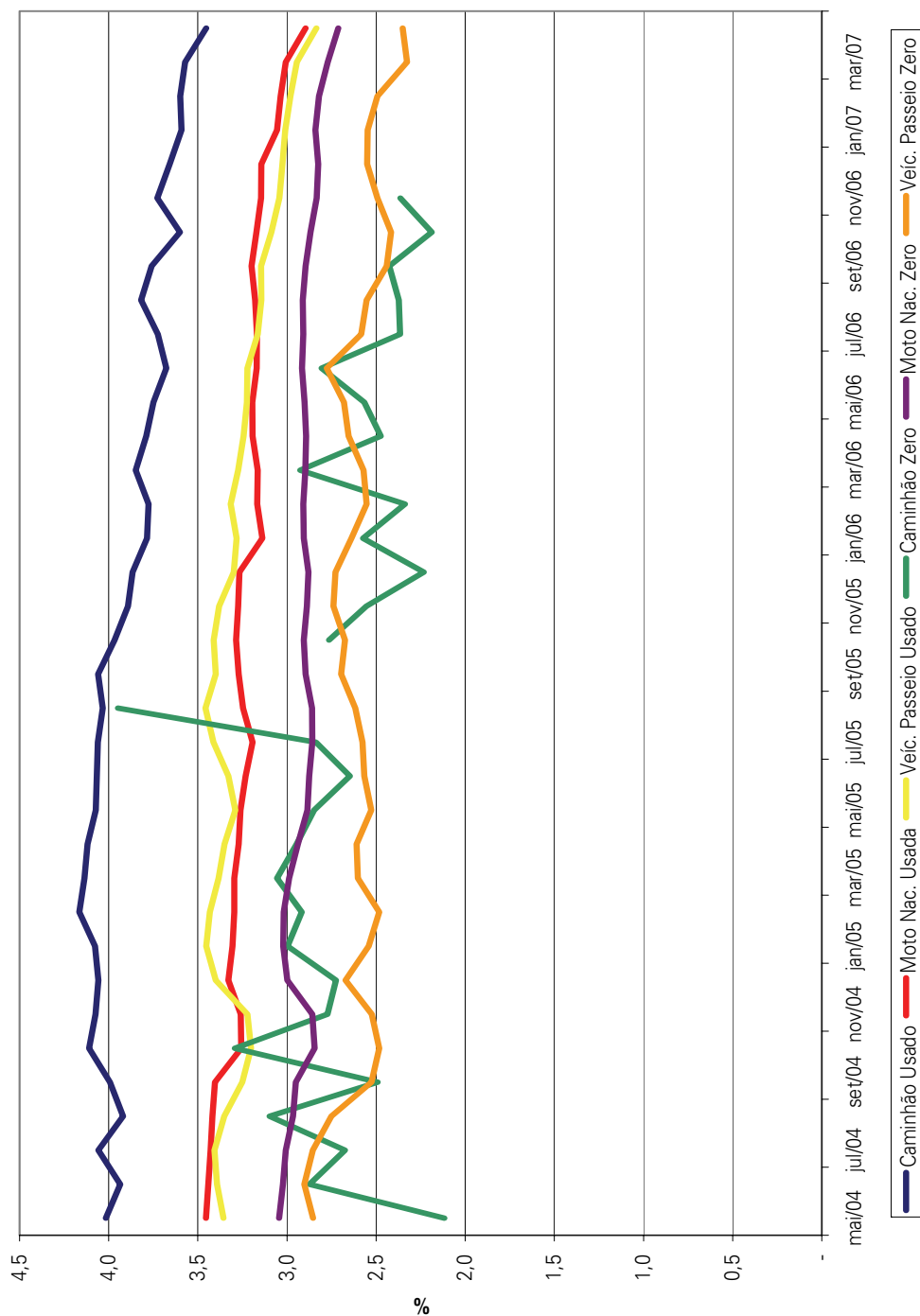


© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KDMS 23.645). KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

### Taxas de juros

Apresenta a evolução dos juros das operações ao longo dos 36 meses sob análise, por categoria de veículo.



## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) Aging List

Demonstra os volumes de parcelas liquidadas em faixas de prazo, bem como, os volumes das parcelas vencidas e não liquidadas, em relação às 5 maiores categorias de veículo, bem como, para o consolidado sob análise.

Faixas	MOTO NAC. ATÉ 350 C.C		NACIONAIS DE PASSEIO		CAMINHÃO	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
<b>Total sob análise</b>	3.462.990	2	3.068.167	3	835.840	1
(-) Desconto		0,00%		0,00%		0,00%
(-) Cancelamentos	2.358	0,07%	4.691	0,15%	2.128	0,25%
(-) Renegociações	50.363	1,45%	167.467	5,46%	52.448	6,27%
(-) Parcelas a vencer em 30 de abril de 2007	2.071.749	59,83%	1.383.448	45,09%	396.351	47,42%
<b>Parcelas vencidas até 30 de abril de 2007</b>	1.338.518		1.512.558		384.913	
<b>Parcelas antecipadas acima de 180 dias</b>						
Parcelas antecipadas de 150 a 180 dias	26.770	2,00%	72.285	4,78%	10.318	2,68%
Parcelas antecipadas de 120 a 150 dias	3.487	0,26%	11.114	0,73%	1.949	0,51%
Parcelas antecipadas de 90 a 120 dias	4.238	0,32%	12.592	0,83%	2.251	0,58%
Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias	5.332	0,40%	14.370	0,95%	2.639	0,69%
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	7.413	0,55%	17.012	1,12%	3.115	0,81%
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	16.090	1,20%	24.198	1,60%	4.344	1,13%
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	34.072	2,55%	29.443	1,95%	3.811	0,99%
	331.458	24,76%	251.698	16,64%	41.850	10,87%
<b>Parcelas liquidadas no vencimento</b>	194.604	14,54%	251.132	16,60%	104.810	27,23%
<b>Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias</b>						
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	312.754	23,37%	331.376	21,91%	98.096	25,49%
Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	95.497	7,13%	119.996	7,93%	27.180	7,06%
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	93.684	7,00%	141.491	9,35%	34.864	9,06%
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	23.732	1,77%	42.908	2,84%	11.878	3,09%
Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	6.316	0,47%	13.220	0,87%	3.801	0,99%
Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	2.266	0,17%	5.424	0,36%	1.685	0,44%
Parcelas liquidadas de 180 dias	1.042	0,08%	2.944	0,19%	898	0,23%
	1.880	0,14%	6.467	0,43%	1.959	0,51%
<b>Parcelas vencidas até 15 dias</b>						
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	21.354	1,60%	17.978	1,19%	4.913	1,28%
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	12.964	0,97%	12.099	0,80%	3.062	0,80%
Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	19.039	1,42%	17.651	1,17%	4.310	1,12%
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	13.911	1,04%	12.428	0,82%	2.655	0,69%
Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	10.739	0,80%	9.320	0,62%	1.716	0,45%
Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	9.872	0,74%	8.515	0,56%	1.414	0,37%
Parcelas vencidas de 180 dias	8.914	0,67%	7.741	0,51%	1.149	0,30%
	81.091	6,06%	79.153	5,23%	10.248	2,66%

\* O nível de antecipações observado refere-se à: (i) antecipação de contratos; e (ii) à venda de bens recuperados, em casos de inadimplência. Com o objetivo de discriminação de cada um destes eventos, foi solicitada à administração do Banco Panamericano, base de dados contendo a relação de bens vendidos ao longo dos 36 meses sob análise, Até a data de emissão deste relatório, esta base de dados não havia sido recebida.



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KDMS 23.645). KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) Aging List (cont.)

Demonstra os volumes de parcelas liquidadas em faixas de prazo, bem como, os volumes das parcelas vencidas e não liquidadas, para o consolidado dos 36 meses sob análise, em relação a cada esfera e ao consolidado.	Faixas	UTILITARIO		MOTO IMP. ATÉ 350 C.C		Demais categorias	
		R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Total sob análise (-) Desconto (-) Cancelamentos (-) Renegociações (-) Parcelas a vencer em 30 de abril de 2007  Parcelas vencidas até 30 de abril de 2007  Parcelas antecipadas acima de 180 dias Parcelas antecipadas de 150 a 180 dias Parcelas antecipadas de 120 a 150 dias Parcelas antecipadas de 90 a 120 dias Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias  Parcelas liquidadas no vencimento  Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias Parcelas liquidadas acima de 180 dias  Parcelas vencidas até 15 dias Parcelas vencidas de 15 a 30 dias Parcelas vencidas de 30 a 60 dias Parcelas vencidas de 60 a 90 dias Parcelas vencidas de 90 a 120 dias Parcelas vencidas de 120 a 150 dias Parcelas vencidas de 150 a 180 dias Parcelas vencidas acima de 180 dias		165.408	0,00%	111.536	0,00%	413.243	0,00%
		-	0,19%	-	0,08%	-	-
		317	4,37%	87	0,89%	590	0,14%
		7.223	63,66%	993	61,88%	18.786	4,55%
		105.303		69.020		211.163	51,10%
		52.564		41.435		182.704	
		1.335	2,54%	350	0,85%	8.861	4,85%
		256	0,49%	45	0,11%	1.326	0,73%
		300	0,57%	58	0,14%	1.499	0,82%
		352	0,67%	78	0,19%	1.692	0,93%
		473	0,90%	128	0,31%	1.994	1,09%
		634	1,21%	357	0,86%	2.775	1,52%
		696	1,32%	1.061	2,56%	2.928	1,60%
		6.392	12,16%	10.704	25,83%	23.299	12,75%
		14.573	27,72%	6.302	15,21%	37.902	20,75%
		13.019	24,77%	10.021	24,18%	41.792	22,87%
		3.242	6,17%	2.877	6,94%	13.626	7,46%
		3.863	7,35%	2.752	6,64%	16.504	9,03%
		1.309	2,49%	676	1,63%	5.410	2,96%
		336	0,64%	165	0,40%	1.833	1,00%
		153	0,29%	55	0,13%	813	0,45%
		74	0,14%	21	0,05%	465	0,25%
		119	0,23%	29	0,07%	1.109	0,61%
		1.011	1,92%	739	1,78%	2.168	1,19%
		559	1,06%	446	1,08%	1.320	0,72%
		789	1,50%	652	1,57%	2.024	1,11%
		482	0,92%	479	1,16%	1.424	0,78%
		319	0,61%	372	0,90%	1.032	0,57%
		250	0,48%	330	0,80%	924	0,51%
		216	0,41%	294	0,71%	833	0,46%
		1.812	3,45%	2.446	5,90%	9.150	5,01%

\* O nível de antecipações observado refere-se à: (i) antecipação de contratos; e (ii) à venda de bens recuperados, em casos de inadimplência. Com o objetivo de discriminação de cada um destes eventos, foi solicitada à administração do Banco Panamericano, base de dados contendo a relação de bens vendidos ao longo dos 36 meses sob análise, Até a data de emissão deste relatório, esta base de dados não havia sido recebida.



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KDMS 23.645).  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

### Aging List (cont.)

	Faixas	Total	
		R\$ mil	% % acum.
Demonstra os volumes de parcelas liquidadas em faixas de prazo para o consolidado dos 36 meses. O volume de parcelas antecipadas apresentado na tabela ao lado, contempla três tipos distintos de baixa de parcelas efetuados, sendo:	Total sob análise	8.057.184	
	(-) Desconto	6	0,00%
	(-) Cancelamentos	10.171	0,13%
	(-) Renegociações	297.281	3,69%
	(-) Parcelas a vencer em 30 de abril de 2007	4.237.034	52,59%
	Parcelas vencidas até 30 de abril de 2007	3.512.693	
	Parcelas antecipadas acima de 180 dias	119.920	3,41%
	Parcelas antecipadas de 150 a 180 dias	18.175	0,52%
	Parcelas antecipadas de 120 a 150 dias	20.938	0,60%
	Parcelas antecipadas de 90 a 120 dias	24.463	0,70%
	Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias	30.135	0,86%
	Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	48.398	1,38%
	Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	72.010	2,05%
	Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	665.400	18,94%
	Parcelas liquidadas no vencimento	609.323	17,35%
	Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	807.059	22,98%
	Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	262.418	7,47%
	Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	293.158	8,35%
	Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	85.914	2,45%
	Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	25.671	0,73%
	Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	10.397	0,30%
	Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	5.444	0,15%
	Parcelas liquidadas acima de 180 dias	11.562	0,33%
	Parcelas vencidas até 15 dias	48.164	1,37%
	Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	30.449	0,87%
	Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	44.464	1,27%
	Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	31.380	0,89%
	Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	23.498	0,67%
	Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	21.305	0,61%
	Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	19.148	0,55%
	Parcelas vencidas acima de 180 dias	183.899	5,24%
			100,00%

\* O nível de antecipações observado refere-se à: (i) antecipação de contratos; e (ii) à venda de bens recuperados, em casos de inadimplência. Com o objetivo de discriminação de cada um destes eventos, foi solicitada à administração do Banco Panamericano, base de dados contendo a relação de bens vendidos ao longo dos 36 meses sob análise, Até a data de emissão deste relatório, esta base de dados não havia sido recebida.



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KIMS 23.645). KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

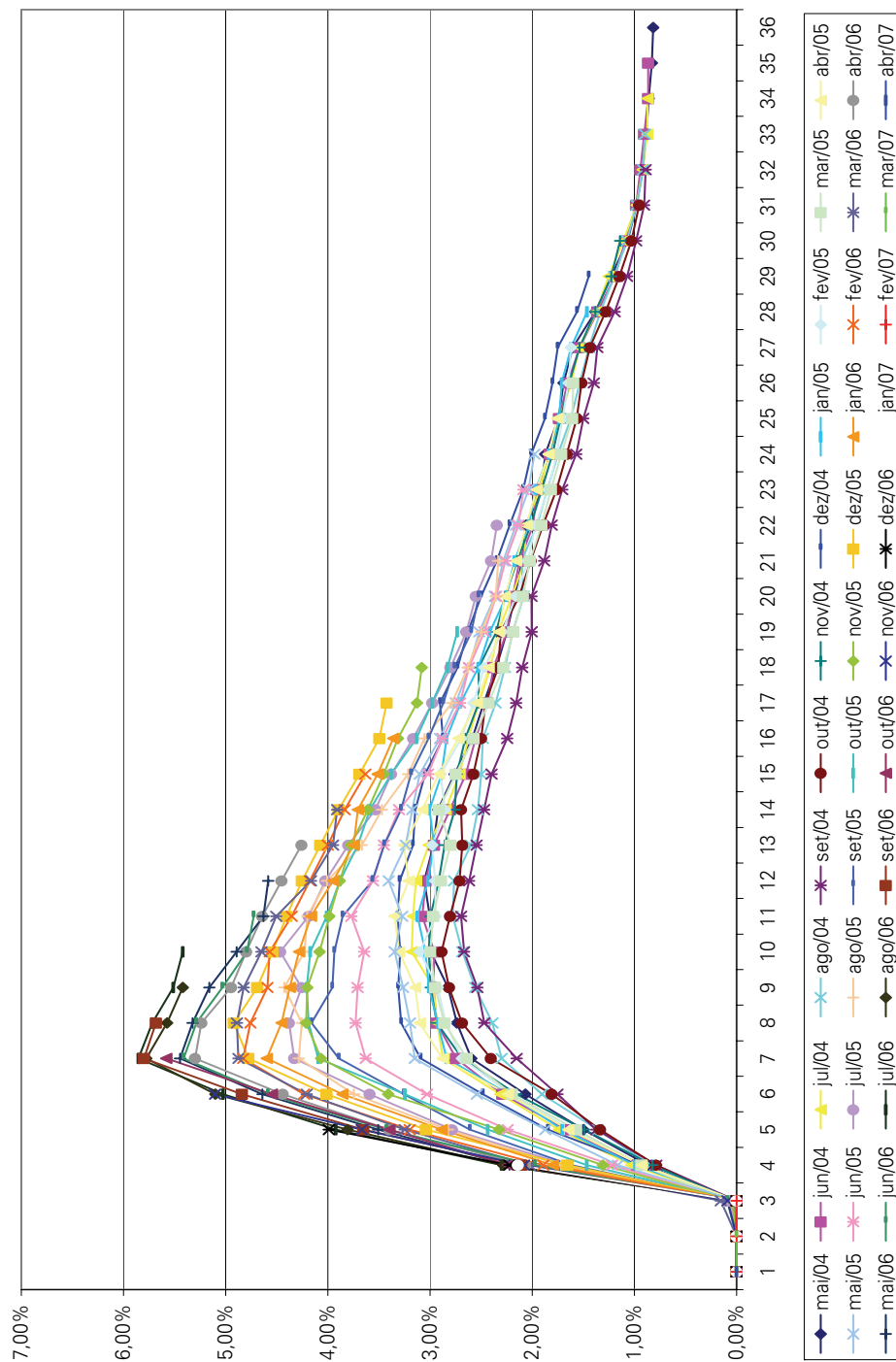
## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

### Pool Estático

Apresenta *pool* estático de pagamentos, demonstrando o prazo de liquidação das parcelas vencidas para o período sob análise. Essa informação objetiva identificar o comportamento de pagamentos por safra de originação dos contratos - *vintage analysis*.

São demonstradas representações gráficas desse *pool* estático para parcelas vencidas e não liquidadas de 60 a 180 dias, de 90 a 180 dias e acima de 180 dias, respectivamente, relativas ao período de 36 meses sob análise.

Representação gráfica do *pool* estático - inadimplência por safra de parcelas vencidas de 60 a 180 dias







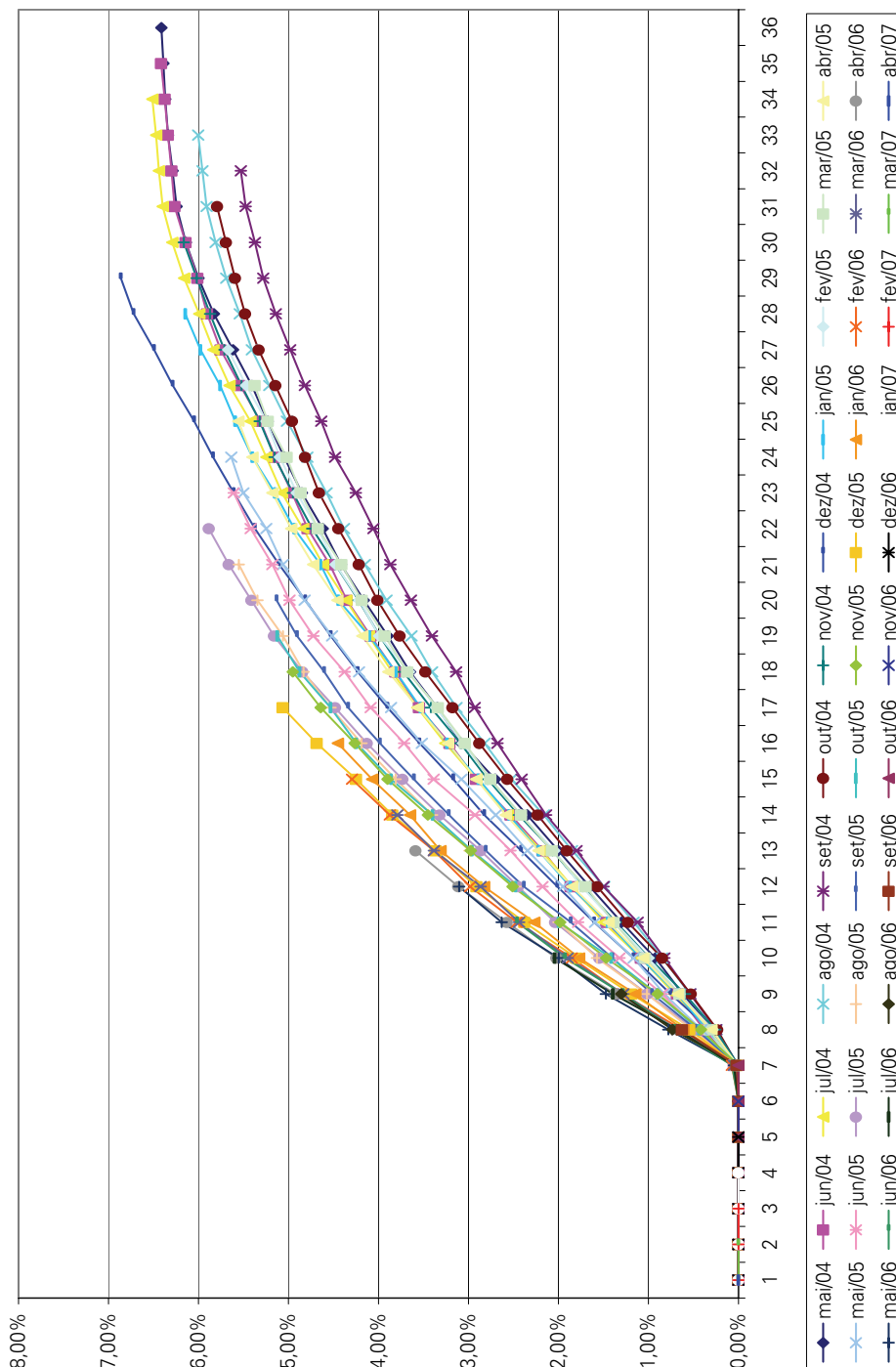
## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

### Pool Estático (cont.)

Apresenta *pool* estático de pagamentos, demonstrando o prazo de liquidação das parcelas vencidas para o período sob análise. Essa informação objetiva identificar o comportamento de pagamentos por safra de originação dos contratos - *vintage analysis*.

São demonstradas representações gráficas desse *pool* estático para parcelas vencidas e não liquidadas de 60 a 180 dias, de 90 a 180 dias e acima de 180 dias, respectivamente, relativas ao período de 36 meses sob análise.

Representação gráfica do *pool* estático - inadimplência por safra de parcelas vencidas acima de 180 dias



## Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Ricardo Anhesini Souza  
Sócio  
Tel.: +55 11 2183-3337  
Fax: +55 11 2183-3001  
rsouza@kpmg.com.br

Pedro Vitor Zago  
Diretor  
Tel.: +55 11 2183-3290  
Fax: +55 11 2183-3001  
pzago@kpmg.com.br

### Página

<b>Objetivos do Trabalho e Base para Preparação</b>	<b>3</b>
<b>Apresentação da Carteira de Recebíveis</b>	<b>5</b>
<b>Descrição do Processo de Revisão</b>	<b>28</b>
<b>Sumário Executivo</b>	<b>30</b>
<b>Descrição do Processo de Crédito e Cobrança</b>	<b>32</b>



Descrição do Processo de Revisão  
Conciliação da Base de Dados

Conciliação da base de dados

Com intuito de conciliar a base de dados sob análise, foi solicitada ao Banco Panamericano base de dados complementar ("Contábil Carteira Ativa") que apresenta analiticamente, por contrato, o saldo contábil de "Contas a Receber", em 30 de abril de 2007.

Em seguida, foram aplicados procedimentos de comparação dos saldos obtidos nos arquivos fornecidos pela área de tecnologia do Banco Panamericano com os saldos contábeis verificados na base "Contábil Carteira Ativa", conforme segue:

Base de dados	R\$
Total da base de dados (01/05/2005 a 30/04/2007)	8.057.184.214,63
(-) Parcelas Liquidadas, canceladas ou renegociadas até 30/04/2007	(3.417.843.696,85)
(=) Parcelas em aberto em 30/04/2007	4.639.340.517,78
(-) "Parcelas Cedidas" em aberto em 30/04/2007	3.263.865.824,49
(=) "Parcelas Não Cedidas" em aberto em 30/04/2007	1.375.474.693,29
"Contábil Carteira Ativa"	R\$
Empréstimo de Crédito Pessoal	4.759.677,61
(+) Financiamento de Bens/ Serviços - CDC Veículos	532.370.208,83
(+) Financiamento de Bens/ Serviços - CDC Massa	10.235.031,77
(=) Total Contábil	547.364.918,21
Diferença *	R\$
("Parcelas Não Cedidas" em aberto em 30/04/2007) - (Total Co	828.109.775,08

\* Procedimentos complementares

Foi selecionada uma amostra de contratos presentes na base "Parcelas Não Cedidas" em aberto em 30/04/2007, que não estavam relacionados na base "Contábil Carteira Ativa".

Em seguida, foi solicitado o acesso ao sistema de controle interno das operações do Banco Panamericano, através do qual foram extraídos os "status de cobrança" destes contratos selecionados.

Resultados Obtidos

Para a totalidade de contratos consultados, os "status de cobrança" correspondiam a (i) Contrato em prejuízo (inadimplência superior a 360 dias) e (ii) Contratos em BNDU, o que justifica, para essa amostra, a não disponibilização destes contratos na base "Contábil Carteira Ativa".



## Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Ricardo Anhesini Souza  
Sócio  
Tel.: +55 11 2183-3337  
Fax: +55 11 2183-3001  
rsouza@kpmg.com.br

Pedro Vitor Zago  
Diretor  
Tel.: +55 11 2183-3290  
Fax: +55 11 2183-3001  
pzago@kpmg.com.br

	Página
Objetivos do Trabalho e Base para Preparação	3
Apresentação da Carteira de Recebíveis	5
Descrição do Processo de Revisão	28
<b>Sumário Executivo</b>	<b>30</b>
Descrição do Processo de Crédito e Cobrança	32



## Sumário Executivo

### Descrição do Processo de Crédito e Cobrança

Assunto	Comentários	Referência
Fluxo de concessão de crédito	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estrutura de crédito</li> <li>2. Fluxo de crédito</li> <li>3. Diferenciação de análises de crédito por loja</li> <li>4. Prevenção a Fraudes e Re-análise</li> <li>5. Parâmetros para concessão de crédito - Veículos leves</li> <li>6. Parâmetros para concessão de crédito - Veículos pesados</li> </ol>	Páginas 35 a 42
Procedimentos de cobrança de créditos em atraso	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estrutura de cobrança</li> <li>2. Régua de cobrança</li> <li>3. Controles da cobrança de contratos com parcelas em atraso</li> </ol>	Páginas 43 e 45



## Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Ricardo Anhesini Souza  
Sócio  
Tel.: +55 11 2183-3337  
Fax: +55 11 2183-3001  
rsouza@kpmg.com.br

Pedro Vitor Zago  
Diretor  
Tel.: +55 11 2183-3290  
Fax: +55 11 2183-3001  
pzago@kpmg.com.br

## Página

<b>Objetivos do Trabalho e Base para Preparação</b>	<b>3</b>
<b>Apresentação da Carteira de Recebíveis</b>	<b>5</b>
<b>Descrição do Processo de Revisão</b>	<b>28</b>
<b>Sumário Executivo</b>	<b>30</b>
<b>Descrição do Processo de Crédito e Cobrança</b>	<b>32</b>



## Descrição do Processo de Crédito e Cobrança

### Crédito

Relaciona os procedimentos aplicados pelo Banco Panamericano no processo de concessão de crédito.

#### Entendimento dos Procedimentos de Crédito

Para atingir o objetivo referente à avaliação dos controles que envolvem a estrutura de crédito e cobrança do Banco Panamericano, executamos uma revisão da estrutura de concessão e monitoramento de créditos. Tais informações foram obtidas por indagação à Gerência do Panamericano e estão em conformidade com informações contidas nos seus manuais de crédito e cobrança, sendo testadas quanto à sua eficácia por meio de procedimentos de avaliações com base em amostragem.

#### Estrutura de Crédito

A área de Crédito destinada a veículos é composta pela seguinte estrutura:

- Diretor de Crédito
- Gerente-geral
- Gerente de Crédito
- Dois Supervisores
- Cinco Coordenadores
- 140 Analistas de Crédito
- Aproximadamente 160 filiais próprias
- Cerca de 9.000 lojas conveniadas

#### Fluxo de crédito

##### a. Visita à Loja e Preenchimento da Proposta

O fluxo de crédito do processo de financiamento de veículos realizado pelo Panamericano é iniciado no momento em que o cliente procura a loja com o objetivo de financiamento ou autofinanciamento de veículos pesados, leves ou motos. O autofinanciamento é um empréstimo no qual o veículo é a garantia da operação.

Com base em diversos parâmetros estabelecidos previamente pelo Panamericano, o Vendedor apresenta os planos e as opções disponíveis e realiza a digitação dos dados do cliente no sistema PanSolution, acessível pela Internet. Caso a loja não tenha acesso à Internet, a digitação dos dados é realizada em um formulário-padrão. Segundo informações obtidas com a Gerência de Crédito, atualmente 15% das propostas são realizadas pela Internet e o restante, pelo formulário-padrão.

Nesta etapa, os seguintes dados são informados:

- Nome do cliente
  - CPF
  - RG
  - Endereço Residencial
  - Endereço Comercial
  - Valor do bem referente à tabela Molcar
  - Tipo do bem
  - Taxa
  - Prazo
  - Renda
  - Conta-corrente
  - Referências comerciais, bancárias e pessoais
- Para pessoas jurídicas, são solicitados ainda:
- Informações pessoais do sócio majoritário
  - CNPJ
  - Razão social
  - Capital social
  - Quantidade de funcionários
  - Imposto de renda PJ
  - Dados do Contador da empresa

##### b. Envio de Dados à Filial

Nesta etapa, os cadastros são capturados por fax ou Internet pela respectiva filial. Para as propostas enviadas por fax, a filial encarrega-se de inserir os dados no sistema PanSolution. Em seguida, todas as propostas são encaminhadas pela Internet à Central de Crédito da Matriz do Panamericano, onde serão analisadas.



## Descrição do Processo de Crédito e Cobrança (cont.)

### Crédito (cont.)

Relaciona os procedimentos aplicados pelo Banco Panamericano no processo de concessão de crédito.

#### c. Análise de Crédito - Matriz

A análise de crédito, realizada na Central de Crédito da Matriz, tem as seguintes etapas:

##### Etapa I - Parametrização no Sistema

Automaticamente as informações do cliente são parametrizadas no sistema, no qual são realizadas diversas consultas e verificações que abordam os seguintes itens:

- Consulta a órgãos de proteção ao Crédito (SPC ou Serasa);
- Acompanhamento do cliente no mercado, por meio de informações sobre endividamento fornecidas pelo site do Bacen e dados referentes à declaração de imposto de renda e à regularização de CPF e CNPJ, acessíveis pelo site da Receita Federal;
- Verificação de histórico de cheques sem fundo, por meio do Serasa e do Cadastro de Cheques sem Fundo (CCF), disponibilizado no site do Bacen;
- Verificação de excessos de captura: tentativa de aprovação de crédito do mesmo cliente por mais de uma vez;
- Sobreposição: verificação de possíveis alterações de dados cadastrais no sistema ao longo do processo de concessão de crédito;
- Alerta aleatório: comparação entre os dados cadastrais do cliente (endereço, telefone etc.) e a base de dados geral de clientes do Banco, com o intuito de verificar indícios de fraude;
- Enquadramento de renda de cliente no seu perfil, por meio de um software que estipula rendas máxima e mínima a partir de suas características;
- *Credit Scoring*: métrica que estipula a capacidade de pagamento do cliente por meio de diversos parâmetros (local de moradia, profissão, idade, renda etc.), concedendo-lhe uma nota.

##### Etapa II - Sinalizações "Verde", "Amarelo" ou "Vermelho"

Sobre cada um desses oito itens é acionado um sinal verde, amarelo ou vermelho, referente a:

- Verde: não foram observadas irregularidades no item analisado, não sendo necessárias análises complementares;
  - Amarelo: há indícios de irregularidade no item, havendo a necessidade de consultas adicionais;
  - Vermelho: foi encontrada irregularidade. Neste caso, o crédito é automaticamente negado.
- Para as propostas até R\$ 10.000,00, se todos os itens forem identificados em verde, o crédito é automaticamente aprovado, sem a necessidade de consultas adicionais.

Caso um item, no mínimo, seja identificado em vermelho, há a recusa automática do crédito.

Para qualquer proposta acima de R\$ 10.000,00 ou propostas até R\$ 10.000,00 com itens em amarelo, são realizadas análises complementares, envolvendo solicitações adicionais e confirmações.

##### Etapa III - Verificações Complementares

As análises, consultas e solicitações adicionais abordam, conforme a necessidade do Analista de Crédito, entre outros, os pontos destacados a seguir:

- Verificação dos motivos de restrições de cadastro do cliente, caso este tenha restrições em órgãos de proteção;
- Constatação de motivos de endividamento, inadimplimento etc.;
- Telefonia no local de trabalho do cliente, para confirmar nome, data de admissão, cargo, salário e, se possível, o endereço residencial completo;
- Telefonema à residência do cliente, para confirmar nome completo, idade, tempo de residência, endereço completo etc.;
- Sindicância: confirmação de dados do cliente por meio de telefones vizinhos, na mesma rua do cliente etc.;





## Descrição do Processo de Crédito e Cobrança (cont.)

Relaciona os procedimentos aplicados pelo Banco Panamericano no processo de concessão de crédito.		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificações in loco: visitas ao local de trabalho ou à residência, com o intuito de verificar se há empresas-fantasma ou moradias inexistentes;</li> <li>• Referência bancária: mediante telefonema ao banco ou à agência onde o cliente possui conta-corrente, para confirmar com o Gerente da conta o nome completo do cliente, o tempo de abertura de conta-corrente, se o cliente detém cheque comum ou especial, aplicações etc.;</li> <li>• Referências pessoais: mediante telefonema a residências de parentes, amigos e vizinhos que confirmem nome e endereço completos, tempo de residência, atividade do cliente etc.;</li> <li>• Referências comerciais: mediante telefonema a empresas (clientes ou fornecedores), para confirmando nome e endereço completos, período de clientela, valor médio das compras e existência de eventuais dívidas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alvará de funcionamento - Licença da Prefeitura</li> <li>• Demonstrativos do INSS</li> <li>• Cópia do cartão CNPJ</li> <li>• IPTU</li> <li>• Cadastro de Diretores e Sócios nos mesmos moldes do cadastro de PF</li> </ul>
	<p><b>d. Aprovação das Propostas</b></p> <p>Realizadas as consultas complementares e confirmações de informações, de acordo com a necessidade, ficará a cargo do Analista, com limite de alçada correspondente, a aprovação da proposta. A validade das propostas aprovadas é de 15 dias corridos. Após esse prazo, elas deverão ser analisadas novamente.</p>	<p><b>f. Avaliação da Garantia</b></p> <p>Adicionalmente, o Agente Comercial realiza a coleta de informações referentes ao veículo garantidor da operação, seguindo o mesmo checklist:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificação de multas no site do Detran;</li> <li>• Consulta ao sistema MEGADATA, averiguando a vinculação do veículo a outras instituições;</li> <li>• Apresentação do DUT do veículo financiado;</li> <li>• Vistoria, pelo Agente, do veículo a ser alienado, sendo gerado um parecer relatando as condições deste.*</li> <li>• Nota fiscal de venda, caso seja veículo novo.</li> </ul> <p>*Acima de R\$ 40.000,00 é requerida vistoria pela empresa Lices.</p>
	<p><b>e. Coleta de Documentos do Financiado</b></p> <p>Após a aprovação do crédito, realizada pela Matriz, a filial é informada. Nesse momento, o Agente Comercial encarga-se de retirar na loja um checklist de itens a serem coletados pelo lojista:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contrato original assinado</li> <li>• Nota promissória</li> <li>• Plano de financiamento</li> <li>• Cópia do CPF</li> <li>• Cópia do RG ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH)</li> <li>• Comprovante de residência</li> <li>• Comprovante de renda (quando aplicável)</li> </ul> <p>Para pessoas jurídicas, o checklist inclui ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contrato social e última alteração, ou contrato social consolidado</li> </ul>	<p><b>g. Liberação do Crédito e Alienação do Veículo</b></p> <p>De posse de toda a documentação que compõe o checklist, o Agente Comercial encaminha-se à filial. Após a conferência dos documentos por parte da Gerência da filial, o recurso é liberado ao financiado, na própria filial, por meio de DOC.</p> <p>Depois da liberação do recurso, é realizada a alienação do veículo garantidor da operação, também na filial.</p> <p>Em seguida, toda a documentação colhida, incluindo autorização de pagamento e DUT do veículo com alienação fiduciária ao Banco Panamericano, é encaminhada à área de Formalização.</p>

## Descrição do Processo de Crédito e Cobrança (cont.)

<p>Relaciona os procedimentos aplicados pelo Banco Panamericano no processo de concessão de crédito.</p>	<div data-bbox="321 898 893 1583"> <p><b>h. Formalização</b></p> <p>A área de Formalização do Panamericano é responsável pelo recebimento da documentação física de todo o processo de crédito, monitorando eventuais desvios e agindo sobre as filiais com o intuito de regularização de cada um dos processos. O prazo de envio da documentação da filial para a área de Formalização é de D+5.</p> <p>A documentação física solicitada na formalização é a seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contrato assinado</li> <li>• Nota promissória</li> <li>• DUT - Alienação fiduciária ao Banco Panamericano</li> <li>• Nota fiscal, quando aplicável</li> <li>• Autorização de pagamento preenchida</li> <li>• Documentação particular do cliente (CIC, RG, comprovantes de renda e residência)</li> <li>• Ficha cadastral preenchida e assinada</li> <li>• Documentação pertinente à empresa, em caso de pessoa jurídica</li> </ul> <p>* Há ainda a verificação de assinaturas e rubricas em todas as vias do contrato e nos anexos.</p> </div> <div data-bbox="906 898 1269 1583"> <p><b>i. Índice de Irregularidade por Filial</b></p> <p>Toda a documentação que chega à área de Formalização passa por uma nova conferência, devendo estar de acordo com os itens que acabam de ser destacados. Caso haja alguma irregularidade, ou seja, ausência de documentos ou a verificação de eventuais fraudes, haverá a imediata comunicação à filial correspondente, que se encarregará de suprir a área de Formalização com os itens pendentes.</p> <p>Ao final de cada mês, a área de Formalização emite um relatório no qual é apontado o ranking das filiais com maiores índices de irregularidade. Filiais que tenham, em média, acima de 4% dos seus contratos irregulares, em valor financiado, perdem sua autonomia para liberação de recursos. Para esses casos, previamente à liberação dos recursos, as filiais deverão enviar os documentos à área de Formalização, que realizará as devidas verificações e dará seu "de acordo" para o pagamento.</p> </div>
	<div data-bbox="321 180 457 831"> <p>Para a filial voltar a ter autonomia para liberação de recursos, seus índices de irregularidade devem ser baixados.</p> <p>A área de Formalização é responsável também pelos procedimentos pertinentes à substituição de garantias, transferência de dívidas e baixa dos gravames.</p> </div> <div data-bbox="470 180 893 831"> <p><b>j. Substituição de Garantias</b></p> <p>A substituição de garantias ocorre quando o cliente possui um veículo alienado e deseja entregar outro em seu lugar. Nesse caso, o primeiro é liberado, não modificando as demais condições do contrato de financiamento.</p> <p>O valor de mercado do veículo entregue na substituição deve ser igual ou superior ao do veículo a ser substituído, ou no mínimo 40% superior ao valor da dívida, calculada a valor presente.</p> <p>O ano relativo à nova garantia pode ser inferior ao ano do veículo a ser substituído, limitado a dez anos de uso e, no caso de moto, a cinco anos de uso.</p> <p>O cliente deve estar em dia com as prestações, sendo solicitados CPF, RG e DUT do veículo oferecido, bem como sua história.</p> <p>A liberação do veículo substituído só ocorrerá depois da efetiva alienação do novo veículo.</p> </div> <div data-bbox="906 180 1123 831"> <p><b>k. Transferência de Dívidas</b></p> <p>Ocorre quando o cliente (cedente) possui um contrato em andamento e deseja transferir o débito a um interessado (cessionário) na aquisição do veículo alienado.</p> <p>Para tanto, o financiado também deverá estar em dia com as prestações. O novo comprador (cessionário) é submetido à análise de crédito-padrão. Tanto para a transferência de dívidas, quanto para a substituição de garantias, são cobradas taxas de administração.</p> </div> <div data-bbox="1136 180 1292 831"> <p><b>l. Baixa do Gravame</b></p> <p>A baixa do gravame ocorre dez dias após a liquidação integral do contrato, a partir de um relatório gerado pelo sistema que relaciona os contratos inteiramente quitados. Esse procedimento está exclusivamente sob a supervisão de funcionários autorizados a exercer essa função.</p> </div>

## Descrição do Processo de Crédito e Cobrança (cont.)

### Crédito (cont.)

<p>Relaciona os procedimentos aplicados pelo Banco Panamericano no processo de concessão de crédito.</p>	<p>m. Arquivamento/Custódia</p> <p>Após as conferências e os apontamentos devidos, todo o processo é levado para arquivamento/custódia. Esse trabalho é realizado por empresa contratada, a Newspace Processamento e Sistemas Ltda. Em visita à empresa, foram realizados os seguintes procedimentos:</p> <p><b>Verificação Aleatória de dez Processos</b></p> <p>Com o intuito de verificação exclusiva do preenchimento dos contratos de financiamento de veículos, foi solicitada a apresentação de dez processos dessa natureza. Não foi constatado o preenchimento dos contratos, que estavam em branco, constando apenas a assinatura do financiado.</p> <p><b>Levantamento de Dados da Empresa</b></p> <p>O armazém da Newspace, destinado ao arquivamento e à custódia dos contratos do Panamericano, está localizado em Banueri - SP. Detém 8.000 m² de área total, sendo aproximadamente 400 m² destinados ao Panamericano.</p> <p><b>Verificação de Controles de Acesso</b></p> <p>Os funcionários acessam as dependências da Newspace por meio de crachá. No caso de visitantes, o acesso é liberado a partir de autorização prévia.</p> <p><b>Identificação de Mecanismos de Segurança</b></p> <p>Os seguintes mecanismos de segurança do ambiente foram identificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Vigilância 24 horas</li> <li>• Portões "gaiola" na entrada principal</li> <li>• Extintores de incêndio</li> <li>• Hidrantes a cada 30 metros</li> <li>• Alarmes anti-incêndio</li> <li>• Câmeras de vigilância</li> <li>• Sensores de fumaça</li> </ul> <p>Adicionalmente, segundo informações obtidas com a Gerência da Newspace, os processos contratuais são identificados em séries numéricas e organizados cronologicamente, o que facilita a sua localização.</p>	<p><b>Diferenciação de Análises de Crédito por Loja</b></p> <p>Com o intuito de atuação nos critérios de concessão de crédito de cada loja conveniada ao Panamericano, ao final de cada mês, a Central de Crédito executa um ranking de todas as suas lojas, que tem como parâmetro a oscilação dos últimos três meses do índice First Payment Default (FDP).</p> <p>Com base nessas informações, as lojas que tiveram seu índice acima da média até determinado limite receberão um sinal de alerta, indicando que passam a ser observadas de forma mais incisiva por sua filial.</p> <p>Lojas com índices acima da média e que superem esse determinado limite sofrerão alterações nas suas políticas de crédito, o que tornará seus critérios de concessão de crédito mais rigorosos. As mudanças incluem:</p> <p>Diminuição do percentual máximo de valor financiado em relação ao valor do bem</p> <p>Exigência de pontuação mais elevada no Credit Scoring, para aprovação de crédito</p> <p>As políticas de crédito adotadas pelo Panamericano variam de "A" a "G", conforme oscilação no seu grau de rigor. Lojas com políticas "A" apresentam percentual máximo de valor financiado em relação ao valor do bem mais elevado e a exigência de pontuação no Credit Scoring para a aprovação é menor se comparada às lojas com políticas "G". Dessa forma, para agir sobre uma performance de pagamentos ruim de determinada loja, são adotadas políticas de crédito "B", "C", "D" até "G".</p> <p><b>Teste de Aderência</b></p> <p>Objetivando testar a aderência das políticas de crédito diferenciadas por loja, foram realizados procedimentos de simulação a partir da seleção de duas lojas (uma com a política de crédito "A" - "Loja A" - e a outra com a "G" - "Loja G"). Sobre cada uma das lojas foram realizados procedimentos de análise de crédito, nos quais os seguintes parâmetros comuns foram adotados:</p> <p>Lojas selecionadas:</p> <p>"Loja A", código 41.593-6, filial Goiânia</p> <p>"Loja G", código 41.449-2, filial Goiânia</p>
--	---	---

## Descrição do Processo de Crédito e Cobrança (cont.)

### Crédito (cont.)

<p>Relaciona os procedimentos aplicados pelo Banco Panamericano no processo de concessão de crédito.</p>	<p>Dados do cliente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Solteiro</li> <li>• Sexo: masculino</li> <li>• Renda: R\$ 3.000,00 com CLT</li> <li>• Idade: 26 anos</li> <li>• Naturalidade: São Paulo-SP</li> <li>• Portador de conta-corrente desde setembro de 2004</li> </ul> <p>* Este cliente não apresenta negativas em órgãos de proteção ao crédito (SPC e Serasa), seu CPF está regularizado e não há endividamentos encontrados no site do Bacen.</p> <p>Dados da garantia:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Modelo: Fiat Palio ELX 1.0 8V 4 portas</li> <li>• Ano do modelo: 2004</li> <li>• Valor Molicar: R\$ 24.275,00</li> <li>• Dados do financiamento:</li> <li>• Valor da entrada: R\$ 2.500,00</li> <li>• Valor financiado: R\$ 21.775,00</li> <li>• Percentual do valor financiado em relação ao valor Molicar: 89,70%</li> <li>• Quantidade de prestações: 36</li> </ul> <p>A partir desses parâmetros, foram obtidos os seguintes resultados:</p> <p><b>Análise de Crédito "Loja A":</b></p> <p>Crédito previamente aprovado, aguardando confirmação de funcionário com alçada correspondente ao valor financiado.</p> <p><b>Análise de Crédito "Loja G":</b></p> <p>Crédito reprovado. Motivo: o percentual máximo de financiamento em relação ao valor do bem, de acordo com as políticas da "Loja G", é de 80%, inferior ao percentual adotado na simulação.</p> <p>Efetivamente foram encontradas maiores restrições para a concessão de crédito na "Loja G".</p>
<p><b>Outras Métricas de Performance</b></p> <p>Ainda, com o objetivo de mensuração do desempenho das filiais, mensalmente é emitido pela área de Crédito um relatório que aponta um ranking das filiais. Esse relatório apresenta os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Índices de PDD</li> <li>• Índices First Payment Default (FDP)</li> <li>• Percentuais de atraso acima de 60 dias</li> </ul> <p><b>Prevenção a Fraudes e Re-análise</b></p> <p>Adicionalmente, o Panamericano dispõe de um departamento de prevenção a fraudes e re-análise, composto por treze pessoas. Suas atividades contemplam os itens destacados a seguir:</p> <p><b>Verificação de Procedimentos de Crédito e Formalização</b></p> <p>A partir de amostragens pré-determinadas, é realizado constantemente o trabalho de revisão dos procedimentos de crédito, verificando a sua conformidade em relação às políticas de crédito e de formalização adotadas, bem como, a constatação de eventuais indícios de fraudes.</p> <p>O resultado destes procedimentos implica, no caso de verificação de falhas internas, no treinamento e reforço de pessoal, bem como, em casos mais específicos, na demissão de funcionários. Sendo constatados fraudes, há o acionamento do departamento jurídico, que se encarregará dos casos.</p> <p>O trabalho realizado pode apontar ainda a relação de incidência de irregularidades encontradas nos procedimentos de concessão de crédito e formalização, no intuito de propor melhorias, conforme segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamento de contratos com ausência de assinatura do cliente</li> <li>• Estatísticas de contratos com a existência de apenas um telefone informado</li> <li>• Tentativa de localização do cliente em sua residência e/ou trabalho, sem sucesso</li> <li>• Outras Irregularidades</li> </ul>	

## Descrição do Processo de Crédito e Cobrança (cont.)

Relaciona os procedimentos aplicados pelo Banco Panamericano no processo de concessão de crédito.	Atuação em Lojas/Filiais	Tempo de Emprego
	<p>Mensalmente é realizado o levantamento de produção por lojas e por filiais. Lojas ou filiais que estejam produzindo acima da média histórica observada ou com volumes superiores a seu potencial, são destacadas pelas áreas comercial e de crédito, podendo ser objetos de acionamento e inspeção.</p> <p>Nestes casos, é realizada re-análise pontual sobre uma amostragem de itens, no intuito de constatação de indícios de fraudes ou irregularidades na concessão do crédito. É produzido, a partir de tais análises, um "Relatório de Prevenção a Fraudes", destacando as recomendações e observações pertinentes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mínimo de um ano ou seis meses, com no mínimo dois anos no emprego anterior;</li> <li>• Para pessoa jurídica, empresa aberta há no mínimo dois anos.</li> </ul>
	<p><b>Atuação Junto à Área de Cobrança e FPD (First Payment Default)</b></p> <p>A área de cobrança detém relacionamento com a área de prevenção a fraudes e re-análise, informando, entre outros, os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação de cheques devolvidos em elevado volume para determinadas localidades</li> <li>• Lista de clientes que desconhecem a existência do financiamento</li> <li>• Relação de clientes com atraso na primeira parcela contratual</li> <li>• Sobre estes casos, também são realizados procedimentos de avaliação com base em amostragem.</li> </ul>	<p><b>Tempo de Conta-corrente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mínimo de seis meses de conta aberta.</li> </ul> <p><b>Créditos Proibidos</b></p> <p>Conforme políticas, é proibida a concessão de crédito para entidades sem fins lucrativos, sindicatos, escolas públicas, prefeituras, creches, igrejas, frotas e residentes em pensões.</p>
	<p><b>Parâmetros para Concessão de Crédito - Veículos Leves</b></p> <p><b>Tipos de Pessoa</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pessoas física e jurídica.</li> </ul> <p><b>Limites de Idade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Idade mínima de 18 anos;</li> <li>• Para clientes com idade superior a 70 anos, adota-se um maior critério de análise. Caso haja a necessidade, é solicitada a presença de um Avalista.</li> </ul> <p><b>Procedências</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assalariados e demais ocupações: um telefone fixo (residencial ou comercial) e um de referência;</li> <li>• Autônomos e informais: um telefone fixo residencial ou dois de referência.</li> </ul>	<p><b>Comprometimento de Renda, Prazos e Percentuais de Financiamento</b></p> <p>As condições relativas a prazos de financiamento, percentuais máximos de financiamento e respectivos comprometimentos de renda para veículos leves são enquadradas e parametrizadas no sistema conforme apresentado nos Anexos I e II.</p> <p><b>Alçadas para Aprovação de Crédito</b></p> <p>As alçadas para liberação de crédito de veículos leves devem ser obedecidas conforme apresentado no Anexo III.</p>



## Descrição do Processo de Crédito e Cobrança (cont.)

### Crédito (cont.)

<p>Relaciona os procedimentos aplicados pelo Banco Panamericano no processo de concessão de crédito.</p>	<table> <tr> <td data-bbox="321 178 552 1633"> <p><b>Parâmetros para Concessão de Crédito - Veículos Pesados</b></p> <p><b>Tipos de Pessoa</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pessoas físicas e jurídicas.</li> </ul> <p><b>Limite de Idade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Idade mínima de 21 anos;</li> <li>• Idade máxima de 65 anos. As exceções para maiores de 65 anos são realizadas na presença de Avalista.</li> </ul> <p><b>Procedências</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Um telefone fixo do trabalho, um de residência ou um de referência pessoal.</li> </ul> <p><b>Tempo de Emprego</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pessoa física: mínimo de dois anos de atividade comprovada;</li> <li>• Pessoa jurídica: mais de dois anos de atividade, com intervenção do sócio majoritário.</li> </ul> <p><b>Tipo de Atividade</b></p> <p>Destinação às pessoas físicas e jurídicas que tenham como principal atividade econômica o transporte de cargas ou de passageiros, como caminhoneiros autônomos, proprietários rurais, silitantes, comerciantes de material de construção ou pequenos empresários de transportes urbanos.</p> <p>Os proponentes não devem ser iniciantes na atividade e devem comprovar experiência no ramo de transporte de cargas e passageiros ou atividades correlacionadas.</p> <p><b>Tempo de Conta-corrente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mínimo de seis meses de conta aberta.</li> </ul> </td><td data-bbox="552 178 1315 1633"> <p><b>Créditos Proibidos</b></p> <p>No caso de veículos pesados, fica proibida a concessão de crédito para quaisquer entidades sem fins lucrativos, sindicatos, escolas públicas, creches, igrejas, frotas, residentes em pensões, alojamentos, albergues, áreas não regulamentadas, por procurações, lojistas de veículos e clientes que não possuam experiência na atividade de transportes de cargas e passageiros ou atividades correlacionadas.</p> <p><b>Veículos não Financiáveis</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Carretas</li> <li>• Puma</li> <li>• Dodge</li> </ul> <p><b>Comprometimento de Renda, Prazos e Percentuais de Financiamento</b></p> <p>As condições relativas a prazos de financiamento, percentuais máximos de financiamento e comprometimentos de renda para veículos pesados são enquadradas e parametrizadas no sistema conforme apresentado no Anexo IV.</p> <p><b>Alçadas para Aprovação de Crédito</b></p> <p>As alçadas para liberação de crédito para veículos pesados devem ser obedecidas conforme Anexo VI.</p> </td></tr> </table>	<p><b>Parâmetros para Concessão de Crédito - Veículos Pesados</b></p> <p><b>Tipos de Pessoa</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pessoas físicas e jurídicas.</li> </ul> <p><b>Limite de Idade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Idade mínima de 21 anos;</li> <li>• Idade máxima de 65 anos. As exceções para maiores de 65 anos são realizadas na presença de Avalista.</li> </ul> <p><b>Procedências</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Um telefone fixo do trabalho, um de residência ou um de referência pessoal.</li> </ul> <p><b>Tempo de Emprego</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pessoa física: mínimo de dois anos de atividade comprovada;</li> <li>• Pessoa jurídica: mais de dois anos de atividade, com intervenção do sócio majoritário.</li> </ul> <p><b>Tipo de Atividade</b></p> <p>Destinação às pessoas físicas e jurídicas que tenham como principal atividade econômica o transporte de cargas ou de passageiros, como caminhoneiros autônomos, proprietários rurais, silitantes, comerciantes de material de construção ou pequenos empresários de transportes urbanos.</p> <p>Os proponentes não devem ser iniciantes na atividade e devem comprovar experiência no ramo de transporte de cargas e passageiros ou atividades correlacionadas.</p> <p><b>Tempo de Conta-corrente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mínimo de seis meses de conta aberta.</li> </ul>	<p><b>Créditos Proibidos</b></p> <p>No caso de veículos pesados, fica proibida a concessão de crédito para quaisquer entidades sem fins lucrativos, sindicatos, escolas públicas, creches, igrejas, frotas, residentes em pensões, alojamentos, albergues, áreas não regulamentadas, por procurações, lojistas de veículos e clientes que não possuam experiência na atividade de transportes de cargas e passageiros ou atividades correlacionadas.</p> <p><b>Veículos não Financiáveis</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Carretas</li> <li>• Puma</li> <li>• Dodge</li> </ul> <p><b>Comprometimento de Renda, Prazos e Percentuais de Financiamento</b></p> <p>As condições relativas a prazos de financiamento, percentuais máximos de financiamento e comprometimentos de renda para veículos pesados são enquadradas e parametrizadas no sistema conforme apresentado no Anexo IV.</p> <p><b>Alçadas para Aprovação de Crédito</b></p> <p>As alçadas para liberação de crédito para veículos pesados devem ser obedecidas conforme Anexo VI.</p>
<p><b>Parâmetros para Concessão de Crédito - Veículos Pesados</b></p> <p><b>Tipos de Pessoa</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pessoas físicas e jurídicas.</li> </ul> <p><b>Limite de Idade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Idade mínima de 21 anos;</li> <li>• Idade máxima de 65 anos. As exceções para maiores de 65 anos são realizadas na presença de Avalista.</li> </ul> <p><b>Procedências</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Um telefone fixo do trabalho, um de residência ou um de referência pessoal.</li> </ul> <p><b>Tempo de Emprego</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pessoa física: mínimo de dois anos de atividade comprovada;</li> <li>• Pessoa jurídica: mais de dois anos de atividade, com intervenção do sócio majoritário.</li> </ul> <p><b>Tipo de Atividade</b></p> <p>Destinação às pessoas físicas e jurídicas que tenham como principal atividade econômica o transporte de cargas ou de passageiros, como caminhoneiros autônomos, proprietários rurais, silitantes, comerciantes de material de construção ou pequenos empresários de transportes urbanos.</p> <p>Os proponentes não devem ser iniciantes na atividade e devem comprovar experiência no ramo de transporte de cargas e passageiros ou atividades correlacionadas.</p> <p><b>Tempo de Conta-corrente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mínimo de seis meses de conta aberta.</li> </ul>	<p><b>Créditos Proibidos</b></p> <p>No caso de veículos pesados, fica proibida a concessão de crédito para quaisquer entidades sem fins lucrativos, sindicatos, escolas públicas, creches, igrejas, frotas, residentes em pensões, alojamentos, albergues, áreas não regulamentadas, por procurações, lojistas de veículos e clientes que não possuam experiência na atividade de transportes de cargas e passageiros ou atividades correlacionadas.</p> <p><b>Veículos não Financiáveis</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Carretas</li> <li>• Puma</li> <li>• Dodge</li> </ul> <p><b>Comprometimento de Renda, Prazos e Percentuais de Financiamento</b></p> <p>As condições relativas a prazos de financiamento, percentuais máximos de financiamento e comprometimentos de renda para veículos pesados são enquadradas e parametrizadas no sistema conforme apresentado no Anexo IV.</p> <p><b>Alçadas para Aprovação de Crédito</b></p> <p>As alçadas para liberação de crédito para veículos pesados devem ser obedecidas conforme Anexo VI.</p>		

## Descrição do Processo de Crédito e Cobrança (cont.)

### Cobrança

Relaciona os procedimentos aplicados pelo Banco Panamericano no processo de cobrança.

#### Procedimentos de Cobrança de Créditos em Atraso

O sistema de cobrança do Panamericano tem o objetivo de acompanhar, controlar e atuar de forma efetiva e preventiva na inadimplência dos contratos de financiamento de veículos automotores, reduzindo seus efeitos e custos.

#### Estrutura de Cobrança

A área de Cobrança tem a seguinte estrutura:

- Gerente-geral de Cobrança
- Gerente de Cobrança Específica de Veículos
- Seis Gerentes Regionais
- 17 Analistas
- 40 funcionários, entre Atendentes e Auxiliares de Cobrança
- Assessorias terceirizadas

#### Régua de Cobrança

A cobrança em atraso segue uma régua que define a linha de tempo relativa ao atraso no pagamento de parcelas contratuais. Para cada intervalo de tempo decorrido de atraso há uma ação diferenciada considerada para a atuação de cobrança. Destaca-se, a seguir, o tratamento dado a cada período de atraso transcorrido.

- A partir do 15º dia de atraso - Inicia-se o processo de cobrança conduzido pelos escritórios de cobrança terceirizados;
- Do 15º ao 45º dia de atraso - Ocorre cobrança amigável, por meio de contatos telefônicos ou correspondências. O caráter dessa cobrança é mais comercial, sendo realizada uma pesquisa sobre o motivo do não-pagamento da parcela pelo financiado, procurando solucionar a situação de atraso. Nesta fase, os seguintes instrumentos de cobrança podem ser utilizados:
- Contato com o cliente em intervalos de três dias, por meio de cobrança telefônica;
- Envio de cartas de cobrança;
- Pesquisas cadastrais que permitam a localização de clientes não encontrados.

- 45º dia - Ocorre negativação do financiado no SPC e na Serasa;
- A partir do 45º dia - Ocorrem ações diferenciadas.

As empresas terceirizadas de cobrança, contact centers, estão espalhadas pelas regiões de atuação do Panamericano. As suas principais funções são as de efetuar a cobrança do 15º ao 45º dia de atraso. Essas empresas possuem certa autonomia para determinações de suas estratégias de recuperação. A sua remuneração é variável e calculada de acordo com o total de recuperações efetuadas e seu respectivo volume financeiro ao longo do mês.

A partir do 45º dia de atraso, o movimento de cobrança das parcelas em atraso dos contratos de financiamento inadimplidos segue regras específicas para diferentes situações de atraso, sendo feito um tratamento diferenciado dos clientes, que são segregados em graus de risco, como segue:

- Altíssimo risco
- Alto risco
- Médio risco
- Baixo risco

Essas operações são enviadas para assessorias jurídicas que dão início à cobrança por meios judiciais. Os detalhes de cada uma das classificações são apresentadas a seguir:

#### Altíssimo Risco

Correspondem às operações em atraso que tenham o inadimplemento na primeira ou segunda parcela e que possuam valor superior a R\$ 350,00 ou saldo devedor do contrato superior a R\$ 15.000,00. Nesses casos, já no 46º dia inicia-se a cobrança judicial.

#### Alto Risco

Correspondem às operações em atraso que tenham o inadimplemento na 1ª ou 2ª parcelas, que possuam valor inferior a R\$ 350,00 ou saldo devedor do contrato entre R\$ 10.000,00 e R\$ 14.999,99. Nesse caso, o cliente é notificado no 66º dia, com envio dos contratos à assessoria jurídica, iniciando-se a cobrança judicial.

## Descrição do Processo de Crédito e Cobrança (cont.)

Relaciona os procedimentos aplicados pelo Banco Panamericano no processo de cobrança.	<p><b>Médio Risco</b></p> <p>Correspondem às operações que estão em situação de inadimplemento e cujo saldo devedor do contrato está entre R\$ 6.000,00 e R\$ 9.999,99. Nesses casos, o cliente é notificado após o 8º dia.</p> <p><b>Baixo Risco</b></p> <p>Correspondem às operações que estão em situação de inadimplemento e saldo devedor do contrato entre R\$ 3.000,00 e R\$ 5.999,99. Nestes casos, o cliente é notificado após o 11º dia.</p> <p>O valor mínimo para que se ajuíze uma ação é de R\$ 3.000,00. Para valores inferiores a este, os custos dos processos tornam-se muito relevantes em relação ao total devido, inviabilizando a recuperação do crédito.</p> <p>As assessorias judiciais, de acordo com a ocasião, podem utilizar-se dos seguintes procedimentos:</p> <p><b>Devolução Amigável</b></p> <p>O cliente pode, a qualquer momento, efetuar a devolução do bem amigavelmente. A possibilidade de quitação ou não do saldo devedor será analisada pela assessoria ou filial.</p> <p><b>Refinanciamento de Veículos</b></p> <p>Para os casos em que há parcelas vencidas e o cliente, por algum motivo, não liquida as parcelas no prazo acordado, é realizada uma nova análise de crédito, buscando-se o alongamento da dívida e a diminuição do valor da parcela antes de se buscar a retomada do bem.</p> <p>O objetivo do refinanciamento de veículos é a redução dos índices de inadimplência, possibilitando que o cliente permaneça com seu bem. Nesse tipo de operação, há a baixa do contrato anterior e a formalização de um novo contrato.</p> <p>Os critérios para refinanciamento de contratos incluem, entre outros, os seguintes parâmetros:</p> <p>Clientes que já tenham efetuado o pagamento de no mínimo 20% do contrato;</p> <p>Contratos com prazo de atraso entre 120 e 360 dias;</p> <p>Na negociação de um novo financiamento, valor da nova parcela não superior a 90% do valor da parcela do contrato anterior;</p> <p><b>Solicitação de uma nova vistoria na garantia, classificando o estado do veículo.</b></p> <p><b>Busca e Apreensão</b></p> <p>São acionados os procedimentos de busca e apreensão nos casos em que não haja mais possibilidades de recuperação dos créditos inadimplidos. Todas as garantias levadas a busca e apreensão passam pelo procedimento de verificação de sua viabilidade, já que incorrem em custos de leilão, estacionamento, advogados, depreciação do veículo etc.</p> <p><b>Ação de Depósito</b></p> <p>Caso a Assessoria Jurídica não consiga efetuar busca e apreensão, passará a requerer dentro do próprio processo a conversão deste para uma ação de depósito, no intuito de obter um parecer favorável ao Panamericano, para que o cliente efetue o pagamento ou devolva o bem dentro do prazo estabelecido.</p> <p><b>Ação de Execução</b></p> <p>Essa ação deve ser proposta nos casos em que há a comprovação efetiva de que o cliente não detém mais o bem objeto da garantia em seu poder. O objetivo é garantir o pagamento da dívida mediante a substituição do bem garantidor da operação.</p> <p><b>Assessorias Terceirizadas</b></p> <p>Segundo informações obtidas com a Gerência de Cobrança, as atividades exercidas pelas assessorias terceirizadas deverão estar contidas em contratos de prestação de serviços, assinados com o Panamericano.</p> <p>Em relação à troca de informações, os dados referentes a contratos inadimplentes são enviados às assessorias por meio de arquivos eletrônicos pela Central de Cobrança do Panamericano.</p> <p>Periodicamente são realizadas campanhas para melhoria na eficiência de cobrança, com o objetivo de aumentar os índices de recuperação de créditos inadimplentes. Tais campanhas baseiam-se em situações especiais para pagamentos de créditos inadimplidos, compensações por desempenho etc.</p>
---	---



## Descrição do Processo de Crédito e Cobrança (cont.) Cobrança (cont.)

Relaciona os procedimentos aplicados pelo Banco Panamericano no processo de cobrança.

### Controles da Cobrança de Contratos com Parcelas em Atraso

São periodicamente gerados relatórios pela área de Cobrança do Panamericano:

- Relatórios de inadimplência por regional, contact centers e assessorias
- Relatórios de performance por faixas de atraso
- Relatórios gerais de inadimplência

Entre os relatórios de acompanhamento de performance, os principais são:

#### **Relatório PDD**

Relaciona, para cada regional e cada assessoria, os índices de recuperação por faixas de atraso: C, D, E, F, G e H. Com base nesses índices, são realizados os acompanhamentos e ações direcionadas de incentivo.

#### **Relatório de Recuperação LP**

Avalia-se, a partir da variação mensal, o percentual e o valor recuperado final em relação às assessorias e regionais, em três grupos de faixa de atraso (Grupo 1: 361 a 720 dias, Grupo 2: 721 a 1.080 dias e Grupo 3: acima de 1.081 dias). São então estipuladas metas e pontuações específicas em cada faixa avaliada, obtendo-se ao final a média de recuperação.



**Descrição do Processo de Crédito e Cobrança (cont.)**  
**Anexo I - Financiamento de Automóveis**

Tipo de veículo	Anos de uso	Planos	Renda bruta - %	% Máximo de financiamento
Nacionais - Passeio	Até 10 anos	Até 36 meses	33%	80% do bem
Importados e utilitários <sup>2</sup>	Até 10 anos	Até 36 meses	33%	80% do bem
Nacionais - Passeio, importados e utilitários	Até 5 anos	De 37 a 48 meses	25%	80% do bem
Nacionais - Passeio, importados e utilitários <sup>1</sup>	Até 3 anos	Até 60 meses	25%	80% do bem
Velhinhos <sup>3</sup>	11 a 15 anos	Até 36 meses	33%	80% do bem
Velhinhos <sup>3</sup>	16 a 19 anos	Até 24 meses	33%	70% do bem
Táxi usado	1 a 3 anos	Até 24 meses	33%	70% do bem
Táxi usado	4 a 5 anos	Até 24 meses	33%	50% do bem
Táxi	0 km	Até 48 meses	33%	80% do bem

<sup>1</sup> Somente para concessionárias, assalariados, aposentados e profissionais liberais.

<sup>2</sup> Exceto para: Peugeot, Renault, Citroën, Daewoo, Daihatsu, Hyundai, Mazda e Subaru (para estes, percentual máximo de 60% e prazo de 24 meses). Os veículos de marcas estrangeiras fabricados no Brasil, tais como Golf, Renault, Peugeot, Mercedes-Benz e Audi, são enquadrados como nacionais.

<sup>3</sup> Somente para assalariados, pensionistas e profissionais liberais.

## Descrição do Processo de Crédito e Cobrança (cont.)

### Anexo II - Financiamento de Motos

Tipo de Veículo	Anos de uso	Planos	Renda bruta - %	% Máximo de financiamento
Nacionais - Até 350 cc	0 km	Até 36 meses	33	90% do bem
Nacionais - Até 350 cc	1 a 5 anos	Até 36 meses	25	80% do bem
Nacionais - Acima de 350 cc	0 km	Até 36 meses	33	90% do bem
Nacionais - Acima de 350 cc	1 a 10 anos	Até 36 meses	33	80% do bem
Importada - Até 350 cc <sup>1</sup>	0 km	Até 36 meses	33	90% do bem
Importada - Acima de 350 cc	0 km	Até 36 meses	33	90% do bem
Importada - Acima de 350 cc	1 a 5 anos	Até 36 meses	25	80% do bem
Nacionais Honda/Yamaha <sup>2</sup>	0 km	Até 36 meses	33	90% do bem

<sup>1</sup> Somente para assalariados com mínimo de dois anos, aposentados e pensionistas, profissionais liberais e servidores públicos.

<sup>2</sup> Somente para assalariados, aposentados, pensionistas e profissionais liberais.

**Descrição do Processo de Crédito e Cobrança (cont.)**  
**Anexo III - Alçadas para Aprovação de Crédito - Veículos Leves**

Limites de alçadas	
Função	Limite - Valor (R\$)
Analista Tr./Jr./Pl./Sr.	Até 8.000,00
Encarregado	Até 15.000,00
Coordenador de Crédito	Até 20.000,00
Supervisor	Até 30.000,00
Comitê	De 30.001,00 até 70.000,00
Comitê e Diretoria	De 70.001,00 até 120.000,00
Comitê, Diretoria e Vice-presidência	De 120.001,00 até 300.000,00
Holding	Acima de 300.001,00

\* O Comitê de Crédito é composto por no mínimo quatro representantes da área de Crédito, podendo ser Coordenadores, Supervisores ou Gerentes, e um representante da área Comercial. A aprovação será validada somente quando se obtiver parecer favorável de mais de 50% dos integrantes.



**Descrição do Processo de Crédito e Cobrança (cont.)**  
**Anexo IV - Financiamento de Caminhões**

Marca do veículo	Anos de uso	Planos	Renda bruta - %	% máximo de financiamento
MB, Volvo, Scania, VW, Ford e GM	0 km a 5 anos	Até 48 meses	33	80% do bem
MB, Volvo, Scania, VW, Ford e GM	6 a 10 anos	Até 36 meses	33	70% do bem
MB, Volvo, Scania, VW, Ford e GM	11 a 15 anos	Até 36 meses	33	70% do bem
MB, Volvo, Scania, VW, Ford e GM	16 a 20 anos	Até 36 meses	33	60% do bem
MB, Volvo, Scania, VW, Ford e GM	21 a 25 anos	Até 24 meses	33	60% do bem
MB, Volvo, Scania, VW, Ford e GM	26 a 30 anos	Até 24 meses	33	50% do bem
Iveco, Agrale	0 km	Até 36 meses	33	70% do bem
Iveco, Agrale	1 a 5 anos	Até 24 meses	33	50% do bem



**Descrição do Processo de Crédito e Cobrança (cont.)**  
**Anexo V - Financiamento de Ônibus, Utilitários e Vans**

Tipo de veículo	Anos de uso	Planos	Renda bruta - %	% máximo de financiamento
Nacionais	0 km a 5 anos	Até 36 meses	33	70% do bem
Nacionais	6 a 10 anos	Até 24 meses	33	50% do bem
Vans importadas (Asia, Hyundai e Kia)	0 km	Até 36 meses	33	70% do bem
Vans importadas (Asia, Hyundai e Kia)	1 a 5 anos	Até 24 meses	33	50% do bem



**Descrição do Processo de Crédito e Cobrança (cont.)**  
**Anexo VI - Alçadas para Aprovação de Crédito - Veículos Pesados**

Limites de alçadas	
Função	Limite - Valor (R\$)
Analista Tr./Jr.	Até 10.000,00
Analista Pleno	Até 15.000,00
Analista Sênior	Até 25.000,00
Encarregado de Crédito	Até 30.000,00
Coordenador de Crédito	Até 40.000,00
Supervisor de Crédito	Até 50.000,00
Comitê	De 50.001,00 até 70.000,00
Comitê e Diretoria	De 70.001,00 até 150.000,00 <sup>1</sup>

•Valor máximo de financiamento até R\$ 150.000,00.

\*\* As normas do Comitê de Crédito seguem os mesmo critérios dos veículos leves.

## Descrição do Processo de Crédito e Cobrança (cont.)

### Anexo VII - Testes de Aderência

<p>Relaciona os testes de aderência realizados sobre o processo de crédito do Banco Panamericano.</p>	<div> <div> <b>Testes de Aderência</b> <p>Selecionamos uma amostra de 50 contratos identificados a partir da base de dados fornecida pelo Banco Panamericano. Dessa amostra, foram apresentados os contratos e respectivos documentos arquivados, sobre os quais foram adotados os procedimentos relacionados a seguir.</p> <p><b>Procedimento I</b></p> <p>Comparação dos seguintes itens identificados nos contratos com os apresentados no sistema:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Número do CPF</li> <li>• Data de liberação da operação</li> <li>• Quantidade de parcelas</li> <li>• Valor das parcelas</li> <li>• Taxa de juros do financiamento</li> <li>• Valor liberado</li> </ul> <p><b>Resultados Obtidos</b></p> <p>Não encontramos divergências.</p> <p><b>Procedimento II</b></p> <p>Verificação do preenchimento da via física dos contratos, devidamente assinados.</p> <p><b>Resultados Obtidos</b></p> <p>Todos os contratos foram apresentados preenchidos e assinados.</p> <p><b>Procedimento III</b></p> <p>Verificação dos seguintes itens, referentes ao cliente, anexados ao contrato:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cópia do RG</li> <li>• Cópia do CPF</li> <li>• Nota promissória</li> <li>• Comprovante de Residência</li> <li>• Comprovante de Renda</li> <li>• Proposta de crédito</li> </ul> </div> <div> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Autorização de pagamento</li> </ul> <p><b>Resultados Obtidos</b></p> <p>Todos os documentos foram encontrados, com exceção do comprovante de renda, não apresentado para cinco contratos, a saber:</p> <p>1511279</p> <p>3494414</p> <p>4897776</p> <p>7248127</p> <p>9145586</p> <p><b>Procedimento IV</b></p> <p>Verificação dos seguintes itens, referentes à garantia, anexados ao contrato:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• DUT do veículo</li> <li>• Nota fiscal</li> <li>• Gravame do veículo em nome do Panamericano</li> </ul> <p><b>Resultados Obtidos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não encontramos divergências.</li> </ul> </div> </div>
---	--



(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

#### **ANEXO IV**

*Este Anexo é parte integrante do “Prospecto da Distribuição de Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I”*

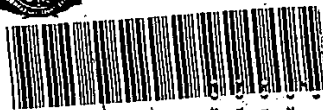
#### **ESTATUTO SOCIAL DO BANCO PANAMERICANO**

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO  
300507/06-9



BANCO PANAMERICANO S/A  
CNPJ(MF) nº 59.285.411/0001-13  
NIRE nº 35.300.012.879

34º 03-04-2006 34º  
ELABORADO POR:  
ANTONIO MARCOS DOS SANTOS DIAS  
ANDRÉ AUGUSTO VALENTE PUNSKI  
RICARDO RUSSO DE OLIVEIRA  
ESCREVENTES AUTORIZADOS  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE  
POR AUTENTICAÇÃO R\$ 1,70

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2005**

**DATA, HORÁRIO E LOCAL** - 28 de novembro de 2005, às 8:00 horas, em sua sede social localizada, na Avenida Paulista nº 2.240, no bairro de Cerqueira César, em São Paulo, Capital;

**PRESENÇA** - compareceram acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verificou pelas assinaturas constantes do "Livro de Presença de Acionistas" da sociedade;

**MESA DIRETORA** - a Assembléia foi instalada pelo 1º Diretor Conselheiro, Dr. Luiz Sebastião Sandoval presidida pelo Diretor Superintendente, sr. Rafael Palladino e secretariada pelo Diretor Operacional, sr. Wilson Roberto de Aro;

**CONVOCAÇÃO** - dispensada a convocação prévia conforme o disposto no parágrafo quarto do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, em virtude do comparecimento da totalidade dos acionistas;

*(Handwritten signatures)*

## Garanta Tática em São Paulo - II

11-11-68

**Claudio Carvano**  
**ANALISTA**

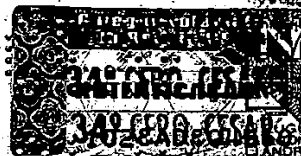
DO 34º SUBDISTRITO CERQUEIRA CESAR  
RUA FREI CARLOS, 242 - 8º - CAPTA  
DOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA - OFICIAL  
Autentico esta cópia reprográfica  
conforme o original e não apresentado  
foufe.

34<sup>2</sup> 03-04-2006

34

EUGENIO ANTONIO MARCOS DOS SANTOS DIAS  
 ANDRE AUGUSTO DE ALMEIDA PUNSKI  
 RIBEIRO DE OLIVEIRA  
 VÁLEZ  
 COLEÇÃO DE IDENTIFICADOR

[illegible]



03-04-2006

34º

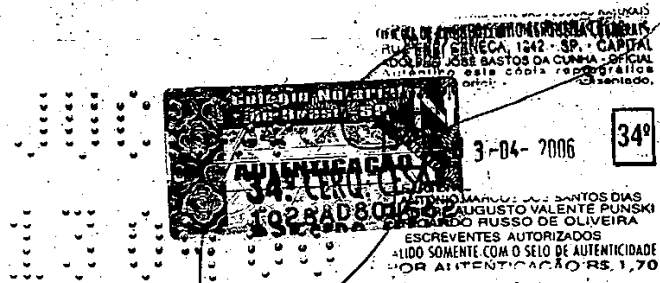
GENIO MARCOS DOS SANTOS DIAS  
JANDRE AUGUSTO VALENTE PUNSKI  
RICARDO RUSSO DE OLIVEIRA  
ESCREVEMOS AUTORIZADOS  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE  
POR AUTENTICIDADE R\$ 1,70

**ORDEM DO DIA** - (a) discutir e deliberar sobre um crédito de juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, o qual não será imputado ao dividendo mínimo obrigatório; (b) deliberar sobre aumento de capital social mediante o aproveitamento de quantia equivalente creditada aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, valor esse já líquido do Imposto de Renda na fonte; (c) deliberar sobre a alteração dos artigos quinto (5º) e sexto (6º) do Estatuto Social, em consequência do aumento do capital social; (d) deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social; e (e) outros assuntos de interesse social;

**DELIBERAÇÕES:** **PRIMEIRA** - em atendimento à matéria indicada na letra "a" da Ordem do Dia, foi aprovado um crédito de juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, no valor de **R\$9.999.899,29**, o qual não será imputado ao dividendo mínimo obrigatório;

**SEGUNDA** - passando ao item "b" da Ordem do Dia, foi aprovado o aumento do capital social em **R\$8.499.914,40**, mediante o aproveitamento de quantia equivalente creditada aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, valor esse já líquido do Imposto de Renda na fonte. Dessa forma, o capital social que era de **R\$299.164.761,90** passou, com o presente aumento, a ser de





**R\$307.664.676,30**, sem emissão de novas ações, alterando-se apenas o seu valor nominal que de **R\$7.392,25** passou para **R\$7.602,29**;

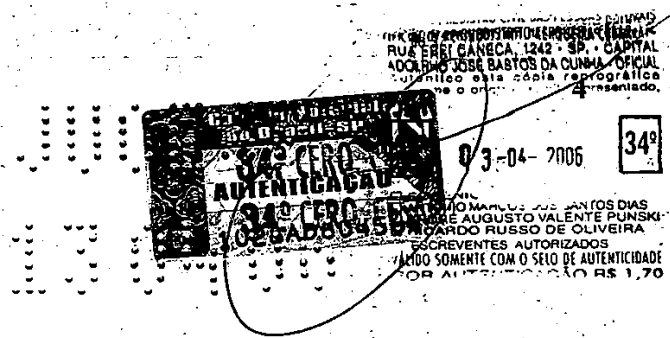
**TERCEIRA** - em atendimento ao contido no item "c" da Ordem do Dia e, por força das deliberações tomadas em relação ao aumento de capital, foram aprovadas as alterações dos artigos quinto (5º) e sexto (6º) do Estatuto Social que passaram a vigor com as seguintes redações: **"ARTIGO QUINTO (5º)** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de **R\$307.664.676,30** (trezentos e sete milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e setenta e seis reais e trinta centavos). **ARTIGO SEXTO (6º)** - O Capital social é dividido e representado por **40.470** (quarenta mil, quatrocentas e setenta) ações ordinárias, nominativas, todas do valor nominal de **R\$7.602,29** (sete mil, seiscentos e dois reais e vinte e nove centavos) cada, indivisíveis em relação à sociedade. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Por força de preceito legal, as ações se revestirão sempre da forma nominativa, sendo vedada a sua conversão ao portador";

*Quarta*

**QUINTA** - finalmente, reportando-se à matéria indicada na letra "d" da Ordem do dia e, em decorrência das alterações estatutárias anteriormente procedidas, foi aprovada a **CONSOLIDAÇÃO** do Estatuto Social, cujo texto encontra-se em apartado, fazendo, por conseguinte, parte integrante e indissolúvel da presente ata.

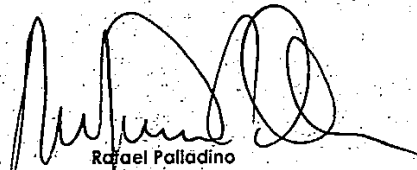


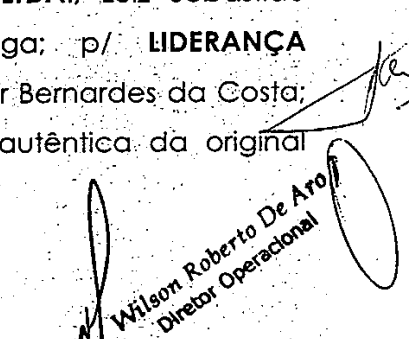


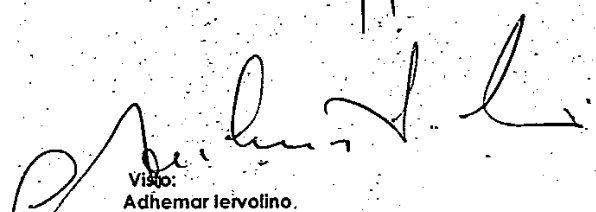


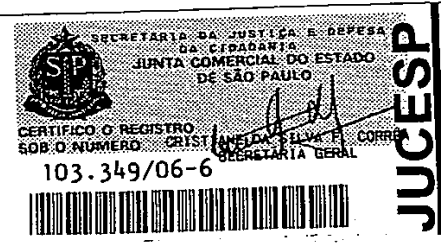
**QUORUM DAS DELIBERAÇÕES** - todas as deliberações foram aprovadas pela unanimidade dos acionistas presentes.

**ENCERRAMENTO** - leitura, aprovação e assinatura da ata. São Paulo, 28 de novembro de 2005. Rafael Palladino - Presidente da Mesa; - Wilson Roberto de Aro - Secretário. Acionistas presentes: p/ **BF UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA.**, João Pedro Fassina e Vilmar Bernardes da Costa, p/ **SILVIO SANTOS PARTICIPAÇÕES LTDA.**, Luiz Sebastião Sandoval e Sandra Regina Medeiros Braga; p/ **LIDERANÇA CAPITALIZAÇÃO S/A**, João Pedro Fassina e Vilmar Bernardes da Costa; e **HENRIQUE ABRAVANEL**. A presente, é cópia autêntica da original lavrada em livro próprio.

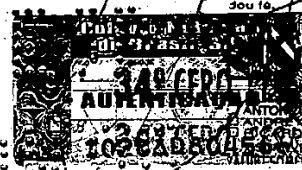
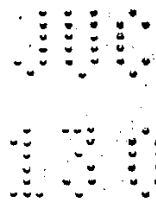
  
Rafael Palladino  
- Presidente da Mesa -

  
Wilson Roberto De Aro  
Diretor Operacional  
Wilson Roberto de Aro  
- Secretário -

  
Visto:  
Adhemar Iervolino.  
OAB/SP nº 17.763







3-04-7006

34º

Autenticado em 10/11/05  
POR FABI CANECA, 1242 SP - CAPITAL  
ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA - OFICIAL  
Autentico esta copia retrograda  
conforme a original  
apresentado,  
Sou lo

ANTONIO MARCOS DOS SANTOS DIAS  
JULIO VALENTE PUNSKI  
RUSO DE OLIVEIRA  
AUTORIZADOS  
AUTENTICARTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE  
DE AUTENTICACAO R\$ 1,70

**BANCO PANAMERICANO S.A.**  
**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO A PARTIR DA**  
**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2005.**

**CAPÍTULO PRIMEIRO (1º)**  
**DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**DENOMINAÇÃO**

**ARTIGO PRIMEIRO (1º)** - O **BANCO PANAMERICANO S.A.** é uma sociedade anônima que se regerá por estes Estatutos e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**SEDE**

**ARTIGO SEGUNDO (2º)** - O foro jurídico da sociedade é o da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde se acha instalada sua sede social. Poderá a sociedade, por deliberação de sua Diretoria, instalar filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do Território Nacional, observadas as disposições legais em vigor.

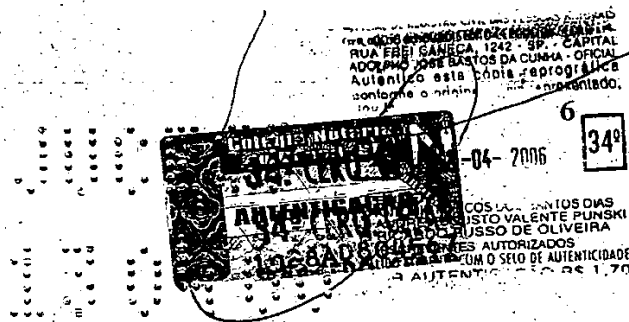
**OBJETO**

**ARTIGO TERCEIRO (3º)** - A sociedade tem como objeto social: **(a)** a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial e de crédito, financiamento e investimentos, inclusive câmbio); e **(b)** a administração de carteiras de investimentos, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo - II

**Claudio Carvalho**  
ANALISTA

EUGENIO MARCOS DOS SANTOS DIAS  
 ANTONIO AUGUSTO VALENTE PUNSKI  
 ANDRE RICARDO DE OLIVEIRA  
 RICARDO  
 ESCREVA  
 ALDO SOMA  
 POR AI



## DURAÇÃO

**ARTIGO QUARTO (4º)** - A sociedade vigorará por tempo indeterminado.

## CAPÍTULO SEGUNDO (2º) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

### CAPITAL SOCIAL

**ARTIGO QUINTO (5º)** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de **R\$307.664.676,30** (trezentos e sete milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e setenta e seis reais e trinta centavos).

### AÇÕES

**ARTIGO SEXTO (6º)** - O Capital social é dividido e representado por **40.470** (quarenta mil, quatrocentas e setenta) ações ordinárias, nominativas, todas do valor nominal de **R\$7.602,29** (sete mil, seiscentos e dois reais e vinte e nove centavos) cada uma, indivisíveis em relação à sociedade.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Por força de preceito legal, as ações se revestirão sempre da forma nominativa, sendo vedada a sua conversão ao portador.

**ARTIGO SÉTIMO (7º)** - As ações serão representadas por títulos simples ou múltiplos, sempre assinados por dois Diretores, com exceção do Diretor de Investimentos.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gabinete Técnico em São Paulo - II

DO 34º MIBDISTITO CEREJEIRA CESAR  
ROSA FREITAS LOPES DE OLIVEIRA  
ADOLPHO JOSE BASTOS DA SILVA - OFICIAL  
Autentico esta cópia reprográfica  
conforme o original e mim apresentado.  
Sou le.

34°

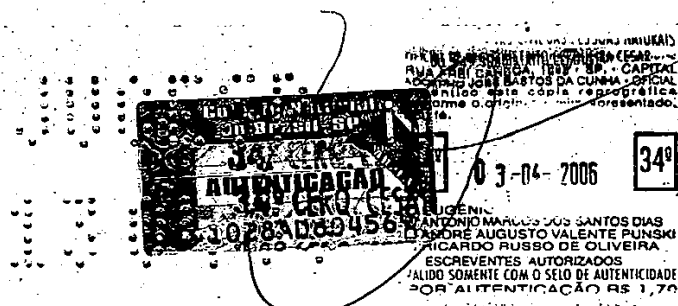
0

EUGEN  
ANTONIO  
ANDRE  
RICARD  
ESCREV  
ALDO SOM  
FOR AU

ANTONIO  
ESCREV  
ALDO SOM  
FOR AU

ANTONIO  
ESCREV  
ALDO SOM  
FOR AU





## AUMENTOS DE CAPITAL

**ARTIGO OITAVO (8º)** - Nos aumentos de capital por subscrição, a Assembléa que os deliberar fixará as condições para a realização das prestações que forem assumidas, as quais figurarão, necessariamente, nos boletins respectivos.

## INTEGRALIZAÇÕES

**ARTIGO NONO (9º)** - O acionista que não fizer o pagamento nas condições estabelecidas e reproduzidas no boletim ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de 12% (doze por cento) ao ano, correção monetária idêntica à variação do IPC - Índice de Preços ao Consumidor e multa de 10% (dez por cento), observadas as demais prescrições legais.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Na eventualidade de mora do acionista, ficará a companhia com o direito de valer-se das faculdades previstas no artigo 107 e parágrafos da Lei nº. 6.404/76.

**ARTIGO DÉCIMO (10º)** - Na proporção do número e classes de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para subscrição do aumento de capital; o direito deverá ser exercido dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da Assembléa Geral que o tiver deliberado, ou da publicação do aviso que resuma as deliberações tomadas.



ATESTAMOS que este documento foi submetido  
a exame do Banco Central do Brasil em processo  
regular e a manifestação a respeito dos atos  
praticados consta de carta emitida à parte.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Garcia Técnica em São Paulo - II

  
Claudio Carvalho  
ANALISTA

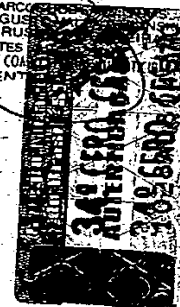
ATTESTO DE RECEBIMENTO DE UM DOCUMENTO ORIGINAL  
DO 34º SUBDISTRITO CERQUEIRA CESAR  
RECEBI O BOLETIM DE NOTAS DE CUNHA DE CUNHA  
ADOLFO JOSE BASTOS DA CUNHA - OFICIAL  
Autentico esta cópia reprográfica  
somente original a mim apresentado,  
Jou 18.

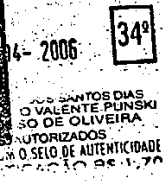
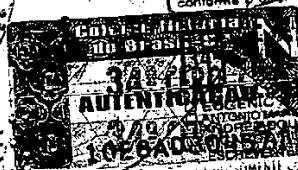
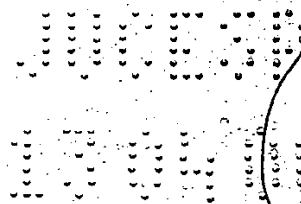
34º

03-04-2006

34º

1. EDGE  
2. ANTONIO MARCO  
3. ANDRE ALGUS  
4. RICARDO RUS  
ESCREVENTES  
ATIDO SOMENTE COM  
POR AUTENT





## DIREITO DE VOTO

**ARTIGO DÉCIMO-PRIMEIRO (11º)** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

## LIMITAÇÕES À CIRCULAÇÃO DAS AÇÕES

**ARTIGO DÉCIMO-SEGUNDO (12º)** - O acionista que pretender vender suas ações deverá dar preferência aos demais, através de carta à Diretoria, na qual indicará preço e condições. A Diretoria comunicará a pretensão aos demais acionistas, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, devendo, estes, em igual prazo, exercer o direito de preferência na proporção das ações que possuírem.

**ARTIGO DÉCIMO-TERCEIRO (13º)** - As ações não poderão ser dadas em garantia de obrigações contraídas pelos seus respectivos titulares.

## CAPÍTULO TERCEIRO (3º) ASSEMBLÉIA GERAL DOS ACIONISTAS

**ARTIGO DÉCIMO-QUARTO (14º)** - A Assembléia Geral terá todos os poderes que lhe são conferidos por lei para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

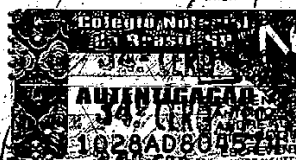
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo - II

**Claudio Carvalho**  
**ANALISTA**

149 1-2-04 2006 349

SANTOS DIAS  
 PUNSK  
 UNIVEIRA  
 ACOS  
 AUTENTICIDADE  
 100% BAMBÚ

ATA DA REUNIÃO  
DE 04-2006



04-2006

34º

OPÇÃO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS  
RUA FREI GABRIEL, 1242 - BR. CAPITAL  
ADOLFO JOSÉ BASTOS DA CUNHA - OFICIAL  
Autenticado esta cópia reprográfica  
em nome do original e em nome do apresentador.

COLEÇÃO Nº 34  
AUTENTICAÇÃO  
1028AD8045-11  
04-2006

**ARTIGO DÉCIMO-QUINTO (15º)** - A Assembléia Geral Ordinária realizar-se-á até o dia 30 de abril de cada ano e a Extraordinária sempre que para tanto for convocada.

**ARTIGO DÉCIMO-SEXTO (16º)** - As Assembléias Gerais serão convocadas por qualquer membro da Diretoria, com exceção do Diretor de Investimentos, instaladas pelo Primeiro Diretor Conselheiro, dirigidas pelo Diretor Superintendente e secretariadas pelo Diretor Operacional da sociedade.

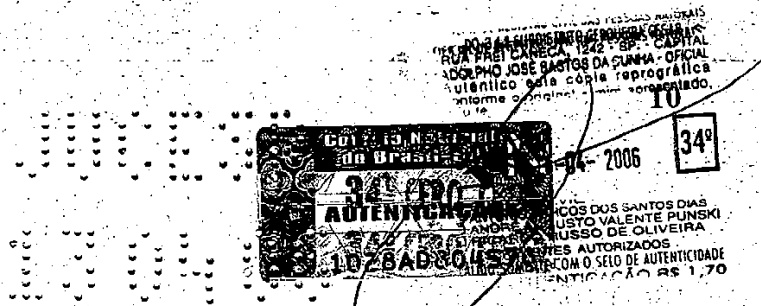
**PARÁGRAFO ÚNICO** - Na ausência do Primeiro Diretor Conselheiro, a instalação das Assembléias Gerais caberá a qualquer outro Diretor Conselheiro, devendo os acionistas indicar outras pessoas para dirigir e secretariar os trabalhos, caso também se verifique a ausência do Diretor Superintendente e do Diretor Operacional da sociedade.

#### **CAPÍTULO QUARTO (4º)** **ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO DÉCIMO-SÉTIMO (17º)** - A Administração da sociedade competirá a dois grupos de Diretores, sendo o primeiro grupo composto de 03 (três) membros designados 1º Diretor Conselheiro, 2º Diretor Conselheiro e 3º Diretor Conselheiro e o segundo grupo por 06 (seis) membros, designados: Diretor Superintendente, Diretor Operacional, Diretor Jurídico, Diretor de Crédito e Risco, Diretor Administrativo, e ainda, o cargo de Diretor de Investimentos com funções específicas e que não manterá qualquer vínculo com a administração e demais atividades da sociedade.

*[Handwritten signatures and initials]*





**PARÁGRAFO ÚNICO** - Um dos cargos de Diretor Conselheiro não é de eleição obrigatória, podendo, assim, permanecer vago. O cargo de Diretor Administrativo também não é de eleição obrigatória, motivo pelo qual poderá permanecer vago ou ter suas atribuições exercidas cumulativamente pelo Diretor Superintendente ou pelo Diretor Operacional.

**ARTIGO DÉCIMO-OITAVO (18º)** - A Diretoria, composta de **09** (nove) membros, residentes no País, acionistas ou não, será eleita pela Assembléia Geral, que também fixará seus honorários, e destituíveis por ela a qualquer tempo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO (1º)** - Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse daqueles que forem eleitos para o mandato seguinte.

**PARÁGRAFO SEGUNDO (2º)** - Os Diretores eleitos serão investidos em seus respectivos cargos mediante termo lavrado em livro de Atas de Reuniões de Diretoria, após aprovação pelo Banco Central do Brasil, ficando dispensados de prestar fiança à sociedade ou qualquer outro tipo de garantia.

**ARTIGO DÉCIMO-NONO (19º)** - O mandato da Diretoria será de **03** (três) anos, permitida a reeleição.

**ARTIGO VIGÉSIMO (20º)** - No caso de vaga em qualquer dos cargos da Diretoria, caberá a qualquer Diretor Conselheiro substituir o diretor ausente, afastando ou renunciante. Quando a vaga referir-se ao cargo de Diretor de Investimentos, o Diretor Conselheiro que o substituir ficará afastado de suas funções e não terá, em seu novo cargo, qualquer vínculo com as demais



DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Garantia Técnica em São Paulo - II

DO 3.º SUBDISTRITO CERQUEIRA CESAR  
RUA FRIEDEMUNDO, 242 - CEP 13.134-000  
DOLFO JOSE BASTOS DA CUNHA - OFICIAL  
Autentico esta cópia reprográfica  
conforme apresentado  
Sou le

34

1000

EUGEN ANTONIO ANDRICA ESCOBAR

ANTONIO ANDRICA ESCOBAR

34

1000

11



11  
RUA PRF CANEÇA, 1242 - SP - CAPITAL  
ADOLFO JOSE BASTOS DA CURHA - OFICIAL  
Autentico esta cópia reprográfica  
conforme o original - mim apresentado,  
dou te.

04 2006

34º

OS SANTOS DIAS  
STO VALENTE PUNSKI  
SSO DE OLIVEIRA  
AUTORIZADOS  
O SELO DE AUTENTICIDADE

atividades da sociedade. Em qualquer das hipóteses acima, o novo ocupante do cargo completará o mandato do substituído, até a próxima Assembléia Geral.

### DOS DIRETORES CONSELHEIROS

**ARTIGO VIGÉSIMO-PRIMEIRO (21º)** - Os Diretores Conselheiros reunir-se-ão, sempre que necessário, mediante convocação de um ou mais membros, podendo deliberar com a presença de, no mínimo, 02 (dois) Diretores.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO (1º)** - O grupo de Diretores Conselheiros deliberará sempre por maioria de votos e, em caso de empate, o Primeiro Diretor, pela ordem de eleição, além do voto pessoal, usará do voto de qualidade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO (2º)** - As deliberações constarão de atas lavradas em livro próprio.

**ARTIGO VIGÉSIMO-SEGUNDO (22º)** - Aos Diretores Conselheiros competirá: I - fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; II - substituir os demais Diretores da companhia, em caso de ausência, afastamento ou vacância de cargo; III - convocar a qualquer tempo a Assembléia Geral; IV - alienar, onerar e adquirir bens imóveis, assinando os respectivos contratos e escrituras públicos ou particulares; V - assumir obrigações, em nome da sociedade, de valores excedentes ao equivalente a 4.700 (quatro mil e setecentos) salários mínimos; VI - outorgar procurações em nome da sociedade, nos limites de suas atribuições e poderes.



**Claudio Carvalho**  
**ANALISTA**

342 03-04-2006

316

ATA DA REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRADORES DA EMPRESA DE CREDITO E CAIXA DE PESSOAS



OFICINA DE AUTENTICACAO DE DOCUMENTOS  
RUA PRIMEIROS DE MAIO, 100 - JARDIM  
ADOLFO JOSE BATISTAS DA OLIVEIRA, OFICIAL  
Autenticado esta copia reprografada  
conforme original a mim apresentado  
dou la  
12-04-2006  
34  
OS DUAS SANTOS DIAS  
ESTO VALENTE PUNSKI  
ISSO DE OLIVEIRA  
S AUTORIZADOS  
COM O SELO DE AUTENTICIDADE  
TRACAC 25 1 77

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A validade dos atos descritos nos itens acima dependerá da assinatura conjunta de dois Diretores Conselheiros.

#### **DOS DIRETORES SUPERINTENDENTE, OPERACIONAL, JURÍDICO, DE CRÉDITO E RISCO E ADMINISTRATIVO**

**ARTIGO VIGÉSIMO-TERCEIRO (23º)** - Os Diretores Superintendente, Operacional, Jurídico, de Crédito e Risco e Administrativo reunir-se-ão, sempre que necessário, mediante convocação de um ou mais de seus membros, podendo deliberar com a presença de, no mínimo, **02** (dois) membros.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO (1º)** - Este grupo de Diretores deliberará sempre por maioria de votos e, em caso de empate, o Diretor Superintendente, além do voto pessoal, usará do voto de qualidade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO (2º)** - As deliberações constarão de atas lavradas em livro próprio.

**ARTIGO VIGÉSIMO-QUARTO (24º)** - Aos Diretores Superintendente, Operacional, Jurídico, de Crédito e Risco e Administrativo, cabe: **(a)** contrair obrigações, em nome da sociedade, em valores cujo total não exceda ao equivalente a **4.700** (quatro mil e setecentos) salários mínimos, emitindo promissórias, sacando e aceitando letras de câmbio, firmando

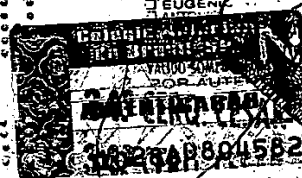


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
ADOLFO JOSÉ BASTOS DA CUNHA - CUFAL  
Autentico esta cópia reprográfica  
conforme o original e mim apresentado,  
ou fo.

34º

03-04-2006

34º



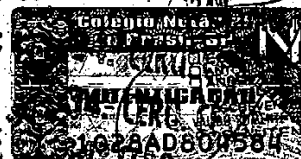
ANTONIO DIAS  
PUNSKI  
OLIVEIRA  
ZADOS  
DE AUTENTICIDADE  
R\$ 1,70

compromissos, acordos, contratos e outros documentos assemelhados que envolvam responsabilidade social; (b) outorgar procurações em nome da companhia, com poderes para a prática de atos privativos da Diretoria, exceto aqueles que digam respeito à gestão ampla da sociedade, ou outros necessários à consecução dos objetivos sociais; (c) confessar dívidas, disputar, renunciar ou transigir direitos e fazer acordos de qualquer espécie; (d) assinar contratos de prestação de serviços pertinentes ao objetivo social; (e) aprovar a contratação, promoção, demissão e suspensão de empregados, sempre que a forma de remuneração implicar em estipulação de ganhos variáveis, tais como participações sobre vendas, comissões e outras formas assemelhadas, vedada apenas a participação sobre lucros da companhia; (f) representar a sociedade em juízo ou fora dele, pessoalmente ou mediante outorga de procurações com poderes da cláusula "ad judicium" ou "ad negocia"; (g) sacar cheques contra estabelecimentos bancários e receber valores junto a instituições financeiras, quaisquer que sejam as suas origens.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A validade dos atos descritos nas letras "a", "b", "c" e "d" dependerá das assinaturas de dois (2) Diretores, sempre em conjunto, sendo um deles, obrigatoriamente, o Diretor Superintendente ou o Diretor Operacional. Para a validade dos atos previstos nas letras "e", "f" e "g" deste artigo, serão necessárias as assinaturas de dois (2) diretores, sempre em conjunto. Face a impedimento legal, o Diretor de Investimentos não terá o poder de representar a sociedade para os atos previstos neste artigo.

**ARTIGO VIGÉSIMO-QUINTO (25º)** - Poderão os Diretores Superintendente e Operacional, sempre assinando em conjunto, constituir procuradores para a





14 34

...TANTOS DIAS  
...TO VALENTE PUNSKI  
...SO DE OLIVEIRA  
...AUTORIZADOS  
...O SELLO DE AUTENTICIDAD  
...1 2 3 4 5 6 7 8 9 0

**ARTIGO VIGÉSIMO-SEXTO (26º)** - Poderão ser praticados, mediante assinatura isolada do Diretor Superintendente ou Operacional ou Jurídico ou de Crédito e Risco ou Administrativo ou, ainda, de procurador ou procuradores constituídos pela sociedade, os atos a seguir relacionados: **(a)** depoimento pessoal em juízo; **(b)** endossos de cheques recebidos de terceiros, unicamente para fins de depósito em estabelecimentos bancários, nas contas da sociedade; **(c)** assinatura de cartas, memorandos, pedidos de verificação de saldos junto a instituições financeiras e bancárias e de outros documentos assemelhados; **(d)** endosso de duplicatas ou recibos a favor de instituições financeiras para fins de descontos, caução, garantia ou simples cobrança; **(e)** representação da sociedade junto a repartições públicas, entidades paraestatais, autarquias e órgãos assemelhados, federais, estaduais ou municipais; **(f)** assinatura de contratos de trabalho, carteiras profissionais, avisos de férias e quaisquer outros documentos relacionados com os empregados da sociedade, com a ressalva do disposto na letra "e" do artigo vigésimo-quarto (24º) anterior; **(g)** assinatura de termos de abertura em livros, para fins de registro junto a repartições públicas.







DO 34º SUBDISTRITO CERQUEIRA CÉSAR,  
PRIMEIRO DELEGADO DA JUSTIÇA DO  
ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA - OFICIAL  
Autentico esta cópia reprográfica  
conforme original aqui apresentado,  
sou (a):

15 34º

DOS SANTOS DIAS  
JOSE VALENTE PUNSKI  
JOSÉ DE OLIVEIRA  
AUTORIZADOS  
EM O SEIO DE AUTENTICIDADE  
R\$ 1,70

**ARTIGO VIGÉSIMO-SÉTIMO (27º)** - Ao Diretor Superintendente, sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, caberá especificamente: **(a)** a coordenação das atividades e negócios da sociedade; **(b)** o encargo de presidir as Assembléias Gerais e os trabalhos das reuniões da Diretoria, bem como a tarefa de fazer cumprir as deliberações nelas tomadas. Em seus impedimentos temporários, o Diretor Superintendente será substituído pelo Diretor Operacional.

**ARTIGO VIGÉSIMO-OITAVO (28º)** - Ao Diretor Operacional caberá a responsabilidade pela área operacional da sociedade, competindo-lhe, igualmente, sem prejuízo das demais obrigações que lhe são conferidas por este Estatuto, secretariar as Assembléias Gerais e colaborar com os demais Diretores no desempenho de suas funções, inclusive substituindo-os em seus impedimentos temporários, com exceção do cargo de Diretor de Investimentos.

**ARTIGO VIGÉSIMO-NONO (29º)** - Ao Diretor Jurídico caberá coordenar as atividades jurídicas da sociedade e orientar os assuntos de relevância da área jurídica.

**ARTIGO TRIGÉSIMO (30º)** - Ao Diretor de Crédito e Risco caberá a responsabilidade pela formalização, processamento e controle das operações de crédito, cabendo-lhe também responder pela Central de Risco de Crédito da sociedade.

**ARTIGO TRIGÉSIMO-PRIMEIRO (31º)** - Ao Diretor Administrativo competirá a direção dos serviços administrativos da sociedade.







DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO  
Gerência Técnica em São Paulo - II

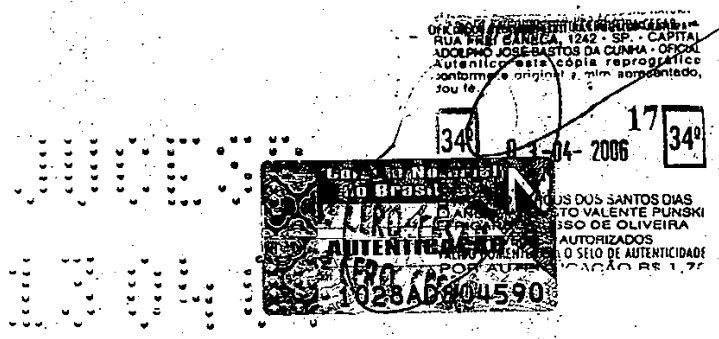
**Claudio Carvalho**  
**ANALISTA**

DO 34º SUBDISTRITO CERQUEIRA CESAR -  
ADOLFO JOSE BASTOS DA CUNHA - OFICIAL  
autentico esta cópia reprográfica  
conforme o original a mim apresentado.

3491 0 31-04-2006

EDU-  
ANTONIO MARCOS DOS SANTOS (MS)  
ANDRE AUGUSTO VALEN-  
RICARDO RUS-  
ESCREV-  
HIDIO SOM-  
9 AL

1028AD80458  
 48SERVING  
 2000 AND 2001  
 2000 AND 2001  
 2000 AND 2001



**ARTIGO TRIGÉSIMO-SEXTO (36º)** - O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes, que lhe são conferidos por lei.

**ARTIGO TRIGÉSIMO-SÉTIMO (37º)** - A remuneração do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que o instalar, observadas as prescrições legais.

**CAPÍTULO SEXTO (6º)**  
**EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS**  
**EXERCÍCIO SOCIAL**

**ARTIGO TRIGÉSIMO-OITAVO (38º)** - O exercício social compreende um período de 12 (doze) meses e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. O balanço, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

**LUCROS**

**ARTIGO TRIGÉSIMO-NONO (39º)** - Do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado, se houver, e da provisão para o imposto de renda, serão destacados: **(a)** uma quantia equivalente a **5%** (cinco por cento) do lucro para a formação da reserva legal, até que atinja **20%** (vinte por cento) do capital social, e **(b)** dividendos aos acionistas na base mínima de 5% (cinco por cento), conforme preceitua o artigo 202 da Lei nº. 6.404/76.

Gerência Técnica em São Paulo - II

**Claudio Carvalho**  
**ANALISTA**

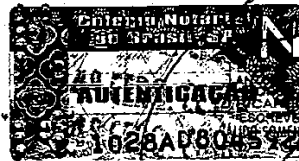
DO 34º SUBDISTRITO CERQUEIRA CESAR -  
PROPOSTA DE ANEXO Nº 212 - FERRAS CAPITAL  
ADOLFO JOSÉ BASTOS DA CUNHA - OFICIAL  
Autentico esta cópia reprográfica  
conforme o original - mim apresentado.  
20/10

34° 03-04-2006 34°

EDU. ANTONIO MA  
ANDRE AUG  
RICARDO  
ESCREVENT  
DO SOMENTE  
AUT

A heavily damaged and stained identification card. The card is dark with a light-colored photo of a man's face on the left. The name 'MATTENBERG' is printed in large, bold, white letters across the center. Above the name, there is a small, illegible stamp. Below the name, there is a date '1028AD30459'. The card is surrounded by a dark, textured border. The overall appearance is that of a worn, possibly military or official, identification document.

JUN 10 2006



PROCURADOR GERAL  
DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DOCTO JOSE BASTOS DA SILVA  
Autentica esta cópia representativa  
conforme original e min. adre. 18/04/06  
ou te.

18

03-04-2006

34%

PROCURADOR GERAL  
DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DOCTO JOSE BASTOS DA SILVA  
Autentica esta cópia representativa  
conforme original e min. adre. 18/04/06  
ou te.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O saldo dos lucros ficará à disposição da Assembléia Geral, que lhe dará a destinação que lhe convier respeitadas as normas legais aplicáveis.

**ARTIGO QUADRAGÉSIMO (40º)** - Os dividendos serão pagos dentro do prazo estipulado pela Assembléia Geral que os declarar. A sociedade poderá distribuir lucros ou dividendos por conta de período base não encerrado, valendo-se, para tanto, de balanços intermediários levantados no curso do exercício social, cabendo à Assembléia Geral ratificar ou não a sua distribuição. A sociedade também poderá efetuar o pagamento ou crédito de juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, imputando-se ou não o valor respectivo ao dividendo mínimo obrigatório, sendo que, o valor dos juros creditados aos acionistas, poderá ser utilizado para aumento de capital social.

#### **CAPÍTULO SÉTIMO (7º)** **DAS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS E** **DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

**ARTIGO QUADRAGÉSIMO-PRIMEIRO (41º)** - As alterações estatutárias e a dissolução da sociedade somente poderão ser decididas em Assembléia Geral Extraordinária, convocada especialmente para esses fins e que se reunirá com a representação mínima de dois terços (2/3) das ações e, em segunda convocação, com qualquer número.

**Claudio Cevallos**  
**ANALISTA**

34

0 37-04-2003

34

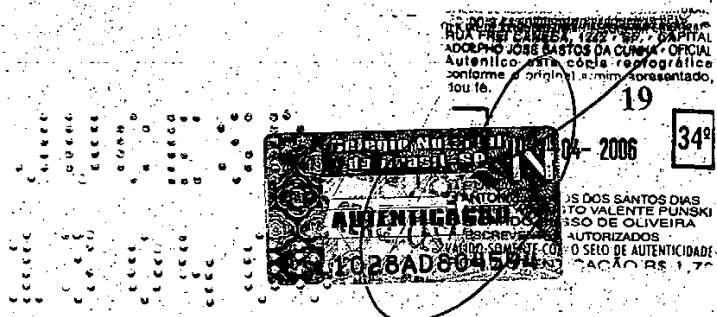
1 EUGENIO  
1 ANTONIO M  
1 ANDRÉ AU  
1 RICARDO  
ESCREVEN  
NO SOMENT  
- ALIT

CORRECTIONAL INSTITUTION

**AUTHENTICATED**

1028AD80159





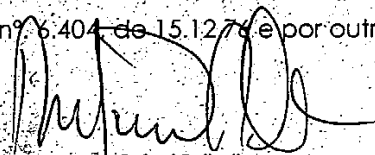
**ARTIGO QUADRAGÉSIMO-SEGUNDO (42º)** - A convocação da Assembléia Geral para fins de dissolução da sociedade observará o contido no artigo 123 da Lei nº. 6.404/76.

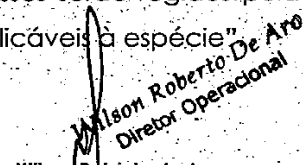
**ARTIGO QUADRAGÉSIMO-TERCEIRO (43º)** - A dissolução da sociedade somente se considerará aprovada se a apoiarem por si ou por procuradores com poderes expressos, acionistas que detenham dois terços (2/3), no mínimo, das ações.

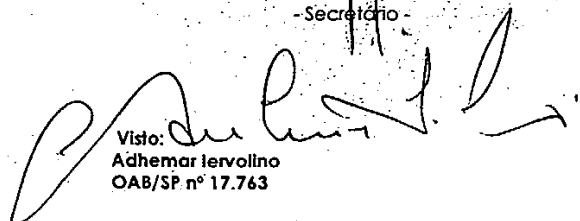
**ARTIGO QUADRAGÉSIMO-QUARTO (44º)** - A Assembléia que decidir pela dissolução da sociedade nomeará o liquidante ou liquidantes, fixando-lhes os poderes, a remuneração e o prazo de liquidação.

**ARTIGO QUADRAGÉSIMO-QUINTO (45º)** - Liquidada que seja a sociedade e saldados todos os encargos do passivo, o excedente, se houver, reverterá aos acionistas, na proporção das respectivas ações.

**ARTIGO QUADRAGÉSIMO-SEXTO (46º)** - Os casos omissos serão regidos pela Lei nº 6.404 de 15.12.76 e por outras normas legais aplicáveis à espécie.

  
Rafael Palladino  
- Presidente da Mesa -

  
Wilson Roberto de Aro  
- Secretário -

  
Visto:  
Adhemar Iervolino  
OAB/SP nº 17.763



Claudio Carvalho  
ANALISTA

34<sup>8</sup> 03-04-2006 34<sup>6</sup>

EUGENIO AVILA  
ANTONIO MARCOS DOS SANTOS OAS  
ANDRE AUGUSTO VALENTI PUNIS  
RICARDO RUI SOUZA  
ESCREVENTE  
LIDO SOMENTE COM  
O AUTENT

332

## **ANEXO V**

*Este Anexo é parte integrante do “Prospecto da Distribuição de Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I”*

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO PANAMERICANO RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS  
ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 31 DE DEZEMBRO DE 2004**

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)







**Banco PanAmericano**

**Banco PanAmericano S.A.**

C.N.P.J. (MF) nº 59.285.411/0001-13  
Matriz: Avenida Paulista, nº 2.240 - São Paulo - SP

**GRUPO BILVIO SANTOS**

**Dem**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2006 (Em milhares de reais)

**Em 31 de dezembro de 2006**

Indevidor	Valor de referência	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado
Posição ativa:						
Dólar (*)	420.888	-	-	-	-	-
Prefeado	5.536	9	6	2	17	128
Subtotal	426.424	9	6	2	17	128
Posição passiva:						
Prefeado (*)	(420.888)	(1.325)	-	(1.272)	(23.899)	(39.891)
CDI	(5.536)	(1)	-	-	(1)	(1)
Subtotal	(426.424)	(1.326)	-	(1.272)	(23.899)	(39.892)
Total a receber (pagar)	(1.317)	6	(23.899)	(20.480)	(39.884)	-

(\*) Essas operações de swap realizadas em 24 de fevereiro, 31 de março, 18 de julho e 18 de agosto de 2006, foram classificadas como "operações associadas" com as emissões de "Euro Medium-Term Notes" e de títulos representativos de "dividas subordinadas" com pagamentos semestrais de juro, encontrando-se totalmente caídas em termos de prazo e valor, inclusive juro e imposto de renda. O objetivo das operações de swap foi assegurar o fluxo de pagamentos dos respectivos juros e principal, eliminando o risco da variação cambial, ou seja, nas datas dos respectivos pagamentos, o valor está convertido para taxas prefixadas em reais.

**Em 31 de dezembro de 2005**

Indevidor	Valor de referência	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado
Posição ativa:						
CDI	33.842	-	-	-	-	-
Prefeado	14.586	-	-	-	-	-
Subtotal	48.428	-	-	-	-	-
Posição passiva:						
CDI	(14.586)	(6)	(5)	(5)	(16)	347
Prefeado	(33.842)	(46)	-	(46)	-	-
Subtotal	(48.428)	(51)	(5)	(5)	(302)	-
Total a receber (pagar)	(51)	(5)	(5)	(5)	(302)	-

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 estão assim compostos:

**Banco e consolidado**

	2006	2005	2006	2005
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>				
"Swap"	16.089	(42.894)	(26.806)	4.704
Prêmio operação de "swap" apropriado	-	-	-	(5.101)
Total	16.089	(42.894)	(26.806)	4.704

**6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL**

As informações da carteira, em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, estão assim sumarizadas:

**a) O vencimento da carteira de operações de crédito e de arrendamento mercantil apresenta o seguinte perfil:**

	2006	2005	2006	2005
<b>Prazo</b>				
Vencidos a mais de 14 dias	285.292	15,78	279.094	18,32
A vencer	-	-	-	-
A vencer até 30 dias	248.686	13,76	206.399	13,54
De 31 a 60 dias	107.204	5,93	143.454	9,41
De 61 a 90 dias	82.708	5,13	77.620	5,09
De 91 a 180 dias	234.353	12,96	204.963	13,45
De 181 a 360 dias	319.963	17,70	315.801	20,72
Total curto prazo	1.288.206	71,26	1.227.331	80,53
Acima de 360 dias	519.548	28,74	299.721	19,47
Total	1.807.754	100,00	1.524.052	100,00

**b) A composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por modalidade de operação, está assim representada:**

	2006	2005	2006	2005
<b>Banco</b>				
Financiamento a titulares de cartões de créditos de terceiros (*)	595.302	32,93	557.270	36,57
Crédito direto ao consumidor e crédito pessoal	546.025	30,24	423.841	27,77
Financiamento a titulares de cartões de crédito próprios	371.721	20,56	387.379	25,42
Empréstimos em consignação	256.638	14,20	120.020	7,87
Conta garantida	12.519	0,69	13.938	0,87
Títulos descontados	7.218	0,40	10.799	0,71
Capital de giro	9.565	0,53	9.413	0,62
Renegociações especiais	4.715	0,28	2.289	0,15
Outros	374	0,02	227	0,01
Total das operações de crédito	1.807.754	100,00	1.524.052	100,00
<b>Consolidado</b>				
Total das operações de crédito	1.807.754	82,07	1.524.052	82,88
Total das operações de arrendamento mercantil	394.978	17,93	314.768	17,12
Total	2.202.732	100,00	1.838.820	100,00

(\*) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito administrados pela PanAmericano Administradora de Cartões de Crédito Ltda.

**c) Por setor de atividade**

	2006	2005	2006	2005
<b>Banco</b>				
Pessoa física	1.772.473	98,05	1.491.879	97,89
Comércio	35.281	1,95	32.173	2,11
Outros serviços	686	0,04	886	0,06
Total	1.807.754	100,00	1.524.052	100,00

**d) A composição dos valores por nível de risco e a provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa estão assim representadas:**

	2006	2005	2006	2005
<b>Nível</b>				
AA	-	100	-	100
A	0,50	1.407.943	-	1.407.943
B	1,00	29.145	33.229	62.374
C	3,00	29.455	50.522	79.977
D	10,00	19.211	32.578	51.789
E	30,00	8.213	25.227	33.440
F	50,00	8.534	22.653	31.187
G	70,00	2.993	20.125	23.118
H	100,00	16.748	100.958	117.706
Total	1.522.462	285.292	1.807.754	174.756
% sobre o total de risco	9,7%			8,9%

**Em 31 de dezembro de 2005**

	2006	2005	2006	2005
<b>Nível</b>				
AA	-	100	-	100
A	0,50	1.167.288	-	1.167.288
B	1,00	23.783	26.105	49.888
C	3,00	16.910	39.554	56.464
D	10,00	6.843	31.770	38.613
E	30,00	3.874	30.300	34.174
F	50,00	1.992	27.540	29.532
G	70,00	3.494	23.236	26.730
H	100,00	20.674	100.589	121.263
Total	1.244.558	279.094	1.524.052	176.862
% sobre o total de risco	11,6%			10,4%

(\*) Inclui operações vencidas a mais de 14 dias.

**7. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDACÃO DUVIDOSA**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi movimentada pelos seguintes eventos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005:

**Em 31 de dezembro de 2006**

	2006	2005	2006	2005
<b>Operações de créditos</b>				
Saldo no início do exercício	176.862	68.098	-	244.960
Provisão constituída	305.359	52.025	1.637	359.021
Reversão da provisão	(307.465)	-	-	(307.465)
Saldo no fim do exercício	174.756	120.123	1.637	296.516

**Em 31 de dezembro de 2005**

	2006	2005	2006	2005
<b>Operações de créditos</b>				
Saldo no início do exercício	141.734	13.662	155.396	310.792
Provisão constituída	205.087	54.438	262.523	522.048
Reversão da provisão	(172.939)	-	-	(172.939)
Saldo no fim do exercício	174.882	68.098	244.960	258.552

As responsabilidades por cobramentos referentes a créditos cedidos montam a R\$2.701.752 (R\$1.579.314 em 2005), para as quais foi registrada provisão para passivo contingente e outros (veja nota explicativa nº 19.9) no montante de R\$1.520.123 (R\$686.098 em 2005), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa, no Banco e no consolidado, nos montantes de R\$56.373 e R\$59.087 (R\$50.063 e R\$52.136 em 2005), respectivamente, e foram renegociados créditos no Banco no montante de R\$6.794 (R\$2.541 em 2005).

**8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS**

	2006	2005	2006	2005
Cartões de crédito (*)	315.020	296.400	315.020	296.400
Valores a receber por cessação de créditos	67.998	38.609	67.998	38.609
Valores a receber de empregadores referentes a empréstimos em consignação	25.900	18.215	25.900	18.215
Crédito tributário (veja nota explicativa nº 20.a)	19.208	17.085	60.431	42.053
Adiantamentos a fornecedores	-	-	23.319	40.064
Valores a receber de sociedades ligadas	4.054	1.789	4.075	4.076
Depósitos judiciais e fianças	1.434	764	704	3.362
Outros	3.119	2.548	14.664	10.425
Total	436.433	369.558	514.599	450.539
Provisão para desvalorização dos bens não de uso próprio	(417.890)	(344.331)	(660.146)	(601.395)
Total do realizável a longo prazo	19.043	25.217	54.213	49.656

(\*) Refere-se às operações com cartões de crédito cuja fatura ainda não foram emitidas, ou para quem emitidas mas ainda não venceram.

**9. OUTROS VALORES E BENS**

**a) Bens não de uso próprio**

	2006	2005	2006	2005
Veículos	64.259	36.257	70.972	41.383
Veículos em regime especial	21.489	17.245	23.027	18.194
Outros	785	637	785	637
Total bens não de uso próprio	86.533	54.139	94.784	60.165
Outros	862	1.355	1.412	1.355
Total dos outros valores e bens	87.395	55.494	96.176	61.550
Provisão para desvalorização dos bens não de uso próprio	(39.440)	(23.453)	(38.429)	(24.241)
Total	51.345	32.041	57.749	37.309

**b) Despesas antecipadas**

Estão representadas, substancialmente, por comissões referentes a operações de crédito, financiamento e leasing, pagas a corretoras e promotoras de vendas, que são apropriadas mensalmente ao resultado com base na fluência do prazo dos contratos a que se referem.

**10. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS**

	2006	2005	2006	2005
<b>Dados da controlada</b>				
Capital social	64.021	60.391	50.897	50.897
Patrimônio líquido	77.908	64.021	90.745	74.798
Lucro líquido do exercício	13.887	2.630	16.186	14.661

**Situação dos investimentos**

Participação societária	99,97%	99,97%	98,79%	79,12%
Saldo no início do exercício	64.001	60.372	59.132	42.311
Reserva de reavaliação em controlada	-	-	(140)	5.220
Aumento de participação societária em 31/12/06	-	-	16.154	-
Equivalência patrimonial	13.884	3.629	14.470	11.601
Saldo no fim do exercício	77.885	64.001	89.616	59.132

**11. OUTROS INVESTIMENTOS**

Controlada direta da PanAmericana de Seguros S.A.

Shopping Center Bela Vista Ltda.	-	-	9,96%	1.480
SBC - Sistema Brasileiro de Comunicação Ltda.	-	-	12,93%	-
Obras em andamento:				
Hótel Jequi Ltda.	-	-	-	26.123
Shopping Center Bela Vista Ltda.	-	-	-	3.158
Outros	-	-	-	502
Incentivos fiscais	-	-	-	1.396
Títulos patrimoniais	-	-	-	589
Outros	-	-	-	493
Total	-	-	-	7.618

**12. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Os saldos e transações com partes relacionadas referem-se a operações efetuadas em condições normais de mercado, no que se refere a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, e são os seguintes:

**Banco**

	2006	2005	2006	2005
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)</b>				
Títulos e valores mobiliários (b)	16.442	254.716	5.519	15.246
Outros créditos - arrecadações de cobrança (c)	150.551	-	18.079	2.312
Depósitos a vista (d)	4.054	1.789	-	-
Depósitos interfinanceiros (e)	(10.200)	(11.315)	-	-
Depósitos a prazo (f)	(4.410)	(3.416)	(741)	(584)
Outras obrigações - comissões a pagar e outros (g)	(2.587)	(53.464)	(1.278)	(4.298)
Outras obrigações - comissões a pagar e outros (g)	(12.338)	(12.960)	(136.438)	(165.808)

**Consolidado**

	2006	2005	2006	2005
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)</b>				
Títulos e valores mobiliários (b)	16.442	254.716	5.519	15.246
Outros créditos - arrecadações de cobrança (c)	150.551	-	18.079	2.312
Depósitos a vista (d)	4.054	1.789	-	-
Depósitos interfinanceiros (e)	(10.200)	(11.315)	-	-
Depósitos a prazo (f)	(4.410)	(3.416)	(741)	(584)
Outras obrigações - comissões a pagar e outros (g)	(2.587)	(53.464)	(1.278)	(4.298)
Outras obrigações - comissões a pagar e outros (g)	(12.338)	(12.960)	(136.438)	(165.808)

**13. IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA DE CONTROLADAS**



**Seguradora (a)**

	2006	2005	2006	2005
Terrenos	11.239	3.420	-	14.659
Edificações	5.372	3.784	(1.361)	7.778
Total	16.611	7.184	(1.361)	22.434

(\*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, os terrenos e edifícios relativos aos imóveis destinados à renda foram reavaliados, atendendo ao estabelecido na Circular SUSEP nº 260, de 08 de julho de 2005, que torna obrigatória a reavaliação dos bens avaliados nas seguradoras, quando o índice de inflação (IPIC) ou o índice de preços de consumo (IPC) exceder o limite de 30%. O valor dos impactos diferidos foi contabilizado na conta "Provisão para tributos diferidos", no exatidão a longo prazo, e o valor líquido da reavaliação foi registrado na conta "Reserva de reavaliação", no patrimônio líquido.

**Reavaliação de 2005**

<div><div><div><div><div><div><div></div><div>Banco PanAmericano</div></div><div><div>C.N.P.J. (MF) nº 59.285.411/0001-13</div><div>Matriz: Avenida Paulista, nº 2.240 - São Paulo - SP</div></div></div></div><div><div><div></div><div>Demanda</div></div><div><div><div></div><div>GRUPO SILVIO SANTOS</div></div></div></div></div></div></div>											
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS											
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2006 (Em milhares de reais)											
Composição por vencimento em 31 de dezembro de 2006:											
Prazo	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Outros depósitos	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Outros depósitos	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Outros depósitos
Sem vencimento	17.180	445.889	202.981	41	17.785	445.889	202.981	41	17.785	445.889	202.981
Até 30 dias	-	137.959	5.099	-	-	137.959	5.099	-	-	137.959	5.099
De 31 a 60 dias	-	63.438	3.512	-	-	63.438	3.512	-	-	63.438	3.512
De 61 a 90 dias	-	90.082	5.046	-	-	90.082	5.046	-	-	90.082	5.046
De 91 a 180 dias	-	104.046	19.993	-	-	104.046	19.993	-	-	104.046	19.993
De 181 a 360 dias	-	841.413	235.731	41	11.785	841.413	235.731	41	11.785	841.413	235.731
Curto prazo	17.180	514.182	-	-	11.785	514.182	-	-	11.785	514.182	-
Acima de 360 dias	-	1.355.576	235.731	41	11.785	1.355.576	235.731	41	11.785	1.355.576	235.731
Total	17.180	1.800.565	248.705	82	23.570	1.800.565	248.705	82	23.570	1.800.565	248.705
Composição por vencimento em 31 de dezembro de 2005:											
Prazo	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Outros depósitos	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Outros depósitos	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Outros depósitos
Sem vencimento	14.446	271.547	179.924	313	14.446	271.547	179.924	313	14.446	271.547	179.924
Até 30 dias	-	103.668	20.054	-	-	103.668	20.054	-	-	103.668	20.054
De 31 a 60 dias	-	48.023	50.045	-	-	48.023	50.045	-	-	48.023	50.045
De 61 a 90 dias	-	167.531	100.032	-	-	167.531	100.032	-	-	167.531	100.032
De 91 a 180 dias	-	690.801	250.023	313	9.023	690.801	250.023	313	9.023	690.801	250.023
De 181 a 360 dias	-	614.645	205.118	-	9.023	614.645	205.118	-	9.023	614.645	205.118
Acima de 360 dias	-	1.325.446	250.023	313	9.023	1.325.446	250.023	313	9.023	1.325.446	250.023
Total	14.446	2.083.637	685.143	626	23.519	2.083.637	685.143	626	23.519	2.083.637	685.143
17. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO EXTERIOR E DIVÍDUAS SUBORDINADAS											
Em 22 de fevereiro de 2006, o Banco lançou um programa de captação de recursos no exterior no valor total de US\$ 300.000 mil, através da emissão de "Euro Medium Term Notes", dos quais US\$ 50.000 mil (equivalente a R\$ 110.131 em 31 de dezembro de 2006), foram captados em 24 de fevereiro de 2006, e US\$ 10.000 (equivalente a R\$ 22.026 em 31 de dezembro de 2006) ambos com taxa de juros de 3,5% ao ano e vencimento em 24 de fevereiro de 2009. Em 10 de julho de 2006, o Banco emitiu programa de captação de recursos no exterior no valor total de US\$ 125.000 mil, através da emissão de "Subordinated Notes" (divida subordinada), dos quais US\$ 50.000 mil (equivalente a R\$ 112.257 mil em 31 de dezembro de 2006), foram captados em 18 de julho de 2006, e US\$ 75.000 mil (equivalente a R\$ 166.064 em 31 de dezembro de 2006), foram captados em 16 de agosto de 2006, ambos com taxa de juros de 11,00% ao ano e vencimento em 18 de julho de 2016, existindo a condição contratual de se exercer ou não o "call" em 18/07/2011.											
Referem-se a 12.500 debêntures não conversíveis em ações. Essas debêntures vencerão em 1º de dezembro de 2010 e são atualizadas com base em juros equivalentes a 108% da taxa dos depósitos interfinanceiros. A atribuição desses títulos foi iniciada em janeiro e concluída em março de 2006.											
18. RECURSOS DE DEBÊNTURES EMITIDOS PELA CONTROLADA PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.											
Referem-se a 12.500 debêntures não conversíveis em ações. Essas debêntures vencerão em 1º de dezembro de 2010 e são atualizadas com base em juros equivalentes a 108% da taxa dos depósitos interfinanceiros. A atribuição desses títulos foi iniciada em janeiro e concluída em março de 2006.											
19. OUTRAS OBRIGAÇÕES											
a) Fiscais e previdenciárias											
Imposto de renda e contribuição social diferidos (veja nota explicativa nº 20.a) ....	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Provisão para riscos fiscais (*)	23.549	-	54.349	40.065	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	117	3.242	286	3.836	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social	6.530	2.800	8.165	3.058	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições - serviços de terceiros	4.396	1.126	4.789	1.440	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Integração Social - PIS	19	527	55	630	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre títulos de renda fixa	1.367	306	1.367	306	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	297	175	297	175	-	-	-	-	-	-	-
Imposto Sobre Serviços - ISS	70	109	439	991	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	33	442	-	-	-	-	-	-	-
Total	36.345	8.105	66.605	50.381	-	-	-	-	-	-	-
(*) Circulante	(12.289)	(8.105)	(10.331)	(10.289)	-	-	-	-	-	-	-
Total do exigível a longo prazo	23.549	-	54.349	40.065	-	-	-	-	-	-	-
(*) Refere-se a provisão para Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e para o Programa de Integração Social - PIS que vem sendo questionada judicialmente em primeira instância. O Banco e suas controladas estão questionando essas contribuições na forma da Lei nº 9.718/98, e segundo assessoria jurídica, as chances de êxito são positivas.											
b) Diversas											
Valores a pagar a estabelecimentos referentes a compras com cartões de crédito	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Provisão para créditos cedidos de liquidação duvidosa (veja nota explicativa nº 7)	334.503	300.012	334.503	300.012	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para passivos contingentes (*)	120.123	68.098	120.123	68.098	-	-	-	-	-	-	-
Valores a pagar a sociedades ligadas	18.148	30.801	81.533	85.544	-	-	-	-	-	-	-
Valores a pagar a lojas	12.338	12.860	8.495	9.994	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para pagamentos a retribuir	10.380	4.645	10.380	4.645	-	-	-	-	-	-	-
Valores específicos grupos de consórcio	6.862	5.336	1.048	28.212	-	-	-	-	-	-	-
Cópias e processar	5.118	12.693	5.118	12.693	-	-	-	-	-	-	-
Cheques administrativos	507	2.220	1.841	2.220	-	-	-	-	-	-	-
Outros	645	224	10.514	5.269	-	-	-	-	-	-	-
Total	520.598	436.889	547.734	465.704	-	-	-	-	-	-	-
(*) Circulante	(371.807)	(337.890)	(384.049)	(362.143)	-	-	-	-	-	-	-
Total do exigível a longo prazo	148.791	99.999	153.745	103.561	-	-	-	-	-	-	-
(*) O Banco e suas controladas estão envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e fiscais, representados substancialmente por ações de danos morais e reclamações trabalhistas diversas, para os quais a provisão para contingências é constituída com base na análise e avaliação efetuadas pelos assessores jurídicos, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.											
20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL											
a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:											
<b>Ativo</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Sobre prejuízos fiscais	-	-	30.715	22.527	-	-	-	-	-	-	-
Sobre diferenças temporárias	19.208	11.785	29.716	20.276	-	-	-	-	-	-	-
Total classificado em outros créditos	19.208	11.785	60.431	42.803	-	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a superavaliação de depreciação e sobre reserva de reavaliação em controlada, classificadas em outras obrigações	-	-	54.349	40.065	-	-	-	-	-	-	-
Fiscais e previdenciárias no exigível a longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	54.349	40.065	-	-	-	-	-	-	-
b) Análise de cálculo das despesas de imposto de renda e contribuição social:											
<b>Base de cálculo</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Juros antes do imposto de renda e da contribuição social	121.700	60.654	138.425	102.829	-	-	-	-	-	-	-
Alíquota vigente de imposto de renda e contribuição social de 25% (incluindo adicional sobre o imposto de renda de 10% ao excedente a R\$240) e 9% respectivamente	34%	34%	34%	34%	-	-	-	-	-	-	-
Expectativa de despesa de imposto de renda e da contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(41.354)	(30.812)	(47.044)	(34.869)	-	-	-	-	-	-	-
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	9.640	5.178	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	5.020	6.800	5.020	6.800	-	-	-	-	-	-	-
Outras excludentes (adivíduos) permanentes, líquidas	480	220	1.159	721	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(26.214)	(18.614)	(41.225)	(27.348)	-	-	-	-	-	-	-
c) Movimento dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:											
Exercício findo em 31 de dezembro de 2006											
<b>Banco</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Saída inicial em 31/12/05	8.285	3.500	11.785	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Constituição de créditos	85.570	34.430	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Realização de créditos	(90.117)	(32.460)	(22.527)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saída final em 31/12/06	13.738	5.470	19.208	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Consolidado</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Saída inicial em 31/12/05	37.706	5.097	42.803	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Constituição de créditos	110.393	36.744	147.137	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Realização de créditos	(92.577)	(34.232)	(125.029)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saída final em 31/12/06	55.522	7.609	60.431	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercício findo em 31 de dezembro de 2005											
<b>Banco</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Saída inicial em 31/12/04	6.586	2.679	9.465	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Constituição de créditos	18.130	92.674	24.544	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Realização de créditos	(66.431)	(23.923)	(90.354)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saída final em 31/12/05	8.285	3.500	11.785	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Consolidado</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Saída inicial em 31/12/04	23.747	3.622	27.389	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Constituição de créditos	84.155	25.886	110.041	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Realização de créditos	(70.159)	(26.411)	(84.607)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saída final em 31/12/05	37.706	5.097	42.803	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários: O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Aparentamentos abaixo a estimativa de realização desses créditos:											
<b>Banco</b>	<b>206</b>										

Banco PanAmericano		Banco PanAmericano S.A. C.N.P.J. (MF) nº 59.285.411/0001-13 Matriz: Avenida Paulista, nº 2.240 - São Paulo - SP		Demonstrações Financeiras 2006	
Banco PanAmericano		GRUPO SILVO SANTOS		 	
A DIRETORIA		DIRETORIA		Marco Antonio Pereira da Silva - Contador - TC - CRC 1SP150401/O-4	
Aos Administradores e Acionistas do Banco PanAmericano S.A. São Paulo - SP		PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES		em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controlador) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2006, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.	
<p>1. Examinamos os balanços patrimoniais, individual e consolidado, do Banco PanAmericano S.A. e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controlador) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2006, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.</p>		<p>2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendem: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p>3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco PanAmericano S.A. e controladas</p>		<p>São Paulo, 9 de fevereiro de 2007</p> <p><b>Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes</b> CRC nº 2 SP 011 609/O-8 <b>Osmar Aurélio Lujan</b> Contador CRC nº 1 SP 160203/O-1</p>	





Demonstrações Financeiras  
**Dezembro 2005**

---



Banco  
PanAmericano

PanAmericano  
Leasing

PanAmericano  
Distribuidora de Títulos e Valores  
Mobiliários

PanAmericano  
Consórcio Nacional

PanAmericana  
Seguros S/A

**liderança**

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Acadêmicos

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, é com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes.

[illegible][illegible]

**Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDCs:** A Panamericano DTVM S.A. empresa pertencente ao conglomerado GSS (Grupo Silvio Santos), administra três Fundos de Investimento em Direitos Creditórios constituídos exclusivamente por recebíveis de CDC veículos originados pelo Banco Panamericano S.A. O Patrimônio Líquido dos FIDCs atingiu R\$665 milhões em 31 de dezembro de 2009, sendo que, deste total 81% representam cotas emissoras, proporcionando uma fonte adicional de recursos para o banco, bem como ajudando a crescer o valor de suas ações.

**Performance do Exercício:** O lucro líquido do exercício foi de R\$72,1 milhões (R\$42,0 milhões em 2004). O crescimento do resultado no período foi de 71,7%,

elevando a rentabilidade patrimonial para 22,4%, superior aos 18% obtidos no ano de 2004. A performance operacional consolidada do Panamericano, medida pela Receita Bruta da Intermediação Financeira e pelo Lucro Operacional, foi crescente ao longo dos períodos e condizente com a média de mercado, mostrando a sua capacidade de adquirentes, mesmo em condições financeiras e econômicas restritivas.

	31/12/93	31/12/94	31/12/95
<b>R\$ Milhões - Result. Anuais Consolidados</b>			
Receita Bruta da Interm. Financeira	405,5	578,1	779,9
Lucro Operacional	68,8	97,9	169,9

Lucro Operacional	64,4	87,2	159,2
Lucro Líquido	34,0	42,0	72,1

**Patrimônio Líquido:** O Patrimônio Líquido em dezembro de 2005 atingiu o montante de R\$394,3 milhões (R\$321,9 milhões em 2004). O crescimento do

**Depósitos a Prazo e Carteira de Crédito:** Em 2005 os investidores tiveram estratégias conservadoras em relação a sua política de relacionamento com os bancos de pequeno e médio porte. Apesar da retração dos investidores, o Panamericano conseguiu manter o nível de captações. Os Depósitos a Prazo encerraram o exercício com R\$1.305 milhões. Em que pese a instabilidade do mercado, com relação a captação, o Banco Panamericano utilizou-se da liquidez e qualidade de seus ativos, consolidando importantes parcerias no mercado financeiro, o que possibilitou manter seu volume de negócios crescentes através da

operações de cessões de crédito. Este instrumento de mercado permitiu que as operações de crédito não fossem em momento algum restringidas, sendo assim a Carteira Bruta de Crédito (Carteira de Operações de Crédito mais a Carteira de Crédito Cedida) fechou o ano em R\$3,418 bilhões (R\$2,489 bilhões em 2004). A estratégia adotada está alinhada com a Política do Banco em ampliar seu *market share* no mercado de crédito de varejo - Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Crédito Pessoal (CP) - e expandir regionalmente os seus pontos de vendas. A carteira consolidada de operações de crédito chegou em 31/12/2005 em R\$1,84 bilhão, em 31/12/2004 ela totalizava R\$1,68 bilhão, com crescimento de 9,2%. O volume de Depósitos Totais em 31/12/2005 totalizavam R\$1,57 bilhão contra R\$1,43 bilhão em 31/12/2004, com crescimento de 9,3%.

**Tecnologia:** Objetivando proporcionar ao cliente agilidade no atendimento e garantir a adequada administração dos controles internos necessários para a segurança e manutenção da conformidade as normas dos agentes reguladores do sistema financeiro nacional, o Banco Panamericano S.A. investiu R\$27,6

milhões no ano de 2005, na implementação de sistemas, otimizando o RP nas atividades core da divisão financeira. Aperfeiçoamento o relacionamento da matriz com os pontos de vendas do Banco Panamericano, investiu-se em um circuito fechado de televisão (TV PAN). Através de programações dirigidas mantem-se os profissionais treinados, informados dos novos produtos, processos e procedimentos operacionais. A programação da TV PAN também tem conteúdo social e educativo, beneficiando as comunidades locais onde estão alocados os pontos de vendas.

**Recursos Humanos:** Buscando aperfeiçoar a sua equipe de profissionais, o Banco Panamericano S.A. continuou a investir em treinamento e em curso

**Avaliação das Empresas de Ratinas:** Mantendo sua política de transparência e abertura do seu plano estratégico e operacional para o mercado, o

**Avaliação das Empresas de Rating:** Mantendo sua política de transparência e abertura do seu plano estratégico e operacional para o mercado, o Panamericano vem sendo avaliado periodicamente pelas principais agências de rating. Classificação de Risco: FitchAtlanticRating (BBB+), S&P (BBB-), AustinAsis (A) e, RiskBank.

**Eventos Subsequentes:** Em janeiro de 2006 foi iniciada a 3ª distribuição pública de Debêntures Simples do Panamericano Arrendamento Mercantil, a emissão total é de R\$250 milhões e tem prazo de 5 anos, vencendo em 01 de dezembro de 2010. Em fevereiro de 2006, dando continuidade a diversificação de estrutura de capital, o Banco Panamericano S.A. realizou, junto ao mercado externo, a sua primeira emissão de **EURO MEDIUM TERM NOTES**, com montante total de US\$

**Agradecimentos:** Agradecemos a todos os nossos clientes, que nos honraram pela sua preferência, confiança e fidelidade, aos acionistas pelo seu apoio e comprometimento e aos funcionários, a colaboração e pela sua dedicação e profissionalismo.

São Paulo, 1º de março de 2006

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004**  
(Em milhares de reais)

(Em milhares de reais)

	Banco		Consolidado			Banco		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004		2005	2004	2005	2004
<b>ATIVO</b>					<b>PASSIVO</b>				
CAIXA E EQUIV. ANTE	1.000	438	1.905	29	CIRCULANTE	1.403.114	1.238.414	1.408.708	1.403.952
Disponibilidades	1.693	2.072	2.128	2.811	Depósitos	855.883	989.681	864.161	983.202
Ativos financeiros em moedas de liquidez	368.255	163.632	378.625	128.635	Depósitos à vista	15.440	9.114	15.440	9.114
Operações no mercado aberto	110.569	101.695	110.569	101.695	Depósitos interfinanceiros	250.023	101.519	250.023	101.519
Operações de depósito interfinanceiros	258.266	61.367	3.551	2.518	Depósitos a prazo	313	879.448	690.87	876.130
Ativos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	30.564	61.732	73.695	69.665	Carteira própria	64.432	68.628	64.432	68.628
Carteira própria	8.311	4.702	57.441	35.555	Captações no mercado aberto	15.440	17.016	22.569	17.016
Operações de depósito de recompra	22.253	10.830	22.253	10.830	Carteira de terceiros	42.188	31.563	42.188	31.563
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.200	-	6.200	Recursos de debentures	-	-	-	147.683
Outras aplicações	29.979	33.855	29.979	33.855	Recursos de debentures em moeda nacional	-	-	-	147.683
Relações interfinanceiras	-	815	-	815	Outras aplicações	36.441	67.802	36.441	67.802
Pagamentos e recebíveis a liquidar	-	115	-	115	Correlações por empréstimos	-	-	-	57.803
Creditos intercorrentes - Depósitos no Banco Central	2.251	17.074	2.251	17.074	Correspondentes no país	35.441	57.803	35.441	57.803
Correspondentes no país	27.113	16.781	27.113	16.781	Correspondentes no exterior	-	1.574	-	1.574
Operações de crédito	1.533	850	850	850	Empréstimos no exterior	-	1.574	-	1.574
Transferências internas de recursos	1.533	850	850	850	Instrumentos financeiros derivativos	61	69	61	69
Operações de crédito em moeda	1.050.448	982.722	1.050.448	982.722	Instrumentos financeiros derivativos	61	69	61	69
Operações de crédito - serviço privado	1.227.331	1.124.481	1.227.331	1.124.481	Outras obrigações	347.437	138.673	348.031	184.802
Operações de crédito - serviço público	(176.862)	(141.734)	-	-	Provisões e antecipação de tributos e assentados	7.399	1.171	7.399	1.171
Operações de arrendamento mercantil	-	-	189.883	151.009	Fiscas e previdenciárias	8.105	10.832	8.105	12.740
Operações de arrendamento a receber	-	-	-	61.158	Provisões técnicas de previdência complementar	-	-	-	50.628
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	-	-	(13.572)	(15.581)	Provisões técnicas de previdência complementar	-	-	-	50.628
Outros créditos	344.341	178.772	361.475	189.511	Provisões técnicas de previdência complementar	-	-	-	50.628
Outros créditos	-	-	714.255	-	Provisões técnicas de previdência complementar	-	-	-	50.628
Prêmio de seguro a receber	-	-	-	-	Provisões técnicas de previdência complementar	-	-	-	50.628
Diversos	344.341	178.772	361.475	189.511	Provisões técnicas de previdência complementar	-	-	-	50.628
Outros valores e bens	58.732	66.096	78.995	78.995	Diversos	337.900	136.675	346.528	129.583
Diversos	58.732	66.096	78.995	78.995	OUTROS VALORES LONGO PRAZO	1.255	428.406	235.776	428.406
Operações de crédito	58.732	66.096	78.995	78.995	Depósitos a prazo	614.645	435.166	620.118	435.166
(Provisão para desvalorização)	(23.453)	(19.622)	(23.453)	(20.302)	Outras obrigações	37.859	27.812	37.859	27.812
Depósitos interfinanceiros	26.711	22.402	41.046	34.895	Fiscas e previdenciárias	61.849	37.916	62.085	23.793
OUTROS VALORES ALONGO PRAZO	463.130	400.451	463.130	400.451	Diversos	8.289	100.889	8.289	100.889
Ativos financeiros de liquidez	665	664	664	664	PARTICIPACAO DE AÇAO NAS INSTITUIÇÕES	-	-	-	115.624
Ativos financeiros em depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	Participações em instituições financeiras	-	-	-	115.624
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	125.570	127.851	127.208	144.982	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	394.299	321.984	394.299	321.984
Carteira própria	125.570	127.851	127.208	144.982	Capital social	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.208	-	6.208	Reserva de distribuição de lucros	307	665	307.665	251.774
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	6.208	-	6.208	Reserva de capital	5.220	7.561	5.220	7.561
Operações de crédito	296.721	290.416	296.721	290.416	Reserva de manutenção de contratos	6.528	5.847	6.528	5.847
Operações de crédito - serviço privado	296.411	290.411	296.411	290.411	Reserva de lucros	6.528	5.847	6.528	5.847
Operações de crédito - serviço público	-	-	111.301	107.091	Lucros acumulados	-	-	-	74.886
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	-					
Operações de arrendamento a receber	-	-	-	-					
Outros créditos	25.217	26.687	40.856	41.694					
Outros créditos	25.217	26.687	40.856	41.694					
Diversos	15.358	3.500	20.831	8.537					
Outros valores e bens	15.358	3.500	20.831	8.537					
Diversos	15.358	3.500	20.831	8.537					
PERMANENTE	161.261	141.952	169.981	72.919					
Investimentos	124.681	104.232	66.385	34.261					
Participações em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					
Investimentos em coligadas e controladas	124.681	104.232	66.385	34.261					

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004  
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

2º semestre		Enero		Enero		Enero	
2005	2005	2005	2005	2005	2005	2005	2005
667.317	1.250.820	1.035.275	1.381.447	1.381.447	1.250.558	1.250.558	1.250.558
630.753	1.208.428	961.375	1.310.310	1.310.310	1.197.950	1.197.950	1.197.950
25.895	42.078	67.375	32.995	32.995	61.950	61.950	61.950
598							
60	181	249	133	133	465	465	465
11	13	5.660	133	133	5.660	5.660	5.660
(275.618)	(275.618)	(275.618)	(275.618)	(275.618)	(275.618)	(275.618)	(275.618)
(130.811)	(261.161)	(322.874)	(264.459)	(264.459)	(344.730)	(344.730)	(344.730)
	(1.241)	(1.916)	(1.241)	(1.241)	(1.916)	(1.916)	(1.916)
(24)	(195)	70	(195)	(195)	70	70	70
(140.680)	(262.523)	(188.002)	(275.690)	(275.690)	(195.643)	(195.643)	(195.643)
(10.468)	(10.468)	(10.468)	(10.468)	(10.468)	(10.468)	(10.468)	(10.468)
(300.725)	(587.405)	(550.000)	(802.673)	(802.673)	(599.639)	(599.639)	(599.639)
13.861	22.033	63.562	53.824	53.824	31.592	31.592	31.592
8.187	15.230	13.766	1.291	1.291	15	15	15
(5.038)	(8.760)	(6.700)	(75.064)	(75.064)	50.501	50.501	50.501
(333.426)	(643.222)	(440.850)	(709.717)	(709.717)	(631.432)	(631.432)	(631.432)
(27.878)	(48.133)	(37.905)	(80.955)	(80.955)	(43.043)	(43.043)	(43.043)
10.949	95.691	61.032	107.196	107.196	70.319	70.319	70.319
(50.383)	(20.247)	118.629	(39.874)	(39.874)	(30.814)	(30.814)	(30.814)
(74.077)	138.295	74.493	159.189	159.189	(47.205)	(47.205)	(47.205)
(25.777)	(47.598)	(23.678)	(52.142)	(52.142)	(28.954)	(28.954)	(28.954)
48.300	90.694	50.017	107.247	107.247	58.595	58.595	58.595
(8.042)	(18.614)	(8.222)	(26.905)	(26.905)	(15.860)	(15.860)	(15.860)
(10.965)	(15.317)	(6.171)	(34.826)	(34.826)	(15.860)	(15.860)	(15.860)
(2.075)	(5.616)	(2.075)	(8.626)	(8.626)	(2.075)	(2.075)	(2.075)
2.008	2.319	16	16.614	16.614	1.498	1.498	1.498
			(3.062)	(3.062)	1.498	1.498	1.498
38.258	72.030	41.037	72.080	72.080	41.037	41.037	41.037
945.34	1.781.07	1.035.68	1.781.07	1.781.07	1.035.68	1.035.68	1.035.68

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS  
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005  
E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 (Em milhares de reais)

**E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 (Em milhares de reais)**

	Ramo		Consolidado	
	2º semestre	3º trimestre	2º semestre	3º trimestre
<b>ORIGENS DE RECURSOS</b>				
Lucro líquido ajustado	611,78	889,57	729,87	773,07
Lucro líquido ajustado	581,71	859,50	699,73	742,79
Lucro líquido do segmento financeiro	38,25	72,28	41,95	80,95
Receitas de operações e atividades	3.479	4.475	3.360	7.986
Provisão de bens não de uso próprio	2.833	3.798	467	3.564
Receita de liquidação patrimonial	8.187	(15.233)	(15.766)	1.291
Variação na participação de ações minoritárias	8.161	1.701	59.804	4.440
Receitas de capital	8.161	1.701	59.804	4.440
Integralização de capital social	770.054	614.078	614.129	620.819
Alteração de valor nominal	173.742	431.075	154.387	20.363
Amortização dos subsídios do passivo circulante e exigível a longo prazo	133,73	142,91	160,28	183,63
<b>Recursos de terceiros</b>				
Relações no mercado aberto		15.813	20.992	20.962
Operações de debêntures				12.769
Relações interfinanceiras e interempresas	4.594		57.261	57.261
Cargos por empréstimos			1.386	
Instrumentos financeiros derivativos				
Quota decorrente	115,93	269,88	74.748	300.699
Recebimento dos subsídios do ativo circulante e realizável a longo prazo	112	3.139	339.255	319,12
Quota de valores mobiliários emitidos em operações derivativas				
Relações interfinanceiras e interempresas		3.193	18.323	13.933
Outros valores e bens		1.175	162.416	162.416
Outros valores e bens	95.810	130.718	62.718	58.811
Investimentos				10.099
Operações de capital próprio	119	204	911	219
Bens não de uso próprio	96.895	179.972	142.302	204.140
<b>RECURSOS DE CAPITAL</b>				
Reservas de lucros	671.042	698.958	727.862	772.862
Juros sobre o capital próprio	10.000	20.000	11.520	20.000
Reservas legais	10.000	20.000	11.520	20.000
Inversões em	100.137	197.335	158.039	243.022
Imobilizado				
Operações de uso próprio	3.250	592,27	3.382	6.737
Operações de capital próprio	101.090	181.293	158.006	205,975
Recursos no ativo diferido	997	1.332	648	1.716
Operações de capital próprio	189.055	70.028	99.884	10.819
Relações interfinanceiras e interempresas				41.035
Operações de capital próprio	5.544	74.028		74.028
Operações de arrendamento mercantil				43.096
Operações de capital próprio	90.686	162.899	100.932	187.765
Outros valores e bens	24.113	16.080		18.765
Operações de capital próprio	24.842	23.365	300.034	17.647
Depósitos				300.040
Recursos no mercado aberto	24.425			149.683
Operações de debêntures				22.682
Relações interfinanceiras e interempresas		1.574		1.574
Cargos por empréstimos				
<b>ALÍQUOTA DE IMPORTE</b>				
ALIMENTO (REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES)	(1.220)	(379)	(865)	(865)
<b>MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA</b>				
Fim do semestre financeiro	2.985	2.072	117	2.811
Início do semestre financeiro	1.883	689	2.072	5.881
<b>ALÍQUOTA DE IMPORTE</b>				
ALIMENTO (REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES)				

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR) PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005  
E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 (Em milhares de reais, exceto os dividendos por ação)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva de capital Agio na subscrição de ações	Reserva de reavaliação em controles	Reserva de depreciação	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	185.671	13.860	-	-	3.748	30.446	233.725
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Homologação de aumento de capital pelo BACEN	13.860	(13.860)	-	-	-	-	-
Integralização de capital - AGIE de 28/9/04	62.243	-	7.561	-	-	41.995	59.804
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	41.995
Destacamentos	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	2.099	(2.099)	-
Dividendos pagos - R\$49,17 por ação	-	-	-	-	(1.990)	1.990	-
Juros sobre o capital próprio - R\$886,16 por ação	-	-	-	-	-	(11.540)	(11.540)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	251.774	-	7.561	-	6.757	56.815	321.947
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Com reservas e lucros acumulados - AGIE de 29/04/05	38.890	-	(7.561)	-	-	(2.845)	28.500
Integralização de capital - AGIIEs de 29/04/05 e 28/11/05	8.500	8.501	-	-	-	-	17.001
Reserva de reavaliação de controles	-	-	-	5.220	-	5.220	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	72.080	72.080
Destacamentos	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	3.605	(3.605)	-
Dividendos pagos - R\$49,33 por ação	-	-	-	-	(1.990)	1.990	-
Juros sobre o capital próprio - R\$434,20 por ação	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	299.164	8.501	-	5.220	6.757	104.980	334.622
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005	251.774	47.390	-	-	4.615	50.537	354.316
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Homologação de aumento de capital pelo BACEN	47.390	(47.390)	-	-	-	-	-
Integralização de capital - AGIE de 28/11/05	-	8.501	-	-	-	8.501	-
Reserva de reavaliação de controles	-	-	-	5.220	-	5.220	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	38.258	38.258
Destacamentos	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	1.913	(1.913)	-
Dividendos pagos - R\$49,32 por ação	-	-	-	-	(1.990)	1.990	-
Juros sobre o capital próprio - R\$247,10 por ação	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	299.164	8.501	-	5.220	6.757	124.286	344.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1000





# Banco PanAmericano S.A.

C.N.P.J. (MF) nº 59.285.411/0001-13

Matriz: Avenida Paulista, nº 2.240 - São Paulo - SP



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Em milhares de reais)

### 12. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações com partes relacionadas referem-se a operações efetuadas em condições normais de mercado, no que se refere a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, e são os seguintes:

#### Banco

	2005	2004
Aplicações interfinanceiras de terceiros (a)	254.716	58.949
Títulos e valores mobiliários (b)	1.015	865
Outros créditos - arrecadações de cobrança (c)	1.769	1.951
Depósitos à vista (d)	(11.315)	(4.719)
Depósitos interfinanceiros (e)	(3.416)	(2.536)
Depósitos a prazo (f)	(63.464)	(14.208)
Outros obrigações - comissões a pagar e outros (g)	(12.960)	(19.177)

#### Consolidado

	2005	2004
Outros créditos - arrecadações de cobrança (c)	1.273	1.951
Depósitos à vista (d)	(9.889)	(2.113)
Depósitos interfinanceiros (e)	(3.416)	(2.536)
Depósitos a prazo (f)	(43.897)	(14.208)
Depósitos a prazo (f)	(43.897)	(14.208)

(a) Referem-se a transações de Banco para a Panamericana Arrendamento Mercantil S.A. com taxas equivalentes às do CDI.  
(b) Referem-se a aplicações em debêntures na Panamericana Arrendamento Mercantil S.A.  
(c) Referem-se a valores de cobrança a receber, arrecadações através de empresa ligada, que são repassados em D + 1.  
(d) Referem-se ao saldo de contas correntes de empresas ligadas mantidas no Banco.  
(e) Referem-se a depósitos interfinanceiros de ligadas com taxas equivalentes às do CDI.  
(f) Referem-se a depósitos em CDB de empresa ligada efetuados no Banco.  
(g) Referem-se, principalmente, a valores a pagar a empresas ligadas por serviços prestados de cobrança.

Os valores referentes a operações envolvendo Banco e suas controladas foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

### 13. MOVIMENTOS DESTINADOS À RENDA DA SEGURADORA

	2005	2004
Termos	11.229	3.420
Edificações	4	3.754
Total dos investimentos em renda	11.233	7.174

Quanto ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, os termos e edificações foram avaliados pelo método de custo líquido.

S.A. foram reavaliados, atendendo ao estabelecido na Circular Super nº 260, de 8 de julho de 2004, que torna obrigatória a reavaliação dos imóveis para as seguradoras, cujo índice de inflação atingiu ou exceder o limite de 30%. O valor dos investimentos foi contabilizado na conta "Imposto de renda e contribuição social", no regime a longo prazo, e o valor líquido da reavaliação foi registrado na conta "Reserva de reavaliação", no patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

#### Reavaliação de 2005

A avaliação patrimonial foi elaborada pela empresa Amarel D'Avalia Engenharia de Avaliações e teve como data-base 1º de novembro de 2005, sendo aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Seguradora de 16 de dezembro de 2005.

### 14. MOBILIZADO

	2005	2004
Investimentos de uso	4%	14.731
Sistema de processamentos de dados	20%	18.045
Instalações	10%	6.446
Móveis e equipamentos de uso	10%	7.578
Sistema de comunicação	10%	1.915
Sistema de segurança	10%	112
Sistema de transporte	20%	107
Total	69.824	23.169

### 15. DEPENDIDO

Referem-se, principalmente, a gastos com expansão e organização, os quais são amortizados das taxas de 10% ou 20% ao ano.

### 16. DEPOSITOS

Composição por vencimento em 31 de dezembro de 2005:

	2005	2004
Sem vencimento	9.024	179.904
Até 30 dias	-	103.668
De 31 a 60 dias	-	48.023
De 61 a 90 dias	-	50.045
De 91 a 180 dias	-	105.023
De 181 a 360 dias	-	250.023
Acumulado de 360 dias	-	250.023
Total	9.024	1.255.919

### 17. RECURSOS DE DEBÊNTURES EMITIDAS PELA CONTROLADA PANAMERICANA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

Referem-se a 15.000 debêntures não conversíveis em ações, emitidas com garantia de fiança solidária da empresa ligada Silvio Santos Participações Ltda. Essas debêntures venceram e foram pagas em 1º de dezembro de 2005, atualizadas com base em juros equivalentes a 100% da taxa dos depósitos interfinanceiros.

### 18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a) Fincas e previdenciárias

Imposto de renda e contribuição social diferidos (veja nota explicativa nº 19 a)

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS

Provisão para imposto de renda e contribuição social

Programa de Integração Social - PIS

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre títulos de renda fixa

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF

Imposto e contribuição sobre salários

Total

(a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

Ativo

Sobre prejuízos fiscais

Sobre diferenças temporárias

Total classificado entre outros créditos

Passivo

Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a superávit de depreciação e sobre reserva de reavaliação em controladas

Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a superávit de depreciação e sobre reserva de reavaliação em controladas

Total

(b) Os encargos com imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, estão assim demonstrados:

Resultado antes da tributação sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social as alíquotas de 25% e 4%, respectivamente

Efeito das adições (exclusões) no resultado de controle

Juros sobre o capital próprio

Depreciação participada em controladas e controladas

Adições (exclusões) permanentes, líquidos

Imposto de renda e contribuição social no exercício

(a) Inventariação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

Exercício findo em 31 de dezembro de 2005

Banco

Saldo inicial em 31/12/04

(a) Constituição de créditos

(b) Realização de créditos

Saldo final em 31/12/05

Consolidado

Saldo inicial em 31/12/04

(a) Constituição de créditos

(b) Realização de créditos

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

Saldo final em 31/12/05

### Exercício findo em 31 de dezembro de 2004

	2005	2004
Banco		
Saldo inicial em 31/12/03	6.576	2.873
(a) Constituição de créditos	47.015	16.927
(b) Realização de créditos	(47.005)	(16.921)
Saldo final em 31/12/04	6.586	2.879
Consolidado		
Saldo inicial em 31/12/03	20.221	3.274
(a) Constituição de créditos	52.268	17.840
(b) Realização de créditos	(48.572)	(17.850)
Saldo final em 31/12/04	23.917	3.264

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadram nos parâmetros de dedutibilidade fiscal no quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Aparentamentos abaixo a estimativa de realização desses créditos:

	2005	2004
Banco		
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	1.173	1.173
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais	1.173	1.173
Total	2.346	2.346

Em 31 de dezembro de 2005, o valor presente dos créditos tributários, considerando a taxa média de capitalização, totaliza R\$ 835 no Banco e R\$ 835 no consolidado.

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco possuiu a seguinte composição:



## Paulo - SF

aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.** em relação de dezembro de 2005 e de 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2005, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 1º de março de 2006

**Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**  
CRC nº2 SP 011609/O-8  
**Osmar Aurélio Lujan**  
Contador  
CRC nº1 SP 166203/O-1

**Deloitte**







continuação



# PanAmericana de Seguros S.A.

C.N.P.J. nº 33.245.762/0001-07  
Av. Paulista, 2.205 - Conjunto César - São Paulo - SP



**1. Operacional**  
A PanAmericana de Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima fechada e tem como objetivo a exploração de seguros dos ramos de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (desemprego), de vida em grupo e danos pessoais (DPVAT). Suas operações estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, utilizando-se de sua estrutura administrativa e operacional de empresas pertencentes ao Grupo PanAmericana. Os custos provenientes dessas atividades são alocados, conforme praxe, por meio de rateio entre as instituições.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**3. Principais Práticas Contábeis**

**3.1. Apropriação de prêmios de seguros:** As receitas de prêmios de seguros são contabilizadas por ocasião de emissão das apólices e comissões emitidas e distribuídas pelo prazo de vigência das apólices ou faturamento dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos. Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização de reatuação e correspondente provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A. As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas aos resultados mensalmente em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, nas contas de resultado.

**3.2. Aplicações:** Os títulos de carteira de investimentos da Seguradora estão classificados como: (a) títulos para negociação, os quais são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequação conta de receita e despesa no resultado do período; e (b) títulos mantidos até o vencimento.

**4. Aplicações**

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Total
Títulos para negociação:					
Quotas de fundos de investimento (*)	2.617	-	-	-	2.617
Títulos disponíveis para venda:					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento:					
Quotas de fundos de investimento	15.842	4.059	1.527	21.462	43.890
Certificado de Depósito Bancário - CDB - prefixado	3.947	-	-	4.003	7.950
Certificado de Depósito Bancário - CDB - pós-fixado	22.626	-	-	3.260	25.886
Debêntures - pós-fixadas	-	-	117	117	234
Outras aplicações	42.214	4.059	1.527	48.120	95.920
Total das aplicações	83.699	8.118	3.064	73.920	165.801

(\*) O valor de mercado das quotas de fundos de investimento foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelas respectivas sociedades de fundos de investimento.

Do total das aplicações em quotas de fundos de investimento em 31 de dezembro de 2005, os montantes de R\$ 29.306 em quotas de renda fixa privada (R\$ 1.748 em 2004) e de R\$ 21 em quotas de renda fixa pública (R\$ 30.384 em 2004) estavam vinculados à Super como recursos garantidores das Provisões Técnicas.

**5. Despesa de comercialização de seguros:** As despesas de comercialização de seguros são reconhecidas no resultado, o montante de R\$ 481, referente a aplicações em quotas de fundos de investimento, da categoria "títulos mantidos até o vencimento" para a categoria "títulos para negociação", em adequação à classificação inicial para melhor refletir o tratamento da carteira de títulos.

**6. Créditos Tributários**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, contabilizados na rubrica de créditos tributários e provisões, serão realizados à medida que a Seguradora gerar lucros tributáveis para compor os prejuízos fiscais de acordo com o limite estabelecido pela legislação federal (alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 5% para a contribuição social e em uma seguinte composição):

	2005	2004
Despesas de comercialização diferidas apresentadas a seguinte composição:		
Despesas de comercialização de seguros	2005	2004
Despesas pessoais coletivas	429	613
Rendas de eventos aleatórios	10	10
Total	439	623

**7. Participações Sociárias**

	2005	2004
Investimentos avaliados ao custo:		
IBR - Brasil Resseguros S.A.	305	305
SBC - Sistema Brasileiro de Comunicação Ltda. (a)	7.139	6.187
Participações em controladas e coligadas (b)	28.850	3.964
Total	36.294	10.456

(a) Participação acionária de 5,7%.

(b) Dados sobre as controladas e coligadas

**8. Outras informações**

As despesas de comercialização de seguros são reconhecidas no resultado, o montante de R\$ 481, referente a aplicações em quotas de fundos de investimento, da categoria "títulos mantidos até o vencimento" para a categoria "títulos para negociação", em adequação à classificação inicial para melhor refletir o tratamento da carteira de títulos.

**9. Outras informações**

O saldo refere-se principalmente ao adiantamento para futuro aumento de capital efetuado em dezembro de 2005, na controladora Sian - Empreendimentos Imobiliários Ltda., no valor de R\$ 5.240 mil, mediante transferência de imóveis, cujo valor contábil líquido era de R\$ 187 mil. Após a entrega do imóvel, que ocorrerá em fevereiro de 2006, será efetuado referido aumento de capital, sendo o valor transferido ao grupo de investidores.

**10. Investimentos em Imóveis**

Os investimentos em imóveis são avaliados ao custo, com base nas estimativas ativas determinadas em 31 de dezembro de 2005, que torna obrigatória a reavaliação dos imóveis para as seguradoras, cujo índice de

reavaliação é superior a 100%.

**11. Outras informações**

Os investimentos em imóveis são avaliados ao custo, com base nas estimativas ativas determinadas em 31 de dezembro de 2005, que torna obrigatória a reavaliação dos imóveis para as seguradoras, cujo índice de

reavaliação é superior a 100%.

**12. Outras informações**

Os investimentos em imóveis são avaliados ao custo, com base nas estimativas ativas determinadas em 31 de dezembro de 2005, que torna obrigatória a reavaliação dos imóveis para as seguradoras, cujo índice de

reavaliação é superior a 100%.

**13. Outras informações**

Os investimentos em imóveis são avaliados ao custo, com base nas estimativas ativas determinadas em 31 de dezembro de 2005, que torna obrigatória a reavaliação dos imóveis para as seguradoras, cujo índice de

reavaliação é superior a 100%.

**14. Outras informações**

Os investimentos em imóveis são avaliados ao custo, com base nas estimativas ativas determinadas em 31 de dezembro de 2005, que torna obrigatória a reavaliação dos imóveis para as seguradoras, cujo índice de

reavaliação é superior a 100%.

**15. Outras informações**

Os investimentos em imóveis são avaliados ao custo, com base nas estimativas ativas determinadas em 31 de dezembro de 2005, que torna obrigatória a reavaliação dos imóveis para as seguradoras, cujo índice de

reavaliação é superior a 100%.

**16. Outras informações**

Os investimentos em imóveis são avaliados ao custo, com base nas estimativas ativas determinadas em 31 de dezembro de 2005, que torna obrigatória a reavaliação dos imóveis para as seguradoras, cujo índice de

reavaliação é superior a 100%.

**17. Outras informações**

Os investimentos em imóveis são avaliados ao custo, com base nas estimativas ativas determinadas em 31 de dezembro de 2005, que torna obrigatória a reavaliação dos imóveis para as seguradoras, cujo índice de

reavaliação é superior a 100%.

**18. Outras informações**

Os investimentos em imóveis são avaliados ao custo, com base nas estimativas ativas determinadas em 31 de dezembro de 2005, que torna obrigatória a reavaliação dos imóveis para as seguradoras, cujo índice de

reavaliação é superior a 100%.

**19. Outras informações**

Os investimentos em imóveis são avaliados ao custo, com base nas estimativas ativas determinadas em 31 de dezembro de 2005, que torna obrigatória a reavaliação dos imóveis para as seguradoras, cujo índice de

reavaliação é superior a 100%.

**20. Outras informações**

Os investimentos em imóveis são avaliados ao custo, com base nas estimativas ativas determinadas em 31 de dezembro de 2005, que torna obrigatória a reavaliação dos imóveis para as seguradoras, cujo índice de

reavaliação é superior a 100%.

**21. Outras informações**

Os investimentos em imóveis são avaliados ao custo, com base nas estimativas ativas determinadas em 31 de dezembro de 2005, que torna obrigatória a reavaliação dos imóveis para as seguradoras, cujo índice de

reavaliação é superior a 100%.

**22. Outras informações**

Os investimentos em imóveis são avaliados ao custo, com base nas estimativas ativas determinadas em 31 de dezembro de 2005, que torna obrigatória a reavaliação dos imóveis para as seguradoras, cujo índice de

reavaliação é superior a 100%.

**23. Outras informações**

Os investimentos em imóveis são avaliados ao custo, com base nas estimativas ativas determinadas em 31 de dezembro de 2005, que torna obrigatória a reavaliação dos imóveis para as seguradoras, cujo índice de

reavaliação é superior a 100%.

**24. Outras informações**

Os investimentos em imóveis são avaliados ao custo, com base nas estimativas ativas determinadas em 31 de dezembro de 2005, que torna obrigatória a reavaliação dos imóveis para as seguradoras, cujo índice de

reavaliação é superior a 100%.

**25. Outras informações**

Os investimentos em imóveis são avaliados ao custo, com base nas estimativas ativas determinadas em 31 de dezembro de 2005, que torna obrigatória a reavaliação dos imóveis para as seguradoras, cujo índice de

reavaliação é superior a 100%.

**26. Outras informações**

Os investimentos em imóveis são avaliados ao custo, com base nas estimativas ativas determinadas em 31 de dezembro de 2005, que torna obrigatória a reavaliação dos imóveis para as seguradoras, cujo índice de

reavaliação é superior a 100%.

**27. Outras informações**

Os investimentos em imóveis são avaliados ao custo, com base nas estimativas ativas determinadas em 31 de dezembro de 2005, que torna obrigatória a reavaliação dos imóveis para as seguradoras, cujo índice de

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Os dados são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

Os rendimentos produzidos pelas aplicações em títulos de renda fixa são reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência.

**3.3. Investimentos em imóveis:** Os investimentos em imóveis são avaliados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

**3.4. Investimentos em ações:** Os investimentos em ações são avaliados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

**3.5. Investimentos em derivativos:** Os investimentos em derivativos são avaliados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

**3.6. Investimentos em outros ativos:** Os investimentos em outros ativos são avaliados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

**3.7. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.8. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.9. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.10. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.11. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.12. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.13. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.14. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.15. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.16. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.17. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.18. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.19. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.20. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.21. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.22. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.23. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.24. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.25. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.26. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.27. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.28. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.29. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.30. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.31. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.32. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.33. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.34. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.35. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.36. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.37. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.38. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.39. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.40. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.41. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.42. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.43. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.44. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.45. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.46. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.47. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.48. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.49. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.50. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.51. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.52. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.53. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.54. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.55. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.56. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.57. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.58. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.59. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.60. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.61. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.62. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.63. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.64. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.65. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.66. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.67. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.68. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.69. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.70. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.71. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.72. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.

**3.73. Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados:** As provisões de sinistros ocorridos mas não avisados são calculadas com base nas informações recebidas do IBR - Brasil Resseguros S.A.





# Liderança

capitalização s/a

CNPJ nº 60.853.264/0001-10  
Rua Jacuquai nº 400 - Bela Vista - São Paulo



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 (Em milhares de Reais)					
	Capital social	Aumento de capital em 2004	Reservas de Realização	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2003</b>	142.182	3.010	8.504	24	155.506
Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 373 de 27/05/04	12.150	(12.150)	-	-	-
Portaria SUSEP nº 272 de 27/05/04	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação	-	-	-	-	-
Realização	-	-	-	(1)	1
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-
Destinação do resultado	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	614	(614)
Dividendos	-	-	-	-	-
Junos sobre o capital próprio	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2004</b>	156.332	6.426	8.504	23	161.285
Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 31/12/05	-	17.201	-	-	17.201
Portaria SUSEP nº 273 de 27/05/04	-	(6.426)	-	-	-
Reserva de reavaliação	-	-	-	-	-
Realização	-	-	-	2.704	(2.704)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-
Destinação do resultado	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	848	(848)
Dividendos	-	-	-	-	-
Junos sobre o capital próprio	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2005</b>	162.758	17.201	8.504	2.725	189.188

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

<b>1. Contexto operacional</b>		A Liderança Capitalização S.A., devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), opera na colocação de títulos de capitalização denominados "Tela Sena". Para a colocação desses títulos é utilizada uma rede de distribuidores em todo o Brasil, que também atua como pontos de resgate. Os títulos são emitidos em estrita observância às normas da Circular SUSEP nº 130/04 e alterações posteriores, segundo as condições gerais e notas técnicas disponíveis no site eletrônico disponível em <a href="http://www.liderancap.com.br">www.liderancap.com.br</a> , sob o nome comercial de vigência de 12 meses, modalidade de Pagamento Único (PU), capitalização de 50%, e sem custo de manutenção.	
<b>2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras</b>		As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformância com as práticas contábeis e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo novo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 29/05, a qual instituiu alterações na classificação das contas do balanço patrimonial e na demonstração dos resultados. Em decorrência, as demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, anteriormente publicadas, foram reclassificadas para permitir melhores condições de comparabilidade.	
<b>3. Principais políticas contábeis adotadas</b>		<b>3.1. Regime de competência</b> - As receitas com a colocação dos títulos de capitalização, assim como os respectivos custos e provisões técnicas, são apropriadas no prazo médio de comercialização, de acordo com a Circular SUSEP nº 130/04.	
<b>3.2. Estimativas contábeis</b>		A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use o julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Além disso, há também estimativas e provisões técnicas, tais como: a) provisões técnicas para o resgate de títulos de capitalização, b) provisões técnicas para o resgate de títulos de capitalização, c) provisões técnicas para o resgate de títulos de capitalização, d) provisões técnicas para o resgate de títulos de capitalização.	
<b>3.3. Provisões técnicas</b>		As provisões técnicas são calculadas com base em dados estatísticos e em informações de mercado. As provisões técnicas são calculadas com base em dados estatísticos e em informações de mercado. As provisões técnicas são calculadas com base em dados estatísticos e em informações de mercado.	
<b>3.4. Aplicações</b>		Os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados segundo a intenção da Administração em mantê-los até o seu vencimento ou negociá-los antes dessa data. Os títulos classificados na categoria "rendimento até o vencimento" são valorizados pelo valor investido acrescido dos rendimentos incorridos. Os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo tais ajustes contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa no resultado do exercício (títulos classificados como "negociados").	

	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 365 dias	Total
<b>Para negociação</b>							
COF	81.895	16.444	2.863	10.276	4.663	1.108	97.549
Quanto de fundos	10.648	15.251	-	-	1.752	23.236	49.186
Operações comprometidas	80.603	-	-	-	-	-	80.603
Operações até o vencimento (*)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>273.708</b>	<b>31.695</b>	<b>2.863</b>	<b>10.276</b>	<b>6.415</b>	<b>3.864</b>	<b>328.821</b>

<b>4. Provisões técnicas</b>		<b>4.1. Provisão para resgate</b>		<b>4.2. Provisão para resgate</b>	
Circulante:		Provisão para resgate de títulos de capitalização		Provisão para resgate de títulos de capitalização	
Contribuição social a compensar		2005		2004	
Quanto		1.086		1.086	
<b>Total</b>		<b>2005</b>		<b>2004</b>	
Reservado a longo prazo:		2005		2004	
Créditos tributários sobre diferenças temporárias:		2005		2004	
Imposto de renda:		2005		2004	
Sobre provisão para contingências:		2005		2004	
Contribuição social:		2005		2004	
Sobre provisão para riscos de créditos:		2005		2004	
Sobre provisão para riscos sobre créditos:		2005		2004	
Sobre provisão para desvalorização:		2005		2004	

<b>6. Investimentos</b>		<b>6.1. Investimentos em ações</b>		<b>6.2. Investimentos em títulos de capitalização</b>	
Capital social		2005		2004	
Lucro líquido (prejuízo)		2005		2004	
Dividendos		2005		2004	
Número de quotas/ações possuídas		2005		2004	
Participação societária		2005		2004	
Resultado de equivalência patrimonial		2005		2004	
Dividendos recebidos		2005		2004	
Investimentos		2005		2004	
Saldos em 31 de dezembro de 2004		2005		2004	

<b>7. Imobilizado</b>		<b>7.1. Imobilizado</b>		<b>7.2. Imobilizado</b>	
Equipamentos, móveis, máquinas e utensílios		2005		2004	
Imobilizado em curso		2005		2004	
Sistemas de processamento de dados		2005		2004	
<b>Total</b>		<b>2005</b>		<b>2004</b>	

<b>8. Provisões técnicas</b>		<b>8.1. Provisão para resgate</b>		<b>8.2. Provisão para resgate</b>	
Contribuição social a compensar		2005		2004	
Quanto		2005		2004	
<b>Total</b>		<b>2005</b>		<b>2004</b>	

<b>9. Provisões técnicas</b>		<b>9.1. Provisão para resgate</b>		<b>9.2. Provisão para resgate</b>	
Contribuição social a compensar		2005		2004	
Quanto		2005		2004	
<b>Total</b>		<b>2005</b>		<b>2004</b>	

<b>10. Provisões técnicas</b>		<b>10.1. Provisão para resgate</b>		<b>10.2. Provisão para resgate</b>	
Contribuição social a compensar		2005		2004	
Quanto		2005		2004	
<b>Total</b>		<b>2005</b>		<b>2004</b>	

<b>11. Provisões técnicas</b>		<b>11.1. Provisão para resgate</b>		<b>11.2. Provisão para resgate</b>	
Contribuição social a compensar		2005		2004	
Quanto		2005		2004	
<b>Total</b>		<b>2005</b>		<b>2004</b>	

<b>12. Provisões técnicas</b>		<b>12.1. Provisão para resgate</b>		<b>12.2. Provisão para resgate</b>	
Contribuição social a compensar		2005		2004	
Quanto		2005		2004	
<b>Total</b>		<b>2005</b>		<b>2004</b>	

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004 (Em milhares de Reais)					
<b>2005</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Lucro líquido do exercício	38.109	30.587	1.746	1.146	1.146
Depreciação e amortização	1.746	1.146	1.146	1.146	1.146
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(11.238)	(8.583)	(8.583)	(8.583)	(8.583)
Provisão na venda de investimentos ou imobilizado	-	-	-	-	-
Redução do resultado de exercícios futuros	-	-	-	-	-
<b>Origens</b>	<b>28.617</b>	<b>23.150</b>	<b>23.150</b>	<b>23.150</b>	<b>23.150</b>
Lucro líquido do exercício	38.109	30.587	1.746	1.146	1.146
Integração de capital	-	-	-	-	-
Aumento de capital em aprovação	17.201	17.201	17.201	17.201	17.201
Aumento do exigível a longo prazo	22.110	18.642	18.642	18.642	18.642
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	502	502	502	502	502
Atenuação de investimentos (valor de venda)	-	-	-	-	-
Atenuação de imobilizado (valor de venda)	68.433	59.180	59.180	59.180	59.180
<b>Aplicações</b>	<b>106.853</b>	<b>106.853</b>	<b>106.853</b>	<b>106.853</b>	<b>106.853</b>
Junos sobre o capital próprio	48.199	41.059	41.059	41.059	41.059
Aquisição de investimentos	21.147	18.314	18.314	18.314	18.314
Aquisição de imobilizado	10.421	201	201	201	201
Total das aplicações de recursos	79.767	59.574	59.574	59.574	59.574
<b>Redução de capital circulante líquido</b>	<b>(51.150)</b>	<b>(33.704)</b>	<b>(33.704)</b>	<b>(33.704)</b>	<b>(33.704)</b>
<b>Variação do capital circulante líquido</b>	<b>(23.533)</b>	<b>(10.554)</b>	<b>(10.554)</b>	<b>(10.554)</b>	<b>(10.554)</b>
Capital circulante do exercício anterior	156.555	162.072	162.072	162.072	162.072
<b>Capital circulante do exercício atual</b>	<b>133.022</b>	<b>151.518</b>	<b>151.518</b>	<b>151.518</b>	<b>151.518</b>

## A DIRETORIA

## PARCEIRO ATUARIAL

Os Diretores da Liderança Capitalização

Em cumprimento ao disposto na Circular SUSEP nº 272 de 27/05/04, procedemos a Avaliação Anual da Liderança Capitalização para o período base de janeiro a dezembro de 2004.

Nosso trabalho foi fundamentado nas informações fornecidas pela Sociedade em quadros estatísticos que constam anexo ao relatório da Avaliação Anual.

A análise das informações foi precedida pela crítica, consistência e consolidação dos dados.

Ass. Administradores e Ações Acionistas da Liderança Capitalização S.A.

São Paulo, SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Liderança Capitalização S.A. levantados em 31 de dezembro de 2004 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos nos períodos de 12 meses, modalidade de Pagamento Único (PU), capitalização de 50%, e sem custo de manutenção.

2. Exatidão quanto ao disposto no parágrafo 4, nosse exame foram constatados de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendemos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contidas nos demonstrativos; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração. Nossa responsabilidade é a de apresentar das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Atentamente, verificamos que não encontramos com a prática das operações pela Sociedade. Portanto, pela análise procedida, verificamos que as Provisões Técnicas estão adequadamente constituídas, sendo os alíquotas garantidos 95,20% superiores ao valor de cobertura das provisões de 95,20% levando-nos a concluir que a Sociedade é superavitária.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2005.

Helton Coelho Borges Rigau  
Atuário - Registro MT nº 385 - MIBA

Atentamente, verificamos que não encontramos com a prática das operações pela Sociedade. Portanto, pela análise procedida, verificamos que as Provisões Técnicas estão adequadamente constituídas, sendo os alíquotas garantidos 95,20% superiores ao valor de cobertura das provisões de 95,20% levando-nos a concluir que a Sociedade é superavitária.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2005.

Helton Coelho Borges Rigau  
Atuário - Registro MT nº 385 - MIBA

**BANCO PANAMERICANO****Matriz São Paulo**

PABX (11) 2192 5000  
Fax (11) 2192 5284

**Câmbio**

Tel (11) 2192 5406/5408/5409/5410  
Fax (11) 2192 5284

**SÃO PAULO****Aplicações - Treasury / Mesa de Operações****São Paulo SP**

Tel (11) 2192 5693/5296/5319/5633/5632/5379  
Tel (11) 2192 5299/5386/5387/5297/5298/5282  
Tel (11) 2192 5283/5380/5381/5292/5310/5293  
Tel (11) 2192 5294/5683/5394/5395/5295/5631  
Fax (11) 2192 5284  
E-mail: lpalhares@panamericano.com.br

**Campinas SP**

Tel (19) 2101 6144

**Santo André SP**

Tel (11) 2122 7840

**Santos SP**

Tel (13) 3219 7379

**São José do Rio Preto SP**

Tel (17) 2139 9023

**São José dos Campos SP**

Tel (12) 2139 7219

**Sorocaba SP**

Tel (15) 2101 1326

**OUTROS ESTADOS****Belém**

Tel (91) 4005 3800

**Belo Horizonte MG**

Tel (31) 2105 1350

**Caxias do Sul**

Tel (54) 4009 9105

**Curitiba PR**

Tel (41) 2101 8182

**Fortaleza CE**

Tel (85) 3433 7007

**Porto Alegre RS**

Tel (51) 2101 7937

**Recife PE**

Tel (81) 3224 4941

**Rio de Janeiro RJ**

Tel (21) 2196 6511

**Salvador BA**

Tel (71) 2105 6665

**Teresina PI**

Tel (86) 2107 6505

[www.panamericano.com.br](http://www.panamericano.com.br)



## Banco PanAmericano

Demonstrações Financeiras  
Dezembro 2004



## Senhores Acionistas

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, é com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas, as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes.

### Cenário Econômico

O Brasil no ano de 2004 foi favorecido pela ausência de choques externos e dando continuidade aos ajustes macroeconômicos realizados em 2003 colheu resultados muito favoráveis em sua política econômica. Com um crescimento projetado do PIB de mais de 5% para 2004 e com a indústria crescendo mais de 8% até novembro em comparação com o mesmo período de 2003, o Brasil começa o ano de 2005 com perspectivas muito positivas. Como consequência o mercado de trabalho verificou a criação de mais de 2 milhões de novos empregos, sendo que a taxa de desemprego caiu para 9,6%, depois de atingir quase 13% em meados de 2003. No setor externo, o ano de 2004 apresentou números excelentes. A balança comercial apresentou um superávit de US\$ 33 bilhões, o mais elevado da história. As exportações cresceram mais de 30% atingindo a marca também histórica de US\$ 96 bilhões. O saldo em transações correntes também foi recorde e atingiu perto de 2% do PIB, ou aproximadamente US\$ 12 bilhões. A consequência direta desses resultados foi a redução do prêmio do risco Brasil que recuou para 377 pontos. Essa significativa melhora nas contas externas também trouxe a cotação da taxa de câmbio para R\$ 2,65 por dólar em dezembro. O governo também manteve em 2004 o compromisso com as metas fiscais, sendo que o superávit primário do setor público atingiu 4,6% do PIB, superando a meta acertada com o FMI de 4,5%. Finalmente, a inflação fechou o ano de 2004 em 7,6%, abaixo da meta prevista de 8% do IPCA, um recuo significativo em relação aos 9,3% alcançados em 2003. Contudo, o modelo de metas de inflação adotado pelo governo apontou um reaquecimento do núcleo do índice no final de 2004, o que poderia comprometer as metas definidas para 2005. Sendo assim a taxa selic sofreu uma elevação, fechando 2004 em 17,75%, um patamar superior aos 16,5% de dezembro de 2003. Para 2005 as perspectivas apontam para a manutenção do atual crescimento, embora não alcançando o mesmo ritmo de 2004, mas mesmo assim mantendo a recuperação do nível de emprego, o saldo positivo da balança comercial e dos superávits fiscais e a inflação em níveis compatíveis com as metas estabelecidas de forma a não pressionar ainda mais a atual taxa básica de juros que apresentou uma tendência de ligeira alta.

### Estratégia Operacional

O Panamericano mantém sua estratégia de atuação no financiamento ao consumo nos segmentos de veículos, crédito pessoal e CDC junto a grandes lojas e cartão de crédito. O mix de negócio foi realinhado conforme o planejamento estratégico, dando ênfase ao cartão de crédito, atingindo um montante de 9.345 milhões de plásticos (7,1 milhões em 2003) distribuídos entre o seu private label - cartão PanClub (6.674 milhões (5,4 milhões em 2003) e nos cartões com bandeira Visa e Mastercard 2.671 milhões (1,7 milhões em 2003). Esse crescimento de 31,6% no número de cartões distribuídos refletiu diretamente no mix da carteira de operações de crédito, onde o segmento cartão de crédito consolidado aumentou sua participação percentual de 47,4% para 50,1%. Em novembro de 2004 foi lançado o PanClub Prata - Jet Card, um produto que permite aos clientes com um histórico positivo de crédito, saques em dinheiro nas lojas do Panamericano e na Rede 24 horas. O limite é pré aprovado e dispensa maiores formalidades uma vez que o cliente no momento em que realiza um empréstimo ou financiamento no Panamericano tem a opção de aderir ao Cartão. Em 2 meses de operação foram distribuídos 100.000 cartões e a expectativa é chegar aos 500.000 plásticos até dezembro de 2005. O Panamericano conta atualmente com uma rede de 124 pontos de venda atuando em todos os segmentos, com uma previsão de continuidade da expansão, pretendendo atingir 200 pontos até o final do ano de 2005.

### Fundo de Investimento de Direitos Creditórios - FIDC

A Panamericano DTVM S.A. empresa pertencente ao conglomerado do GSS, administra três Fundos de Investimento de Direitos Creditórios constituídos exclusivamente por recebíveis de CDC veículos originados pelo Banco Panamericano S.A. que triplicaram de tamanho em 2004, colocando a Panamericano DTVM na posição de maior administradora de fundos recebíveis abertos do mercado brasileiro e o Banco Panamericano S.A. no maior originador de recebíveis de veículos para fundos de investimento em direitos creditórios. O Patrimônio Líquido dos FIDCs atingiu R\$ 755,4 milhões em 31 de dezembro de 2005, (R\$ 275,3 milhões em 2003) sendo que, deste total 84,3% representam cotas seniores, proporcionando uma fonte adicional de recursos para o banco, com prazos de vencimentos mais adequados à sua carteira ativa.

### Performance do Exercício

O crescimento do resultado no exercício foi de 23,4%, refletindo a retomada do nível de atividade da economia. O lucro líquido de 2004 foi de R\$ 42 milhões (R\$ 34 milhões em 2003), representando uma rentabilidade anual de 18% sobre o Patrimônio Líquido.

### Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$ 322 milhões (R\$ 233,7 milhões em 2003). Ressalta-se que no mês de junho de 2004 houve um aporte de capital no valor de R\$ 59,8 milhões.

### Carteira de Crédito e Depósitos Totais

A carteira de operações de crédito chegou em 31/12/2004 a R\$ 1.273 bilhões. Em 31/12/2003 ela totalizava R\$ 1.408 bilhões, uma redução de 10,6%. O volume de depósitos totais resultaram em R\$ 1.419 bilhões em 31/12/2004. Em comparação com os R\$ 1.744 bilhões em 31/12/2003, registraram uma redução de 22,9%. As turbulências ocorridas no final de 2004 que afetaram principalmente os bancos médios e pequenos, implicaram na redução dos depósitos totais e consequentemente no volume das operações de crédito.

Entretanto, os resultados do Banco Panamericano S.A. se mantiveram crescentes e dentro da média do mercado financeiro nacional. Vale ressaltar que apesar do sobressalto ocasionado pela intervenção do Banco Central no Sistema Financeiro, o Banco Panamericano S.A. não restringiu em momento algum suas operações de crédito, sendo que a Carteira Bruta de Crédito (Carteira de Operações de Crédito mais a Carteira de Crédito cedida a outras instituições financeiras) cresceu de R\$ 2.093 bilhões em 31/12/2003 para R\$ 2.490 bilhões em 31/12/2004, ou seja um aumento de 18,97%. Essa política está alinhada com a estratégia do Banco em ampliar seu "market share" no mercado de crédito direto ao consumidor - CDC e expandir regionalmente os escritórios de vendas.

### Tecnologia

Objetivando proporcionar ao cliente agilidade no atendimento e garantir a adequada administração dos controles internos necessários para a segurança e manutenção da conformidade às normas dos agentes reguladores do sistema financeiro nacional, o Banco Panamericano S.A. investiu R\$ 12,9 milhões em 2004 em tecnologia implantando sistema de RP e na aquisição de equipamentos.

### Recursos Humanos

Buscando sempre aperfeiçoar a sua equipe de profissionais, o Banco Panamericano S.A. investiu no ano de 2004, em 70 mil horas de treinamento, e cursos técnicos específicos que beneficiaram centenas de profissionais. A área de Recursos Humanos contribuiu também para melhorar a qualidade de vida dos seus profissionais, incentivando grupos esportivos internos, transformou em Academia de Ginástica um andar inteiro de sua sede na Av. Paulista, promove atividades laborais e reformulou seu ambulatório médico.

### Avaliação das Empresas de Ratings

Mantendo sua política de transparência e abertura do seu plano estratégico e operacional para o mercado, o Panamericano vem sendo avaliado periodicamente pelas principais agências de rating. Classificação de Risco: FitchAtlanticRating (BBB+), Austin Asis (A) e RiskBank.

### Agradecimentos

Agradecemos a todos os nossos clientes, que nos honraram pela sua preferência, confiança e fidelidade, aos acionistas pela seu apoio e comprometimento e aos funcionários e colaboradores pela sua dedicação e profissionalismo.

São Paulo, 23 de Fevereiro de 2005

A Administração





Objetos de recursos	Banco Panamericano S.A.			Panamericano Consolidado		
	2º semestre	2004	Exercício	2004	2003	Exercício
<b>Objetos de recursos</b>	<b>751.465</b>	<b>\$85.831</b>	<b>414.717</b>	<b>603.476</b>	<b>513.643</b>	
Lucro líquido do semestre/exercício	22.523	41.995	34.025	41.995	34.023	
Depreciações e amortizações	3.771	7.198	6.416	7.983	6.772	
Resultado da equivalência patrimonial	(7.004)	(13.766)	(8.416)	15	174	
Reserva na participação de sociedades minoritárias	-	-	-	1.100	1.062	
Imparidade de capital social	-	-	-	59.804	13.860	
Receitas de terceiros originárias de:						
- venda de ativos	234.175	489.620	368.841	402.574	467.754	
- aumento dos subgrupos do passivo circulante e exigível a longo prazo:	118.714	154.387	334.366	183.638	446.749	
Depósitos	-	-	245.156	-	215.277	
Capatações no mercado aberto	-	20.992	19.924	20.992	19.924	
Operações de empréstimo	1.514	1.386	-	12.749	114.934	
Despesas por empréstimos	41.139	52.261	188	57.261	188	
Relações interfinanceiras e interdependência	-	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	374	-	374	
Outras obrigações	78.001	74.748	58.824	91.250	76.152	
Operações dos subgrupos do ativo circulante e realizável a longo prazo:	615.340	335.834	44.443	308.562	10.674	
- aplicações de longo prazo	12	12	26.571	-	-	
- títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	248.595	126.762	-	106.543	-	
- relações interfinanceiras e interdependências	46.395	15.323	-	15.327	-	
- operações de crédito	259.810	135.447	-	135.447	-	
Outros créditos	-	-	-	-	-	
Outros recursos e bens	38.273	59.332	17.572	51.249	10.674	
- aplicações de longo prazo	31	31	332	379	332	
- investimentos	68	68	-	68	-	
- aplicações de curto e longo prazo	53	311	332	311	333	
<b>Aplicações de recursos</b>	<b>751.804</b>	<b>\$83.876</b>	<b>415.825</b>	<b>601.259</b>	<b>514.894</b>	
Aplicações sob o capital próprio	1.640	1.990	11.540	11.540	16.305	
Operações de longo prazo	2.289	4.099	793	1.990	10.885	
Investimentos	-	-	-	1.568	9.265	
- Incobrança	1.872	3.382	636	6.064	726	
- Aplicações no ativo oferecido	397	648	97	648	97	
- Aumento dos subgrupos do ativo circulante e realizável a longo prazo:	79.451	200.816	397.495	253.443	487.212	
- aplicações de longo prazo	-	99.884	-	41.035	11.503	
- títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	64.532	-	20.446	
- relações interfinanceiras e interdependências	-	-	20.142	-	20.142	
- operações de crédito	-	-	303.522	-	303.522	
Outros créditos	79.451	100.932	9.309	105.535	8.637	
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	
Operações de arrendamento financeiro	668.444	365.500	-	106.873	68.602	
Operações de venda de subgrupos do passivo circulante e exigível a longo prazo:	551.429	363.034	1.392	324.006	1.292	
- Depósitos	116.771	244	-	325.540	-	
- aplicações no mercado aberto	-	466	-	466	-	
- operações de empréstimo	-	-	1.292	-	1.292	
- instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	
- relações interfinanceiras e interdependência	-	-	-	-	-	
<b>Aumento (diminuição) das disponibilidades</b>	<b>1.661</b>	<b>1.955</b>	<b>1.228</b>	<b>2.217</b>	<b>(1.251)</b>	
<b>Aumento (diminuição) da posição financeira</b>	<b>411</b>	<b>1.127</b>	<b>1.025</b>	<b>594</b>	<b>1.845</b>	
<b>Aumento (diminuição) das disponibilidades</b>	<b>2.072</b>	<b>2.072</b>	<b>(1.187)</b>	<b>2.811</b>	<b>585</b>	
<b>Aumento (diminuição) das disponibilidades</b>	<b>1.661</b>	<b>1.955</b>	<b>(1.186)</b>	<b>2.217</b>	<b>(1.251)</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

[illegible]

100

**2. Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras do Banco Paramerciano S.A. estão sendo apresentadas em conformidade com as demonstrações financeiras do Banco e suas sociedades, e não foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas à norma e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Instrução nº 1.567/2016), e as demonstrações financeiras do Sistema Financeiro - CSF. As sociedades integrantes do Plano Controlador das Instituições do Sistema Financeiro - CSF. As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação da controladora são as seguintes:

	2004	2003
	%	%
<b>Controlada direta</b>		
Paramecero Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97
Paramecero de Seguros S.A.	79,12	79,12
<b>Controlada indireta</b>		
Consórcio Nacional Paramecero S/C Ltda.	83,50	83,50

100

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

—

a) **Consolidação:**  
As demonstrações consolidadas os saldos e os resultados das transações entre a controladora e as empresas controladas foram eliminados. As demonstrações financeiras da Panamericana Arrendamento Mercantil S.A. foram reclassificadas extracontabilmente pelo período financeiro, para fins de consolidação.

© 2004 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 255: 103–110

**b) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são agrupadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" para apuração de valores financeiros. As receitas e despesas financeiras são calculadas com base no método empírico, sendo apuradas em relaçãoações com operações com o exterior, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas são fluídas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço anual, dos índices pactuados. As receitas de primeiro de seguro são contabilizadas em contas de resultado quando da emissão das respectivas apólices e despesas, e são diferidas para apuração por meio de constituição da provisão para o primeiro ano ganho, "forasta" da. Os prêmios de retrocesso são contabilizados com os demais valores recebidos R\$ - Real Resseguro S.A.

1  
 2  
 3  
 4  
 5  
 6  
 7  
 8  
 9  
 10  
 11  
 12  
 13  
 14  
 15  
 16  
 17  
 18  
 19  
 20  
 21  
 22  
 23  
 24  
 25  
 26  
 27  
 28  
 29  
 30  
 31  
 32  
 33  
 34  
 35  
 36  
 37  
 38  
 39  
 40  
 41  
 42  
 43  
 44  
 45  
 46  
 47  
 48  
 49  
 50  
 51  
 52  
 53  
 54  
 55  
 56  
 57  
 58  
 59  
 60  
 61  
 62  
 63  
 64  
 65  
 66  
 67  
 68  
 69  
 70  
 71  
 72  
 73  
 74  
 75  
 76  
 77  
 78  
 79  
 80  
 81  
 82  
 83  
 84  
 85  
 86  
 87  
 88  
 89  
 90  
 91  
 92  
 93  
 94  
 95  
 96  
 97  
 98  
 99  
 100  
 101  
 102  
 103  
 104  
 105  
 106  
 107  
 108  
 109  
 110  
 111  
 112  
 113  
 114  
 115  
 116  
 117  
 118  
 119  
 120  
 121  
 122  
 123  
 124  
 125  
 126  
 127  
 128  
 129  
 130  
 131  
 132  
 133  
 134  
 135  
 136  
 137  
 138  
 139  
 140  
 141  
 142  
 143  
 144  
 145  
 146  
 147  
 148  
 149  
 150  
 151  
 152  
 153  
 154  
 155  
 156  
 157  
 158  
 159  
 160  
 161  
 162  
 163  
 164  
 165  
 166  
 167  
 168  
 169  
 170  
 171  
 172  
 173  
 174  
 175  
 176  
 177  
 178  
 179  
 180  
 181  
 182  
 183  
 184  
 185  
 186  
 187  
 188  
 189  
 190  
 191  
 192  
 193  
 194  
 195  
 196  
 197  
 198  
 199  
 200  
 201  
 202  
 203  
 204  
 205  
 206  
 207  
 208  
 209  
 210  
 211  
 212  
 213  
 214  
 215  
 216  
 217  
 218  
 219  
 220  
 221  
 222  
 223  
 224  
 225  
 226  
 227  
 228  
 229  
 230  
 231  
 232  
 233  
 234  
 235  
 236  
 237  
 238  
 239  
 240  
 241  
 242  
 243  
 244  
 245  
 246  
 247  
 248  
 249  
 250  
 251  
 252  
 253  
 254  
 255  
 256  
 257  
 258  
 259  
 260  
 261  
 262  
 263  
 264  
 265  
 266  
 267  
 268  
 269  
 270  
 271  
 272  
 273  
 274  
 275  
 276  
 277  
 278  
 279  
 280  
 281  
 282  
 283  
 284  
 285  
 286  
 287  
 288  
 289  
 290  
 291  
 292  
 293  
 294  
 295  
 296  
 297  
 298  
 299  
 300  
 301  
 302  
 303  
 304  
 305  
 306  
 307  
 308  
 309  
 310  
 311  
 312  
 313  
 314  
 315  
 316  
 317  
 318  
 319  
 320  
 321  
 322  
 323  
 324  
 325  
 326  
 327  
 328  
 329  
 330  
 331  
 332  
 333  
 334  
 335  
 336  
 337  
 338  
 339  
 340  
 341  
 342  
 343  
 344  
 345  
 346  
 347  
 348  
 349  
 350  
 351  
 352  
 353  
 354  
 355  
 356  
 357  
 358  
 359  
 360  
 361  
 362  
 363  
 364  
 365  
 366  
 367  
 368  
 369  
 370  
 371  
 372  
 373  
 374  
 375  
 376  
 377  
 378  
 379  
 380  
 381  
 382  
 383  
 384  
 385  
 386  
 387  
 388  
 389  
 390  
 391  
 392  
 393  
 394  
 395  
 396  
 397  
 398  
 399  
 400  
 401  
 402  
 403  
 404  
 405  
 406  
 407  
 408  
 409  
 410  
 411  
 412  
 413  
 414  
 415  
 416  
 417  
 418  
 419  
 420  
 421  
 422  
 423  
 424  
 425  
 426  
 427  
 428  
 429  
 430  
 431  
 432  
 433  
 434  
 435  
 436  
 437  
 438  
 439  
 440  
 441  
 442  
 443  
 444  
 445  
 446  
 447  
 448  
 449  
 450  
 451  
 452  
 453  
 454  
 455  
 456  
 457  
 458  
 459  
 460  
 461  
 462  
 463  
 464  
 465  
 466  
 467  
 468  
 469  
 470  
 471  
 472  
 473  
 474  
 475  
 476  
 477  
 478  
 479  
 480  
 481  
 482  
 483  
 484  
 485  
 486  
 487  
 488  
 489  
 490  
 491  
 492  
 493  
 494  
 495  
 496  
 497  
 498  
 499  
 500  
 501  
 502  
 503  
 504  
 505  
 506  
 507  
 508  
 509  
 510  
 511  
 512  
 513  
 514  
 515  
 516  
 517  
 518  
 519  
 520  
 521  
 522  
 523  
 524  
 525

c) Aplicações Interfinanceiras de liquidez:  
As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

1000

[illegible]

#### 4.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez

#### 4. Aplicações Interfinanceiras

Títulos	2004			2003		
	Bancada	Financiada	Total	Bancada	Financiada	Total
JF	68.499	31.553	98.902	17.246	8.266	25.512
PF	1.218	1.218	2.436	1.218	1.218	2.436
Descontos	1.218	1.218	2.436	1.218	1.218	2.436
<b>Total</b>	<b>70.935</b>	<b>33.989</b>	<b>104.924</b>	<b>19.682</b>	<b>10.702</b>	<b>30.384</b>

Títulos	2004			2003		
	Bancada	Financiada	Total	Bancada	Financiada	Total
JF	68.499	31.553	98.902	17.246	8.266	25.512
PF	1.218	1.218	2.436	1.218	1.218	2.436
Descontos	1.218	1.218	2.436	1.218	1.218	2.436
<b>Total</b>	<b>70.935</b>	<b>33.989</b>	<b>104.924</b>	<b>19.682</b>	<b>10.702</b>	<b>30.384</b>

a) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Prazo	2004			2003		
	Bancada	Financiada	Total	Bancada	Financiada	Total
Até 30 dias	60.907	28.093	88.999	16.617	7.518	24.135
De 31 a 90 dias	6.387	3.613	10.000	1.617	889	2.506
<b>Total</b>	<b>67.294</b>	<b>31.706</b>	<b>98.999</b>	<b>18.234</b>	<b>8.407</b>	<b>26.641</b>

i. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) A carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, no balanço do Banco e Consolidado, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

[illegible]

<sup>1)</sup> Refere-se a aplicações em cotas subordinadas de fundos de direitos creditórios originários de operações de empréstimos, as quais estão representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores, celebrados com o Banco. De acordo com o regulamento dos respectivos fundos, essas cotas se subordinam às cotas anteriores para efeito de resgate e distribuição da carteira desses fundos, sofrendo, integralmente, os efeitos dos resultados negativos da carteira dos fundos, até o limite do patrimônio. Esses fundos são administrados pelo Panamericano Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

VALORES MAGNUMS S.A.

	Banco	Consolidado
Unipar FIDC Originários de CDC Veículos	41.810	41.810
Fator Financeiro FIDC Originários de CDC Veículos	8.375	8.375
Fator Paramétrico FIDC Originários de CDC Veículos	67.202	67.202
Outros	443	443
<b>Total</b>	<b>117.387</b>	<b>117.830</b>

Em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, a classificação quanto à liquidez das operações, disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, demonstrados pelo valor de custo e de mercado, tem a seguinte composição:

	Banco	Consolidado
	Custo	Cto Mercado
<b>Em 31 de dezembro de 2004</b>		
Operações disponíveis para venda		
Operações mantidas até o vencimento		

Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	30.391	30.384
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	11.293	11.293

16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008	1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017	1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026	1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035	1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044	1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053	1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062	1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071	1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080	1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089	1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098	1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107	1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116	1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125	1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134	1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143	1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152	1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161	1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170	1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179	1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188	1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197	1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206	1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215	1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224	1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233	1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242	1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251	1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260	1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269	1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278	1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287	1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296	1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305	1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314	1315	1316	1317	1318	1319	1320	1321	1322	1323	1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332	1333	1334	1335	1336	1337	1338	1339	1340	1341	1342	1343	1344	1345	1346	1347	1348	1349	1350	1351	1352	1353	1354	1355	1356	1357	1358	1359	1360	1361	1362	1363	1364	1365	1366	1367	1368	1369	1370	1371	1372	1373	1374	1375	1376	1377	1378	1379	1380	1381	1382	1383	1384	1385	1386	1387	1388	1389	1390	1391	1392	1393	1394	1395	1396	1397	1398	1399	1400	1401	1402	1403	1404	1405	1406	1407	1408	1409	1410	1411	1412	1413	1414	1415	1416	1417	1418	1419	1420	1421	1422	1423	1424	1425	1426	1427	1428	1429	1430	1431	1432	1433	1434	1435	1436	1437	1438	1439	1440	1441	1442	1443	1444	1445	1446	1447	1448	1449	1450	1451	1452	1453	1454	1455	1456	1457	1458	1459	1460	1461	1462	1463	1464	1465	1466	1467	1468	1469	1470	1471	1472	1473	1474	1475	1476	1477	1478	1479	1480	1481	1482	1483	1484	1485	1486	1487	1488	1489	1490	1491	1492	1493	1494	1495	1496	1497	1498	1499	1500	1501	1502	1503	1504	1505	1506	1507	1508	1509	
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	--

Em 31 de dezembro de 2003	Banco	Consolidado
---------------------------	-------	-------------

	Costo	Mercado	Costo	Mercado
<b>Titulos matizados até o vencimento</b>				
Títulos Financeiros do Tesouro - UFT	233.140	233.579	244.967	244.651
- emitidos de Depósito Bancário - CDB	-	-	19.226	19.226
- emitidos de Depósito Bancário - FIDC	-	-	11	11
- emitidos de Depósito Bancário - FDI	29.669	29.669	31.010	31.010
- emitidos de Desenvolvimento Social - FDS	146	146	-	-
Outras	67	67	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>362.955</b>	<b>363.394</b>	<b>295.496</b>	<b>295.180</b>
<b>Titulos para negociação</b>				
Títulos Financeiros do Tesouro - UFT	4.673	4.673	-	-
- emitidos de Depósito Bancário - CDB	6.121	6.121	6.121	6.121
- emitidos de Depósito Bancário - FIDC	10.294	10.294	10.294	10.294
- emitidos de Depósito Bancário - FDI	17.249	17.249	17.249	17.249
- emitidos de Depósito Bancário - FDS	214.188	214.188	301.617	303.303
<b>Subtotal</b>	<b>226.494</b>	<b>226.494</b>	<b>335.075</b>	<b>336.967</b>
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>				
Diferencial a receber de swap	1.596	4.304	1.596	4.304
<b>Total geral</b>	<b>275.345</b>	<b>274.942</b>	<b>303.213</b>	<b>305.605</b>

Até		De	
Em 31 de dezembro de 2004			

	12 meses	a 3 anos	Total
Banco			

	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
<b>ativos mantidos até o vencimento</b>			
- títulos e valores mobiliários do Tesouro - UFT	10.830	6.268	17.098
- títulos e valores mobiliários de instituições financeiras - FDS	117.387	—	117.387
- aplicações em fundo de investimento	117.387	—	117.387
- outros	128.387	6.268	134.655
<b>ativos para negociação</b>			
- títulos	1.015	—	1.015
- ativos financeiros do Tesouro - UFT	3.522	4.196	7.718
- ativos financeiros de instituições financeiras - FDS	4.537	4.196	8.733
- outros	—	—	—
<b>total geral</b>	<b>132.919</b>	<b>10.464</b>	<b>143.383</b>
<b>Consolidado</b>			

Ítulos mantidos até o vencimento	12.116	31.333	87.400
Ativos Encerrados do Tesouro	157		

	2003	2002	2001	2000	1999
<b>Recursos totais para negociação</b>					
atras Financeiras do Tesouro - FT	3.52	4.196	7.718		
<b>subtotal</b>	<b>3.52</b>	<b>4.196</b>	<b>7.718</b>		
<b>Recursos disponíveis para venda</b>					
atras Financeiras do Tesouro - FT	4.846	1.126	5.972		
<b>Total geral</b>	<b>163.175</b>	<b>26.695</b>	<b>190.470</b>		

	Até	De 1	Total
17 meses	2	000	

	12 meses	3 a 5 anos	10 a 15 anos
<b>Titulos mantidos até o vencimento</b>			
a) atrezo do Tesouro - LFT	152.051	80.489	233.140
b) atrezo de desenvolvimento social - FDS	146	-	146
c) atrezo em fundo de investimento	29.669	-	29.669
d) atrezo em fundo de investimento	182.466	80.489	262.955
<b>Titulos para negociacao</b>			
a) atrezo do Tesouro - LFT	6.121	-	6.121
b) atrezo de desenvolvimento social - FDS	4.673	-	4.673
c) atrezo em fundo de investimento	10.794	-	10.794
<b>Total geral</b>	<b>193.360</b>	<b>80.489</b>	<b>273.749</b>

Condicional	12 meses	a 3 años	Total
Títulos mantidos até o vencimento			
1	100	100	100
2	100	100	100
3	100	100	100
4	100	100	100
5	100	100	100
6	100	100	100
7	100	100	100
8	100	100	100
9	100	100	100
10	100	100	100
11	100	100	100
12	100	100	100
13	100	100	100
14	100	100	100
15	100	100	100
16	100	100	100
17	100	100	100
18	100	100	100
19	100	100	100
20	100	100	100
21	100	100	100
22	100	100	100
23	100	100	100
24	100	100	100
25	100	100	100
26	100	100	100
27	100	100	100
28	100	100	100
29	100	100	100
30	100	100	100
31	100	100	100
32	100	100	100
33	100	100	100
34	100	100	100
35	100	100	100
36	100	100	100
37	100	100	100
38	100	100	100
39	100	100	100
40	100	100	100
41	100	100	100
42	100	100	100
43	100	100	100
44	100	100	100
45	100	100	100
46	100	100	100
47	100	100	100
48	100	100	100
49	100	100	100
50	100	100	100
51	100	100	100
52	100	100	100
53	100	100	100
54	100	100	100
55	100	100	100
56	100	100	100
57	100	100	100
58	100	100	100
59	100	100	100
60	100	100	100
61	100	100	100
62	100	100	100
63	100	100	100
64	100	100	100
65	100	100	100
66	100	100	100
67	100	100	100
68	100	100	100
69	100	100	100
70	100	100	100
71	100	100	100
72	100	100	100
73	100	100	100
74	100	100	100
75	100	100	100
76	100	100	100
77	100	100	100
78	100	100	100
79	100	100	100
80	100	100	100
81	100	100	100
82	100	100	100
83	100	100	100
84	100	100	100
85	100	100	100
86	100	100	100
87	100	100	100
88	100	100	100
89	100	100	100
90	100	100	100
91	100	100	100
92	100	100	100
93	100	100	100
94	100	100	100
95	100	100	100
96	100	100	100</

	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Recursos totais</b>					
Recursos totais do Tesouro - UFT	164.078	80.489	344.96	-	6.121
- emittido de Depósito Bancário - CDB	19.236	-	19.236	-	19.236
- Resgate de Depósito Bancário - RDB	71	-	71	-	71
- paradas em fundo de investimento	31.019	-	31.019	-	31.019
- Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	146	-	146	-	146
- Juros	2	65	67	-	67
- Outros	214.942	80.554	296.496	-	6.121
<b>Recursos para negociação</b>					
Recursos totais do Tesouro - UFT	6.121	-	6.121	-	6.121
- subtotal	6.121	-	6.121	-	6.121
<b>Total geral</b>	<b>221.063</b>	<b>80.554</b>	<b>301.617</b>		

A testamenter's financial obligations

	2004	2003
	Valor contábil - atualizado pela curva	Valor contábil - atualizado pelo mercado
<b>Ativo</b>		
Investimentos em instrumentos financeiros		
- derivativos das seguintes:		
- swap classificado como hedge - atualizado pela curva	52	39
- diferencial a receber	(75)	(23)
- diferencial a pagar	(23)	(555)
- líquido	126	(104)
- swap classificado como para negociação - atualizado pelo valor de mercado	1	4.200
- diferencial a receber	1.034	104
- diferencial a pagar	(14)	(14)
- líquido	1.020	1.020
- derivativos de ativos	997	1.041
- líquido	1.016	4.200
<b>Passivo</b>		
- swap de operação de swap	5.114	-
- líquido	5.114	-
- derivativos de passivos	6.111	11
- líquido	6.111	11

Em 31 de dezembro de 2003	
<b>Indexador</b>	
	posição ativa
	refinanciado
	posição passiva

Total a receber (a pagar)

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos referentes aos exercícios	
<b>Banco e consolidado</b>	
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	
swap	
prelúdio de operação de swap apropriado	
<b>Total</b>	
<b>5. Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil</b>	
As informações da carteira em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 estão assim sumarizadas:	
(a) O vencimento da carteira em operações de crédito e de arrendamento mercantil apresenta-se	

2004

	Valor	%
Até 30 dias	349,447	24,70
De 31 a 60 dias	119,938	8,47
De 61 a 90 dias	112,690	7,96
De 91 a 180 dias	247,001	17,46
De 181 a 360 dias	295,385	20,88
Total curto prazo	1.124,461	79,47
Acima de 360 dias	290,415	20,53
<b>Total</b>	<b>1.414,876</b>	<b>100,00</b>

**CRÉDITO**  
Crédito direto ao consumidor e crédito pessoal

<ul style="list-style-type: none"> <li>Tratados de cartões de créditos</li> <li>Cartões de crédito</li> <li>Empréstimos consignação</li> <li>Capital de giro</li> <li>Tratados descontados</li> <li>Conta garantida</li> <li>Renegociações especiais</li> <li>Cheque especial</li> <li>Dúvidas</li> </ul>	<b>Total das operações de crédito (*)</b> <b>Consolidado</b> Total das operações de crédito (*)
---	---

**Total do consolidado**

\*) O decréscimo em operações de crédito deve-se ao maior volume de cessões de créditos.







16. Depósitos  
Composição por vencimento em 31 de dezembro de 2004:

	Banco			Consolidado		
Prazo	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos a longo prazo	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos a longo prazo
Até 30 dias	8.314	38.420	19.877	5.708	36.432	16.157
De 31 a 60 dias	-	61.954	3.277	-	60.654	3.272
De 61 a 90 dias	-	230.884	-	-	230.884	-
De 91 a 180 dias	-	158.454	2.090	-	158.454	2.090
De 181 a 360 dias	8.314	879.848	101.519	5.708	876.130	101.519
Acima de 360 dias	-	45.156	-	-	45.156	-
<b>Total</b>	<b>8.314</b>	<b>1.315.016</b>	<b>101.519</b>	<b>5.708</b>	<b>1.311.196</b>	<b>101.519</b>

Composição por vencimento em 31 de dezembro de 2003:

	Banco			Consolidado		
Prazo	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos a longo prazo	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos a longo prazo
Até 30 dias	6.895	365.140	19.890	4.833	364.608	16.489
De 31 a 60 dias	-	156.533	34.927	-	156.533	34.927
De 61 a 90 dias	-	126.426	10.873	-	126.426	10.873
De 91 a 180 dias	-	163.873	5.717	-	163.873	5.717
De 181 a 360 dias	6.895	712.706	191.407	-	713.706	191.407
Acima de 360 dias	-	1.167.424	-	4.833	1.167.424	-
<b>Total</b>	<b>6.895</b>	<b>1.591.580</b>	<b>191.407</b>	<b>4.833</b>	<b>1.591.046</b>	<b>148.184</b>

17. Recursos de devedores emitidos pela controlada Panamericano Arrendamento Mercantil SA

Esses devedores emitidos em 1º de janeiro de 2004, com garantia de longo prazo ligada à empresa ligada São Paulo Participações Ltda. Esses devedores emitidos em 1º de janeiro de 2003, e estão sujeitos a juros equivalentes a 100% da taxa média dos depósitos interfinanceiros (DI) pagos semestralmente, a partir de 1º de junho de 2003 até 1º de dezembro de 2005.

18. Outras obrigações

a) Frazes e previdenciárias

	Banco			Consolidado		
	2004	2003		2004	2003	
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos (veja nota 19)	-	-		-	-	
Collins	2.275	1.847		2.275	2.176	
IRRF sobre tributos de renda fixa	2.577	278		2.577	279	
CNMF	281	170		281	170	
Impostos e contribuições - Serviços de terceiros	667	120		667	135	
Impostos e contribuições sobre salários	-	-		-	-	
Provisão para imposto de renda e contribuição social	4.433	-		5.042	345	
PS	369	290		453	362	
IS	30	12		275	193	
<b>Total circulante</b>	<b>10.832</b>	<b>2.717</b>		<b>36.533</b>	<b>20.253</b>	
<b>Total exigível a longo prazo</b>	<b>(10.832)</b>	<b>(2.717)</b>		<b>(12.740)</b>	<b>(4.045)</b>	
<b>Total exigível a longo prazo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>23.793</b>	<b>16.208</b>	

b) Diversas:

	Banco			Consolidado		
	2004	2003		2004	2003	
Valores a pagar a estabelecimentos referentes a compras de cartões de créditos	98.588	47.388		98.588	47.288	
Valores a pagar a sociedades ligadas	19.177	11.507		14.912	8.672	
Provisão para pagamentos a efetuar	3.824	2.395		6.343	3.892	
Contratos a processar	1.395	2.679		1.395	2.679	
Valores administrativos	-	-		-	-	
Valores em créditos de grupos de consórcio	-	-		-	-	
Contribuição	-	-		-	-	
Valores a pagar a lojas	379	857		3.437	4.191	
<b>Outros</b>	<b>379</b>	<b>857</b>		<b>3.437</b>	<b>4.191</b>	
<b>Total de diversas</b>	<b>126.675</b>	<b>65.819</b>		<b>129.583</b>	<b>68.448</b>	
<b>Total</b>	<b>227.507</b>	<b>118.704</b>		<b>268.963</b>	<b>174.841</b>	

Provisão para passivos contingentes (veja nota nº 28c)  
Provisão para créditos cedidos de liquidação anônima (veja nota nº 7)  
**Total**

19. Imposto de renda e contribuição social

a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	Banco			Consolidado		
	2004	2003		2004	2003	
Ativo	-	-		-	-	
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a superveniência de depreciação, classificada em outras obrigações fiscais e previdenciárias no exercício a longo prazo	9.465	9.449		9.465	9.449	
<b>Total</b>	<b>9.465</b>	<b>9.449</b>		<b>9.465</b>	<b>9.449</b>	

b) Os encargos com imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, estão assim demonstrados:

	Banco			Consolidado		
	2004	2003		2004	2003	
Resultado antes da tributação sobre o lucro	50.417	38.623		50.417	38.623	
Imposto de renda e contribuição social	(17.142)	(13.127)		(17.142)	(13.127)	
Resultado líquido	33.275	25.496		33.275	25.496	
Efeito das adições e exclusões no resultado do exercício:						
- Juros sobre o capital próprio	3.924	5.544		3.924	5.544	
- Resultado de participação em controladas	4.680	2.861		4.680	2.861	
- Outras	116	129		116	129	
<b>Imposto de renda e contribuição social no exercício</b>	<b>(8.422)</b>	<b>(4.598)</b>		<b>(8.422)</b>	<b>(4.598)</b>	

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias:

	Banco			Consolidado		
	2004	2003		2004	2003	
Saldo inicial em 31/12/2003	20.221	23.495		20.221	23.495	
(-) Realização de créditos	(48.572)	(17.492)		(48.572)	(17.492)	
(-) Realização de créditos	23.747	3.622		23.747	3.622	
<b>Saldo final em 31/12/2004</b>	<b>23.747</b>	<b>3.622</b>		<b>23.747</b>	<b>3.622</b>	

d) Provisão de realização a valor presente dos créditos tributários:

	Banco			Consolidado		
	2004	2003		2004	2003	
Saldo inicial em 31/12/2003	3.241	1.664		3.241	1.664	
(+) Contribuição de créditos	32.156	11.602		32.156	11.602	
(-) Realização de créditos	(28.821)	(10.393)		(28.821)	(10.393)	
<b>Saldo final em 31/12/2003</b>	<b>6.576</b>	<b>2.873</b>		<b>6.576</b>	<b>2.873</b>	
Saldo inicial em 31/12/2003	17.960	2.529		17.960	2.529	
(+) Contribuição de créditos	33.574	12.139		33.574	12.139	
(-) Realização de créditos	(31.313)	(11.394)		(31.313)	(11.394)	
<b>Saldo final em 31/12/2003</b>	<b>20.221</b>	<b>3.274</b>		<b>20.221</b>	<b>3.274</b>	

e) Provisão de realização a valor presente dos créditos tributários:  
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais é calculado sejam revertidas ou se enquadram nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir:

	Banco			Consolidado		
	2004	2003		2004	2003	
Saldo inicial em 31/12/2003	3.241	1.664		3.241	1.664	
(+) Contribuição de créditos	32.156	11.602		32.156	11.602	
(-) Realização de créditos	(28.821)	(10.393)		(28.821)	(10.393)	
<b>Saldo final em 31/12/2003</b>	<b>6.576</b>	<b>2.873</b>		<b>6.576</b>	<b>2.873</b>	
Saldo inicial em 31/12/2003	17.960	2.529		17.960	2.529	
(+) Contribuição de créditos	33.574	12.139		33.574	12.139	
(-) Realização de créditos	(31.313)	(11.394)		(31.313)	(11.394)	
<b>Saldo final em 31/12/2003</b>	<b>20.221</b>	<b>3.274</b>		<b>20.221</b>	<b>3.274</b>	

f) Provisão de realização a valor presente dos créditos tributários:  
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais é calculado sejam revertidas ou se enquadram nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir:

	Banco			Consolidado		
	2004	2003		2004	2003	
Saldo inicial em 31/12/2003	3.241	1.664		3.241	1.664	
(+) Contribuição de créditos	32.156	11.602		32.156	11.602	
(-) Realização de créditos	(28.821)	(10.393)		(28.821)	(10.393)	
<b>Saldo final em 31/12/2003</b>	<b>6.576</b>	<b>2.873</b>		<b>6.576</b>	<b>2.873</b>	
Saldo inicial em 31/12/2003	17.960	2.529		17.960	2.529	
(+) Contribuição de créditos	33.574	12.139		33.574	12.139	
(-) Realização de créditos	(31.313)	(11.394)		(31.313)	(11.394)	
<b>Saldo final em 31/12/2003</b>	<b>20.221</b>	<b>3.274</b>		<b>20.221</b>	<b>3.274</b>	

g) Provisão de realização a valor presente dos créditos tributários:  
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais é calculado sejam revertidas ou se enquadram nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir:

	Banco			Consolidado		
	2004	2003		2004	2003	
Saldo inicial em 31/12/2003	3.241	1.664		3.241	1.664	
(+) Contribuição de créditos	32.156	11.602		32.156	11.602	
(-) Realização de créditos	(28.821)	(10.393)		(28.821)	(10.393)	
<b>Saldo final em 31/12/2003</b>	<b>6.576</b>	<b>2.873</b>		<b>6.576</b>	<b>2.873</b>	
Saldo inicial em 31/12/2003	17.960	2.529		17.960	2.529	
(+) Contribuição de créditos	33.574	12.139		33.574	12.139	
(-) Realização de créditos	(31.313)	(11.394)		(31.313)	(11.394)	
<b>Saldo final em 31/12/2003</b>	<b>20.221</b>	<b>3.274</b>		<b>20.221</b>	<b>3.274</b>	

h) Provisão de realização a valor presente dos créditos tributários:  
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais é calculado sejam revertidas ou se enquadram nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir:

	Banco			Consolidado		
	2004	2003		2004	2003	
Saldo inicial em 31/12/2003	3.241	1.664		3.241	1.664	
(+) Contribuição de créditos	32.156	11.602		32.156	11.602	
(-) Realização de créditos	(28.821)	(10.393)		(28.821)	(10.393)	
<b>Saldo final em 31/12/2003</b>	<b>6.576</b>	<b>2.873</b>		<b>6.576</b>	<b>2.873</b>	
Saldo inicial em 31/12/2003	17.960	2.529		17.960	2.529	
(+) Contribuição de créditos	33.574	12.139		33.574	12.139	
(-) Realização de créditos	(31.313)	(11.394)		(31.313)	(11.394)	
<b>Saldo final em 31/12/2003</b>	<b>20.221</b>	<b>3.274</b>		<b>20.221</b>	<b>3.274</b>	

i) Provisão de realização a valor presente dos créditos tributários:  
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais é calculado sejam revertidas ou se enquadram nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir:

	Banco			Consolidado		
	2004	2003		2004	2003	
Saldo inicial em 31/12/2003	3.241	1.664		3.241	1.664	
(+) Contribuição de créditos	32.156	11.602		32.156	11.602	
(-) Realização de créditos	(28.821)	(10.393)		(28.821)	(10.393)	
<b>Saldo final em 31/12/2003</b>	<b>6.576</b>	<b>2.873</b>		<b>6.576</b>	<b>2.873</b>	
Saldo inicial em 31/12/2003	17.960	2.529		17.960	2.529	
(+) Contribuição de créditos	33.574	12.139		33.574	12.139	
(-) Realização de créditos	(31.313)	(11.394)		(31.313)	(11.394)	
<b>Saldo final em 31/12/2003</b>	<b>20.221</b>	<b>3.274</b>		<b>20.221</b>	<b>3.274</b>	



**BANCO PANAMERICANO**

**Matriz São Paulo**

PABX (11) 2192 5000  
FAX (11) 2192 5284

**Câmbio**

Tel (11) 2192 5406 / 5408 / 5409 / 5410 / 5285 / 5311 / 5429 / 5428 / 5427 / 5316  
FAX (11) 2192 5284

**SÃO PAULO**

**Aplicações - Treasury / Mesa de Operações**

**São Paulo SP**

Tel (11) 2192 5683 / 5394 / 5297 / 5298 / 5295 / 5296 / 5380 / 5381 / 5379  
5299 / 5282 / 5283 / 5395 / 5293 / 5294 / 5386 / 5387 / 5495 / 5496  
Fax (11) 2192 5284  
E-mail: lpalhares@panamericano.com.br

**Campinas SP**

Tel (19) 2101 6143 / 6145

**Santo André SP**

Tel (11) 4436 0932 Ramais 119 / 131

**Santos SP**

Tel (13) 2101 9704

**São José do Rio Preto SP**

Tel (17) 2139 9023

**São José dos Campos SP**

Tel (12) 2139 7219

**Sorocaba SP**

Tel (15) 2101 1326

**OUTROS ESTADOS**

**Belém**

Tel (91) 4005 3822

**Belo Horizonte MG**

Tel (31) 2105 1350

**Curitiba PR**

Tel (41) 2101 8179 / 8182 / 8183 / 8184 / 8186

**Fortaleza CE**

Tel (85) 3433 7131 / 7007

**Porto Alegre RS**

Tel (51) 2101 7970

**Recife PE**

Tel (81) 3224 0521 / 3224 4941 / 3302 8142 / 3302 8195

**Rio de Janeiro RJ**

Tel (21) 2196 6500

**Salvador BA**

Tel (71) 2105 6664 / 6665 / 6667

**Teresina PI**

Tel (86) 2107 6505

[www.panamericano.com.br](http://www.panamericano.com.br)

## **ANEXO VI**

*Este Anexo é parte integrante do “Prospecto da Distribuição de Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I”*

### **DECLARAÇÕES DO COORDENADOR LÍDER E DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## DECLARAÇÃO

**BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4.º andar (parte), Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de instituição líder (“Coordenador Líder”) da distribuição de cotas seniores e cotas subordinadas classe “A” (“Oferta”) do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I” (“Fundo”), vem, nos termos do art. 56, §§ 1º e 5º, da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM, declarar que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) as informações prestadas no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e, (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. O Coordenador Líder declara que o prospecto da Oferta (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes e que (ii) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, dos valores mobiliários ofertados, do Fundo, dos riscos relacionados ao Fundo e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 29 de maio de 2007.

**BANCO ITAÚ BBA S.A.**

Fábio Ferraz  
Diretor  
Investment Banking

Luiz Henrique Camargo  
Diretor





**DECLARAÇÃO**

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, representada na forma de seu Contrato Social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, na qualidade de Administrador (“Administrador”) do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I” (o “Fundo”), vem nos termos do art. 56, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários, declarar que: (a) o Prospecto da distribuição pública de cotas seniores (“Cotas Seniores”) e cotas subordinadas classe A (“Cotas Subordinadas Classe A”) do Fundo (“Oferta”) (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (ii) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Classe A, do Fundo, dos fatores de riscos relacionados ao Fundo e quaisquer outras informações relevantes; e (b) as informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe A no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes.

São Paulo, 29 de maio de 2007

**INTRAG DTVM LTDA.**

Nome: 

Cargo:

João Estanislau F. de Castro  
Diretor  
INTRAG DTVM LTDA.

Nome: 

Cargo:

Jorge Eric Sierra Rojas  
INTRAG DTVM LTDA.  
RNE W067804-3  
CPF: 127.839.083-08

## **ANEXO VII**

*Este Anexo é parte integrante do “Prospecto da Distribuição de Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I”*

### **SUPLEMENTO DA PRIMEIRA SÉRIE DE COTAS SENIORES**



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

69

OFICIAL R.T.D.  
MICROFILME

20 JUN 1987

1480922

SÃO PAULO

**SUPLEMENTO DA PRIMEIRA SÉRIE DE COTAS SENIORES**

1. O presente documento constitui o suplemento ("Suplemento") referente às Cotas Seniores emitidas nos termos do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I", registrado no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, do qual este Suplemento é parte integrante ("Regulamento"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.839.259/0001-32 e administrado por **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáúsa, inscrita no CNPJ sob o n.º 62.418.140/0001-31.
2. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento, Cotas Seniores da primeira Série no valor de R\$1,00 (um real) cada, na data da primeira subscrição de Cotas Seniores da presente Série ("Data de Subscrição Inicial").
3. O *spread* ou sobretaxa a ser acrescido à variação percentual acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela CETIP – Câmara de Custódia e de Liquidação, base 252 dias úteis, será de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento), base 252 dias úteis.
4. A partir do décimo terceiro (décimo terceiro) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a respectiva Data de Subscrição Inicial, sempre no(s) dia(s) 15 (quinze) de cada mês ("Data de Amortização") e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da primeira Série serão amortizadas em 24 (vinte e quatro) pagamentos mensais, nos termos da cláusula 17 do Regulamento.
5. A data de pagamento da última parcela de amortização das Cotas Seniores corresponderá à data do resgate de tais cotas.
6. Os termos definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado a eles atribuído no Regulamento.

4



69

OFICIAL R.T.D.  
MICROFILME

20 JUN 2007

1480922

SÃO PAULO

7. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento.

8. O presente Suplemento deverá ser averbado no registro do Regulamento no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo.

São Paulo, 20 de junho de 2007

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

ALEXANDRE ZAKIA ALBER  
DIRETOR GERENTE SÊNIOR

Carlos Augusto Salomão  
INTRAG DTVM LTDA.  
RG: 06360364-1 - IFPIRJ  
CPF: 111.593.437-09

**6º** Oficial R.T.D.  
Rua Benjamin Constant, 152 - Tel: (11) 3107-0031 - São Paulo  
Dr. Radislav Lamotta  
09665688  
Oficial de Registro de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica  
Apresentado hoje, protocolado e registrado em microfilme  
sob nº **1480922** e averbado à margem do registro nº 1469866  
São Paulo, **20 JUN 2007** Escrevente Autorizado

Selos e taxas recolhidos por verba

Emol R\$:	Estado R\$:	Ipsesp R\$:	R.C. R\$:	T.J. R\$:	TOTAL R\$:
28,14	8,01	5,93	1,47	1,47	45,02

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Panamericano Veículos I**  
CNPJ nº 08.839.259/0001-32

*Coordenador Líder*

**Banco Itaú BBA S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Conceição, 9º andar  
São Paulo – SP

*Instituição Administradora*

**Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa  
São Paulo – SP

*Consultores Legais do Cedente*

**Levy & Salomão Advogados**

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2601, 12º andar  
São Paulo – SP

*Consultores Legais do Coordenador Líder*

**Pinheiro Neto Advogados**

R. Hungria, 1100 Jd. Europa  
São Paulo – SP

*Auditores Contratados*

**KPMG Auditores Independentes S/C Ltda.**

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar  
São Paulo – SP

*Agência Classificadora de Risco*

**Fitch Ratings Brasil Ltda.**

Alameda Santos, nº 1470, cj. 511  
São Paulo – SP